



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Vitor Manuel Inácio Pinto

2º Ciclo de Estudos no Mestrado em Estudos Medievais

DE TRATADO EM TRATADO ATÉ AO CASAMENTO FINAL.
O CASAMENTO DE D. JOÃO I COM D. FILIPA DE LENCASTRE.

2015

Orientador: Professor Doutor Luís Miguel Duarte

Versão definitiva

Sumário

Dedicatória.....	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Agradecimentos	IV
Introdução.....	1
Estado da Arte	3

Parte I

1 - As relações entre Portugal e Inglaterra. Da fundação a D. Fernando	5
2 - Os tratados de amizade e assistência mútua nos períodos das Crises (1369-1385)	13
2.1 - “Guerras Fernandinas”. Tratados de amizade com Inglaterra e pactos de paz com Castela .	13
2.2 - As pretensões de John of Gaunt ao trono de Castela.....	18
2.2.1 - O Príncipe Negro e John of Gaunt na Guerra Civil em Castela (1367-1369)	18
2.2.2 - John of Gaunt, Duque de Lencastre e rei de Leão e Castela	20
2.3 - Crise em Portugal: o período de interregno (1383-1385).....	22
2.3.1 - O Mestre de Avis e a política diplomática com Inglaterra	22
2.3.2 - Conflitos com Castela: do Cerco de Lisboa a Aljubarrota	29
2.3.3 - Tratado Windsor	42
2.3.4 - Ponte de Mouro, berço de duas alianças: militar e matrimonial.....	47
2.3.5 - Invasão anglo-portuguesa a Castela.....	52

Parte II

3 - O Porto e o Mestre de Avis	57
3.1 - “Quando o Porto socorreu Lisboa”	57
3.2 - A vinda de D. João I ao Porto.....	61
3.3 - D. João I na conquista das praças do Norte de Portugal.....	62
3.4 - “ <i>E assy ficou determinado, prazemdo a Deus, de casar com a iffamte dona Phillipa</i> “	65
3.5 - O velho burgo portuense nas festas do nascimento e batizado do Infante D. Henrique.....	72

Parte III

4 - Primeira visita de D. João I ao Porto. Entrada apoteótica no velho burgo portuense	80
4.1 - Entradas régias; organização, características e simbolismos.....	80
4.2 - O Porto e seus moradores vestem-se de gala para receber o Rei.....	87
4.2.1 - A indumentária medieval.....	88
4.2.2 - Lavar as ruas e vielas com ramos e flores	95
4.2.3 - Da Porta Nova até ao Paço do Bispo: o itinerário régio	97
5 - Das bênçãos ao casamento; dos preparativos às festas	99
5.1 - Alimentação medieval	104
5.1.1 - Produção, criação e degustação	104
5.1.2 - O que se comeu na “ <i>voda</i> ”	118
5.2 - Sé do Porto. O palco do casamento	121
5.3 - Paço Episcopal Medieval. Local do banquete real e da noite de núpcias.....	126
Conclusão	129
Fontes e Bibliografia	134
1 - Fontes Impressas.....	134
2 - Estudos.....	135
Anexos	141

*Aos meus pais. Por tudo...
Ao meu filho. Que te sirva,
pelo menos, de inspiração.*

Resumo

Esta dissertação pretende analisar todos os desenvolvimentos que levaram ao casamento entre o Rei D. João I e D. Filipa de Lencastre realizado no Porto no dia 14 de fevereiro de 1387. Ora, para isso, é necessário destacar os principais apoios, alianças e tratados que ao longo de 240 anos (1147-1387), existiram entre Portugal e Inglaterra. A aproximação destes países foi evoluindo de forma gradual graças à sua vertente diplomática; os tratados e alianças foram-se alterando, ou melhor, refinaram-se. De simples salvos-condutos, passaram a tratados de aliança e amizade perpétua; dentro dos quais destacam-se o Tratado de Tagilde em 1372, o Tratado Westminster em 1373 e o Tratado de Windsor 1386. Contudo, esses tratados entre Portugal e Inglaterra não foram suficiente para cimentar o âmago da nossa dissertação. Em muito contribuiu a crise que assolou Castela entre 1366 e 1369; foi tudo uma questão de aproximação e oportunidade. E mais: um dos saldos que veremos no nosso período de interregno entre 1383 e 1385 foi mais um fator catalisador para dinamizar uma aliança matrimonial entre os dois reinos – Portugal e Inglaterra. Exploramos a quotidiano da sociedade portuense na época em que ocorrem as festas matrimoniais e posteriormente as festas do nascimento e batizado do Infante D. Henrique, também elas realizadas no Porto. Finalmente, analisamos detalhadamente o local do casamento, Sé do Porto, por finais do século XIV, assim como o local da boda e a noite de núpcias, no já desaparecido Paço Episcopal Medieval.

Palavras-chave: Alianças, Portugal, Inglaterra, Castela, Casamento, Sé do Porto, Paço Episcopal, D João I, D. Filipa de Lencastre.

Abstract

This dissertation intends to analyze all the developments leading to the marriage between King John I and Philippa of Lancaster held at Oporto on 14th February 1387. It is thus necessary to highlight the main support, alliances and treaties that took place over 240 years (1147-1387) between Portugal and England. The convergence of these countries evolved gradually thanks to its diplomatic dimension; treaties and alliances changed, or rather, refined. From pure safe-conducts, they matured into treaties of eternal alliance and everlasting friendship; the Treaty of Tagilde in 1372, the Treaty of Westminster in 1373 and the Treaty of Windsor in 1386 must be enhanced. However, these treaties between Portugal and England were not enough to cement the core of our dissertation. To a great extent the crisis that hit Castile between 1366 and 1369 was a great contribution; It was all about closeness and opportunity. Furthermore, the outcome of the Interregnum period between 1383 and 1385 was another catalyst factor in boosting a marriage alliance between both kingdoms - Portugal and England. As a goal of our work, we explored the daily life of the society of Oporto by the time of the wedding parties and later the birth and christening parties of the globalization's 'pioneer', Infant Henry, also held in Oporto. Finally, we studied in detail the wedding venue, at Oporto Cathedral, in the late 14th century, as well as the location of the wedding feast and the wedding night, at the lost Medieval Bishop's Palace.

Keywords: Alliances, Portugal, England, Castile, Marriage, Oporto Cathedral, Bishop's Palace, John I, Philippa of Lancaster.

Agradecimentos

Ao longo destes últimos dois anos os apoios que recebi foram tantos que se torna quase impossível agradecer a todos; ora, como o meu receio de não me lembrar de todos é mais que evidente, vou optar apenas por deixar a minha eterna gratidão a todos aqueles que diretamente e indiretamente estiveram comigo nos bons e principalmente nos maus momentos. No entanto, há pessoas são impossíveis de esquecer. Vamos por partes! Fazer este Mestrado em Estudos Medievais foi, provavelmente, a experiência mais enriquecedora que eu podia obter em toda a minha vida. Os professores, sem exceção, foram simplesmente fenomenais; e porquê? Porque, através do seu profissionalismo conseguiram transmitir com mestria toda a sua sapiência na qual, aglutinamos com toda a dedicação. A Universidade do Porto deverá ter orgulho nesses docentes da Faculdade de Letras. Se mo permitem, gostava de agradecer a todos eles através deste singelo testemunho e que ficará perpetuado neste trabalho o nome desses mestres: Professor Luís Miguel Duarte; Professora Paula Pinto; Professor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro; Professora Cristina Cunha; Professor Luís Amaral; Professor José Carlos Miranda; Professor José Meirinhos e Professor Armando Luís de Carvalho Homem. Como é evidente, durante a licenciatura, tive o privilégio e o orgulho em ser aluno de outros tantos mestres; por isso, a todos eles o meu obrigado. Quanto aos meus colegas, deixo um apreço especial a todos que me acompanharam durante estes dois anos de mestrado; sem referir nomes, sei que todos eles terão um futuro auspicioso, pois tiveram os mesmos mestres que eu tive e, também sei, as potencialidades inerentes de cada um; são fantásticos. Um especial agradecimento a todos os elementos que compõe a Biblioteca da Faculdade de Letras. Muito obrigado ao Dr. Miguel Nogueira da Oficina do Mapa (FLUP), que interpretou fielmente o meu propósito. Finalmente, uma palavrinha sobre meu orientador científico: Professor Luís Miguel Duarte. No momento em que me propus para ser seu orientando, tive medo de receber um não; no entanto, a notícia que recebi foi um sim. Todavia, esta notícia para além de me encher de orgulho, elevou-me a um impar sentido de responsabilidade. Tenho a honradez de conhecer grau de exigência impressa por este mestre. Desde o primeiro ano da licenciatura que me acompanha; são cinco longos anos, mas cinco inesquecíveis anos. Do fundo do coração, muito obrigado Professor Luís Miguel Duarte, jamais o esquecerei.

Introdução

No momento em que me inscrevi no Mestrado em Estudos Medievais, sempre ponderei produzir, como tema da minha dissertação de mestrado, um estudo sobre um casamento de destaque na Idade Média. No entanto, para levar a cabo esta empresa seria necessário algo mais; ou seja, efetuar o enquadramento deste casamento no contexto político, económico e, sobretudo, social da época. O passo seguinte, seria essencial escolher os nubentes. A escolha levou-me pelos caminhos do nosso Rei D. João I “*O da Boa Memória*” e D. Filipa de Lencastre. Mas porquê estas personalidades? Por todas as razões e mais alguma; a começar, pelo facto de se terem casado na minha cidade natal, o Porto; e também, por terem sido os pais da “Ínclita geração, altos infantes”, tal como escreveu Camões na sua obra, *Os Lusíadas* (Canto IV, estância 50), na qual daremos um especial destaque ao Infante D. Henrique, que nasceu e foi batizado no Porto.

Vamos por partes. Para entendermos a realização deste casamento, será necessário recuarmos até à fundação do nosso reino e entendermos todo o apoio que os ingleses – numa altura em que estavam no auge as cruzadas – nos deram, principalmente nas vicissitudes das conquistas de Santarém e Lisboa em 1147. Portanto, pelos meados do Séc. XII criámos uma espécie de “ligação especial” com a Inglaterra, a qual, ao longo dos séculos seguintes, se tornaria em algo mais sério do que ligação.

No seguimento desta temática, e após leituras bibliográficas e acesso às fontes disponíveis, balizadas principalmente na segunda metade do século XIV, deparei com vários tratados comerciais efetuados com a Inglaterra – como sabemos, D. Filipa de Lencastre era inglesa; esse casamento, de certo modo, influenciou ainda mais a aproximação da corte portuguesa com a inglesa. Analisarei com toda a atenção todos os tratados celebrados com a Inglaterra não esquecendo o papel dos diplomatas na celebração desses tratados.

Pelos meados do século XIV, a crise estala em Castela após a morte de Afonso XI e ensombra o reinado de Pedro I, culminando com o seu assassinato às mãos do seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, não esquecendo as alianças franco-castelhanas. As guerras com Castela, protagonizadas por D. Fernando, e que o acompanharam durante uma boa parte do seu reinado, pelo facto de o terem incentivado a reclamar o trono castelhano, já que era neto de Maria de Portugal, filha de Afonso IV, serão também alvo da nossa análise.

Ao longo da segunda metade do século XIV caminhávamos com a Inglaterra de tratado em tratado até que surge o casamento final; e uma das personagens de maior relevo

nesta aliança matrimonial, para além dos noivos, é sem dúvida o pai da noiva: John of Gaunt. Iremos dissecar o que levou o futuro sogro de D. João I, em pleno âmbito da crise em Castela, que, ao que parecia, teimava em não terminar, a pretender o trono de Castela. Em tempo de afirmação do Mestre de Avis como futuro Rei de Portugal, surge o Tratado de Windsor e quase como consequência o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre. Esta será a primeira parte da nossa dissertação.

Na segunda parte dessa mesma dissertação, vamos analisar a relação entre a cidade do Porto e o Mestre de Avis; ou seja, a primeira vinda daquele à cidade e todo o mediatismo que envolveu a sua entrada triunfal pela porta Nova ou Nobre; que significado teve a vinda do Mestre de Avis à cidade do Porto. No período do chamado “Interregno” – também denominado crise de 1383-85 – a cidade do Porto sempre esteve do lado do Mestre de Avis; analisaremos pois com que tipo de apoio os portuenses contribuíram em prol da causa do Mestre.

Antes da realização do seu casamento, D. João regressou ao Porto, na campanha do Norte, que visava combater os apoiantes de D. Beatriz e Juan I de Castela. O acordo já celebrado com John of Gaunt destinava o Mestre de Avis ao casamento com Filipa de Lencastre; o mesmo veio a celebrar-se no Porto em 14 de fevereiro de 1387. Coincidência ou não, em 4 de março de 1394 na cidade do Porto, nasce o Infante D. Henrique.

Na terceira e última parte da nossa dissertação, iremos analisar ao pormenor a entrada triunfal de D. João I no Porto no dia 25 de abril de 1385. Para isso, recorreremos a todo o itinerário percorrido pelo Rei pelas ruas da cidade do Porto. Tentaremos perceber como era um casamento real na Idade Média; será um ponto que iremos analisar no seu aspeto sociocultural e simbólico. Ora, ao trabalharmos um tema como um casamento régio, é imperativo que se analise toda a logística que envolve o mesmo. Por exemplo, os trajes usados na época medieval serão, logicamente, objeto de investigação minuciosa; teremos que cruzar informação com a moda usada na Europa pelos finais do século XIV; aliás, ontem como hoje, a indumentária estava sujeita a modas. E abordaremos, ainda que de passagem, outros tópicos tais como: habitação, gastronomia, trabalho, cultura; enfim, uma panóplia de características da sociedade na época medieval, e a que temos de dar a devida relevância, com o intuito de sermos o mais fiéis possíveis à época que estamos a trabalhar.

Por fim, gostaríamos de salientar que, ao analisar esta dissertação, poderá ficar a ideia de haver ‘pontas soltas’ ou assuntos esquecidos; contudo, conforme se desenrolar

todo este trabalho, procuraremos que essas ‘pontas soltas’ ou esses esquecimentos sejam colocados no seu devido lugar, para que tudo faça sentido.

Estado da arte

Analisemos para começar o que já se escreveu, o que nos informa a historiografia portuguesa sobre esta temática, ou seja, o(s) estado(s) da arte(s). Nós diríamos que já se escreveu quase tudo sobre as relações entre Portugal e Inglaterra; mas nunca se estabeleceu uma ligação concisa em todos os processos evolutivos que nos permitisse entender a origem dos tratados luso-britânicos até ao laço matrimonial de que falámos. A explicação para este fenómeno parece fácil de propor: se por um lado as relações luso-britânicas, bem como a “crise” que assolou Portugal entre 1383 a 1385 foi, e continua a ser, um tema muito tratado pela historiografia portuguesa, por outro lado, e a nosso ver, talvez tenha havido menor profundidade no modo como o casamento real foi abordado nas mais diversas obras de fundo, o que acabou por ser uma porta aberta para uma oportunidade de investigação.

Portanto, sendo o tema que nos ocupa as relações e tratados luso-britânicos, e nomeadamente o casamento do primeiro Rei da nova dinastia de Avis, a nossa investigação atira-nos para os meados do século XIX – quando surgem as primeiras produções desta matéria – e para os primeiros três quartos do século XX; nessas décadas, elaboraram-se trabalhos muito interessantes sobre esta temática. A historiografia portuguesa recente não valorizou muito – salvo raras exceções – este tema. Mas vamos a dados concretos indicando quem foram os autores que mais trabalharam e se dedicaram a esta temática. Começando pelas relações entre Portugal e Inglaterra – ainda que de forma sucinta –, destacaríamos o forte contributo que o historiador Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, também conhecido por Visconde de Santarém, nos deu por volta do ano 1865, na sua obra: *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo*. Em 1884, o diplomata e político Pedro da Costa de Sousa de Macedo, também conhecido por Conde de Villa Franca, publica a obra *D. João I e a Aliança Inglesa, Investigação Histórico-social*, na qual aborda de forma segura as alianças em tempo de D. Fernando e D. João I, incluindo com grande sentido de erudição o casamento de D. João com D. Filipa. Da autoria do jurista portuense Armando Marques Guedes, por volta de 1938, nasce a obra *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*, contribuindo assim para

uma interpretação concisa dos tratados celebrados entre Portugal e a Inglaterra. Ao avançarmos para o ano de 1943, encontramos o historiador João V. Claro com a sua obra *A Aliança Inglesa, História e fim dum Mito* na qual vem colocar alguma ordem na reflexão sobre a diplomacia anglo-portuguesa. No ano de 1955, o historiador e diplomata Eduardo Brazão – pertencente à Academia Portuguesa de História e à Real Academia de História de Madrid – publica a obra *Uma Velha Aliança*. Finalmente Luís Adão da Fonseca, em 1986, contribui com uma pequena mas muito incisiva obra intitulada *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Posteriormente, efetuaram-se outros trabalhos de fundo sobre a referida temática, nomeadamente por Tiago Viúla de Faria na sua tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Oxford em 2012, intitulada: *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages*. Manuela Santos Silva, na biografia da rainha D. Filipa de Lencastre, aborda, de uma maneira lateral mas importante, as relações entre Portugal e Inglaterra.

No que respeita à relação entre o Mestre de Avis e a cidade do Porto, ou seja, tudo que envolve a sua entrada triunfal, o seu casamento e o nascimento e batizado do seu filho, o Infante D. Henrique, nunca houve um estudo de fundo sobre os mesmos. Daí a escolha desses temas para a nossa dissertação. Contudo, convém informar, ao nível da historiografia, quem mais se aproximou do assunto referido. Começando por ordem cronológica, encontramos referências na crónica de Fernão Lopes (1380?-1460?), não só à entrada apoteótica do Mestre de Avis no Porto em abril de 1385, mas também ao seu casamento. Aliás, como é natural, toda a historiografia portuguesa, ao abordar este assunto, é sustentada nesta fonte cronística. Jean Froissart (1337?-1405), cronista francês, mas que se destacou ao serviço de Eduardo III (1327-1377) rei da Inglaterra, também referiu nas suas crónicas este evento nupcial. Mas nestes dois casos estamos a falar de fontes narrativas medievais. Passando a trabalhos de historiadores propriamente ditos, o historiador Peter E. Russell, em 1955, dedica um capítulo a esta temática na sua obra *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Ana Maria Alves dá-nos uma visão de conjunto das entradas de reis em cidades na sua obra *As Entradas Régias Portuguesas*. Oliveira Marques, na sua obra *A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos da Vida Quotidiana* – já com várias edições publicadas – para além de fazer menção ao tema, dá-nos a conhecer vários aspetos do dia-a-dia na Época Medieval. Não nos podemos esquecer de Maria Helena da Cruz Coelho, a biografia de D. João I, em 2008, e de Manuela Santos Silva, a biografia da Filipa de Lencastre em 2014, que contribuíram e muito para um melhor conhecimento destes eventos.

Parte I

1 – As relações entre Portugal e Inglaterra, da fundação a D. Fernando.

Para se entender todo o contexto evolutivo das relações entre Portugal e Inglaterra e que culmina no casamento entre D. João I e D. Filipa Lencastre, será necessário efetuar uma retrospectiva dessas mesmas relações. Já muito foi dito e escrito sobre esta temática, e por este facto não queremos insistir muito neste assunto; contudo, não é de mais dar ênfase a algumas pontas soltas de cariz sociopolítico que ficaram sem resposta desde os tempos da Reconquista, até ao reinado de D. Fernando (1367-1383).

Pelo século XII a Inglaterra passava por um período muito agitado: a contenda entre normandos e saxões ainda não estava totalmente sarada, com guerras civis e anarquia devido a questões de sucessão entre Estevão de Blois (1135-1154) e Edith Matilda (1080-1118). Não nos podemos esquecer de que Henrique I (1100-1135) filho do Guilherme I o *Conquistador* (1066-1087), designara como seu sucessor, Estevão de Blois. Este problema durou praticamente duas décadas e a paz só é restabelecida quando a Igreja conduzida pelo Arcebispo Theobald, e Estevão de Blois chegaram a um acordo satisfatório, que implicava o uso da coroa até à sua morte, mas seria sucedendo-lhe o filho de Edith Matilda, Henrique II (1154-1189).

Mas é precisamente no tempo de Estevão de Blois que surgem os primeiros contactos entre portugueses e ingleses; referimo-nos a auxílio militar. Ora, numa altura que D. Afonso Henriques iniciava a empresa da conquista de Santarém e de Lisboa, era previsível a progressão para sul¹; aproveitar-se-ia assim a passagem das cruzadas pelas costas marítimas portuguesas em direção à Terra Santa: a cidade do Porto era o último local cristão para fazerem uma paragem. Aliás, a crer na *Crónica dos Godos*², o porto do Douro recebeu setenta barcos provenientes da Gália³ e através de várias negociações com os capitães dessa frota, D. Afonso Henriques consegue persuadi-los a colaborar na

¹ BRAZÃO, Eduardo – *Uma Velha Aliança*. Lisboa: Neogravura, 1955, p. 16.

² A *Crónica dos Godos*, explica Alexandre Herculano, foi escrita em latim popular, e a sua realização ronda os séculos XII a XIII, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A Crónica relata a história “das terras que formaram a Portugal e dos condes que governaram estas terras”, desde a chegada dos Visigodos no ano 311 da Era de Cristo, até à fundação da Portugal, através de Afonso Henriques, terminando 1184. Nunca se soube quem foi o seu autor.

³ ‘Gália’ antiga província romana; à data dos acontecimentos que estamos a estudar, faziam parte desta região duas zonas distintas. Na zona ocidental temos: Normandia, Condado da Bretanha, Maine, Poitou Aquitânia e Gasconha, que pertencia ao rei da Inglaterra. Na zona oriental: para além das regiões de domínio real francês, temos o Condado da Flandres, Condado de Champagne, Ducado de Borgonha que seriam vassallos do Rei de França, perfazendo o território de França e, finalmente, o Condado de Toulouse.

conquista de Lisboa; estávamos então na Era Hispânica de 1178, correspondente à Era de Cristo de 1140.

Este primeiro auxílio vindo da Gália em direção à Terra Santa poderá não ter sido o suficiente, pois a conquista de Lisboa não correu como previsto: “(...) E assim, feito esse acordo, dirigiram-se todos a Lisboa, aqueles por mar e o rei com seu exército por terra, cercaram-na e atacaram-na, mas nada puderam contra ela, porque ainda não chegara a ocasião de ser entregue às mãos dos Cristãos, mas atacaram os arredores, destruíram muitas vinhas, incendiaram as casas e fizeram grande dano naquela terra. Vendo então que não era fácil a sua tomada nem durante longo espaço de tempo, embora permanentemente cercada, pois estava bem fornecida de provisões, era muito populosa e não lhe faltavam animosos defensores, deixaram-na. O rei voltou com o seu exército para a sua terra e aqueles marinheiros seguiram a sua rota para Jerusalém, para onde tencionavam ir.”⁴

A capacidade de persuasão do nosso primeiro monarca deu os seus frutos. Pela altura da Segunda Cruzada (1146-1149) Bernardo de Claraval⁵ informa D. Afonso Henriques que viria “grossa armada” com militares provenientes de “Lorena, Flandres, Bolonha, Normandia, Inglaterra e Escócia”⁶. Renasce aqui uma nova oportunidade que, anos antes, D. Afonso Henriques não tinha conseguido concretizar. De novo, a frota faz escala no Douro. Neste ponto, entram em ação o Bispo de Porto, D. Pedro Pitões (?-1152) e o Arcebispo de Braga e diplomata de D. Afonso Henriques, D. João Peculiar (?-1175). Era natural o receio e as hesitações desse contingente estrangeiro quanto à participação nessa empresa, visto que, na primeira tentativa da conquista de Lisboa, cinco anos antes, as coisas não correram bem; daí estarem todos reticentes. Mas foi com as seguintes palavras que Hervey de Glanville (1095-1166) contrariou as grandes interrogações patentes nas hostes estrangeiras: “Recordo no meu espirito a piedosa lembrança de ter visto ainda ontem unidos junto de Portugal [Porto], povos de tantas nações e homens de tanta sabedoria assinalados com a cruz do Senhor; e nada reconfortaria a minha alma entristecida como o saber que essa universalidade de povos se poderia ainda ligar num vínculo de sincera união. Para o conseguir conviria que cada um de nós se esforçasse

⁴ BRANDÃO, Frei António - *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p.129-137.

⁵ Bernardo de Claraval ou de Fontaine (1090 – Dijon, França / 1153 – Abadia de Claraval, França), abade cisterciense, santo e Doutor da Igreja. É o maior impulsionador da Ordem de Cister e uma das personalidades eclesiásticas mais influentes do século XII. In *Mosteiro de Alcobaca* [Em linha], Alcobaca. [Consult. 2014-10-08]. Disponível na [www: <URL: http://www.mosteiroalcobaca.pt>](http://www.mosteiroalcobaca.pt).

⁶ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 19.

grandemente par manter gentes tam diversas vinculadas sob a lei da união jurada, e não considerássemos o de que nesta emergência se pode com razão acusar ou desculpar este ou aquele, a-fim-de que não fique de futuro em nos, companheiros do mesmo sangue e da mesma raça, a mancha duma infâmia que devemos evitar. Antes, lembrados das virtudes dos nossos antepassados, mais devemos engrandecer a louvor e a glória da nossa raça, que deixá-la empanada com a memória da nossa maldade. Os feitos insignes dos antepassados, quando relembrados por seus descendentes, são indício de amor e de honra. Se fordes bons émulos dos antigos, acompanhar-vos-á a honra e a gloria: se maus, a deshonra do opróbrio.(...)“⁷.

Este discurso persuasivo de Hervey de Glanville teve como pano de fundo a cidade do Porto. Concluímos que duas das maiores decisões tomadas no reinado de D. Afonso Henriques relativas à conquista de Lisboa foram tomadas a partir do Porto, a primeira tentativa dessa conquista ficou aquém do desejado, mas a segunda foi definitiva. Não consideramos relevante nem está no âmbito deste trabalho darmos destaque a toda a logística estratégico-militar na conquista de Lisboa; certo é que a cidade foi conquistada. Uma vez submetida, reparte-se os lucros dessa submissão. Houve controvérsias no momento do saque; mas, o bom senso imperou quando Afonso Henriques cumpriu o acordado: o saque de Lisboa seria completo. Cruzados ingleses e alemães tomariam conta do castelo, levando todo o dinheiro e provisões dos sarracenos.

Uma das formas de agradecimento que o nosso primeiro monarca teve para com os ingleses, pelo sucesso desta importante conquista, foi o nomear como Bispo de Lisboa um inglês: Gilberto de Hastings (?-1166). “ (...) Foi escolhido para Bispo de Lisboa um dos nossos (...) ”⁸, sublinha com regozijo o Cruzado inglês Osberno. Contudo, o novo Bispo de Lisboa estava supervisionado por D. João Peculiar, Arcebispo de Braga. Em suma, se por um lado D. Afonso Henriques atribui a um inglês a honra de ser o primeiro Bispo de Lisboa – situação não inédita em Portugal, por ser estrangeiro – por outro lado salvaguarda essa posição ao ser ‘controlado’ pelo Arcebispo de Braga.

Como vimos, a Inglaterra não estava em paz, devido a lutas internas entre Estevão de Blois e Matilde; por este facto, o Bispo de Lisboa, nas suas incursões de diplomacia a Inglaterra, não conseguiu qualquer apoio militar ou, quando muito, o número suficiente

⁷ *Conquista De Lisboa Aos Mouros (1147), Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, Trad. de José Augusto de Oliveira, Pref. de Augusto Vieira da Silva, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1935 (2.ª ed., 1936), p.66.

⁸ *Conquista De Lisboa Aos Mouros*, 1935, p.108.

de efetivos, para um objetivo em mente por parte de D. Afonso Henriques: a conquista de Sevilha. O mesmo se passou em França com Luís VII. Portanto, devido à falta de apoio militar, nomeadamente da Inglaterra e França, o nosso primeiro monarca só podia contar com os seus homens; mas eram poucos para os objetivos traçados.

Mas abre-se então uma nova dimensão na política de diplomacia de D. Afonso Henriques: os casamentos. “E com efeito a politica d’ElRei D. Affonso Henriques devia ser pela mesma natureza das cousas a de se fortificar contra ElRei de Castella e de Leão seu inimigo com alianças de outros Principes, que podessem contrapezar o poder e as pretenções do seu vizinho, e pelo mesmo teor a ElRei d’Inglaterra, que tinha por adversários naturaes ElRei de França e seus aliados, entre os quaes entrava o de Castella e o d’Escocia, que estava às portas do seu Reino, também a politica lhe recomendava a utilidade da aliança e boa inteligência com Portugal, e de ligado aos Condes de Flandres, seus aliados contra o adversário de França. Esta política do nosso primeiro Monarcha mais se nos revela, quando vemos que elle mesmo se foi desposar com uma Princeza de Saboia, iste é de uma casa que, como veremos adiante, foi sempre compreendida com o Duque e comunidades de Genova entre os aliados da Inglaterra, e por conseguinte de Portugal conforme o direito publico daquellas épocas.”⁹

Como afirma Eduardo Brazão, não se conhecem textos oficiais que estabeleçam uma aliança entre Portugal e Inglaterra, “mas é incontestável que ela já era uma realidade”¹⁰, pelo menos a nível informal. Já no reinado seguinte, – D. Sancho I (1185-1211) – podemos constatar a presença de Cruzados ingleses em solo português, conforme nos elucida Maria João Violante Branco: “(...) em maio de 1189, surgiria na baía do Tejo a primeira frota de cruzados a caminho da Terra Santa[Terceira Cruzada], permitindo ao rei dos portugueses considerar de forma mais concreta a possibilidade de empreender uma acção militar de maior envergadura.”¹¹. Essa frota serviria, como sabemos, para a tomada de Silves. João I de Inglaterra (1199-1216), também conhecido por João Sem Terra, no ano da sua coroação em 1199, chegou mesmo a enviar uma embaixada a Portugal, para negociar o seu casamento com uma Infanta portuguesa; contudo, “ (...) estava em mente de João Sem Terra fazer um tratado de paz e amizade com Portugal, selado com o seu

⁹ Visconde de Santarém – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo*. 2ª ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1865, Tomo Décimo Quarto, as Relações de Portugal com a Inglaterra, p. VIII-XIX.

¹⁰ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 33.

¹¹ BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I, o filho do fundador*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 159.

casamento com a Infanta portuguesa. Mas, inconstante como era de seu ânimo, não chegou a realizar aquele intento, e acabou por casar com Isabel de Angoulême.”¹².

No reinado de D. Afonso II (1211-1223), verifica-se a presença de cruzados estrangeiros em território português na reconquista de Alcácer do Sal em 1217; tudo indica que seriam ingleses, embora a crónica de D. Afonso II de Rui de Pina não seja clara: “Aquelles Estrangeiros, que foram dacordo com os portuguezes de irem sobre sobre Alcacere se recolheram loguo às suas naos, e sendo aparelhados do que lhes compria no mez de setembro, se foram, e seguiram há barra de Setuvel, que neste tempo era Lugar pequeno e nom era cerquado, em que pescadores sómente viviam, e da gente de Portugal se acha que foram estes Capitães principais, ha saber este Dom Mateus, Bispo de Lisboa, e Dom Pedro Mestre da Ordem da Cavalaria do Templo, e Dom Mestre Gonçalo, prior do Hospital, e Martim Barraguan, Comendador de Palmela (...)”¹³.

Durante os reinados que se seguiram, D. Sancho II (1223-1248) e D. Afonso III (1248-1279), parece ter havido um razoável afastamento entre os dois países, logicamente sem se nunca perderem de vista; “apenas aqui e ali reclamações sobre pirataria que infestava os mares e já sob a alçada dos primórdios do direito marítimo internacional.”¹⁴ Aliás, esses atos de pirataria autorizados com *carta de corso* causaram prejuízos incalculáveis aos dois países. Mas é no reinado de D. Dinis (1279-1325), e através de tratados de amizade e de comércio, que os dois países se começam aproximar cada vez mais. A iniciativa partiu de Eduardo I de Inglaterra (1272-1307) pelo ano de 1293, num período em que as relações entre Inglaterra e os súditos de Castela e Leão não andavam de ‘boa saúde’. Posto isto, Eduardo I manifesta interesse em fortalecer relações com Portugal. Ora, se por um lado temos a questão da pirataria a ‘incomodar’ a economia dos dois países, por outro lado verificamos que os problemas entre Inglaterra e Castela estavam a penetrar na esfera económica de Portugal. Para colmatar estes problemas, que persistem apesar da correspondência já trocada entre os monarcas, D. Dinis procura um entendimento de amizade entre os dois reinos ao designar João Soeiro e Pedro Martins como embaixadores que iriam negociar esse mesmo entendimento a Londres. A missão foi concluída com êxito, pois tanto portugueses como castelhanos poderiam efetuar o seu comércio livremente com a Inglaterra, porque estavam blindados com um salvo-conduto

¹² GUEDES, Armando Marques – *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1938, p. 35.

¹³ *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945, p.11.

¹⁴ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 33.

firmado a 17 de fevereiro de 1294. “Era ele no entanto de curta duração, – até ao S. Miguel seguinte, – conforme os usos da época, e sob condição de reciprocidade”.¹⁵ Contudo, Eduardo I renova o salvo-conduto por carta de 23 de abril do mesmo ano, “e para que a paz não fosse alterada, ficava proibido aos mercadores portugueses de navegarem em navios castelhanos e de neles carregarem as suas fazendas”.¹⁶ Esta renovação do salvo-conduto traria alguns contratempores para Portugal; a escassez de navios obrigava ao fretamento de barcos ingleses, o que ficava bastante dispendioso aos mercadores portugueses. Ao que parece, Eduardo I desejava mesmo que Portugal se afastasse de Castela a todo o custo. Com Eduardo II (1307-1327), o seu desejo é que o tratado de amizade até ali existente seja indissolúvel e perpétuo; mas ao que parece, esta situação não estava a tomar o rumo correto, pois os mercadores portugueses eram alvo de humilhações nos portos ingleses e D. Dinis, como era sua obrigação, reagiu. A sua reação de protesto originou um novo tratado, firmado em 8 de outubro de 1308, no qual é garantida segurança e são dadas facilidades aos mercadores dos dois reinos.

Pelos inícios do reinado de D. Afonso IV (1325-1357), e numa altura em que Eduardo II ainda não tinha sido deposto, tentou-se negociar uma aliança matrimonial entre os filhos dos monarcas dos dois reinos na presença de “Embaixadores especiaes para esse effeito enviados”.¹⁷ Esses embaixadores – Almirante Manuel Pessanha e Rodrigo Domingues – seguiram para Inglaterra com poderes plenipotenciários para tratar da questão matrimonial e de uma amizade perpétua entre as duas coroas. Mas encontraram dois cenários improváveis: a aliança matrimonial estava fora de questão, pois na Corte Inglesa planeavam casar o futuro Eduardo III com a Infanta D. Leonor (1307-1359), irmã de Afonso XI (1311-1350); tal acabou por não se consumar, casando o príncipe, aparentemente por amor, com Filipa de Hainault (1314-1369); no que concerne ao tratado de amizade perpétua, a sorte não foi melhor, porque Eduardo II foi deposto e acabou assassinado. Esta empresa iniciada por D. Afonso IV acabou por fracassar devido a estas circunstâncias.

Já com Eduardo III (1327-1377) no trono inglês, inverteram-se as iniciativas; o mesmo enviou embaixadores à Corte portuguesa por finais de 1345 para negociarem o casamento do seu filho Eduardo, o Príncipe Negro (1330-1376), com a Infanta D. Leonor (1328-1348). Porém, D. Afonso IV decidiu aliar-se a Aragão, ao casar a sua filha com

¹⁵ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 36.

¹⁶ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 36.

¹⁷ Visconde de Santarém, 1865, p. XXVI.

Pedro IV (1319-1387). Parecia que as alianças matrimoniais entre Portugal e Inglaterra estavam condenadas ao fracasso.

Ultrapassada que estava a fase de alianças matrimoniais caídas no fracasso, Eduardo III parece não ter ficado com rancor com tal desfecho; a prova disso foi a renovação de salvo-condutos aos mercadores portugueses em 25 de julho de 1352 e 15 de julho de 1353. Mas foi em 20 de outubro de 1353 que ‘nasceu’ o primeiro tratado de comércio entre Portugal e Inglaterra. Na nossa opinião, este tratado surge na sequência das prorrogações dos salvos-condutos concedidos ano após ano; assim, e como veremos, durante 50 anos os mercadores portugueses estariam salvaguardados das duras humilhações que passavam nos portos ingleses. Neste tratado, a figura que sobressai é a de Afonso Martins Alho – mercador portuense e emissário de D. Afonso IV – que já tinha estado em Londres por volta de 1352, em nome dos mercadores marítimos e comunidades de marinha das cidades e vilas de Portugal, na tentativa de realizar um tratado de amizade entre as duas coroas; a atitude persuasiva de D. Afonso IV e a sagacidade de negociação de Afonso Martins Alho foram coroadas de êxito; isso ficou patente no tratado já mencionado, que foi assinado por Eduardo III e pelo próprio emissário do Rei de Portugal. Acompanhemos sumariamente o conteúdo desse tratado: “Haveria a melhor inteligência e firme aliança, tanto par mar como por terra, entre as ditas partes contratantes, par 50 anos a partir da data desse tratado. (...) Em consequência disso, os vassalos do rei de Inglaterra não seriam mal tratados nem injuriados, tanto nas suas pessoas como nos seus navios, mercadorias ou outros objectos a eles pertencentes, pelos mercadores e marítimos ou comunidades das cidades marítimas de Lisboa e Porto. (...)

Pela mesma maneira, o povo, mercadores e comunidades das sobreditas cidades não receberão injúria, vexação ou prejuízo nas suas pessoas, navios ou mercadorias ou outros objectos dos marítimos de Inglaterra, Gasconha, Irlanda e de Gales, nem de nenhum outro súbdito do rei de Inglaterra. (...) Nenhum dos povos ou súbditos duma ou doutra parte poder ia contratar aliança com as inimigos opoentes ou adversários da outra, nem causar-lhe prejuízo, nem prestar-lhe ajuda ou socorro. (...) Outrossim se ajustou que os pescadores das ditas cidades marítimas de Portugal poderão ir pescar livremente, sem incorrer em nenhum perigo, aos portos da Inglaterra e da Bretanha, e nos outros portos e lugares que eles julgarem oportunos, pagando somente os direitos devidos ao senhor do país”.¹⁸ Em suma: aparentemente os mercadores portugueses já se sentiam mais seguros

¹⁸ CLARO, V. João – *A Aliança Inglesa, História e fim dum Mito*. Lisboa: Editorial Liberta, 1943, p.22-23.

a comerciar nos portos ingleses, bem como nas viagens; em contrapartida, ao efetuar-se esta aliança, herda-se os inimigos do país aliado (!). É importante salientar que dois anos antes, ou seja em 1351, um tratado praticamente igual ao português tinha sido assinado entre as coroas inglesa e castelhana, o que relativizava muito a importância do de 1353.

Com D. Pedro I (1357-1367), destacam-se alguns privilégios a mercadores europeus: a 1 de agosto de 1362, D. Pedro concedeu carta de confirmação de privilégios que o seu pai outorgara aos catalães: “Dom pedro pella graça de deus Rey de Portugal e do algarue A quantos esta carta virem faço saber que os mercadores catelaães do senhorio d aragom e do regno de mayorcas moradores na cidade de lixboa me disserom que per el rrey dom afomso meu padre (...) lhes foram dados priujllegios e liberdades (...) Tenho por bem e mando que eles e seus aueres andem pollo meu senhorio seguramente”.¹⁹ Esta confirmação foi concedida pelo facto de os referidos catalães morarem no reino há muito tempo, e também pelo serviço que prestavam ao rei. Em 7 de março de 1363 verifica-se nova outorga de privilégios, agora a mercadores: milaneses, genoveses, prazentins (de Piazenza em Itália) e corsins (de Cahors em França): “Dom pedro pella graça de deus (...) sabede que os prazentijs e janueses e mjlaneses e corcijs mercadores moradores em essa cidade (...) E que nunca eles forom constangidos nem ouuerom outro carregadores contra sas vontades que carregasse os seus aueres”.²⁰ Ou seja, estes mercadores ficavam dispensados de recorrer ao carregador Martim Simão, a quem D. Pedro I tinha incumbido de controlar toda a logística mercantil (pesos, medidas, etc.) de todos os mercadores que fossem de fora do reino. A única informação que podemos obter sobre as relações entre Portugal e Inglaterra em tempo de D. Pedro I resume-se apenas ao envio de uma embaixada à Gasconha pelos finais de 1366. Nessa embaixada, segundo nos informa Fernão Lopes, seguiram o Bispo de Évora e Gomes Lourenço de Avelar; o objetivo seria pedir desculpa ao Príncipe Negro pelo facto de não acolher em Portugal o seu sobrinho Pedro I de Castela e as suas filhas, pois temia represálias por parte de Henrique de Trastâmara: “Como elRei de Purtugal enviou seus embaixadores a casa do Principe de Gallez por se desculpar do que elRei Dom Pedro dizia. (...) e mandou alla os bispo Devora, e Gomez Louremço do Avelaal, os quaaes chegarom a Gosconha, homde elRei e o Principe por estomçe stavom(...)”.²¹

¹⁹ *CHANCELARIAS PORTUGUESAS – D. Pedro I*, 1984, Doc. [758], p. 342.

²⁰ *CHANCELARIAS PORTUGUESAS – D. Pedro I*, 1984, Doc. [786], p. 352.

²¹ *Crónica de D. Pedro I*, 1986, Cap. XLII, p.191-192.

Embora o tratado de comércio e amizade celebrado no tempo de D. Afonso IV nunca fosse rigorosamente cumprido²², foi com D. Fernando (1367-1383) que se avançou para outro patamar diplomático e, com isso, surgem as primeiras alianças de cariz militar entre Portugal e Inglaterra.

2 - Os tratados de amizade e assistência mútua nos períodos das Crises (1369-1385)

2.1 - “Guerras Fernandinas”. Tratados de amizade com Inglaterra e pactos de paz com Castela

Como é do conhecimento geral, o reinado de D. Fernando foi pautado por algumas opções arriscadas no que toca à política externa; e na nossa opinião, o grande problema que afetou este monarca “foi o de ter-se imiscuído nas contendidas dos reinos vizinhos.”²³ Quando Pedro I de Castela, o *Cruel* (1350-1369) morre às mãos do seu meio-irmão Henrique, conde de Trastâmara (1369-1379) depois da batalha de Montiel, muitos castelhanos do partido derrotado exilados em Portugal fizeram crer a D. Fernando que o trono de Castela seria, por direito, seu. Após obter apoio dos defensores de seu primo Pedro I, “(...) Elrei disse que de Castella seeria Rei quem Deos quisesse, mas que el se trabalharia a todo seu poder de vimgar a morte delRei Dom Pedro seu primo (...)”.²⁴

Esta informação, que nos é transmitida por Fernão Lopes, deixa bem claro que esta guerra com Castela era para levar avante. As chamadas “Guerras Fernandinas”, para além de já terem sido exaustivamente estudadas, não são o nosso objeto de estudo. No entanto, torna-se indispensável sumariar alguns pontos dessas contendidas, pois têm implicações diretas nas relações com Inglaterra. Como vimos, D. Fernando decidia-se pela guerra por “uma exigência política (...) pressionado pelos «petristas», começou a tomar medidas administrativas e cunhou moeda, como quem já se sentia Rei de Castela, cujo título passou a usar”.²⁵ Os acordos diplomáticos pactuados logo em 1369 tanto com o Rei mouro de Granada Maomé V (1354-1391) como com Pedro IV, Rei de Aragão (1336-1387) serviriam de suporte militar. No desenrolar da 1ª Guerra Fernandina (1369-

²² Veja-se o caso em tempo de D. Afonso IV, por volta de 1357, em que se reclamava a restituição das mercadorias do navio São-Salvador, apresado pelos franceses e conduzido a um porto inglês, e Eduardo III alega que as fazendas roubadas se achavam em poder de inimigos, como seus próprios bens, e por este modo fora da posse dos mercadores portugueses, sendo assim adquiridas pelos ingleses pelo direito de guerra. CLARO, V. João, 1943, p.23.

²³ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p. 41.

²⁴ *Crónica de D. Fernando*, 1966, Cap. XXV, p. 76.

²⁵ MARTINS, Armando – *Guerras Fernandinas*. Matosinhos: QuidNovi, 2008, p. 41.

1371), esses mesmos apoios do Rei de Granada e de Pedro IV de Aragão ao que parece não se tornaram efetivos; se por um lado, o Rei de Granada parece ter traído D. Fernando, ao aliar-se com Henrique II de Castela, por outro, o impasse verificado na hipotética aliança com Aragão também não ajudou. Além disso, a estratégia militar e a ineficácia do cerco diplomático de D. Fernando traduziram-se num autêntico fracasso. No dia 22 de março de 1371 é assinado o Tratado de Paz de Alcoutim, pondo assim fim à 1ª Guerra Fernandina.

No início desta contenda com Castela (1369), Eduardo de Gales, *Príncipe Negro* (1330-1376), filho de Eduardo III, ambicionava ocupar o trono de Castela. Para isso, chegou a elaborar com o Rei de Aragão um plano para atacar Castela. Mas, ao que tudo indica, ficou surpreso com a chegada de dois embaixadores portugueses a Bordéus a informar que D. Fernando já se intitulava também Rei de Castela; informação essa que Fernão Lopes sublinha: “mandou fazer queixume ao Papa, e a elRei de Ingraterra, e a seus filhos, do mal e desomra que Dom Henrique avia feito a elRei Dom Pedro seu primo, em no matar daquela quisa, e lhe tomar o reino; e que a esto forom Dom Martim Gil bispo Devora, e o almiramte, quando os elRei mandou em mensagem ao Primçipe e a outros senhores em duas gallees”.²⁶ Quis o destino que o Príncipe Negro preferisse concentrar-se nos problemas militares na Gasconha e em França, abandonando assim o projeto da conquista de Castela. Mais: o Príncipe Negro, ao participar na Guerra Civil de Castela (1367-1369) ao lado de Pedro I, ficou seriamente ferido, o que contribuiu para a renúncia, em 1371, ao ducado da Aquitânia, passando o testemunho ao seu irmão John of Gaunt. Portanto, D. Fernando teve a via aberta para tomar Castela, tal como já referimos e com as consequências que podemos constatar.

No período que se segue à Paz de Alcoutim, o quarto filho de Eduardo III, John of Gaunt (1340-1399), casa em segundas núpcias em setembro de 1371 com a filha de Pedro I, Constança de Castela (1354-1394). Num ápice, John of Gaunt passa a intitular-se Rei de Castela e Leão por via do seu casamento com Constança, acrescentando esse título ao título de Duque de Lencastre, que já possuía e, posteriormente, o de Duque da Aquitânia (1390). No que diz respeito às pretensões de John of Gaunt ao trono de Castela, dedicaremos mais à frente um resumo a esta temática; nesta parte deste trabalho queremos apenas referir os tratados diplomáticos, entre Portugal e Inglaterra.

²⁶ *Crónica de D. Fernando*, 1966, Cap. XXV, p. 76.

Ainda no seguimento do fracasso na Primeira Guerra com Castela e da consequente assinatura do tratado de paz com o mesmo reino peninsular, “D. Fernando buscava quem o apoiasse para romper a paz de Alcoutim”.²⁷ John of Gaunt estava a trabalhar em duas frentes para a conquista de Castela: Reino de Aragão e Portugal. Como as negociações com o Rei de Aragão caíram num impasse devido à inércia de Pedro IV, o Duque de Lencastre virou-se para Portugal. Se John of Gaunt propusesse a D. Fernando uma aliança militar satisfatória, tal como sugere Peter Russel, e lhe desse garantias adequadas de auxílio militar inglês, então o rei de Portugal mostrar-se-ia seguramente disposto a associar-se à iminente invasão lancasteriana de Castela.²⁸ Ao que parece, D. Fernando aceitou de bom grado essa aliança; tanto que, no dia 10 de julho de 1372, é assinado na Igreja de S. Salvador de Tagilde (conselho de Vizela), um tratado de aliança militar entre os dois países; D. Fernando e os dois plenipotenciários de John of Gaunt, João Fernandes Andeiro e Roger Hore concluíram o “primeiro tratado do seu senhor, na sua pretensa qualidade de príncipe reinante”.²⁹

“Em nome de Deus amen. Sabham quamtos esta carta de perduravel firmidoem virem como na Era de mil quatrocentos e dez annos convem a saber dez dias do mes de julho na Egreja de Sam Salvador de Taagilde de Arcebispado do Bragaa stando hi presentes o muito alto e mui nobre dom Fernando pela graça de Deos Rey de portugal e do Algarve E Joham fernandez Andeyro cavaleyro e Roger hoor scudeiro mesegeiros e procuradores do muito alto e mui nobre dom Joham per essa meesma graça Rey de Castela e de leon e duc de Lencastre e outrosy mesegeiros e procuradores da muita alta e mui nobre Senhora Reynha dona Costança sua molher per huma procuraçom dos ditos Senhores Rey e Reynha de Castela da qual o teor adeante scripto o dito senhor Rey de portugal em Seu nome e da muito alta e mui nobre Senhora Reynha dona leonor sua molher e de todos seus sucessores e herdeiros e os ditos procuradores Joham fernandez e Roger hoor em nome dos ditos Senhores Rey dom Joham e Reynha de Castela e de todos seus sucessores e herdeiros per poder da dita procuraçom firmarom antre sy amizades e lianças pera senpre valedoiras na maneira que se segue: Primeiramente prometerom que serom prouguelhhis e outorgarom que fossem boons leaaes fieles e uerdadeiros amigos pera senpre e que se amassem bem e uerdadeiramente e que em nenhuim tempo non fossem

²⁷ MARTINS, Armando, 2008, p. 60.

²⁸ RUSSEL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000 (ed. original inglesa de 1955), p. 217.

²⁹ RUSSEL, Peter E., 2000, p.221.

huũm contra o outro nem contra seus Regnos e sucessores e herdeiros per sy nem per outrem e que cadahuũm deles fizesse todo seu poder pra arredar dapno contra e desfazimento do outro. Primeiramente: prometerom, quiserom, prouguelhes e outorgarom que fossem boons, leaaeis, fieeis e uerdadeiros amigos para senpre e que se amassem bem e uerdadeiramente e que em nenhuum tempo nom fossem huum contra o outro nem contra seus regnos e suççesores o herdeiros por sy nem por outrem E que cadahuum deles fizesse todo seu poder para arredar dampno, torua o desfazimento do outro. (...)”.³⁰

Em 16 de junho de 1373, como confirmação do tratado de Tagilde, cerca de um ano antes, D. Fernando através dos seus plenipotenciários João Fernandes Andeiro e Vasco Fernandes, Chantre da Sé de Braga, assina em Londres o Tratado de Westminster. Pelo lado do Rei da Inglaterra, são nomeados como plenipotenciários William, para além de ser senhor de Latymer, exercia a função de conselheiro do rei inglês, assim como Mestre Thomaz, conselheiro jurídico de Eduardo III e membro do Tribunal da Cantuária. Ficava assim garantida, para a Inglaterra, a neutralidade portuguesa no conflito que travava com a França e eram asseguradas, às duas partes contratantes, vantagens comerciais que a ambas interessavam. Este foi o último tratado assinado por um monarca da dinastia afonsina, com os ingleses; o qual pouco ou nada trouxe de vantajoso às pretensões portuguesas.³¹

Na terceira e última Guerra Fernandina (1381-1382), assistimos a uma ‘pseudo-ajuda’ inglesa. Mas vamos por partes: ao que parece, D. Fernando não aprendera a lição. Em 15 de julho de 1380, rompeu novamente o tratado de paz com Castela, ao assinar um acordo “pelo qual o duque de Lencastre se comprometia a enviar em auxílio do rei português dois mil homens de armas e archeiros para lutar contra Castela.”³²; este acordo

³⁰ PACHECO, Maria José - *Texto do Tratado de Tagilde*. In Avicella: Antologia sobre Vizela e seu Termo, 1984; PINTO, Sérgio Silva - *O Primeiro Tratado de Aliança Anglo-Português - Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372*. Braga: Edições Bracara Augusta, 1948; RUSSELL, Peter E., 2000, p. 595-598.

³¹ Veja-se, por exemplo, as consequências do Tratado de Tagilde; apesar do segredo em que se tentou envolver este Tratado, a notícia depressa chegou a Castela. Henrique II enviou a Portugal um embaixador, Diogo Lopes Pacheco bem como o Bispo de Singuenza. Ao que parece, as ilações foram depressa tiradas. A guerra ia ser em breve declarada. Não demorou muito a invasão de Castela a Portugal; em agosto de 1372, Henrique II encontra-se em Zamora a recrutar tropas, em dezembro do mesmo ano, invade Portugal, dando início à segunda Guerra Fernandina. D. Fernando convenceu-se de que a ajuda Inglesa seria uma realidade, mas desiludiu-se. O rei de Portugal via-se com o fardo de mais uma guerra perdida, desiludido com os ingleses e, por fim, foi forçado a aceitar o Tratado de Paz de Santarém, assinado definitivamente em 24 de março de 1373 com Henrique II de Castela, graças ao qual a política externa portuguesa ficou totalmente controlada por Castela e, indiretamente, por França. CLARO, V. João, 1943, p.25-26.

³² MARTINS, Armando, 2008, p.77; Fernão Lopes tem uma quantificação um pouco diferente, mas especifica quantos são uns e outros na sua *Crónica de D. Fernando*: “ (...) oito çentas lamças, e outros tantos archeiros (...)”, Cap. LXIX, p. 182.

foi elaborado em Estremoz, sob um total secretismo, com João Fernandes Andeiro³³. Sabe-se que se D. Fernando tivesse que escolher uma aliança, optaria por fazê-la com Inglaterra e nunca com Castela uma vez que não queria desistir do trono deste reino. Mas as coisas não lhe correram de feição. As informações, por mais confidenciais que fossem, acabavam por se saber. Juan I de Castela, filho do falecido Henrique II, soube do tratado assinado entre D. Fernando e Ricardo II, neto de Eduardo III, e confirmado em 14 de maio de 1381. Como resultado, Portugal teve de enfrentar uma nova guerra com Castela. Esta guerra inicia-se com uma pesada derrota da armada portuguesa infligida na batalha naval de Saltes em 17 de julho de 1381; este foi o prenúncio de um mau começo, para uma batalha que se presumia que iria acabar mal.

A ajuda inglesa finalmente chegou a Portugal em 19 de julho de 1381. A força inglesa era liderada pelo conde de Cambridge, Edmundo de Langley (1341-1402), que, para além da família, trazia com ele 3.000 homens de guerra, na sua maioria mercenários, que portanto combatiam por dinheiro e que, desde que puseram o pé em terra firme, revelaram ao que vinham: criar problemas. A péssima e desorganizada ajuda dos ingleses levou a que D. Fernando só tivesse uma solução para a situação caótica que a guerra ia provocando: negociar uma vez mais a paz com Castela. Em 9 de agosto de 1382 é assinado em Elvas o Tratado de Paz com Castela. Entre as muitas e já conhecidas exigências, a que ficou mais notória foi a obrigatoriedade da filha de D. Fernando casar com o filho de Juan I. Contudo, tal acabou por não se verificar, porque entretanto Leonor de Aragão morreu em setembro de 1382 e Juan I, ao encontrar-se viúvo, entendeu preferível casar com D. Beatriz, o que ficou acordado no dia 2 de abril de 1383 pelo Tratado de Salvaterra de Magos. Esse casamento veio a realizar-se em 17 de maio de 1383. Na sequência destes incidentes conjunturais, ocorreu a morte de D. Fernando. Começava assim a Crise de 1383-1385.

³³ Note-se que, segundo o que estipulava o tratado de Santarém de 24 de março de 1373, uma das proibições era que João Fernandes Andeiro não podia entrar em Portugal. MARTINS, Armando, 2008, p.77.

2.2 - As pretensões de John of Gaunt ao trono de Castela

2.2.1 – O Príncipe Negro e John of Gaunt na Guerra Civil em Castela (1367-1369)

Como nota introdutória deste ponto, analisaremos as pretensões de John of Gaunt ao trono castelhano que, como vimos, se iniciaram com o seu casamento com Constança de Castela. Já no âmbito da crise portuguesa de 1383-85, veremos também o papel que o Mestre de Avis desempenhou neste objetivo traçado pelo Duque de Lencastre.³⁴ Começamos pelo lado inglês: afinal quem era John of Gaunt e que objetivos tinha na sua ‘agenda’? Não cabe neste trabalho fazermos uma biografia do pai da futura Rainha de Portugal, pois outros estudos já se ocuparam dessa tarefa. No entanto, devemos destacar algumas dimensões da esfera Lancasteriana. John nasceu em Gand, na Flandres, em 6 de março de 1340, sendo o quarto filho de Eduardo III e Filipa de Hainault; numa altura em que Eduardo III reclamava o trono francês ocupado por Filipe VI (1293-1350). Portanto, praticamente todo o séquito real estava em solo continental à procura de apoio para o conflito, à exceção de Eduardo, Príncipe de Gales; esse príncipe procurava fundos para sustentar a caríssima campanha continental. Como menciona Manuela Santos Silva, John of Gaunt “ficou conhecido depois das dramaturgias de William Shakespeare sobre os reis de Inglaterra Richard II e Henry IV”.³⁵ Não aspirava alcançar o trono inglês, por ser o terceiro filho barão do casal real; esse destino era o do seu irmão Eduardo. Quis o destino que Eduardo III visse a morte do seu filho, Eduardo, o Príncipe Negro, um ano antes da sua própria morte. Apesar de o protagonismo ser atribuído a Eduardo, ao que parece, John nutria uma grande afeição pelo irmão. Aliás, nota-se a presença de John ao lado de Eduardo, o Príncipe herdeiro e representante do rei na Aquitânia. Na nossa opinião, a vida política, social e patrimonial de John começa a alterar-se com os seus dois casamentos. “Em 1359, a noiva escolhida para casar com John também lhe auspiciava um próspero e

³⁴ Já se efetuaram uma série de estudos mais ou menos interessantes sobre John of Gaunt, mas salienta-se o de Sydney Armitage-Smith: *John of Gaunt: King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster*, de 1905 (como se vê, é um trabalho com mais de um século). Outro estudo de grande valia e muito recente é o de Anthony Goodman, *John of Gaunt: The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*, de 1992. Em Portugal, Manuela Santos Silva é quem se tem dedicado mais ao estudo da casa Lencastre, nomeadamente no seu artigo: “*John of Gaunt*”, *Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão: a “praxis” de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos*”, publicado em 2009, bem como: *Philippa of Lancaster, queen of Portugal: educator and reformer*, publicado também em 2009 e, finalmente, a biografia de Filipa de Lencastre, a Rainha inglesa de Portugal, publicado em 2014.

³⁵ SILVA, Manuela Santos – *A Guerra e a Sociedade na Idade Média.VI JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS*, Batalha, 2009 — “John of Gaunt, Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão: a “praxis” de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos”. Batalha: 2009. p. 160.

dignificante futuro”.³⁶ Esta noiva era Branca de Lencastre (1345-1368?), filha de Isabel de Beaumont (1320-1361) e de um cavaleiro de Eduardo III, Henry de Grosmont (1304-1361), titular na altura dos Condados de Derby, Lancaster, Leicester, Lincoln e feito entretanto Duque de Lancaster.³⁷ Quis o destino que a peste vitimasse o sogro, a sogra (1361) e a cunhada (1362) de John, legando assim ao jovem casal o vasto património que Henry de Grosmont possuía. O casal teve três filhos, – não incluindo, claro, os que acabaram por morrer logo após o parto – a saber: Filipa de Lencastre (1363-1415), que veio a ser a Rainha de Portugal, Isabel Plantageneta (1363-1426) e Henrique (1366-1413), que viria a ser coroado Rei da Inglaterra como Henrique IV, em 13 de outubro de 1399. Acreditamos que John of Gaunt por esta altura seria a pessoa mais rica de Inglaterra. Apesar disso, não deixou de se relacionar com o resto das pessoas que gravitavam em torno da Casa de Lencastre; prova disso, e como refere Manuela Santos Silva, “Para além dos castelos residenciais inúmeros outros serviam de centro de exploração agrícola e venatória, sendo frequentados por numerosos feudatários, rendeiros, caçadores, lenhadores e camponeses ao serviço dos Duques. Constituíam a verdadeira fonte de riqueza e de sustento de muito mais de três centenas de pessoas e permitiam à família e clientela do Duque alcançar um nível de vida inusual para a época, mesmo entre os seus pares”.³⁸

Quando a sua esposa, Branca de Lencastre, morre em 1368 (?), este equilíbrio social, ao que parece, viu-se abalado. As campanhas militares começaram a fazer parte da vida do Duque, nomeadamente na Escócia, na Aquitânia e no novo cenário existente na Península Ibérica. Mas é neste último cenário que John refaz a sua vida matrimonial. Por ironia do destino, a proximidade da Aquitânia com Castela originou a participação espontânea do Príncipe Negro e de John no conflito civil entre Pedro I de Castela e Henrique de Trastâmara, nomeadamente na Batalha de Nájera em 3 de abril de 1367, que culminou com uma vitória expressiva para o lado dos ‘petristas’. Salienta-se que Pedro I de Castela solicitou ao seu tio Pedro I de Portugal apoio militar para Nájera, tal como adianta Fernão Lopes: “ElRei Dom Pedro estando em Sevilha, soube novas destas cousas todas, e posto em gram pensamento, acordou com os seus demviar pedir ajuda a elRei de Purtugal seu tio”.³⁹ Ora, a ajuda vitoriosa dos ingleses à causa de Pedro I de Castela

³⁶ SILVA, Manuela Santos, 2009, p. 161.

³⁷ SILVA, Manuela Santos, 2009, p. 161.

³⁸ SILVA, Manuela Santos, 2009, p. 163.

³⁹ *Crónica de D. Pedro I*, 1986, Cap. XXXVII, p.171.

aproximou – ainda como reféns – as três filhas do Rei castelhano aos dois filhos de Eduardo III de Inglaterra.⁴⁰ Como resultado, John casa com Constança de Castela – em setembro de 1371 – e Edmundo casa com Isabel – março de 1372. No que diz respeito a este último matrimônio, assistimos também a uma tentativa de casamento do filho destes, Eduardo de Norwich (1373-1415), com D. Beatriz de Portugal, por altura da terceira Guerra Fernandina.

2.2.2 - John of Gaunt, Duque de Lencastre e rei de Leão e Castela

O ponto de ebulição surge após a morte de Pedro I de Castela em Montiel, decorria o ano de 1369, e a conseqüente ascensão de Henrique de Trastâmara como Rei de Castela, tal como já foi referido anteriormente. Pelos finais de 1371, o Conselho inglês colocou em cima da mesa o assunto da pretensão de John ao trono de Castela. Não estava em causa o seu casamento com uma infanta castelhana; aliás, Eduardo III não se opôs a tal enlace, colocava-se a questão noutra patamar: como é que John poderia ser reconhecido como Rei de Castela, estando ele no principado da Aquitânia ou mesmo em Inglaterra, e até que ponto seria uma mais-valia para Inglaterra esse trono? Já se sabe que, do ponto de vista de legalidade, o seu estatuto como herdeiro de Pedro I de Castela era legítimo. Agora, John ao desejar o trono castelhano implicava dizer não a qualquer tentativa de entendimento com Henrique de Trastâmara. Sabia-se que Henrique nutria simpatia por França, além de gravitarem na esfera da corte castelhana magnates franceses. Isto tudo significava que Henrique não iria quebrar a aliança franco-castelhana. Portanto, John ao contrair matrimônio com Constança simbolizava, nas palavras de Peter Russell, “as esperanças dos castelhanos que continuavam desavindos com a dinastia trastâmara e com as orientações políticas que lhe estavam associadas”.⁴¹ Perante esta evolução, o Conselho inglês, no dia 30 de janeiro de 1372, deu o consentimento a John para alterar o seu brasão

⁴⁰ Mesmo antes da vitória na Batalha de Nájera, Pedro I de Castela teria acordado com o Príncipe Negro o pagamento da sua intervenção contra Henrique de Trastâmara. Como a situação económica em Castela estava depauperada, Pedro I tentou ao máximo protelar esse pagamento. Já sem margem de manobra, Pedro I dá como garantia as suas três filhas, que ficam como reféns em Gasconha e a 6 de Maio, num documento publicado em Las Huelgas, o rei castelhano reconheceu o seu passivo para com o Príncipe, num montante recentemente calculado, e comprometeu-se a pagar metade do mesmo no prazo de quatro meses. O restante seria liquidado em Bayonne no dia de Páscoa do ano seguinte (1368). Até ao pagamento da primeira prestação, o exército inglês permaneceria em Castela e as três filhas de Pedro I continuariam retidas na Gasconha como reféns. Pedro I de Castela nunca chegou a pagar o acordado. RUSSELL, Peter E., 2000, p. 139-153.

⁴¹ RUSSELL, Peter E., 2000, p.201.

incluindo nele as armas dos reis de Castela e Leão, para além da autorização do uso do título real. E começa aqui a sua longa empresa para avançar o trono de Castela.

O facto de John não se encontrar em Castela não implicava que não estivesse rodeado de castelhanos. Ao que parece, gravitava na corte Lancasteriana muita gente proveniente de Castela; isto porque o principal catalisador da presença desses inúmeros elementos foi a guerra civil que assolou Castela durante a década de 60 do Século XIV, bem como o seu casamento com Constança. Conquanto o desastre de Montiel obrigasse à fuga dos “petristas”, nomeadamente para Portugal, de onde, por imposição castelhana, foram posteriormente expulsos⁴², contudo, notamos a presença de muitos desses elementos em Inglaterra⁴³. Foram esses mesmos elementos que pressionaram para que John empreendesse a campanha de Castela. Durante o período de 1373 a 1380, vemos um duque de Lencastre totalmente dedicado à política interna de Inglaterra. Se o Príncipe herdeiro havia falecido em 8 de junho 1376, Eduardo III, em 21 de junho 1377, com 65 anos e incapacitado, tem o mesmo destino. Ao que parece, “um sem número de suspeitas recaíam sobre John que era acusado de querer ascender ao trono em lugar do sobrinho Richard”.⁴⁴ Ou seja, este ambiente pouco saudável em torno da sua pessoa, agravado por “uma atmosfera de intrigas (...), coincidindo com uma revolta de camponeses por causa de uma questão tributária, ele acabou por ser alvo principal da fúria da população que destruiu pelo menos dois dos seus palácios”,⁴⁵ parece ter sido responsável pelo regresso do interesse por Castela.

⁴² “O tratado [assinado em Santarém em 19 de Março de 1373], de que foi negociador o Legado Pontifício Guido de Monfort, entre outras cláusulas, estabelecia a de aliança com os reis de Castela e de França contra o rei de Inglaterra, especialmente contra o duque de Lencastre, e a expulsão de 28 fidalgos castelhanos [de Portugal], nominalmente indicados, entre os quais se contava o agente inglês João Fernandes Andeiro, negociador do tratado anglo-luso de 1372 [tratado de Tagilde].”, CLARO, V. João, 1943, p.26.

⁴³ “O principal contributo para a atmosfera hispânica da corte do Pretendente era dado, no entanto, pela presença ou proximidade dos vários cavaleiros *emperogilados* que, com as respectivas comitivas, haviam conseguido chegar a Inglaterra. Alguns tinham vindo com a delegação que, em finais de 1371, acompanhara o recém-casado no seu regresso de Bordéus. Mas o principal afluxo não teve lugar senão em 1373, quando Fernando de Portugal se viu obrigado por Enrique II a expulsar uma longa lista de refugiados *emperogilados* que o usurpador entendia serem perigosos.”, RUSSELL, Peter E., 2000, p.208.

⁴⁴ SILVA, Manuela Santos, 2009, p. 168.

⁴⁵ SILVA, Manuela Santos, 2009, p. 168.

2.3 - Crise em Portugal: o período de interregno (1383-1385)

2.3.1 - O Mestre de Avis e a política diplomática com Inglaterra

Entretanto em Castela já reinava Juan I, filho de Henrique II, que tinha morrido em 29 de maio de 1379. Em Portugal, D. Fernando havia morrido em 22 de outubro 1383, dando origem a um período de Interregno entre 1383-1385. Tanto a historiografia portuguesa como a estrangeira têm dedicado ao longo dos anos aturados estudos a este problema que assolou Portugal. Contudo, a pertinência deste tema obriga-nos a abordar alguns assuntos relacionados com o objetivo deste trabalho.

Tal como já referimos, no dia 2 de abril de 1383 é assinado em Salvaterra de Magos o Tratado que hipotecou seriamente a independência de Portugal. Não queremos emitir um juízo de valor sobre o Tratado, pois, como nota Luís Miguel Duarte, “não parece um primor de elaboração jurídica nem de direito constitucional (é expressivo o facto de os historiadores ainda hoje terem dificuldade em o resumir) (...)”.⁴⁶ Ora, bem vistas as coisas, o que importa salientar é a cláusula sobre quem herdava o trono português. D. Fernando morreu aos 38 anos sem herdeiros masculinos, e como vigorava a lei sálica,⁴⁷ a sucessão era reencaminhada, por ‘vias travessas’, para o marido da herdeira, D. Beatriz. Embora, o Tratado de Salvaterra de Magos mencionasse outro caminho: quando um hipotético filho varão de Juan I com D. Beatriz tivesse 14 anos herdaria o trono português: “Outro si por que voomtade delRei Dom Fernando era que os Regnos de Portugal, em quanto seer podesse, nunca fossem juntos aos Regnos de Castella, mas sempre regnos per si, como os possoirom seus antijgos avoos(...) porem foi outorgado, que em quanto elRei de Castella vivesse, ataa que o Iffamte ouvesse filho, e fosse de hidade passados de quatorze anos, que o Regimento dos ditos Regnos assi na justiça, como em todallas outras cousas da mayor ataa mais pequena, que a Regimento dhuim Regno perteeemçe, todo fosse feito pella Rainha Dona Lianor(...)”.⁴⁸ A verdade é que nada disto aconteceu. Perante este cenário, D. Leonor Teles iniciou a regência do reino, como previsto, como: “Rainha por Regedor e Governador do Reino, como nos traustos era comtheudo; husamdo de toda jurdiçom e senhorio, em quitar menageens, e

⁴⁶ DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa*. Matosinhos: QuidNovi, 2007, p.27.

⁴⁷ “Lei Sálica, um costume antigo, passado a escrito no tempo de Clóvis, por 490, e depois sucessivamente reinterpretado, que regulava inicialmente o acesso dos herdeiros masculinos e femininos a um determinado tipo de terras, mas que já no século XIV foi alargado para dificultar o acesso de mulheres ao trono”, DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.9.

⁴⁸ *Crónica de D. Fernando*, 1966, Cap. CLVIII, p.441.

apresentar igrejas, confirmando seus boons husos e costumes aas villas e çidades, que lho requerir emviavom, como tem husamça de fazer huũm Rei (...).⁴⁹ Conforme Pero Lopez de Ayala adianta, Juan I de Castela ficou a par do falecimento do seu sogro através de uma carta enviada pelo irmão de D. Fernando, D. João, Mestre de Avis (!): “ (...) é aun ovo cartas de grandes omes del Regno de Portugal en que ge lo facian saber, pidiendole por merced que quisiese ir allá. E el primer ome del Regno de Portugal que le escribió como el Rey Don Fernando era finado, é que acuciase su caminho en ir á tomar el Regno de Portugal, que pretenescia de derecho á la Reyna Doña Beatriz su muger, fué Don Juan Maestre Davis, hermano del Rey Don Fernando (...).”⁵⁰ Esta passagem de Ayala é da maior importância: o cronista castelhano afirma que o primeiro a solicitar a entrada em Portugal de Juan I de Castela, para reclamar o trono, foi o Mestre de Avis, o futuro rei de Portugal. Com isso parece que o Mestre teve um comportamento ambíguo. Fernão Lopes não fala desta eventual carta. Das duas uma: ou a carta existiu mesmo, como escreveu Ayala, e o comportamento de D. João revela-se no mínimo discutível (e o silêncio de Fernão Lopes comprometedor), ou não existiu, e foi uma invenção do cronista castelhano para desprestigiar o futuro D. João I de Portugal. De momento não temos provas definitivas para resolver esta dúvida, pelo que fica à liberdade de cada investigador formar a sua própria opinião.

A política pró-castelhana levado a cabo pela regente do reino, D. Leonor Teles, era pública e notória, agravando ainda mais a sua imagem pelo facto de ser claramente influenciada pelo nobre galego João Fernandes Andeiro – pelo menos é isso que diz Fernão Lopes. Isso nota-se na proteção de que era alvo a nobreza terratenente; o que aliás faz sentido, pois a família de Leonor Teles pertencia precisamente a essa fidalguia terratenente. A ‘arraia-miúda’ não se esquecia dos problemas gravíssimos que as Guerras Fernandinas lhe trouxeram; agora, juntava-se a ela, embora com algumas hesitações, a burguesia urbana. Uma outra facção político-social integrava as ordens religiosas-militares – bases sólidas da independência nacional e ainda com o pensamento típico de cruzada – , a pequena nobreza (cavaleiros e escudeiros) que desejava algo que lhe garantisse terras, honras e títulos, enfim... de acordo com os princípios da cavalaria medieval. Portanto, encontramos aqui duas facções algo distintas que iriam dar um novo rumo aos

⁴⁹ *Crónica de D. Fernando*, 1966, Cap. CLXXIII, p.477.

⁵⁰ *Crónicas de los Reyes de Castilla, Don Pedro, Don Enrique II, Dom Juan I, Don Enrique III*. Madrid: Imprensa Dom António de Sancha, 1780, La Crónica Del Rey Don Juan el Primero de Castilla e de León, Año Quinto, Cap. VII, p. 175.

acontecimentos no período do Interregno. Na presença deste cenário, e na iminência de uma nova invasão castelhana, parece ter começado a surgir um sentimento patriótico que uniu estas duas fações, ainda que esta ideia deva ser tomada com as devidas cautelas. Analisemos: Nuno Álvares Pereira (1360-1431), um elemento da pequena nobreza; D. João, Mestre de Avis, um mestre de uma ordem religiosa-militar; Álvaro Pais, um elemento de serviço do rei; finalmente, a “arraia-miúda”, os indivíduos determinantes no apoio à causa do Mestre de Avis: temos aqui os elementos necessários para efetuar uma conspiração contra a pessoa que, para muitos portugueses, era o responsável por todos os males do reino: João Fernandes Andeiro. Nas palavras de Fernão Lopes, o “homem honrado e de boa fazenda [Álvaro Pais]” dirige-se ao Mestre tão convicto e esclarecido, que assegura a sua participação na conspiração, garantindo que o povo estaria com ele, consoante o desejo manifestado pelo Mestre.

No dia 6 de dezembro de 1383, o plano foi avante e com sucesso: “ O Meestre que mais voomtade tinha de o matar que destar com elle em rrazões, tirou logo huñ cuitello comprido, e enviulhe huñ golpe aa cabeça; porem nom foi ferida tamanha que della morrera, se mais nom ouvera.(..) e Rui Pereira que mais acerca, meteo huñ estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto”.⁵¹ Na sequência do atentado que vitimou o Conde Andeiro, Álvaro Pais clama aos da cidade de Lisboa que matavam, no paço, D. João, Mestre de Avis, ao que o povo reage gritando: “Acorramos ao Meestre, amigos, accorramos ao Meestre, ca filho he delRei dom Pedro”.⁵² Isto, claro, a acreditarmos na narrativa de Fernão Lopes, que escreve a sua crónica muitas décadas depois do sucedido. Esta adesão popular demonstra que o povo da capital estava com o Mestre, porque, em primeiro lugar, seria talvez mais representativo da Nação, e em segundo lugar, era filho de um rei português. A unanimidade popular exteriorizada parece ser ímpar: “A gemte começou de sse juntar a elle [Álvaro Pais], e era tanta que era estranha cousa de veer. Nõ cabiam pelas ruas primçipaaes, e atreuessavom logares escusos, desejando cada huñ de seer o primeiro; e preguntamdo huñs aos outros quem matava o Meestre? Nom mimguava quem rrespomder que o matava o Comde Joham Fernamdez per mandado da Rainha”.⁵³ Mas a arraia-miúda queria ver para crer. Ver o Mestre, está claro. Muitos já “braadavom por lenha” para colocar o paço a arder com o “treedor e aleivosa”. A situação ficou mais serena quando o Mestre apareceu à multidão a informar que quem morrera foi o Conde

⁵¹ *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945, Vol. 1, Cap. IX, p.22.

⁵² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XI, p.24.

⁵³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XI, p.25.

galego e não ele: “Alli sse mostrou ho Meestre a hua grande janella que viinha sobre a rrua omde estava Alvaro Paez e a mais força de gemte, e disse: Amigos apacificaae vos, ca eu vivo e saão soom a Deos graças”.⁵⁴ A alegria apoderou-se de todos a ponto de fazerem um apelo a todas as igrejas para que repicassem em sinal de vitória.

Mas nem todos gostaram de tal notícia; e como tal, arriscavam-se a ser vistos pelos populares como inimigos da pátria. Na Sé de Lisboa, a decisão dos populares encabeçados por Álvaro Pais não foi respeitada pelo bispo D. Martinho, que era natural de Zamora. Ora, ao fazê-lo, levantou suspeitas da ligação que tinha à causa de Castela. O povo não descansou enquanto o bispo não foi lançado do alto da torre, assim como o prior de Guimarães que estava com ele; um tabelião de Silves, que se encontrava nesse local (no local errado, à hora errada) foi assassinado pelo ímpeto dos populares, que cada vez mais se tornavam partidários do Mestre, que começava a ser visto como um herói nacional. O ódio generalizou-se; todos os que fossem pela rainha eram por Castela. As riquezas dos judeus de Lisboa podiam servir o Mestre a financiar a defesa do reino; ou, pelo menos, o vazio de poder permitia que alguns pensassem em saquear a judiaria, por pura cobiça e preconceito de raça. Mas foi o próprio Mestre a dissuadir o povo para que não atacasse os judeus, porque ele trataria de falar com eles: “Amigos, disse elle, nõ queiraaes esta cousa fazer, mas leixaae vos a mim esse cuidado, e eu poerei sobrello rremedio”.⁵⁵ Como vimos, a ação popular foi determinante para esta fase inicial e mais conspiratória. Contudo, estes atos não podiam ter seguimento se não se transformassem em efetivos poderes políticos. A vida de todos os envolvidos neste golpe palaciano corria perigo. O Mestre ponderou seriamente abandonar o país e embarcar para Inglaterra até que a situação portuguesa estivesse clarificada. Podia parecer uma atitude pouco coerente por parte de D. João, que teve a coragem para atacar o inimigo instalado no paço e que entretanto admitia abandonar os companheiros à sua sorte. Mas muitos populares tiveram a perseverança de acreditar que o Mestre era a pessoa que os podia libertar da “aleivosa” e da ameaça dos “Castellaãos”: “E seguindoo as gemtes com grande prazer, huïs lhe travavam a rredea da besta, outros das falldras da vestidura: e bradando todos deziã altas vozes, que os nom quisesse desemparar, mas ficasse no rregno por senhor e regedor prometendolhe cada huñ rriquezas e averes que tinham, offereçemdo os corpos aa morte por seu serviço; e elle olhavoos rrindo do que deziã; e assi chegavom cõ ell ataa homde

⁵⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XI, p.25-26.

⁵⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XIV, p.35.

o Meestre pousava, e desi tornavomsse”.⁵⁶ O Mestre voltou com a sua iniciativa atrás após ouvir Álvaro Vasques de Góis, um fidalgo e escudeiro:” (...) E sse vos em outra terra emtemdees de servir por alcançar homrra em feito darmas; hu podees vos, que a terra que foi gaamçada per os nobre Reis dhu vos desçemdees e domde sooes natural; mormente com gemtes que tanto de coração e de voomtade vos offereçem sua ajuda e serviço?”.⁵⁷ Estes eventos que acabámos de narrar integraram o primeiro ato ‘revolucionário’ após a morte de D. Fernando; nos mesmos, vemos grupos sociais diferenciados mas unidos numa só vontade: manterem a independência do reino. Os mesterais são apoiantes da causa desde o primeiro dia; a reboque destes grupos sociais a grande burguesia mercantil marcou a sua presença.

A segunda fase da revolta assistiu a um alargamento da base de apoio ao mestre, com a inclusão dos mesterais, bem como alguns cavaleiros da cidade, mas é visível em quase todos os grupos sociais, exceto na alta nobreza, a preocupação generalizada relativa à defesa da integridade nacional. Por isso, a proposta popular era atribuir ao Mestre o título de regente e defensor do reino. O Mestre aceita: “E eles a huã voz nom esperamdo que falasse huñ por todos, mas quantos hi erã juntos, altamente disserom, que lhes prazia de o servir e ajudar com os corpos e averes ataa morrerem todos amtelle. E o Meestre rrespomdeo estomçe, que pois eles assi deziã e o queriam servir, que a ell prazia de tomar carrego de seer seu defemssor, e poer o corpo a qualquer aventuira por homrra do rregno e sua deffemsom delles”.⁵⁸

No dia 16 de dezembro de 1383, estão criados os alicerces do governo revolucionário de D. João, Mestre de Avis. Por todo o país sucedem-se os apoios ao partido do Mestre, mais a mais porque se sabia que estava iminente uma invasão de Portugal por parte de Juan I.⁵⁹ Nas regiões do Centro e Sul do país, surgem movimentações e ações violentas contra castelos ainda fiéis à rainha. Após a tomada do castelo de Lisboa, a cidade de Beja é alvo da fúria popular, o castelo é incendiado e posteriormente ocupado pela “arraia-miúda”. Em Janeiro de 1384, é a vez de o castelo de

⁵⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XX, p.43.

⁵⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XXII, p.46.

⁵⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XXVI, p.53.

⁵⁹ “Devees de saber, que tanto que o Meestre tomou carrego de rregedor e deffensor do[s] rreinos, e soube que elRei de Castella viinha com seu poder pera entrar em eles, que logo escreveo suas cartas a alguuas villas e çidades, e isso mesmo a certas pessoas, notificamdohe em ellas, como bem sabiam da guisa que estes rregnos estavam em pomto pera sse perder; e como elRei de Castella viinha pera os tomar, e meter os poboos deles em sua sobjeiçom contra a hordenaçom dos trautos que prometidos tinha; a qual cousa deviam de teer por tam grave e tam estranha, que ante sse todos deviam aaventuirar a morrer sobre tal demanda, que cahir em servidoem tam hodiãsa.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XLVI, p. 92-93.

Évora ser o protagonista; o povo tomou-o de assalto, sob a ameaça de o incendiarem, quando souberam que o alcaide solicitou ajuda a Castela em prol da causa de D. Beatriz. As notícias que o Mestre ia recebendo eram do seu agrado; contudo, o ódio a Castela por vezes era maior que a própria racionalidade, como ficou demonstrado no caso da abadessa do Mosteiro de D. Domingos, em Évora: o povo sabia que era parente da rainha e logo a matou com “requintes de malvadez”.⁶⁰ No Porto, a situação também não foi a mais pacífica: os portuenses aderiram à causa do Mestre com grande regozijo. Acontece que, “disserom a huñ, per nome chamado Alvaro da Veiga, que levasse a bãdeira pella villa em voz e nome do Meestre dAvis; e ell rrefusou de a levar, mostrando que o nom devia fazer, o qual logo foi chamado treedor e que era da parte da Rainha, damdolhe tamtas cuitelladas, e assi de voomtade, que era sobeja cousa de veer. Este morto, nom sse fez mais naquell dia, mas juntaromsse todos ho outro sguimte com sua bamdeira temdida na praça, teedo hordenado que a levasse huñ boom homem do logar, que chamavom Affomssso Anes Paateiro; e sse a levar nom quisesse que o matassem logo como ho outro; (...)”.⁶¹

Paralelamente a estes atos pró-Mestre de Avis, verificamos movimentações em sentido contrário, ou seja, a favor de Castela. No lado castelhano, Juan I liberta-se de possíveis candidatos à Coroa portuguesa: manda prender o infante D. João (1352-1387), filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, assim como o conde de Gijón y Noreña, D. Afonso, marido de D. Isabel, filha bastarda de D. Fernando. Com estes possíveis pretendentes à Coroa portuguesa fora de cena, Juan I e a esposa D. Beatriz dirigem-se à regente D. Leonor Teles por carta, a ordenar que os portugueses deviam tomar voz por D. Beatriz. A rainha viúva anui e ordena que se “grite pelas praças e ruas do reino o seguinte pregão: ‘Arraial! Arraial, por a rainha Dona Beatriz de Portugal, nossa senhora’”.⁶² Como escreveu Luís Miguel Duarte, muitos condes, mestres e ricos-homens declararam de imediato apoio à causa de D. Beatriz. Como estava em curso a ação revolucionária do Mestre de Avis, a rainha, temendo pela sua vida, seguiu para Alenquer, e não se considerando a salvo, passou para Santarém.⁶³ A rainha, apesar do apoio incontestável de

⁶⁰ BERNARDINO, Teresa – *A Revolução Portuguesa de 1383 – 1385*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984, p.103.

⁶¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XLVI, p. 93.

⁶² DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.29.

⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. Vol. 1, Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Lisboa: Editorial Verbo, 2000, p. 295.

muitas praças portuguesas⁶⁴, não quis correr riscos e escreveu a Juan I, seu genro, “expondo-lhe os factos e solicitando que a ajudasse para retomar a plena regência (finais de dezembro). Já então D. João I de Castela entrara em Portugal em som de guerra e se apoderara da Guarda (13 de dezembro),”⁶⁵ onde foi “triumfalmente recebido por uma procissão, com o bispo à frente, bem como por muitos bons fidalgos: Vasco Martins de Melo, Martim Afonso de Melo, Vasco Martins da Cunha, Martim Vasques da Cunha, Gil Vasques da Cunha, Fernando Afonso de Melo e outros.”⁶⁶

Oliveira Marques dá-nos conta de que o Mestre de Avis, pelos finais de dezembro de 1385, não só começara os preparativos para a defesa nacional, como também reestruturara a administração, com a chamada do Dr. João da Regras (1340/5-1404)⁶⁷ para o cargo de chanceler interino; a política seguida pelo Mestre na organização do seu governo passou pela participação de representantes do Terceiro Estado. Nuno Álvares Pereira foi incumbido de vigiar a zona fronteiriça do Alentejo; as reclamações pendentes dos mesterais foram satisfeitas pelo Mestre, pois assim obteve um apoio entusiástico por parte desse grupo social; para fazer face às elevadas despesas de preparação para a guerra, o Mestre mandou desvalorizar a moeda, e mandou também cunhar moeda própria. Como a situação financeira não era a mais favorável e se avizinhavam tempos difíceis, o Mestre conseguiu volumosos empréstimos, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Em Janeiro de 1384, Juan I de Castela rompeu o bom entendimento com a sua sogra, Leonor Teles, prendendo-a; isso foi uma mais-valia para a causa do Mestre, pois “muitos alcaides de castelos e outros (nobres, clérigos e populares) que se mantinham fiéis à vontade do falecido rei [D. Fernando], respeitando a regência da Rainha, optaram pelo Mestre de Avis. Outros justificaram a sua adesão ao Mestre pela quebra dos acordos efetuados pelo rei de Castela.”⁶⁸ Finalmente, registou-se o envio de duas embaixadas a

⁶⁴ “Estes cimquenta e quatro logares, e outros mais que dizer nom curamos, teve elRei a seu mandar quando veo, e ante que emtrasse no rregno. E posto que os ricos e poderosos, assi alcaides de castelos, como outros fidalgos, tevessem voz por elRei de Castella, os poboos porem todos em seus coraçoes eram comtra elle e comtra a Rainha”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. LXVIII, p. 134.

⁶⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. In *Nova História de Portugal* dir. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 524.

⁶⁶ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.47.

⁶⁷ “[A propósito de João das Regras], o seu percurso estudantil desenvolve-se em Bolonha (onde se doutorou em 1378). Casa com Leonor da Cunha, filha do nobre Martim Vasques da Cunha II, João das Regras foi prior da Colegiada de Guimarães durante o período de 1383 a 1388, servindo, simultaneamente, como chanceler do novo rei durante os anos de 1385 e 1386 e como um dos seus principais conselheiros até 1404, data da sua morte.”, GOMES, Rita Costa - *A corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: DIFEL, 1995, p.140.

⁶⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1987, p.526.

Inglaterra pedindo auxílio, sendo a segunda liderada pelo chanceler Lourenço Anes Fogaça (?-1430)⁶⁹.

No ponto subsequente deste trabalho, daremos mais atenção a esta embaixada enviada a Inglaterra, bem como à aliança que resultou das negociações entre Portugal e Inglaterra.

2.3.2 - Conflitos com Castela: do Cerco de Lisboa a Aljubarrota

Entretanto a guerra começara; as hostes do Mestre de Avis já não se limitavam a uma questão de vingança sobre os traidores portugueses à causa nacional, nem a ataques pessoais resultantes de denúncias e boatos, por vezes infundados.⁷⁰ Aliás, os planos da resistência aos invasores castelhanos em solo português começavam a produzir efeitos. Relembramos que, após Juan I após ter entrado na Guarda, avançou para sul e em 12 de janeiro de 1384 já se encontrava em Santarém, onde permaneceu durante quatro meses, fazendo desta cidade a base do seu poder. Mas foi no dia 6 de abril de 1384 que se deu o primeiro momento alto na defensiva portuguesa. A batalha vitoriosa foi travada nos Atoleiros, com um exército composto por cavaleiros – nobres e vilãos – e escudeiros, liderados por Nuno Álvares Pereira e que, em termos estratégicos, optou por combater o inimigo a pé, abdicando dos seus cavalos. O discurso proferido por Nuno Álvares, possivelmente recriado e ficcionado por Fernão Lopes, pode ter sido decisivo no ânimo das hostes portuguesas: “Outrossi porque nos temos justa querella e rrazõ direita pera deffemder nossa terra, creêdo que Deos he justo juiz, cheguemonos a elle que nos ajude; e sse o assi fizermos teemdo firme esperança em Deos, poucos de nos veemçeram muitos.”⁷¹ Rápidas e eficazes, as hostes de Nuno Álvares dizimaram a enorme quantidade de cavaleiros castelhanos, que retiraram em desordem. Esta estratégia, pioneira em Portugal, dava a primeira vitória ao partido do Mestre: “Omde aqui notaae, que este NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homens ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a veemçeo.”⁷²

⁶⁹ “ (...) Lourenço Anes Fogaça evidenciou-se na corte fernandina, como chanceler deste monarca e seu incansável agente diplomático, deslocando-se entre 1374 e 1380 sucessivamente a Castela, à Cúria, a França e a Inglaterra. Após a morte do rei [D. Fernando], de quem é testamenteiro, Lourenço Anes servirá ainda Leonor Teles, cujo séquito abandona para se juntar ao Mestre de Avis, destruindo os selos à sua guarda e partindo pouco depois em nova missão diplomática à corte inglesa.”, GOMES, Rita Costa, 1995, p.138.

⁷⁰ BERNARDINO, Teresa, 1984, p.105.

⁷¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XCI, p. 172.

⁷² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. XCV, p. 183.

No dia 29 de maio de 1384, as hostes já totalmente reagrupadas de Juan I de Castela completaram o cerco a Lisboa. O poderoso exército castelhano cercou as fronteiras terrestres do “centro da resistência, liderado por João de Avis.”⁷³ Nessa ocasião, uma numerosa frota castelhana bloqueou a entrada do Tejo, com o intuito de impedir a entrada de barcos com provisões. Mesmo antes do bloqueio naval, os conselheiros do Mestre anteciparam a estratégia naval castelhana. O Arcebispo de Braga, D. Lourenço, é incumbido de reunir toda a frota portuguesa e analisar se era capaz de combater os castelhanos. Conclusão: apesar de juntar 13 galés e 7 naus, envolvendo três mil marinheiros e oitocentos soldados, contudo perceberam que isso era insuficiente para combater a frota castelhana. Visto isto, só havia uma solução: para poupar as embarcações portuguesas de um ataque castelhano, decidiram enviá-las para o Porto, e reforçar a frota com mais embarcações de guerra e soldados, de modo a que pudesse regressar com mantimentos “e pudessem voltar para socorrer a cidade de Lisboa, que resistiria cercada por três longos meses”.⁷⁴ Só no dia 3 de setembro de 1384 é que Juan I levantou o cerco a Lisboa, quando a cidade estava quase nos limites da sua resistência, porque a peste dizimava o seu exército, obrigando-o a retirar-se para Castela. Desenvolveremos este tema mais à frente, visto ser um marco importante na vida dos lisboetas, dos portuenses e do Mestre de Avis.

Entretanto no Norte de Portugal, por esta altura, dava-se início a uma nova invasão castelhana liderada pelo arcebispo de Compostela, D. João Manrique; para o rei castelhano conquistar Portugal, seria imperioso invadir simultaneamente outras regiões através dos seus súbditos, enquanto ele cercava Lisboa. A região do Entre-Douro-e-Minho, pelo apoio generalizado dos senhores e das suas terras à causa de D. Beatriz, foi a primeira a ser invadida. Uma vez chegados a “amtre Doiro e Minho”, juntam-se os apoiantes portugueses fiéis a Castela, com o intuito de “destruir toda aquella comarca”. Após “rroubar e fazer todo mall que podiã”, decidiram avançar para cidade do Porto: “Vaamos ao Porto que ssom daqui oito legoas, e cerquemolle per huña parte; e nosso arreal seja posto a porta do Olival, e em breves dias o tomaremos; porque na çidade nom ha quem pelejar com nosco, nem ha poder de sse deffemder que muito seja.”⁷⁵ O arcebispo não aconselhava atacar o Porto e explicava porquê: “[primeira razão] a huña

⁷³ MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel - *A cidade e o Mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito. História do Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010. Vol. 4.

⁷⁴ MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel, 2010, p.15.

⁷⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXVIII, p. 230.

por a çidade seer de muita gemte que a poderom bem deffender; [segunda razão] porque he porto de mar, que per muitas guisas pode aver acorrimento quamdo tall cousa avehesse (...)”.⁷⁶ Ao que parece, tanto os castelhanos como os galegos aceitaram esse conselho, mas os “Portugueeses desnaturados” que aí se encontravam lançaram uma contra-argumentação e o Arcebispo, mesmo hesitante, decidiu avançar em direção ao Porto. Quando os portuenses, liderados pelo Conde D. Pedro de Trastâmara – primo de Juan I, que tinha fugido de Coimbra para o Porto onde foi recebido com alguma desconfiança⁷⁷ – souberam “como os Castellaños eram em aquell logar” agiram de forma rápida e concertada. Falaram entre si e disseram que jamais iriam consentir que tal acontecesse: “Amigos, sayamos a eles, ca nom som pera nada; nos somos Portugueeses dereitos, e por deffender nossa terra e rregno, nom devemos tomar nehuñ rreço, mas todavia pelejar com eles; e deffédello ataa morte, ante ca nos sojugarẽ comtra rrazom e dereito”.⁷⁸ Quando estas palavras foram proferidas, as tropas portuenses saíram da cidade e estacionaram junto ao “chafariz de Mijavelhas” (atual Campo 24 de Agosto), até porque não possuíam cavalos e necessitavam de ter forças nas pernas para combater; e permaneceram no local à espera do exército castelhano, mas como este não apareceu, retornaram à cidade.⁷⁹ Segundo Fernão Lopes, o contingente portuense era composto por “seteçentos homens darmas, trezentos beesteiros, e mill e quinhentos homens de pee.”. Entretanto no dia seguinte, mais reforços chegaram provenientes de Lisboa, vindos nas várias galés que tinham abandonado Lisboa antes de serem bloqueadas pela frota castelhana, como acabámos de ver; assim, no seu total eram “mill homens darmas, e oitocentos beesteiros, e cimquo mill homens de pee, todos com gram voomtade de pellejar”.⁸⁰ Os portuenses não se limitaram uma vez mais a ficar entre muros; optaram por dar combate fora da cidade, saindo ao caminho da hoste castelhana. Inconscientes? Orgulhosos guerreiros pela causa do Mestre, sem dúvida! A batalha contra as hostes

⁷⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXVIII, p. 231.

⁷⁷ “E nom pode elRey logo saber, se era o Comde demtro na villa, se fora [Coimbra]; (...) e ell [Conde D. Pedro] foisse pera o Porto a tam gram pressa, que mayor seer nom podia. E quando allo chegou, e comtuo como lhe avehera, rreceberomno no logar, como quer que nom fiavom bem delle, cuidamdo que amdava com falssura; porque nẽhuñ que daquella puridade parte nõ soubesse, nom podia all emtemder, se nom que per aazo delRei de Castella e seu comssetimento, se partira delle pera tomar alguñ logar.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. LXXXII, p. 158-159.

⁷⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXIX, p. 233.

⁷⁹ “Elles todos prestes com grande esforço e vontade, sahirom todos fora, e foramsse apousemtar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade; ca porque nom eram emcavallgados, e era já sobre tarde, nom ousarom dhir mais lomge, e atemderõnos alli; e quamdo virom que nom pareciam, tornaromsse pera a çidade, e nom sse fez mais por emtom”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXIX, p. 233.

⁸⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXX, p. 234.

castelhanas, galegas e de “Portugueeses desnaturados” parece não ter demorado muito tempo; os besteiros portuenses entraram em ação de uma maneira impiedosa: “os Portugueeses por todo isso, nõ sse arramaram, mas teveromsse todos juntos, e começaram de sse ferir de voomtade, [mas os beesteiros magoavom mui mal os Gallegos] de guisa que cahirom logo mortos huñ de cavallo e dous de pee, e afastaromsse per força”.⁸¹ Não restava aos castelhanos senão a fuga; aliás, o arcebispo de Compostela não teve dúvidas quanto ao desenlace final desta contenda: “(...) ca eles tragem muitos beesteiros per que ham de nos gram melhora, e matamdonos os cavallos, podíamos asinha seer vemçidos; e porem leixemollos e vaamonos a nosso salvo (...)”.⁸² As hostes castelhanas aceitaram o que o Arcebispo proferiu e “moverom e foramsse logo”. Humberto Baquero Moreno salienta que a cidade “desempenhou um papel fulcral e fundamental no apoio ao mestre de Avis” e vai mais longe, afirmando mesmo que “sem o seu concurso dificilmente D. João poderia dispor de forças que lhe permitissem desencadear ações militares sobre redutos apoiantes de Dona Beatriz.”⁸³ Como referimos anteriormente, as galés que vieram de Lisboa estavam ancoradas no Douro; as gentes do Porto estavam dispostas a tudo pela causa do Mestre e, para isso, necessitavam de angariar verbas para a defesa do reino. Decidiram fazer bom uso das galés e, já que estavam armadas, embarcar nelas e remar em direção à Galiza. D. Pedro, conde de Trastâmara, que estava pela causa do Mestre, era o capitão e responsável pela expedição à costa galega. Segundo nos informa Maria Helena C. Coelho, os navios portugueses avançaram sobre Baiona, Corunha, Neda, Ferrol e Betanzos; nessas localidades, para além de destruírem as respetivas pescarias, provavelmente trouxeram dinheiro; queimaram Ferrol, destruíram duas naus e apreenderam uma galé, em Betanzos, embarcações que seguiam carregadas de engenhos de guerra em direção a Lisboa.⁸⁴ A empresa na costa galega foi rentável ao ponto de poder pagar o soldo de três meses aos remadores das galés. Chegando ao Porto, e visto que a empresa tinha sido um sucesso, “hordenarom huñ torneo em véspera de sam Joham, que era dia em que os moradores daquella çidade costumavom de fazer gram festa”.⁸⁵

⁸¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXXI, p. 236.

⁸² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXXI, p. 236.

⁸³ MORENO, Humberto Baquero – “O Norte na Revolução de 1383”. Separata da Revista *Gaya*, Gaia, Edição do Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Gaia, volume II, 1984, p.13.

⁸⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I, o que recolheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 64.

⁸⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. 1, Cap. CXXIV, p. 244.

Para os defensores da causa do Mestre, a retirada das tropas castelhanas significou uma vitória extraordinária; em virtude disso, resultou em adesões e menagens de grandes senhores, nomeadamente do conde de Neiva e do prior do Hospital.⁸⁶ Até aos finais de 1384 e pelos primeiros meses de 1385, quer pela força quer voluntariamente, os defensores da causa de Castela foram desistindo dos seus intentos. Aproveitando a falsa acalmia entre os dois reinos, foram convocadas as Cortes de Coimbra pelo Mestre de Avis. Será que esta convocatória estava dentro da legalidade? Luís Miguel Duarte aponta para uma possível ilegalidade desta convocação e explica que só o rei de Portugal o podia fazer, ou uma rainha viúva, e o Mestre não era uma coisa nem outra.⁸⁷ Contudo, desde novembro de 1384 até fevereiro de 1385, a convocatória circulou pelas terras do Reino; em março, chegou a Coimbra o Mestre de Avis, onde já se encontravam a maioria dos participantes. Convém salientar que muitos não aderiram à convocatória, nomeadamente alguns prelados e nobres. E assim, na lista de presenças salientam-se vários bispos, mais de sete dezenas de fidalgos, muitos cavaleiros, escudeiros, e os procuradores municipais de muitas das cidades e vilas mais importantes do reino. O momento não era propício a perder muito tempo com a solução para o trono vazio, pois uma nova invasão castelhana estava iminente e havia que encontrar a força política estruturada no direito, que pudesse resistir à grave ameaça.⁸⁸

Relembremos a situação: havia quatro candidatos a um só lugar. Assim, tínhamos D. Beatriz – já era a rainha, ausente, mas era –, o infante D. João (1352-1387) e o infante D. Dinis (1354-1398), filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro, e por último o Mestre de Avis, filho de D. Pedro e de uma senhora galega de nome Teresa Lourenço. Se o grupo partidário de D. Beatriz, pela força das circunstâncias, era mínimo, ou seja, sem grande representatividade, o mesmo não podemos dizer relativamente aos filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro; estes eram fortemente apoiados por Martim Vasques da Cunha e seus filhos, irmãos e muitos outros nobres. Relembremos que o infante D. João à data encontrava-se preso em Castela e o infante D. Dinis tinha tomado voz por Castela. Mediante este cenário, a hipótese de escolher o infante D. João estava a ser ponderada; mas, para acabar com as dúvidas, Nuno Álvares Pereira apareceu acompanhado por trezentos escudeiros, num dado momento em que o Mestre de Avis estava em ‘amena cavaqueira’ no Paço com Martim Vasques. Essa atitude intimidatória por parte de Nuno

⁸⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1987, p.529.

⁸⁷ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.84.

⁸⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 2000, p.305.

Álvares chegou e sobrou para acabar com os objetivos defendidos por Martim Vasques de apoio à causa do infante D. João. Quanto ao último candidato, o Mestre de Avis, o apoio incondicional dos procuradores das cidades e vilas do reino, pese a falta dos do Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, podia garantir a defesa do reino, tal como vinha acontecendo há um ano e meio. Joaquim Veríssimo Serrão sublinha que o hábil jurista que era o doutor João da Regras manejou a assembleia com o seu bom poder de argumentação e que, com isso, fortaleceu a alegação a favor do Mestre de Avis.⁸⁹ No dia 6 de abril de 1385, o Mestre de Avis tornou-se o décimo rei de Portugal, como D. João I.

Com as questões do trono resolvidas a favor de D. João I, o próximo passo seria conquistar os lugares que haviam tomado voz por D. Beatriz. Trataremos o assunto com maior detalhe numa outra parte deste nosso trabalho, assim como a magnífica visita à cidade do Porto de D. João I.

No momento em que D. João I parece estar de pedra e cal em combates pelas praças do Norte, abrem-se três frentes de guerra, com contingentes provenientes de Castela a penetrarem em Portugal pelas zonas da Beira, Alentejo e Lisboa (bloqueio no Tejo). Dá-nos conta disso Fernão Lopes: “(...)e avia já enviada sua frota çerquar Lixboa(...)”⁹⁰; mas entretanto, as restantes frentes que surgem de Castela a invadir Portugal reúnem-se, uma em Badajoz e outra em Ciudad Rodrigo: “(...) [Juan I ordena] pera entrar em Portugal pela parte de Badalhouçe [Badajoz], segumdo tinha ordenado (...)E escreveo a dom Pedro bispo de Toledo, e a certos cavaleiros seus vassalos que se ajuntasẽ todos em Cidade Rodrigo, e que daly emtrasẽ no Reino de Portugal(...)”⁹¹.

A 14 de maio de 1385, as forças castelhanas invadiram Portugal. Juan I comandou as suas forças militares por Badajoz e pôs cerco a Elvas. O capitão Juan Rodríguez de Castañeda e os seus exércitos entraram pela Beira, passaram por Almeida, Pinhel, Trancoso e terminaram em Viseu: “e emtraraõ em Portugal, e vieraõ per Almeida que estava por Castela, e chegaraõ a Pinnhel que tinha voz de Portugal, e deshi pela veigua de Tramcoso, (...). E chegaraõ a çidade de Viseu (...)”⁹² Na sua passagem por estes locais, semearam o terror; entre roubos nas aldeias e nos campos, passando pela captura de locais, tudo serviu às hostes castelhanas e nem as igrejas de Viseu ficaram a salvo das pilhagens desenfreadas: “(...) e emcaminharaõ por esas aldeas roubando e cativamdo. (...)”

⁸⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 2000, p.306.

⁹⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XVIII, p. 41.

⁹¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XVIII, p. 41.

⁹² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XVIII, p. 42-43.

Os castelaões começaraõ de roubar e cativar [mal e] dapno que podiaõ (...). emtrvaõ nas igreijas e rouvarãõ nas de quoamta prata e aver em elas achava (...)"⁹³; pois sabiam que D. João I e o seu condestável se encontravam ocupados no norte do país, envolvidos no cerco a Guimarães, pelo que não lhes iriam fazer frente. Algo tinha de ser feito. Divergências antigas impunham medidas no presente. O grande pacificador dessas divergências foi João Fernandes Pacheco, guarda-mor de D. João I, que conseguiu unir os fidalgos da Beira: Gonçalo Vasques Coutinho, Martim Vasques da Cunha e um terceiro elemento, Egas Coelho, futuro mestre-sala de D. João I. Na base desta conciliação estava a reação à pilhagem das suas terras pelos castelhanos, o dever perante o reino, e também uma coleta efetuada por vários portuenses para ser distribuída apenas aos fidalgos Gonçalo Vasques Coutinho e Martim Vasques da Cunha (os mais poderosos fidalgos da Beira), com o devido consentimento de D. João I.

A paz foi estabelecida entre os fidalgos e a união entre eles foi uma realidade: “E Joam Fernamdez, [após obter uma resposta positiva de Martim Vasques] muito ledo com tal resposta, foy o loguo dizer a Guonçalo Vasquez, o qual mostrou que lhe prazia muito e mãdou ffazer bem de jamtar, como a tal festa compria”.⁹⁴ Eis que surge um momento no mínimo interessante: estes fidalgos mandam um emissário, Afonso Rodrigues Baticela, ao encontro do comandante do exército castelhano, desafiando-o para uma batalha.⁹⁵ Estávamos perante a batalha de Trancoso, no dia 28 de maio de 1385. A hoste dos fidalgos portugueses era composta por 120 lanças sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho, 150 lanças lideradas por Martim Vasques, João Fernandes Pacheco 30 lanças e Gil Vasques da Cunha e Egas Coelho com um número indeterminado de lanças: “A bãdeira de Guonçalo Vasquês a guardavaõ çento e vinte lanças, e a de Martim Vasco çemto e çincoenta, e a de Joaõ Fernnamdez trinta, e Gil Vasquez e Eguas Coelho as outras”.⁹⁶ Consoante nos informa Luís Miguel Duarte, para além dos inexperientes peões ainda conseguiram mobilizar muita gente dos concelhos e dos campos. No dia seguinte, 29 de maio de 1385, o exército português colocou-se no terreno com uma posição relativamente parecida com a batalha dos Atoleiros: ou seja, os mais de 300 cavaleiros portugueses, que não desmontaram, estavam na vanguarda. Os homens a pé colocaram-se nas duas alas e na retaguarda. Com este desenho tático evitavam assim a

⁹³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XVIII, p. 43.

⁹⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XIX, p. 45.

⁹⁵ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.94.

⁹⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XX, p. 46.

fuga de peões portugueses menos experimentados na guerra, pois também tinham colocado vários cavaleiros na retaguarda e nas alas. As hostes portuguesas prepararam uma boa posição tática de combate, o que prejudicou seriamente o exército castelhano, pois nas posições em que se encontravam, os portugueses barravam-lhe a passagem, deixando-o, por isso, encurralado. Ao verem a sua posição comprometida, os castelhanos tentaram negociar um acordo que compreendia a entrega do produto do saque, assim como libertar os reféns portugueses e como contrapartida, que os deixassem rumar a Castela. Contudo, essa proposta não foi aceite. Nas hostes castelhanas, dividem-se as opiniões: uns desejavam regressar a Castela enquanto outros, pelo facto de estarem em superioridade numérica, desejavam combater; esta indefinição castelhana seria o prelúdio de um bom começo para os portugueses. Apesar desta indefinição, o combate ia começar. Ordens de cariz tático foram corrigidas à última da hora quer de um lado quer de outro, na ânsia de derrotar o inimigo. Perante o caudal numérico das tropas castelhanas, alguns peões portugueses assustaram-se e fugiram: “quando os vyaõ daquela guisa corrigidos pera peleijar, começaraõ de fogir pera a vila, e outros per omde melhor podiaõ (...)”.⁹⁷ Isto fez com que as hostes castelhanas ganhassem moral e avançassem a correr em direcção aos portugueses. No brutal combate junto à ermida de S. Marcos, na veiga de Trancoso, ouvia-se de um lado “Castilha, Saõ Tiaguo” e do outro “Portuguual, Saõ Jorge”. O combate foi quase sempre realizado a pé, tanto pelos castelhanos como pelos portugueses, com exceção dos 200 ginetes castelhanos. Muito provavelmente a batalha não consistiu num único combate, mas sim em vários recontros, pelo facto de ter demorado muito tempo. Ao fim do dia os castelhanos estavam totalmente desbaratados.

Um facto muito interessante aconteceu nesta batalha: os prisioneiros portugueses, que entretanto conseguiram libertar-se, juntaram-se às hostes portuguesas e tiveram um papel vital na derrota castelhana. Com a derrota castelhana iminente, os pajens fugiram com os cavalos dos cavaleiros: “(...) muitos dos pagêis que estavaõ a cavalo e alguõs homêis de pee que fogiraõ por eses momtes”⁹⁸; com isso, os cavaleiros tiveram de fugir a pé com o peso da armadura no corpo; não devia ser muito fácil correr com aquele peso todo. No final desta batalha, o saque foi recuperado, os cativos libertados e foram mortos todos os cavaleiros castelhanos de famílias importantes, à exceção de um, Garcia Guterres. Esse ficou prisioneiro à guarda de Gil Vasques da Cunha, para que pudesse identificar os cavaleiros castelhanos mortos e transmitir a Castela o que se passou nesta

⁹⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XX, p. 47.

⁹⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XX, p. 48.

batalha. “Hos capitães isso mesmo forã todos mortos (...) E alem daqueles doze primçipães que foraõ mortos, foy preso Guarçia Guoterez em poder de Gil Vasquẽz, que naõ quis matar, por dar testemunho quais e quoamtos moreraõ e como se todo pasara”.⁹⁹ D. João I, ao receber as boas novas quando ainda estava em Guimarães, ficou entusiasmado com a vitória portuguesa em Trancoso.¹⁰⁰ Mais a sul, Juan I não conseguia concretizar com sucesso o cerco a Elvas, e abandonou a praça: “E el Rey de Castela, vemdo como perdia seu tempo sobre aquele loguar [Elvas], estando aly mais tempo do que lhe diseraõ e ãfim naõ se seguira como elle cuidara (...)”.¹⁰¹ Ciudad Rodrigo foi a localidade que recebeu todo o contingente castelhano, tanto os que vieram de Trancoso como os de Elvas. Estavam decididos a retomar o ataque a Portugal numa só frente, agora com um exército muito maior.

Tal como planeado, D. Juan I invade novamente Portugal; estávamos a 8 de julho de 1385, quando pisa a “comarca da Beira”. Penetrando por Almeida, com uma hoste numerosa, toma o castelo Celorico da Beira: “E tomou logo huõ castelo que chamaõ Coloriquo da Beira (...)”.¹⁰² Dirigiu-se para Coimbra, onde se instalou à vista da cidade: “atee que chegou a Coimbra. E da parte aquẽ do rio, em direito de Saõ Jorge, se apousemtaraõ todas suas cõpanhas, as quais eraõ tamtas que era espanto de olhar (...)”.¹⁰³ Ao que parece, Juan I chegara a Portugal com uma hostilidade aberta ao povo português. Prova disso são as atrocidades cometidas sobre portugueses pelas hostes castelhanas com o aval do rei. Fernão Lopes deixa bem sublinhado que “el Rey de Castela desta vez entrou em ho Reyno ata que chegou a Leiria nnaõ çesou de usar de toda a crueldade asy em homẽis como mulheres e moços pequenos, mamdamdolhe deçepar as mãos e cortar as limguoas e outras semelhantes crueldades, e isso mesmo poer foguo a igreijas, espeçialmemte a de Saõ Marcos, omde foy a batalha de Tramcoso (...), poendo grandes ameaças de prisoẽs e esterramentos”.¹⁰⁴ Este ódio aberto era causado por dois motivos: primeiro, “por vinguança de graõ queixume que dos portugueses levara quoamdo partio de Lixboa, por lhe todos naõ obedecerem como elle quisera”¹⁰⁵; segundo, “porque desta

⁹⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XX, p. 48.

¹⁰⁰ “EL Rey que estava em Guymaraẽs como desemos, quoamdo lhe chegou recado desta batalha e da boa amdança que os portugueses em ela ouveraõ, foy muy alegre com tais novas, dando muitas graças a Deus a que prouguera de os [asy] ajudar. E ffalamdo com ho memsageiro que lhe cõtava e dizemdo como Joaõ Fernandez fora azador de se ffazer, respondeo el Rey e dise: Bem sabia eu que faria ysso o boõ de Joaõ Fernandez.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XX, p. 49.

¹⁰¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXV, p. 58.

¹⁰² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 63.

¹⁰³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 63.

¹⁰⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 64.

¹⁰⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 64.

vimda nenhũu tomava a sua voõz nem se cheguavaõ a elle pera o servir”.¹⁰⁶ Entretanto Juan I deixa Coimbra e ruma a Leiria, praticando as mesmas crueldades já mencionadas. Uma vez em Leiria suborna o alcaide, Garcia Rodrigues Taborda: “e posto que ele não colhese el Rey na vila nem no castelo, pero deu lhe viamdas por seus dinheiros e ofereçoõ lhe seu serviço e depois foy com elle na batalha”.¹⁰⁷ Os partidários de Juan I, ao saber que ele se encontrava em Leiria, não hesitaram em ir dar o seu apoio: “E sabemdo hos capitães que el Rey [Juan I] leixara nos luguares de Estremadura, asy como em Samtarẽ e Obidos e Alamquer e yssõ mesmo em todolos outros (...) partio de cada huõ <de huõ> de seu logar cõ as mais gemtes que escusar e vynhão se pera elle, por ser com ele na batalha”.¹⁰⁸ O mesmo aconteceu com os capitães da frota castelhana que havia entretanto e pela segunda vez cercado Lisboa, onde permanecia desde finais de abril de 1385: “E isso mesmo fezeriaõ hos capitães das guales e das naos que sobre Lixboa jaziaõ que se juntarão os mais deles, asy homẽis darmas e de pee e besteiros e foraõ se todos pea el Rey, aly onde estava”.¹⁰⁹ Adivinhavam-se tempos complicados para a capital.

Tracemos agora o itinerário que D. João I percorreu até à batalha de Aljubarrota. Após ter tomado Ponte de Lima, seguiu para Guimarães onde permaneceu de 23 de maio a 8 de junho. Daí seguiu para o Porto, onde permaneceu até 17 de junho.¹¹⁰ De seguida, rumou a Torres Novas, onde travou contendidas com os soldados de Afonso Lopes Teixeira, alcaide da mesma vila e defensor de D. Beatriz, chegando ao local no dia 3 de julho. Dirigiu-se depois a Alenquer, onde aguardou reforços vindos de Lisboa sob o comando de Fernão Rodrigues de Sequeira;¹¹¹ também solicitou a ajuda dos fidalgos da Beira que venceram a batalha de Trancoso: “Estamdo ElRei asy em Alamquer ordenou de mamdar chamar os fidalguos [da Beyra] que venceraõ a batalha de Tramcoso (...) porque cumpria muito a seu serviço e homrra e defemsaõ do Reino”.¹¹² A 10 de julho, D. João I saiu de Alenquer e dirigiu-se para Abrantes, onde chegou pelo dia 14 de julho e onde permaneceu até 5 de agosto. É informado de que o rei de Castela já entrara em Portugal. A 30 de julho mandou Martim Afonso de Melo a Estremoz avisar Nuno Álvares Pereira de que o rei de Castela já havia entrado em Portugal, pedindo-lhe que regressasse imediatamente, com

¹⁰⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 64.

¹⁰⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 64.

¹⁰⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 64.

¹⁰⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXVIII, p. 65.

¹¹⁰ MORENO, Humberto Baquero – *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, p.19.

¹¹¹ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.20.

¹¹² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIV, p. 55.

as gentes que então possuísse: “Dizey ao Comde que bem sabe como me sêpre servyo lealmente e que ele he bem certo como eu, cõ ajuda de Deus, emtendo daver batalha cõ el Rey de Castela, que me dizem que emtra já no Reino; e estou aguoardamdo por elle [Nuno Álvares Pereira], (...) que porẽ lhe roguo que cõ esas gemtes que tiver juntas, quoantas quer que sejaõ, que se faça loguo prestes e se venha sem tardamça”.¹¹³ A 31 de julho, recebido o recado, Nuno Álvares Pereira “mamdou dar as trombetas e partio” em direção a Abrantes, “e foy dormir a Avis”. Passou por Ponte de Sor e a 3 de agosto chegou a Abrantes e “foy ver el Rey a Abramtes, ficamdo todolos outros apousemtados”.¹¹⁴ No dia 5 de agosto, reuniu-se em Abrantes: “emtrou ã comsselho” D. João I e D. Nuno Álvares Pereira “e os outros com que tinha em costume de falar seus segredos”. Face ao que se avizinhava, estavam equacionadas duas possibilidades: dar batalha ao inimigo, ou optar pela guerra de guerrilha: “a primeira se poeria batalha a seus imiguos ouu se usaria da guerra guerreada”¹¹⁵. D. João I defendeu a segunda hipótese e propôs uma incursão em Castela através da Andaluzia, como forma de fazer regressar o exército de D. Juan I de Castela ao seu reino e evitar a sua entrada em Lisboa, esperando que mais auxílio aparecesse, nomeadamente o apoio inglês. Assim, ganhava-se tempo: “E a divisaõ de huã parte hera mui pouca, ca os mais deles ouutorguavaõ naõ aver batalha e davaõ estas rezõis. Diziaõ que pois el Rey de Castela emtrava em ho Reino, que se fosse el Rey Alentejo e que emtrase pela comarca dAmduluzia; e quando el Rey de Castela esto soubese que emcaminharia pera ho ir buscar por acorer a sua terra e por esta guisa o desviaria de nnaõ chegar a Lixboa pera lhe fazer dapnno”.¹¹⁶ Nuno Álvares Pereira opõe-se veementemente a este plano e coloca-se na disposição, juntamente com os seus homens, de enfrentar em batalha o rei de Castela, como forma de salvar Lisboa e o reino de Portugal: “Ho Comde quoamdo aquilo ouvio, desprouguelhe muito de tal acordo, como aquele que nenhũa cousa mais desejava que se ver com el Rey de Castela em campo”.¹¹⁷ Como não houve consenso nesse dia, Nuno Álvares Pereira partiu no dia seguinte sozinho, de madrugada, com o seu exército, para Tomar: “(...) mandou o Comde dar as trombetas e com coração bem menêcorio, cheio porem de virtuosa ardidez, sem mais ffalar a el Rey nẽ outro nenhuũ, se partio cõ suas gentes caminho pera Tomar, pera

¹¹³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIV, p. 56.

¹¹⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIV, p. 56.

¹¹⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIX, p. 66.

¹¹⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIX, p. 66.

¹¹⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXIX, p. 66.

homde el Rey de Castela vinha”.¹¹⁸ D. João I mandou chamar o condestável, que recusou prontamente. Após reconsiderar a situação, D. João I mudou de opinião, e com o seu próprio exército acabou por se juntar a Nuno Álvares Pereira em Tomar, no dia 8 de agosto: “e se não tornar [Abrantes] quisese quue se fose apousemtar a Tomar, e que ele partiria loguo dAbrantes e se hiria em pos ele, pera ordenarẽ a batalha”.¹¹⁹

Com as duas hostes já reunidas, organizam-se a vanguarda e a retaguarda; entretanto, o condestável mandou efetuar com quatro batedores diversos reconhecimentos da marcha e das características do exército castelhano, entre 8 e 10 de agosto, e redigiu um desafio em forma para Juan I. Este respondeu aceitando a decisão de “livrar batalha”.¹²⁰ No dia 13 de agosto, por ordem do rei, Nuno Álvares Pereira, com um grupo de cem cavaleiros, partiu em direção a Leiria, tentando observar o inimigo. Apesar de não o conseguir, teve oportunidade de escolher o terreno onde, no dia seguinte, se iria travar a batalha. De regresso ao arraial, comunicou a opção a D. João I. No dia 14 de agosto, Nuno Álvares Pereira mandou tocar as trombetas à meia-noite; as tropas portuguesas partiram de imediato para o local previamente escolhido. Já no local, para além da preparação do terreno, organizou-se a disposição das tropas, de frente para Leiria, de onde havia de surgir o inimigo.¹²¹ E começou a famosa Batalha de Aljubarrota. No que se refere ao número de efetivos, temos de ser muito cautelosos, pois, as fontes narrativas são extremamente distintas, colocando-nos assim numa missão contabilística inglória. Se é muito complicado saber o número de soldados do contingente português, no que diz respeito ao castelhano, e devido à sua diversidade de elementos, é quase impossível de o saber; no entanto Fernão Lopes ‘atira’ com números: 1.700 lanças; 800 besteiros; 4.000 peões, perfazendo um total de 6.500 tropas portuguesas (já com o apoio estrangeiro).¹²² No lado castelhano tínhamos: 6.000 lanças; 2.000 ginetes; 8.000 besteiros; 15.000 peões, com um total de 31.000 combatentes.¹²³ Independentemente dos números, e por mais fantasiosos que sejam, a verdade é inegável: os castelhanos eram muito mais que os portugueses. Longe deste trabalho descrever a batalha; mas o mais importante é destacar

¹¹⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXX, p. 69.

¹¹⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXX, p. 72.

¹²⁰ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.101.

¹²¹ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.102.

¹²² “El Rey de Portugal avia per todas mil e setecentas lamças e delas não bem coregidas, e de besteiros oitoçêtos e de homẽes de pee quatro mil, que eram per todos seis mil e quinhentos.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXXVI, p. 91.

¹²³ “Hos castelaõs, pero diguaõ [tantos] que se não podiaõ dar conto, não era prẽ asy, caa eles não eraõ mães que seis mil lamças per framçeses e guascoẽs e outros estramgeiros, que todolos que da frota e dos outros luguares se foraõ pera ele; de ginetes heraõ dous mil e besteiros oito mil e de homẽes de pee quinze mil, que seriaõ per todos pouco mais de trimta mil.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XXXVI, p. 91.

como foi possível os portugueses levarem a melhor sobre os castelhanos, estando os mesmos em vantagem numérica. Na opinião de João Gouveia Monteiro, o grande especialista nesta batalha, a vitória começa a desenhar-se quando Nuno Álvares Pereira, no dia anterior à batalha, faz um reconhecimento minucioso à zona e escolhe o local, o planalto de S. Jorge, ladeado por dois rios. Após essa escolha, mandou construir todo tipo de obstáculos e armadilhas (as famosas covas de lobo). No dia da batalha, o exército português, pelo facto de estar muito bem posicionado, não permitiu, durante o combate, que as alas castelhanas intervissem; ou seja, o ataque efetuado pela vanguarda do exército castelhano não pode ser reforçado pelas alas, condicionado como estava pelo terreno. A falta de reconhecimento prévio da zona por parte de Juan I, revelando uma desvalorização concreta das condições do terreno, nomeadamente a sua estreiteza e a inclinação dos barrancos laterais, que rematavam em duas linhas de água, revelou-se fatal para os castelhanos.¹²⁴ Isto originou que o exército castelhano não pudesse tirar partido das suas alas. O conselho do rei Juan I, perante tal situação, ponderava não combater. Contudo, alguns jovens e inexperientes cavaleiros castelhanos atacaram a hoste portuguesa com a justificação de mostrar a sua superioridade ao rei Juan I, e de mostrar que o rei de Castela tinha o direito de se impor aos portugueses em virtude de estar a reivindicar um direito que lhe pertencia, ou seja, a Coroa de Portugal. Esses cavaleiros também estavam convencidos de que Deus estava do lado deles. Temos a legitimidade de perguntar onde estava o ‘núcleo duro’ do exército castelhano, ou seja, os mais experientes? A resposta é simples: tal como já explicámos, antes de Aljubarrota o exército castelhano tinha sido derrotado uns meses antes em Trancoso e no ano anterior sofreu pesada derrota em Atoleiros e foi dizimado no cerco de Lisboa em consequência da peste. Quando, em 1385, Juan I se dispôs a entrar em Portugal, o Chanceler de Castela, Pero Lopez de Ayala, que conhecia muito bem qual era a situação do exército castelhano, recorda que Castela, como consequência das derrotas anteriores, tinha perdido cerca de 2.500 dos seus melhores homens, ou seja, os mais experientes.¹²⁵ Posto isto, se tomarmos em linha de conta as baixas sofridas em Atoleiros e em Trancoso, mais a peste em Lisboa, temos um panorama verdadeiramente desolador no que diz respeito à experiência militar nas hostes castelhanas. Isto sem retirar qualquer brilhantismo ao exército português liderado por D. João I e Nuno Álvares Pereira.

¹²⁴ MONTEIRO, João Gouveia - *Aljubarrota 1385 - A batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003, p.118-121.

¹²⁵ Crónicas de los Reyes de Castilla, 1780, Cap. XIV, p.230-234.

Para concluir este ponto, e fazendo uma ponte de ligação para o próximo, a grande conclusão que obtemos com o desfecho desta batalha resume-se à derrota das ambições castelhanas ao trono português; com isso, Portugal conseguiu preservar a sua independência. A vitória em Aljubarrota representou a chegada ao poder de uma nova nobreza de feição marcadamente militar e com menos ‘sangue-azul’ a correr-lhe nas veias. Isto é importante para compreender, após a assinatura da paz com Castela em 1411, a aventura da conquista de Ceuta em 1415. Para além da sobrevivência política de Portugal como reino independente, deve ser enfatizada a ligação com Inglaterra, quer do ponto de vista político, quer do económico e comercial. Portanto, há vários níveis de avaliação possíveis quanto ao resultado desta grande batalha que foi a de Aljubarrota em 14 de agosto de 1385.¹²⁶

2.3.3 - Tratado Windsor

Regressemos a dezembro de 1383. O ainda Mestre de Avis, tal como dissemos, acabara de ser proclamado pelo povo regedor e defensor do reino. Tendo a consciência do que iria acontecer com Castela, o Mestre de Avis e os seus Conselheiros tomam as primeiras medidas: enviam uma embaixada a Inglaterra a solicitar a Ricardo II (1367-1400) autorização para que os seus súbditos pudessem livremente participar na luta que os portugueses iriam travar frente aos castelhanos;¹²⁷ por outras palavras, queriam auxílio militar o quanto antes. Fernão Lopes explica as razões pela qual o Mestre de Avis necessita de auxílio vindo de Inglaterra: “E acordarom de enviar pedir a elRei de Inglaterra, que lhe prougesse dar logar e leçemça aos de seu rregno, que por solldo aa sua voomtade o vehessem ajudar contra seus emmiigos”¹²⁸: ou seja, Portugal queria apenas licença para contratar mercenários.¹²⁸ Nesse mesmo mês de dezembro, o Mestre ordenou que Lourenço Martins, seu criado e futuro alcaide de Leiria, e Thomas Daniel, um inglês residente em Lisboa,¹²⁹ viajassem para Inglaterra como seus embaixadores: “E foi hordenado de hirem la por seus Embaxadores Louremço Martiiz criado do Meestre, que

¹²⁶ MONTEIRO, João Gouveia, 2003, p.118-121.

¹²⁷ MORENO, Humberto Baquero – “O Tratado de Windsor de 1386 no Conspecto das Relações Luso-Inglesas”. In *ACTAS DO COLÓQUIO COMEMORATIVO DO VI CENTENÁRIO DO TRATADO DE WINDSOR* (de 15 a 18 de Outubro de 1986) Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 213.

¹²⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p. 95.

¹²⁹ “Sendo importante a colónia inglesa na capital do reino haveria interesse nos bons officios que este último [Thomas Daniel] pudesse desempenhar para que as conversações se traduzissem num bom resultado.”, MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.213.

depois foi Alcaide de Leiria, e Tomas Daniell, Ingres; os quaes partiram em duas naos dante a cidade em aquell mes de dezembro”.¹³⁰ O Mestre incrementou a sua offensiva diplomática ao enviar uma segunda embaixada, de forma a reforçar a primeira. Estávamos em 31 de março de 1384, quando Fernando Afonso de Albuquerque (1330-1387)¹³¹, Mestre de Santiago e Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-mor do reino, são nomeados “embaixadores de Portugal e partem do Tejo a caminho da Inglaterra”.¹³² Tal como sublinha Fernão Lopes: “(...) e depois foi acordado de mandarem dom Fernand Affonso dAlbuquerque Meestre da Hordem de Samtiago, e LouremçEanes Fogaça Chamceller moor que fora delRei dom Fernamdo, o qual emtõ na See o Meestre fez cavalleiro ante que partisse”.¹³³ Se analisarmos nas entrelinhas, percebemos que o envio destas duas embaixadas, com um diferencial de três meses, enquadra-se num retrato perfeito de angústia e desespero que se vivia em Portugal; basta recordarmos que o exército castelhano chega a Santarém por volta de 22 de janeiro de 1384. Perante esta aproximação à capital do reino, que constituía uma pesada ameaça, e que acabou por ser uma realidade com o cerco de Lisboa entre os meses de maio e setembro de 1384, o reforço com tropas estrangeiras era cada vez mais urgente. Como todo o cuidado é pouco, e iam passar pelas costas castelhana e francesa, Lourenço Anes Fogaça e o Mestre de Santiago deslocam-se para Inglaterra em embarcações diferentes: “E embarcarõ em dous navios, ho Meestre em huã nao, e Louremce Anes em huã barcha e foram sua viagem (...)”.¹³⁴ Segundo nos informa Fernão Lopes, a viagem durou uma semana, e atracaram em inícios de abril no porto inglês de Plymouth, onde seguiram em montadas em direção a Londres.

Ao que parece, Ricardo II recebeu-os com toda a cortesia, bem como todos os senhores e fidalgos da corte inglesa. Uma vez chegados a Londres, depararam com a

¹³⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p. 95.

¹³¹ Filho bastardo de João Afonso de Albuquerque, “o de Ataúde”, exerceu cargos de Aio e Mordomo-mor de Pedro I de Castela no início do seu reinado. Por este facto, foi um dos magnates mais poderosos da Península Ibérica na primeira metade do século XIV. Possivelmente por ser filho de Afonso Sanches, filho bastardo do rei D. Dinis, vemo-lo ligado ao meio cortesão português em tempo de D. Afonso IV e D. Pedro I. Os seus filhos (bastardos), Fernando Afonso de Albuquerque, Beatriz Albuquerque e Maria Afonso Albuquerque, constituíram o ramo de maior fortuna em Portugal (por força do seu único filho legítimo, Martinho Anes Albuquerque, com a sua mulher, Isabel de Molina, morrer sem descendência). Gravitarão todos, na corte fernandina vivendo sob proteção da rainha Leonor Teles. “A adesão de Fernando Afonso ao revoltado Mestre de Avis, em 1383, leva-o a Inglaterra, onde permanece até 1386 como seu agente diplomático, contraindo numerosas dívidas e envolvendo-se em actividades comerciais.”, GOMES, Rita Costa, 1995, p.70.

¹³² FONSECA, Luís Adão – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p.49.

¹³³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p. 95.

¹³⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p. 95.

mudança da corte para Salisbúria, onde aguardaram até aos finais de abril pela abertura do Parlamento. O tempo urgia; mais a mais, só poderiam comunicar as suas intenções numa das sessões do Conselho Régio assim que John of Gaunt regressasse da Escócia. Assim, só em maio é que foram reunidas as condições necessárias para os embaixadores portugueses levarem a cabo a sua missão. “A sua primeira incumbência era obter permissão para recrutar em Inglaterra uma força de homens de armas e arqueiros para combaterem em Portugal.”¹³⁵ Em troca da sua ajuda, o Mestre de Avis mostrou-se disposto a colocar à disposição do governo inglês uma esquadra de galés portuguesas e a oferecer ao duque de Lencastre todas as facilidades caso este pretendesse invadir Castela.¹³⁶ Tendo como principal interlocutor John of Gaunt, que ainda mantinha o desejo de ser rei de Castela, nas negociações com os embaixadores portugueses o plano parecia viável, atrativo mas delicado. Delicado, porque uma nova intervenção inglesa em solo português comprometia as tréguas com a França, que estavam prestes a iniciar-se; e curiosamente, John of Gaunt era o principal representante inglês. Portanto, enquanto as tréguas (que iriam ser organizadas em Calais) entre Inglaterra e França não se concretizassem ou, pelo menos, a situação não se clarificasse, não era viável uma ajuda inglesa a Portugal. Perante tal cenário, as notícias que o Mestre de Avis recebia de Inglaterra não eram agradáveis. Num período em que os castelhanos já tinham cercado Lisboa, e as negociações das tréguas entre Inglaterra e França ainda estavam a decorrer, o desespero do Mestre de Avis ficou patente nas exposições enviadas ao governo inglês. Por tal facto, esse mesmo governo decidiu autorizar o recrutamento de tropas para combaterem em Portugal. Assim, em 28 de julho de 1384 começou o recrutamento de homens de armas e arqueiros, tal como era pretendido pelo Mestre. Para não afetar a logística organizativa das tréguas entre França e Inglaterra, Ricardo II declarou basear a sua atuação nos tratados de aliança com o defunto D. Fernando e no seu próprio desejo de auxiliar o povo português e João de Avis, “governador” do reino, na luta contra os inimigos comuns às duas nações.¹³⁷ Paulatinamente, a Inglaterra voltava à cena política peninsular. Peter Russell dá-nos conta de que só nos finais de agosto são emitidas as primeiras cartas de proteção a favor dos recrutados por Albuquerque; afinal ele era o chefe

¹³⁵ RUSSELL, Peter E., 2000, p.399.

¹³⁶ “Que seendo o reino per seu aazo despachado e livre dos emmiigos, que toda ajuda que os Portugueses fazer podessem, assi de gallees come de seus corpos, omde ell mais por seu serviço emtemdesse, que eram muito prestes de o fazer e que se o Duque dAlencastro por seu corpo vier quisesse cobrar o regno de Castella que lhe por azo de sua mulher de direito pertencia, que tinhaõ o tempo muito prestes e todo Portugal em sua ajuda”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p.96. RUSSELL, Peter E., 2000, p.399.

¹³⁷ RUSSELL, Peter E., 2000, p.401.

oficial da missão. Para quem necessitava de um apoio com a maior urgência possível, que era o caso dos portugueses, parece-nos que o *timing* deste recrutamento não foi o mais indicado. No entanto, Ricardo II escreveu ao Mestre de Avis a informá-lo do ponto da situação da missão portuguesa em Inglaterra; revelou-lhe a sua satisfação pela presença dos altos dignatários portugueses em solo inglês, do mesmo modo que exprimiu agradecimento pela oferta de galés portuguesas para a longa guerra com a França, garantindo-lhe em troca que facilitaria o recrutamento de homens de guerra ingleses que quisessem combater em Portugal.¹³⁸ O recrutamento de tropas inglesas prosseguiu durante os finais do Verão a um ritmo muito lento, vindo a ter um incremento já nos finais do Outono de 1384. Finalmente, passados cinco meses de terem começado a recrutar, chegam ao fim dessa missão; não correu exatamente como foi planeado, mas foi o que a situação lhes permitiu contratar.¹³⁹ O número de homens que Fogaça e Albuquerque conseguiram recrutar permanece uma incógnita; no entanto algumas fontes coevas¹⁴⁰ apontam para um recrutamento de apenas cerca de 200 homens¹⁴¹; outros dados apontam para um máximo de 800 homens.¹⁴² A verdade é uma: “tão pouco se tratou certamente de um *corps d’élite*”.¹⁴³ Por este facto, o seu contributo em Aljubarrota, embora tenha sido importante, esteve muito longe de ser decisivo. Os recrutados, na sua maioria, eram ingleses e gascões. Contudo, estavam presentes mercenários holandeses, alemães, irlandeses e até portugueses. As tropas inglesas eram capitaneadas por escudeiros também eles ingleses: Elie de Blythe, Robert Grantham, Peter Cressingham e Reginald Cobham; o pequeno contingente da Gasconha estava sob o comando de um cavaleiro, de seu nome Guilhem de Montferrand. Em 24 de março de 1385 quatro barcos com homens de armas e arqueiros zarparam de Plymouth em direção a Portugal, onde chegariam por volta de 2 de abril.

Com a eleição do Mestre de Avis como rei de Portugal nas Cortes de Coimbra a 6 de abril de 1385, e numa tentativa de reforçar as relações entre Portugal e Inglaterra, D. João I ordenou (a 15 de abril) que Albuquerque e Fogaça – que ainda se encontravam em Londres – transmitissem oficialmente a Ricardo II a sua mudança de estatuto, bem como

¹³⁸ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.214-215; *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. XLVII, p. 97-98.

¹³⁹ RUSSELL, Peter E., 2000, p.404.

¹⁴⁰ João Gouveia Monteiro informa-nos que estes registos estavam inventariados na obra: *Chroniques de Jean Froissart*. (pars. 89), Tome Douzième, 1356-1388, Livre Troisième.

¹⁴¹ MONTEIRO, João Gouveia, 2003, p.98.

¹⁴² Segundo Peter Russell, Gonçalo Domingues, cónego de Lisboa, escreveu ao abade de Alcobaça a informar que, em Abril, cerca de 800 homens provenientes de Plymouth desembarcaram em Portugal.

¹⁴³ RUSSELL, Peter E., 2000, p.405.

negociassem uma aliança formal com Inglaterra: “enviou seu recado e outra procuração a estes mēssageiros, que por este negoço imda alla eraõ deteudos, em que lhe dava poder abastante pera trautar com ell Rey de Imgraterra e com o Duque dAlemcrasto e asy outras pessoas, de quoallquer honrra e estado que fosẽ, aquelas liamças e amizades que por proll e serviço do Reino e homrra da sua pesoa emtemdesẽ, avemdo firme todo o que dante tinhaõ feito e quoamto dally em diamte fizesẽ, e outras tais resõis dabastamça”.¹⁴⁴ E mais: D. João mandou-lhes que informassem Ricardo II da renovada adesão de Portugal a Urbano VI,¹⁴⁵ em oposição a Castela e França, que apoiavam Clemente VII. Ao que parece, estava tudo bem encaminhado para se estabelecer uma aliança forte entre Portugal e Inglaterra. Poucos meses depois, a corte inglesa rejubilou com as boas-novas de Portugal referente à vitória retumbante em Aljubarrota, onde participaram alguns arqueiros ingleses. Perante esta notícia, John of Gaunt viu a sua janela de oportunidade a abrir. Mas é a pedido de D. Constança, sua esposa e filha de Pedro I de Castela, que John of Gaunt solicita autorização a Ricardo II para vir ocupar o trono de Castela, que por direito entendia que lhe pertencia. Ricardo II deu o seu consentimento e John of Gaunt tratou de imediato das diligências para a celebração de um tratado com Portugal.¹⁴⁶ Em outubro de 1385, já estavam emitidos os salvo-condutos aos embaixadores portugueses para a negociação do tratado entre Portugal e Inglaterra. Em abril de 1386 são nomeados os embaixadores ingleses que seriam responsáveis pela redação do tratado; eram eles: Ricardo Ronhale, Ricardo Alberbury e João Clanowe. Do lado português, eram os mesmos que estavam no terreno: Fernando Afonso de Albuquerque e Lourenço Anes Fogaça. O processo de negociação entre os plenipotenciários dos monarcas provavelmente deve ter sido encerrado pelos finais de abril; pelo que o tratado de amizade e confederação entre as duas monarquias é assinado em Windsor no dia 9 de maio de 1386.

Este tratado continha treze cláusulas e diz basicamente o seguinte: estabelecia que entre os naturais e os reis dos dois países haveria uma amizade perpétua que obrigava ambas as partes à prestação de socorro mútuo, sempre que uma das nações estivesse ameaçada, exceto contra o soberano pontífice, Urbano VI, o imperador alemão e John of Gaunt. Determina-se também que os vassallos de cada um dos reis podem ir aos domínios do outro e ali demorar-se, residir e comerciar; portanto, aplica-se o princípio da livre

¹⁴⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. LXXVIII, p. 194.

¹⁴⁵ RUSSELL, Peter E., 2000, p.411.

¹⁴⁶ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.215.

circulação de pessoas e bens. Acorda-se que nenhum dos monarcas nem súbdito seu dará apoio de qualquer género contra o outro, obrigando-se além disso a considerar os inimigos dos ditos reis, terras e domínios e os de seus herdeiros e sucessores como seus próprios e mortais inimigos, devendo além disso evitar ter contactos com os mesmos, mas antes persegui-los com todas as suas forças. Estipulava-se que o outro monarca seria sempre incluído nos acordos, tréguas ou armistícios celebrados por cada um deles. A importância do comércio marítimo foi devidamente pensada, pelo que se comprometiam as duas partes a não prestar auxílio a inimigos comuns, do mesmo modo que não poderiam fretar embarcações de países inimigos de um dos lados. Cada signatário deveria avisar o outro sempre que houvesse conhecimento de algum perigo externo que representasse ameaça para qualquer uma das nações.¹⁴⁷

Conforme nos informa Humberto Baquero Moreno, este tratado obedecia fundamentalmente, para além das motivações económicas e estratégicas, às pretensões inglesas de entrar na corrida da disputa da coroa castelhana.¹⁴⁸ A provar tal conclusão está a assinatura de uma extensa convenção entre os dois monarcas, em que D. João I se compromete a enviar, no Verão dez galés, armadas e equipadas à sua custa, para auxiliar a Inglaterra contra os inimigos deste reino.¹⁴⁹

“Em termos práticos, um dos resultados imediatos dos tratados de Windsor consistiu no arranque dos preparativos que conduziram ao casamento entre o rei de Portugal e a filha de João de Gant”.¹⁵⁰

2.3.4 - Ponte de Mouro, berço de duas alianças: militar e matrimonial

Para entendermos com clareza o plano concertado que levou ao casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, teremos de recuar até ao ano de 1385. Tal como demos conta, Ricardo II aceitou as pretensões de John of Gaunt ao trono de Castela. Faltava o financiamento para esta empresa. Na segunda quinzena de novembro de 1385, o assunto *chemin d’Espagne* entrou nos trabalhos do Parlamento inglês em Westminster; com os votos unânimes tanto dos Lordes como dos Comuns, aceita, sem objeções, financiar a expedição de John of Gaunt a Castela. Ora, a vinda do duque de Lencastre à Península

¹⁴⁷ BRAZÃO, Eduardo, 1955, p.78-83.

¹⁴⁸ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.216.

¹⁴⁹ FONSECA, Luís Adão, 1986, p.53.

¹⁵⁰ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.216.

Ibérica implicava desde logo um pedido de envio de embarcações portuguesas suficientes para o transporte de militares ingleses. Antes do dia 12 de janeiro, Ricardo II nomeia “Sir William Par para de imediato se deslocar a Portugal e pôr D. João I ao corrente das recentes decisões”.¹⁵¹ William Par desembarcou no Porto e deslocou-se até Chaves, onde as tropas de D. João I tinham cercado a vila. Após a exposição dos planos de John of Gaunt, William Par solicitou a D. João I que facultasse uma esquadra de galés portuguesas com intuito de escoltar a força expedicionária até à Península Ibérica. D. João I, para além da alegria que teve em receber tal notícia, concordou em enviar para Inglaterra seis galés e uma dúzia de naus. Entretanto, na Inglaterra preparava-se a bom ritmo o recrutamento de tropas para combater em Castela; saliente-se que a maioria dos combatentes desse recrutamento eram provenientes das próprias terras do duque, e por isso essa tarefa coube apenas aos oficiais de John of Gaunt, dispensando, por isso, os oficiais de Ricardo II. Essas tropas eram lideradas pelo condestável do duque de Lencastre, Sir John Holland, genro do próprio duque; para combaterem sob o comando do condestável estavam dois marechais: Richard Burley e Thomas Morieux. Como se pode imaginar, o objetivo de John of Gaunt nesta demanda, para além de conquistar o trono, era também de certa forma ‘povoar’ a sua corte em Castela; o duque não olhou a meios e fez com que o acompanhassem, para além da esposa, D. Constança, e as três filhas, um número elevado de criados e de artesãos – costureiros, ourives, pintores, bordadeiras, menestréis e outros – capelães, assim como os seus oficiais.¹⁵² Para transportar esta gente toda, era precisa uma enorme frota. Ao que parece, houve graves complicações com a organização dessa frota. “Os registos ingleses mostram que as dificuldades que envolviam a concentração da frota lancasteriana ficavam a dever-se em parte a problemas de ordem financeira e em parte a uma real escassez de adequadas embarcações, a que se juntava a relutância dos patrões dos barcos em garantirem os seus préstimos”.¹⁵³ Uma vez sanado este problema, ainda que através de contração de empréstimos que Ricardo II pediu aos lombardos para pagamento aos patrões dos barcos e seus marinheiros, e também graças a um empréstimo de dez navios da Holanda e um de Danzig, no dia 17 de junho de 1386, a frota inglesa estava pronta em Plymouth. Conforme prometido, a frota enviada por D. João I chegaria por finais de junho, com as referidas seis galés e doze naus. No dia 9 de julho, liderada

¹⁵¹ RUSSELL, Peter E., 2000, p.438.

¹⁵² RUSSELL, Peter E., 2000, p.442.

¹⁵³ RUSSELL, Peter E., 2000, p.448.

pela esquadra portuguesa, toda a frota levantou ferro de Plymouth rumo à Península Ibérica chegando no dia 25 de julho de 1386 ao largo da Corunha.¹⁵⁴

O desembarque na Corunha correu sem que houvesse qualquer problema de maior; contudo, os navios regressaram de imediato ao seu país, já que se temia uma invasão do rei de França à Inglaterra. Juan I de Castela e o seu aliado francês, Carlos VI (1368-1422), estavam perfeitamente conscientes de que uma força inglesa se preparava para invadir Castela; mas, pouco fizeram para a deter ou mesmo para se precaver para esta eventualidade.¹⁵⁵ E mais: embora o duque quisesse manter em segredo o local do desembarque, Juan I deduzia que só podia ser em dois locais: ou na Galiza, o baluarte do legitimismo antitrastâmara ou em Portugal. Foi na Galiza, local amplamente conhecido pelos peregrinos ingleses que faziam a romaria a Compostela por via marítima durante o século XIV. Juan I, sem apoios quer da parte de Aragão quer da França, viu-se então obrigado a dispersar as suas tropas pela Galiza, pela Andaluzia e pela zona de Zamora onde se encontrava; esse reforço era composto por 1.000 homens de armas para cada região referida. As tropas do duque avançaram em direção a Santiago de Compostela, que se rendeu sem grande oposição; na sequência, foi nomeado um novo arcebispo, obediente ao papa de Roma. À medida que as tropas do duque iam avançando no terreno, o povo galego, para além de se submeter ao duque, também lhe prestava vassalagem. A forma como o duque recompensou aquelas gentes galegas foi significativa, ordenando às suas tropas que não “molestassem e mesmo respeitassem a população local e os seus bens”.¹⁵⁶ Em setembro, o exército de John of Gaunt já se encontrava em Ourense; ou seja, já dominava a parte ocidental e central da Galiza e preparava-se para entrar no reino de Leão. Com recursos minguados, Juan I opta por uma tática de desgaste, ripostando apenas nas cidades fortificadas, abandonando-as de seguida e removendo todas as colheitas para que o inimigo não usufruísse das mesmas. Entretanto, John of Gaunt enviava representantes seus a Juan I para demonstrar o porquê das suas pretensões, que estavam ligadas por direito de herança à sua esposa: “ (...) ell era vimdo em aquella terra, como

¹⁵⁴ “Durante o seu trajecto, a frota aportou em Brest, onde o duque autorizou algumas das suas forças a auxiliar a guarnição inglesa que se encontrava em apuros frente ao inimigo francês. Situação que gerou polémica, visto terem de completar a viagem no mais curto espaço de tempo. Pelo dia 20 de Julho, rumou de Brest até à Galiza.”, RUSSELL, Peter E., 2000, p.454-455.

¹⁵⁵ “Houve sinais de uma pequena esquadra de galés castelhanas que foram autorizadas a largar de portos franceses no Canal e que se envolveram com a frota do duque no Golfo da Biscaia, mas o respectivo comandante, compreendendo que a sua força não tinha poder para atacar o inimigo no alto mar, limitou-se a fugir a toda a pressa, em direcção à costa castelhana, a fim de avisar Juan I da aproximação de João de Lencastre.”, RUSSELL, Peter E., 2000, p.456.

¹⁵⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.130.

já ouviria contar, e que trazia cōsyguo a Rainha dona Costança sua molher, filha dell Rey dom Pedro de Castella e de Liaõ, por aver aquelles reinos que seus herão de direito, os quais emtemdia cobrar pois lhe pertemçiãõ”.¹⁵⁷ Em suma, já que no terreno as coisas não estavam a correr pelo melhor, a via diplomática poderia ser uma solução. Contudo, Juan I não cedeu: “ [Dom Joaõ Serrano, Prioll daGoadelupe, chamçeler do sello da puridade] E meu Senhor vos respomde asy: que elle tem e pesue os reinos de Castela e de Liaõ per justo titolo e heremça derecha, e que vos não fostes bem ãfformado per quẽ vos fez emtemder que vosa molher tinha nelle melhor direito. E que se ysto quiserdes demandar peramte aquele que de tal feito pode ser juiz, que elle he prestes pera de sy fazer direito e justiça. E pois elle esto quer fazer, que elle vos requiere da parte de Deus que lhe não emtreis em seus reinos, nẽ lhe danei sua terra. E se asy não quiserdes cumprir, que emtemde que o fazeis cõ orgulho e soberba e não per direito que emtemdais de ter; e faz desto juiz o Senhor Deus”.¹⁵⁸

John of Gaunt, após ter feito várias tentativas do foro diplomático com Juan I, todas elas sem sucesso, regressou então à Corunha onde passou o inverno a planear uma última campanha na Primavera de 1387. Foi neste momento que o duque pediu auxílio a D. João I. “O Duque isso mesmo, segumdo algũs afirmãõ, enviou loguo a ell Rey [D. João I] suas cartas”¹⁵⁹ a informar que se encontrava na Corunha com a sua mulher e filhas, com intuito de tomar o reino de Castela, e que tinha muito gosto em falar com ele. D. João I, assim que tomou conhecimento disto, abandonou Lamego e dirigiu-se de imediato à cidade do Porto. Nesta cidade, enviou os seus embaixadores – Vasco Martins de Melo e Lourenço Anes Fogaça – ao duque, a informar que “lhe prazia muito de sua vimda e da temçaõ que trazia, e que compria de se verẽ ambos por comcordar e aver conselho que maneira aviam de ter no proseguimemto da guerra de Castella”.¹⁶⁰ Uma vez recebida essa mensagem, o duque propôs o local: “que era bem de se verem a Pomte de Mouro, amtre Melgaço e Momçam, que eraõ dezavove leguoas do Porto, e que o Duque fosse em tempo cheguando aquell luguar, e ell Rey isso mesmo partiria daquella çidade e levaria aquell caminho”.¹⁶¹ O encontro entre D. João I e John of Gaunt verificou-se a 1 de novembro de 1386 numa colina próxima de Ponte do Mouro, num “ambiente cordial e festivo e ao

¹⁵⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. LXXXIII, p. 202.

¹⁵⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. LXXXIII, p. 203.

¹⁵⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. LXXXIX, p. 213.

¹⁶⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XC, p. 214-215.

¹⁶¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XC, p. 214-215.

abrigo, pleno de simbolismo, de uma tenda do rei de Castela, tomada na batalha real”.¹⁶² D. João I estava acompanhado pelo condestável e por 500 homens de armas. O duque, para além dos seus fiéis seguidores ingleses, fez-se acompanhar por vários cavaleiros galegos e castelhanos. No dia 2 do mesmo mês, iniciaram-se em privado as conversações; julgamos que debateram os assuntos relativos à aprovação de acordos políticos e militares tracejados pelos seus diplomatas no mês anterior.

Estes acordos tinham várias determinações: primeiro, o apoio de D. João I a John of Gaunt na conquista de Castela; segundo o monarca português não podia efetuar qualquer aliança com Castela enquanto os ingleses estivessem na Península Ibérica; terceiro e último, ao rei português incumbia também a tarefa de colocar no terreno 2.000 homens de armas, 1.000 besteiros e 2.000 peões, sempre ativos até agosto de 1387. Em contraponto com estas determinações, D. João I casaria com D. Filipa de Lencastre, e caso John of Gaunt tomasse o trono de Castela, comprometia-se a expandir o território português numa faixa que teria sensivelmente, 80 Km de largura e 350 Km de comprimento.¹⁶³ No dia seguinte, após um banquete com os seus principais magnates, os soberanos despediram-se e, como forma de agradecimento, trocaram valiosos oferendas. John of Gaunt seguiu para Celanova, na Galiza, cerca de 60 Km a Este de Ponte de Mouro e 27 Km a sul de Ourense, para onde tinha transferido a sua corte¹⁶⁴, enquanto D. João I seguiu em direção ao Sul, a fim de tomar as suas providências para a campanha. O acordo ficou oficialmente finalizado no dia 11 de novembro em Celanova, quando D. João I enviou uma delegação chefiada pelo arcebispo de Braga, e o pretendente ao trono de Castela e a sua esposa, D. Constança, aprovaram o documento elaborado em Ponte do Mouro. Com este acordo, conhecido como Tratado de Ponte do Mouro, iniciava-se a participação portuguesa na empresa da conquista de Castela.

¹⁶² COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.130.

¹⁶³ RUSSELL, Peter E., 2000, p.477.

¹⁶⁴ RUSSELL, Peter E., 2000, p.474.

2.3.5 - Invasão anglo-portuguesa a Castela

Tracemos de forma muito sumária a invasão anglo-portuguesa a Leão. Não, não no enganámos: as tropas inglesas e portuguesas nunca chegaram a entrar na região de Castela, ficando-se apenas por Leão. D. João I comprometeu-se, através do tratado de Ponte do Mouro, tal como já referimos, a colocar no terreno um exército nos inícios de 1387; o monarca português pôs mãos-à-obra nesta empresa e enviou o Condestável rumo à fronteira com o Guadiana para efetuar os preparativos para a campanha. Aliás, o próprio rei mudou-se para Évora para ajudar nos preparativos. Contudo, estes preparativos demoraram mais do que o previsto, para além da demora da realização do seu casamento com D. Filipa de Lencastre, que só viria a acontecer em 2 de fevereiro de 1387. Como resultado destas demoras, criou-se “um clima de mal-estar e pouca cordialidade entre ele [D. João I] e o duque”.¹⁶⁵ Finalmente, em março de 1387, as forças dos dois soberanos encontraram-se junto a Bragança. Entre os ingleses as primeiras baixas surgem sem que haja qualquer combate; dois em cada três militares foram atacados pela peste, diminuindo de modo significativo o número de combatentes para 1.500 homens. Fernão Lopes adianta que a hoste inglesa rondava: “seis centos homens darmas e outros tamtos archeiros”.¹⁶⁶ Ao invés, D. João I apresentava-se em Bragança com um número de tropas muito acima do expectável: “E as gemtes que el Rei levava eram trez mil lamças e dous mil besteiros e mais de quatro mil peões”.¹⁶⁷ Portanto, não os 5.000 homens conforme acordado, mas uma hoste com 9.000 homens. Devido a este diferencial tão elevado, criou-se uma ligeira desunião entre as partes que prontamente foi sanada. Decidiu-se que a vanguarda do exército anglo-português se dividiria entre tropas portuguesas e inglesas. No dia 25 de março de 1387, o exército anglo-português, com cerca de 11.000 homens, rumou em direção a Castela, chegando a 27 de março a Alcanises. Apesar de o exército ser relativamente numeroso, encontrava-se, de certo modo, mal equipado, “não dispondo de qualquer bombardas”, pois “era muito pesado em comitivas de corte, de chancelarias e de administração”.¹⁶⁸ Juan I, que tinha poucos recursos militares (não eram mais de 4.000 homens de armas), continuava com a mesma tática: desgaste e razia. As hostes anglo-portuguesas iam ziguezagueando por terras de Leão, e a 2 de abril já se encontravam em

¹⁶⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.131.

¹⁶⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIX, p. 230.

¹⁶⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIX, p. 229.

¹⁶⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.132.

Benavente. No entanto, a guerra de cerco não era a mais desejada nem a mais rentável para os soberanos aliados, visto não terem o tal equipamento necessário, por isso preferindo a guerra em campo aberto. No dia 8 de abril, sem qualquer êxito, abandonam Benavente. Um ataque sem interesse e sem consequências dignas de registo verificou-se em Roales, no vale do Cea, onde os opositores eram apenas homens do campo; num ápice a localidade foi ocupada e as tropas permaneceram durante um mês, pois tinham como plano tomar a bem guarnecida e acastelada vila de Valderas. Depressa a vila se rendeu, quando deu conta que a força aliada estava munida de escadas que permitiam a subida das suas muralhas. Os seus habitantes, não aceitando o domínio do invasor, abandonam a vila, mas não sem antes destruir os mantimentos; aliás, prática já habitual noutras paragens. Esta campanha começava a roçar o fracasso; se por um lado, temos um John of Gaunt consciente de que “não lograria qualquer êxito nesta campanha”, por outro, temos um D. João I com a plena convicção de que ter invadido o Reino de Leão foi um erro; contudo, não desejava quebrar o “apoio ao duque de Lencastre durante o tempo firmado no contrato”.¹⁶⁹ No dia 9 de maio, lá avançaram mais um pouco; desta vez foi sobre Villalobos, que se rendeu no dia seguinte e, uma vez mais, os castelhanos fugiram sem que houvesse qualquer “guerra a la larga”, tal como sublinha Maria Helena C. Coelho. Mês e meio depois de terem saído de Portugal, ainda nada de relevante tinha sido conquistado, e mesmo pouco ou nada se tinha avançado. Neste jogo do gato e do rato, era altura de pôr contas à vida. D. João I, numa atitude consciente, questionou o duque sobre a hipótese de abandonar a campanha e de recrutar mais tropas em Inglaterra; ou mesmo, de tentar negociar a paz com o rei de Castela: “El Rei de Purtuguall iso mesmo, vemdno como nenhũa vila daquelas hu chegavam nã se demoviam receber o Duque por senhor, nem outros luguares nem gemtes nenhũas (...) e por azo os imiguos creciam cada vez mais, e tomavam fouteza de se acheguar a eles, como ell via; asy que duas lhe aparecia fazer huũa, ou hir por gemtes a Imglaterra e emtrar poderosamemte com ellas, ou cair em algũa homrrosa comvemça se lhe seu adversairo cometida fosse”.¹⁷⁰ Em suma, para além de as tropas estarem depauperadas fisicamente e psicologicamente, acrescentava-se o facto de ninguém, da região de Leão, tomar a voz do duque; para além do mais, não era possível de todo “tomar toda Castella villa a villa, cousa pera numca vir a ffim”. John of Gaunt anuiu. No entanto, acrescentou que já estavam em marcha negociações avançadas com a corte castelhana: “O Duque, ouvindo todas estas cousas em que larguamente

¹⁶⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.132.

¹⁷⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIX, p. 246.

ouveram falado, dise que lhe parecia suas rezõens boas, e que já alguũs seus lhe cometeram esto da parte daqueles estramgeiros com que aviam conhecimento, dizendo que el Rey de Castella cahiria em qual quer boa avemça que homrra dambos ffose, espicialmente daquel casamemto do Iffante seu filho com sua filha delle”.¹⁷¹ Após esta decisão as tropas portuguesas tomaram as rédeas das operações e regressaram a Portugal; não pelo caminho mais perto, que seria Bragança, mas sim por Cidade Rodrigo, “visando tirar a maior vantagem para a sua causa e provocar o maior dano possível ao inimigo”.¹⁷² No dia 17 de maio o exército já se encontrava em Corrales, a cerca de 40 Km de Salamanca. Com as tropas exaustas e famintas, os comandantes evitaram a todo custo a aproximação a Salamanca, pelo facto de essa vila se encontrar à guarda do Infante D. João de Castro, que entretanto passara a ser inimigo do rei de Portugal. Por isso, rumaram em direção a Oeste, onde passaram o rio Tormes e assentaram arraial em Ledesma; e por aí ficaram durante uma semana por duas razões: primeiro, procura de alimentos; segundo, esperar boas novas vindas do rei de Castela para o duque. Nesse período, houve umas escaramuças entre ginetes provenientes de Salamanca e a retaguarda do exército aliado, que o Condestável com maior ou menor dificuldade conseguiu resolver. Nessa refrega, o comandante castelhano, Diego López, genro de López de Ayala, foi capturado, assim como outros 50 homens de armas, e foram enviados para uma prisão em Portugal. No dia 29 de maio deixaram Ledesma e rumaram em direção a Cidade Rodrigo. Cerca de 24 Km antes de Cidade Rodrigo instalaram o seu acampamento. Forças castelhanas lideradas por D. João de Castro tinham reforçado militarmente esta cidade e desejavam, a todo o custo, um confronto armado. Mas as forças anglo-portuguesas não estavam para isso, ou melhor, o baixo moral do exército mais o desgaste físico resultariam em derrota; por isso, evitaram a todo custo tal batalha.

Para chegarem à fronteira, o objetivo seria passar ao lado de Cidade Rodrigo, onde se adivinhavam problemas. Ao passarem uma ponte, onde o Condestável depressa se desembaraçou de homens de armas que a guardavam, o resto da hoste aliada não teve problemas em transpô-la, graças a tiros de besteiros que mantinham à distância o exército castelhano. Finalmente do outro lado de Cidade Rodrigo, as tropas aliadas acamparam, enquanto o exército castelhano se refugiava dentro das muralhas da cidade. Nas palavras de Maria Helena C. Coelho, o espanto de uns não é a surpresa para quem cria o espanto. Foi o que aconteceu: o exército inglês e um grande número dos seus cavaleiros

¹⁷¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIX, p. 246.

¹⁷² COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.133.

anunciaram a sua retirada, alegando a D. João I que haviam conseguido salvo-condutos castelhanos para retrocederem até à Gasconha: “Em entramdo el Rey aly, Mosse Joham dOlamda se espedio del Rey e do Duque, e com alguũs cavaleiros e outros imgreses da compannha do Duque, que pasavam de cimquoemta de cavallo, e sua esposa com outras molheres de casa da Duquesa se partiram dali e foram pera os imiguos, com carta de sallvo comduto que já tinham del Rey de Castella pera pasarem por seu regnno e hirem a Gasconha, senhorio de Imglaterra”.¹⁷³ Com isso, chegava ao fim a campanha anglo-portuguesa em terras de Leão. Nos inícios de junho todo o exército português e alguns ingleses rumaram em direção a Portugal, chegando no dia 4 de junho a Almeida, onde as tropas começaram a dispersar. O duque e D. João I caminharam juntos até Trancoso, para de seguida o monarca português rumar para Norte em peregrinação a Guimarães, enquanto o duque seguia para Coimbra para se avistar com a sua filha, D. Filipa, que se encontrava grávida. Algumas incidências se passaram durante a estada do duque em Coimbra, quando visitava a sua filha. Um problema de saúde afetou D. João I, quando se encontrava nos seus paços do Curval, em Oliveira de Azeméis; “alguma febre infecciosa provocada pelos calores estivais, já que corria o mês de Julho”.¹⁷⁴ Chegou a pairar um cenário negro para a independência portuguesa, visto que ainda não havia herdeiros; D. João I chegou a fazer o seu testamento. De seguida, D. Filipa e o duque deslocaram-se de Coimbra aos paços do Curval para se inteirarem da situação. Com a aflição do momento, D. Filipa abortou. Rapidamente D. João I recuperou e rumou a Coimbra acompanhado da sua esposa e sogro. Uma vez em Coimbra, o duque solicitou um empréstimo a D. João I para pagamento aos seus oficiais que estavam na Galiza; o monarca português concedeu o empréstimo através de letras a serem descontadas em Inglaterra; D. Filipa concedeu também um empréstimo ao pai de cerca de 2.200 nobres.

Um segundo incidente aconteceu: um cavaleiro castelhano infiltrado na corte tentou envenenar o duque; mas depressa foi descoberto e morto na fogueira. Pairavam sinais de conspiração castelhana em redor de John of Gaunt. Em finais de agosto, toda a comitiva lancasteriana rumou ao Porto, acompanhada por D. João I e D. Filipa, para abandonar, finalmente, Portugal. A comitiva só partiu em finais de setembro, por ter de esperar pela hoste que vinha da Galiza. Catorze galés portuguesas, capitaneadas por Afonso Furtado, rumaram em direção à Gasconha.

¹⁷³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIX, p. 246.

¹⁷⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.136.

Depois de mais de cem dias de campanha por terras de Leão, que ilações podemos tirar? No que respeita às pretensões de John of Gaunt, o resultado foi claramente um fracasso total. Além de não conseguir conquistar Castela, ainda teve de firmar o casamento de sua filha, Catarina (1373-1418), com Henrique (1379-1406), filho de Juan I de Castela e, finalmente, de assinar o acordo de Bayonne¹⁷⁵ com Castela em 1388. Mas outro fator preponderante para o fracasso deveu-se “às escassas qualidades combativas dos soldados ingleses e à incapacidade militar dos seus chefes, agravada pela grande rivalidade e antipatia contra os combatentes portugueses”.¹⁷⁶ Numa batalha, a falta de um bom líder, ou seja, a falta de uma voz forte de comando, é uma razão decisiva para o insucesso; e John of Gaunt nunca foi um bom líder, nem tampouco uma voz de comando. Finalmente, a tática usada por Juan I de Castela foi, tal como já foi mencionado, “nefasta” para o exército aliado. Do ponto de vista de D. João I, as conclusões que podemos tirar desta campanha resumem-se basicamente a muito dinheiro dispendido na campanha, um esforço incomensurável no recrutamento de tropas, para acompanhar a pequena força inglesa do sogro à região de Leão; a mais-valia desta campanha para os portugueses foi efetuar mais pressão sobre os castelhanos de maneira a dissuadi-los de qualquer projeto de uma nova invasão a Portugal. Maria Helena C. Coelho lembra que “a aliança inglesa, ainda tão recentemente celebrada, era aqui letra-morta”, pois no tratado de Bayonne, não houve nenhuma cláusula que estipulasse a renúncia do Juan I ao título de rei de Portugal, tal como ele se intitulava; aliás, John of Gaunt nunca o contrariou nesse sentido, antes pelo contrário, reafirmou-o, tal como podemos comprovar num recibo passado pelo duque a Juan I – referente à indemnização prevista no tratado de Bayonne: “ (...) quél dió é pagó en nombre é por mandado del muy alto esclarecido príncipe el señor don Johan, por gracia de Dios rey de Castilla, de Leon, de Portugal (...) ”.¹⁷⁷ Perante isto, impera a magnífica frase de Maria H. C. Coelho: “só os portugueses deviam lutar por Portugal. Dentro e fora do reino”.¹⁷⁸

¹⁷⁵ “Este acordo, negociado em Trancoso, obrigava à renúncia por completo de John of Gaunt e da esposa ao trono de Castela, assim como ao casamento de Catarina com o futuro Henrique III. Juan I de Castela aceitava doar certas vilas a D. Constança e pagar ao duque uma indemnização financeira. Este acordo foi assinado em Bayonne em meados de 1388.”, COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.135.

¹⁷⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.135.

¹⁷⁷ SALVA, D. Miguel; Marquês de Miraflores – *Colección de documentos inéditos para la história de España*, Tomo LI, Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1867, p.39.

¹⁷⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.137.

Parte II

3 - O Porto e o Mestre de Avis

3.1 - “Quando o Porto socorreu Lisboa”

Se há momentos na história de Portugal de que os portugueses se podem orgulhar, um deles foi quando apoiaram o Mestre de Avis e o povo de Lisboa aquando do cerco imposto pelos castelhanos em 1384.

Tal como já demos conta, após a derrota das hostes galega e castelhana provenientes da Galiza e que tinham como objetivo tomar o Porto, e o subsequente ataque naval dos portugueses à orla costeira da Galiza, estava na hora de ajudar os cercados.

Recordemos em linhas gerais como se desenrolou o cerco de Lisboa, dando ênfase à ajuda que o Porto prestou àquela cidade. Pelo dia 8 de fevereiro de 1384, tropas castelhanas já eram visíveis nos arredores de Lisboa. Logo que os dois adversários se viram, não houve contenção de parte a parte: as escaramuças entre portugueses e castelhanos fizeram as primeiras vítimas.¹⁷⁹ No dia 29 de maio, o cerco fecha-se por completo – a nível terrestre e a nível marítimo, dando origem a mais de três meses de agonia aos que estavam sitiados. Estes sitiados podiam contar com uma organização militar eficazmente liderada pelo Mestre de Avis, que reforçou as suas defesas, construindo uma *barbacã* de 300 ou 400 metros.¹⁸⁰ Distribuiu também os seus homens pela muralha, em equipas vigiadas por serviços de rolda e apoiados por sinetas e por caramanchões com armas instalados nas 77 torres, para se fosse necessário combater.¹⁸¹ O Mestre contava também com a frota que viria do Porto, capitaneada por Rui Pereira, e que era composta por 5 grandes naus de guerra, 12 naus mais pequenas e 17 galés, com o objetivo de tentar ‘furar’ o cerco naval castelhano, a qual chegaria a Cascais em 17 de julho de 1384. Quanto à hoste castelhana, Fernão Lopes é elucidativo: “seriam ataa cinco mil lamças, afora gemtes que ficavom em Santarem, e per todollos outros logares

¹⁷⁹ “Omde assi foi que pousamdo eles naquellas aldeas huña legoa da çidade, sahirom huñ dia per mamdado do Meestre, Joham Fernandez Moreira, e outros de cavallo com elle, com alguũs peões e beesteiros, ataa huñ campo que chamom Alvallade Gramde, e esto por sahirem os Castellaãos a eles e os trazerem ataa çerca da çidade. E foi tal guisa, que os Castellaãos como souberom que eles estavam em aquell logar, derom aas trombetas; e cavallgarom os capitaães e muitos dos seus com eles, e derom os Portugueeses vollta; e como foram açerca, nom sse poderom tamto sahir, que os outros os nom emcallçarom, e matarom deles e premderom; e foi hi morto o dito Joham Fernandez.”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. LXXIV, p. 144.

¹⁸⁰ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.67.

¹⁸¹ MONTEIRO, João Gouveia, 2003, p.24.

que por ell estavam; e mais mil genetes de que era capitam dom Alvaro Perez de Gozmam; e muitos boõs beesteiros que eram bem seis mil, segundo allguũs escprevem; e da gemte de pee mui muita, sem comto, afora a que veo na frota, e doutras assaz que lhe viinham cada dia per terra”;¹⁸² para além dos 53 barcos de guerra, compostos por 13 galés e 40 naus, capitaneados por Fernando Sánchez de Tovar. Claro que, quando se faz referência a números, devemos ter muito cuidado, pois o mais certo é estarem longe da realidade. Uma coisa é certa: os castelhanos eram muitos, e todos soldados; os portugueses sitiados eram sobretudo civis. Juan I deu-se ao luxo de se instalar numa casa construída para ele, junto ao Mosteiro de Santos, que pertencia à Ordem de Santiago; aliás, com a forma como se dispuseram os senhores que o acompanhavam, tanto nas zonas de Alcântara como em Campolide, dava a sensação que estava a nascer uma cidade ao lado de Lisboa, com milhares de militares em redor da mesma. Não podia estar mais certo Luís Miguel Duarte quando sublinha que “nesta verdadeira cidade de desmontar, que nascera em poucas horas à vista de Lisboa, não faltava nada: especiarias de todo o tipo, tendas de cirurgiões, “físicos” (médicos) e boticários, que não somente disponibilizavam os seus remédios e mezinhas mas também ofereciam produtos de confeitaria, conservas, açúcar (...), água de rosas, (...) uma rua que vendia e reparava armas; outra de mercadores cristãos e judeus; outra de cambistas; (...) outra ainda de mulheres da vida”.¹⁸³ Para evitar o abastecimento de mantimentos a Lisboa, a frota castelhana ancorara mesmo à frente da cidade e cada nau estava ligada à do lado por correntes, para que nem o mais pequeno batel pudesse passar pelo meio.¹⁸⁴ Do outro lado da margem do rio Tejo, em Almada, estavam de prevenção duas galés castelhanas prontas para abater qualquer tentativa de envio de mantimentos para o outro lado do rio. Em contrapartida, os abastecimentos aos castelhanos faziam-se com normalidade, pois vinham pelo Tejo em barcas provenientes de Santarém e por terra em bestas de carga. De Sevilha vinham outros mantimentos, armas e tudo o mais que pudesse sustentar a vida desafogada nas hostes castelhanas. Como demos conta, a frota, agora com 34 embarcações, proveniente do Porto chegou a Cascais a 17 de julho de 1384. Juan I ainda ponderou abandonar o rio Tejo e intercetar os navios que vinham do Porto, algures junto às Berlengas, mas o seu conselho dissuadiu-o dessa ideia, pois, por motivos climatéricos, era bem provável que as naus castelhanas fossem arrastadas para sul da foz do Tejo, e as galés ficariam por sua conta, o que

¹⁸² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CXIV, p. 219.

¹⁸³ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.70.

¹⁸⁴ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.70.

conduziria a uma derrota naval. Com a frota portuguesa fundeada em Cascais, preparou-se o combate. Para os portugueses colocava-se a questão: como transpor o bloqueio naval castelhano para informar o Mestre de Avis que a frota já tinha chegado do Porto com provisões? Um mercador do Porto, João Ramalho, passou pela frota castelhana duas vezes, num batel durante a noite: “O batel partio bem de noite muito rremado, e com boões paveses, viimdo açerca da terra dAmadã, por os da frota nom averem delle sentimento; e viinha el elle pera fallar ao Meestre, Joham Ramalho, mercador do Porto bem rico e mui atrevudo no mar, e chegou a Lixboa alto seraão”.¹⁸⁵ Durante a conversa entre o Mestre e João Ramalho, ficou claro que o exército de Nuno Álvares Pereira não tinha embarcado e que os barcos estavam muito longe da força de braços necessária para um embate com a armada inimiga.¹⁸⁶ O plano para fazer chegar os víveres vindos do Porto à cidade de Lisboa passava por ludibriar o bloqueio castelhano logo pela manhã: aproveitando o vento e a maré favorável, os barcos tentariam entrar pelo estuário perto de Almada, contornar a frota castelhana e evitar tanto quanto possível o combate, para depois chegarem a Lisboa. Cercada havia dois meses, na cidade grassava a fome; ao que parece o povo soube do plano e, na angústia de saber se seria concretizada com sucesso esta manobra, debandou de suas casas de candeias na mão, mães com filhos nos braços, misturando lágrimas com orações,¹⁸⁷ invadindo as igrejas, para rezar que tudo corresse pelo melhor, ou seja, que a ajuda dos portuenses à cidade de Lisboa fosse coroada de êxito.

Pelas nove horas da manhã de 18 de julho de 1384, a frota portuguesa, capitaneada por Rui Pereira, navegou para montante consoante o planeado. As cinco naus vinham à frente, mais próximo da margem de Lisboa; atrás, por isso mais protegidas, vinham as 17 galés em escala e a fechar as 12 naus restantes. O previsível aconteceu: quando a armada portuguesa passava ao largo de Almada, as naus castelhanas não se fizeram rogadas e atacaram. Numa tentativa de salvaguardar as galés mais importantes, as que tinham os mantimentos e mais soldados, Rui Pereira, comandante da maior nau, a *Milheira*, dirigiu-se directamente à maior nau castelhana. Na *Milheira* eram transportados apenas 60 homens de armas e 40 besteiros. Outras três naus, *Estrela*, *Farinheira* e *Sangrenta* viram-

¹⁸⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CXXXI, p. 257.

¹⁸⁶ Relembramos que o Mestre de Avis escreve a Nuno Álvares Pereira para encabeçar a frota que sairia do Porto; contudo, o condestável enviou mensagens ao seu tio, Rui Pereira, a implorar que esperassem por ele e pelo exército que o acompanhava em direcção ao Porto. Rui Pereira, ao que parece, não queria ser liderado pelo jovem Nuno Álvares Pereira e apressou-se a levantar vela.

¹⁸⁷ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.76.

se rodeadas e posteriormente capturadas pelos castelhanos. O movimento engendrado por Rui Pereira foi o correto, pois as 17 galés conseguiram atingir o seu objetivo: chegar a Lisboa. Contudo, o tio do condestável não teve oportunidade de festejar o seu plano, pois foi atingido por um virotão de uma besta que lhe provocou a morte. Das quatro naus que deram combate, só a *Sangrenta* se salvou. Nas contas negativas podemos incluir também, tanto por morte como por cativo, a perda de, pelo menos, quinhentos homens.

Este êxito português significava que a cidade conseguiria sobreviver mais algum tempo. Mas não muito. Os mantimentos que os portuenses enviaram tiveram que ser divididos por mais seis mil bocas vindas dos 31 barcos portugueses que conseguiram furar o bloqueio castelhano e que entretanto foram novamente cercados. No dia 1 de agosto, Almada, que estava numa situação catastrófica, acabou por capitular às mãos do exército de Juan I. Temendo que acontecesse o mesmo a Lisboa, o Mestre comunicou por carta com Nuno Álvares Pereira para concertarem um ataque juntos. No entanto, esse ataque já não foi necessário, pois a peste acabou por os substituir. Um ataque sob forma de peste começou a dizimar a hoste castelhana. A peste já fazia baixas desde o início do cerco castelhano a Lisboa: “E depois que elRei entrou pelo reino e se veo chegando contra Lixboa, pousando per essas aldeas, a duas e tres legoas, começaram a morrer de pestellemça alguñs do arreal de gētes de pequena comdiçom. E quando alguñ cavalleiro ou tal escudeiro que o mereçia, açertava de sse finir...”.¹⁸⁸ Pelos vistos, Juan I julgou que Lisboa morresse primeiro à fome do que a peste alastrasse no seu exército; enganou-se. Após terem morrido mais de dois mil homens de armas de elite e muitos capitães, Juan I só mandou levantar o cerco e regressar a Castela quando D. Beatriz deu sinais de estar contagiada pela peste. No dia 5 de setembro, o exército castelhano abandonava o cerco e partia em direção a Torres Vedras, onde a rainha esteve às portas da morte, conseguindo porém recuperar. Dali passaria a Santarém. E pouco depois regressaria a Castela.¹⁸⁹

O Porto teve um papel preponderante na salvação de Lisboa durante o cerco de 1384. Primeiro, porque reforçou o número de embarcações a combater no Tejo; segundo, colmatou alguma fome que por lá grassava, fornecendo-lhes mantimentos: “E pera esto as naaos e barchas e gallees cõ todallas outras cousas que lhe fezerem mester, lhe ofereçemos de mui voõtade. De farinhas, carnes e pescados e vinhos que fezerem mester aa frota, de todo averees abastamento; e todallas gemtes da çidade que pera tall obra forem perteeçemtes, todas emtrarom de mui boa voomtade; e porem vos poee pera esto

¹⁸⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CXLIX, p. 309.

¹⁸⁹ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.82.

requeredores quaaes vos quiserdes, e logo sera todo feito sem nehuña mingua”.¹⁹⁰ Como sublinha Artur Magalhães Basto, o Mestre de Avis ao alargar o termo do Porto¹⁹¹ disse expressamente que o fazia como recompensa dos muitos e estremados serviços que os portuenses prestaram à causa da Independência, no momento mais grave da crise nacional provocada pela morte de D. Fernando.¹⁹²

3.2 - A vinda de D. João I ao Porto

O rei D. João I, na sua primeira visita à cidade do Porto fá-lo em circunstâncias “duplamente excepcionais”. Para Luís Miguel Duarte, este facto é determinado por dois motivos: primeiro, por ter sido eleito rei nas Cortes de Coimbra, como já vimos; segundo, porque iria dar-se início a uma duríssima campanha militar no Entre-Douro-e-Minho. Dedicamo-nos então à chegada do rei ao Porto, que é um dos temas centrais deste trabalho.

A vinda de D. João I ao Porto não foi uma visita de cortesia. Os objetivos principais já estavam delineados: lutar contra partidários de D. Beatriz. Aliás, é o condestável que vai persuadir D. João I a vir de Coimbra ao Porto, por causa da tomada de Guimarães, que continuava a defender a causa de D. Beatriz. D. João I saiu de Coimbra no dia 23 ou 24 de abril de 1385¹⁹³, chegando ao Porto no dia 25 de abril.¹⁹⁴ “Partio el Rey de Coimbra [como tinha] ordenado pera o Porto, que herã dahy dezoito leguoas, cidade homde nunca fora nem em logar de hu a divisar podese”.¹⁹⁵ O monarca português sempre soube que o povo portuense tomou a voz por ele até às últimas circunstâncias; portanto, era uma cidade fiel à sua causa. O que D. João I não contava era com a forma calorosa e verdadeiramente eufórica com que foi recebido. Possivelmente ficou deslumbrado quando do lado sul do rio Douro olhou para a cidade “amuralhada, com o

¹⁹⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CXXII, p. 237.

¹⁹¹ “Em 12 de Abril de 1384, por carta de D. João I, sendo [à época] Mestre de Avis, Regedor e Defensor destes Reinos, passaram a fazer parte do termo do Porto – nas condições do Julgado de Melres, – os Julgados de Bouças, Maia e Gaia; em carta de 13 de Maio do mesmo ano os *logos* de Penaffiel de Sousa e Villa Nova Depar de Gaya, assim como, Zurara e Pijdelo [Mindelo]”, “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*. Edição de A. de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, 1937, p. 335-336.

¹⁹² “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p. 336.

¹⁹³ No dia 23 de Abril, D. João I ainda assina um documento de doação em Coimbra; posto isto, não nos é possível determinar se rumou para o Porto nesse mesmo dia, ou no dia seguinte, dia 24 de Abril de 1385. *CHANCELARIAS PORTUGUESAS – D. João I*. 2005, Volume 1, Tomo II, Doc. [907], p. 220-221.

¹⁹⁴ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.19.

¹⁹⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

prolongamento densamente urbanizado para Miragaia, os estaleiros, o rio cheio de barcos...”.¹⁹⁶ Tinha sido desta cidade que, aproximadamente um ano antes, havia obtido ajuda material, militar e moral, numa altura em que a cidade de Lisboa estava cercada pelos castelhanos. Foi em certa medida graças aos portugueses que os lisboetas não morreram à fome no cerco de 1384. Por causa disto, D. João I só poderia estar muito grato aos habitantes da cidade. Desde a margem sul à margem norte do rio Douro, o percurso que o monarca português realizou foi o habitual dos viajantes nesse tempo. Atravessou o rio em batéis, desceu no areal de Miragaia, percorreu a pé o caminho até à Porta Nova da muralha dita fernandina. Sob os brados populares de “Viva el Rei dom João! Viva!”, o monarca continuava a contemplar e a descobrir a cidade. Após ter passado a Porta Nova, supõe-se que terá efetuado o seguinte trajeto, que era o normal no tempo: seguindo pela rua dos Banhos, entrava na rua de S. Nicolau, virava para a rua da Reboleira, onde passava pelo largo do Terreiro, entrava pela rua da Fonte Aurina e ia desembocar na praça da Ribeira; daí, subia pela rua dos Mercadores e pela rua da Bainharia, passava talvez pela feira da Sé, no terreiro da Sé e chegava enfim ao Paço Episcopal: “E assy foy [el Rey] levado com esto prazer e ledicee aos paços omde avia de pousar”.¹⁹⁷ Este percurso, nos dias de hoje efetuado a pé, demorará cerca 20 minutos; em 1385, com muita gente da cidade e do seu termo ansiosas por ver o rei de Portugal pela primeira vez, poderá ter demorado umas boas horas a efetuar. Num ponto mais à frente deste nosso trabalho, e enquadrado no âmbito de uma entrada régia medieval, iremos acompanhar mais pormenorizadamente a entrada triunfal de D. João I no Porto no dia 25 de abril de 1385. O monarca português estanciou na cidade até ao dia 5 de maio. No dia 8 de maio já se encontrava em Guimarães. Analisemos agora como se realizou a campanha do Norte.

3.3 - D. João I na conquista das praças do Norte de Portugal

E nada melhor que começar pelo Minho. Nuno Álvares Pereira, promovido a condestável pelo recente rei de Portugal, D. João I, Álvaro Pereira, agora marechal, e o novo alferes-mor, Gil Vasques da Cunha, lideraram um contingente de 400 lanças, que atacaram com sucesso o castelo de Neiva e após um duro combate tomaram Viana. Seguiram para Caminha, Vila Nova de Cerveira e Monção, que se renderam ao

¹⁹⁶ MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel, 2010, p.27.

¹⁹⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

condestável sem combate.¹⁹⁸ Entretanto o condestável fez uma pausa na campanha e decidiu ir a Coimbra ter com o rei e convencê-lo a vir para o Porto: “ (...) e nos vamos por elRey a Coimbra e traguamolo ao Porto”.¹⁹⁹ Sempre com o objetivo de retomar os lugares que tinham tomado voz por D. Beatriz, que ainda resistiam, seguia-se uma vila que seria um ‘osso duro de roer’: Guimarães. O plano para a tomada dessa vila foi delineado no Porto, entre o rei e um “Afonso Lourenço Carvalho, que era ho melhor e mais homrrado do loguar [Guimarães] ”.²⁰⁰

Guimarães tinha dois problemas: fortes muralhas e o seu inexpugnável castelo; e a juntar a isso, um alcaide experiente e prestigiado, Aires Gomes da Silva.²⁰¹ D. João I tinha a plena consciência de que a tomada da vila seria uma tarefa árdua de se concretizar; pois, para além das suas fortíssimas defesas, integravam a guarnição oito dezenas de bons escudeiros portugueses e mais alguns escudeiros galegos e castelhanos; não sabemos ao certo quantos eram os soldados no seu total. Com a cumplicidade de habitantes locais com o rei D. João I, a muralha foi facilmente transposta. Mas faltava o castelo. O rei, pediu então aos do Porto que mandassem artesãos hábeis para o ajudar. O assalto ao castelo foi então iniciado. Destacamos os engenhos usados nesse ataque, nomeadamente a escada de assalto, que era composta, segundo nos informa Luís Miguel Duarte, por três hastes verticais, por isso podiam subir dois homens ao mesmo tempo, e tinha rodas na base.²⁰² Entre os ataques efetuados pela hoste de D. João I e a defesa conduzida pelo alcaide de Guimarães, houve muitos feridos e mortes. Aires Gomes da Silva solicitou então a D. João I a “preitesia”, uma rendição negociada, durante trinta dias: o alcaide pedia ajuda ao rei de Castela, e os portugueses suspenderiam o ataque durante esses dias; se no fim do prazo não tivesse chegado essa ajuda, o alcaide entregava o castelo a D. João I sem dar mais luta, e ele e os seus homens seriam poupados. Mas a falta de controlo sobre alguns elementos do exército de D. João I rompeu esse pacto, quando eles incendiaram as portas do castelo. D. João I não ficou nada contente com tal situação ameaçando mesmo atirá-los às fogueiras que eles próprios tinham ateado. Com essa atitude, o alcaide, com toda a razão, sentiu-se traído e os combates recomeçaram. Entretanto a “preitesia” foi restabelecida. No entanto Juan I recebeu o mensageiro de Guimarães a solicitar ajuda; aparentemente os preparativos para um novo ataque a Portugal estavam a ser ultimados,

¹⁹⁸ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.88.

¹⁹⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VII, p. 18.

²⁰⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. IX, p. 22.

²⁰¹ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.88-89.

²⁰² DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.89.

e já teria sido enviada uma frota de naus e galés sobre Lisboa. Juan I instruiu o mensageiro no sentido de que Aires Gomes da Silva entregasse Guimarães a D. João I, porque nesse momento não o podia socorrer, e esperava retomar a vila e o castelo em breve. O alcaide de Guimarães abandonou o castelo nos inícios de junho e assim a cidade foi submetida.

Seguiu-se Braga, onde alguns populares fizeram justiça com as próprias mãos; foi o povo que se apoderou da cidade e cercou os apoiantes de D. Beatriz, que se refugiaram dentro do castelo e que foram atacados com quatro engenhos de tiro²⁰³. Os populares solicitaram de imediato auxílio ao rei de Portugal. Assim que este chegou, na companhia do condestável, propôs aos defensores a sua rendição, que não foi aceite. Mas o ataque foi tão fulminante que os de dentro tiveram mesmo que se render, depois de se terem contado vários feridos e mortos.

Ponte de Lima era o próximo destino. Tarefa árdua que se avizinhava. D. João I foi apoiado por partidários da sua causa, que lhe facultaram, através da astúcia, a entrada na fortíssima muralha. O alcaide, Lopo Gomes de Lira, tal como seu homónimo de Guimarães, não se quis render. Assim que D. João I atacou a última das doze torres que compunham as muralhas de Ponte de Lima, por sinal a que estava melhor protegida, o alcaide solicitou a “preitesia”. Desta vez o rei não acedeu; antes lhe propôs a garantia da vida e a liberdade se ele entregasse de imediato o seu reduto.²⁰⁴ O alcaide não aceitou, e o ataque final à última torre foi de tal violência que fez com que o alcaide, juntamente com os seus homens, se rendessem no momento em que já estavam ameaçados pelo fogo no topo da torre. O destino do alcaide foi simples: o rei mandou alguns dos seus“(…) levar presos ao Porto Lopo Guomez e sua molher (...)”.²⁰⁵

Passada a estrondosa vitória em Aljubarrota, uma nova operação militar a norte foi preparada por D. João I. O centro das operações militares foi Guimarães. A partir de 16 de outubro de 1385 os preparativos são organizados com o objetivo «de se hir a Tras os Montes, que he terra de Portugal».²⁰⁶ O ano seguinte iniciou-se com o cerco a Chaves, que se estendeu de fevereiro até meados de março de 1386, ou seja, até à rendição do seu alcaide-mor, Martim Gonçalves de Ataíde. Na sequência da incursão a Trás-os-Montes, com passagem por Bragança e Torre de Moncorvo, ao que parece, estavam criadas as condições para uma invasão a Castela. O projeto que, para além dos militares, contava

²⁰³ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.91.

²⁰⁴ DUARTE, Luís Miguel, 2007, p.92.

²⁰⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XVII, p. 40.

²⁰⁶ MORENO, Humberto Baquero – “O Norte na Revolução de 1383”. Separata da Revista Gaya, Gaia, Edição do Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Gaia. 1984. Vol. II, p. 14.

com o apoio das gentes nortenhas, assentava, sobretudo, como escreveu Humberto Baquero Moreno, em dois vetores: Ciudad Rodrigo e Salamanca; o monarca português passava agora à condição de invasor.²⁰⁷ Mesmo após o seu casamento, no dia 14 de fevereiro de 1387, o monarca não se deteve na sua ação de recuperação territorial. Em março, já o vemos com a sua hoste em Bragança com vista a invadir o território castelhano através de Benavente. Em fevereiro de 1388, D. João I já se encontra no arraial de Melgaço, disposto a expulsar o inimigo, que entretanto invadira aquele ponto estratégico; no dia 3 de março do mesmo ano, os inimigos já tinham sido expulsos e o castelo recuperado. Em agosto de 1389, prepara-se o cerco de Tui e Salvaterra na Galiza; uma vez conquistadas, estas praças serviriam de moeda de troca, pois, segundo o tratado de tréguas, era permitido o escambo dessas localidades, pertencentes ao rei de Castela, pelas fortalezas portuguesas de Noudar, Olivença, Mértola, Castelo Rodrigo, Castelo Mendo e Castelo Melhor.²⁰⁸ O monarca português com ajuda de um sector da nobreza e da maior parte do povo do norte alcançou os objetivos necessários que lhe permitiram levar a bom termo a sua obra restauracionista da edificação de Portugal.²⁰⁹

3.4 - “*E assy ficou determinado, prazendo a Deus, de casar com a iffante dona Phillipa*”

Antes de abordarmos o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, debrucemo-nos sobre os acontecimentos preliminares que convergiram para que tal acontecimento se realizasse na cidade do Porto. Como já demos conta, no 25 de julho de 1386, ao largo da Corunha, desembarcou a corte lancasteriana com um ‘simples’ objetivo: tomar posse do trono de Castela, que por direito dizia pertencer-lhe. Uma vez instalada essa corte na Corunha, John of Gaunt enviou missivas em dois sentidos: primeiro, uma carta desafiadora a Juan I a informar porque se encontrava em território de Castela; segundo, outra carta a D. João I, para se reunirem com o objetivo de o rei de Portugal lhe proporcionar um suporte militar na conquista de Castela. Estas duas iniciativas de John of Gaunt já foram devidamente tratadas neste trabalho. O que nos vai ocupar agora é tudo o que envolve o casamento entre o monarca português e a filha do pretendente ao trono de Castela. Assim que D. João I foi informado de que o duque se encontrava na Galiza,

²⁰⁷ MORENO, Humberto Baquero, 1984, p. 14.

²⁰⁸ MORENO, Humberto Baquero, 1984, p. 14.

²⁰⁹ MORENO, Humberto Baquero, 1984, p. 14.

regressou de Lamego para o Porto, onde reuniu o seu conselho, no qual “foy falado sobre casamento del Rey cõ hũa das Ifantes filhas do Duque”.²¹⁰ Agora colocava-se um dilema: qual das filhas iria escolher D. João I – Catarina ou Filipa? Dado a conjuntura frágil no que respeita ao equilíbrio peninsular, com Aljubarrota ainda muito presente na memória de todos, a escolha teria que ser muito bem ponderada. Se a escolha recaísse em Catarina, filha de D. Constança e nessa qualidade herdeira legítima ao trono de Castela, isso significaria no fundo “deitar achas para a fogueira” que caminhava para sua extinção. Tal escolha representaria um desafio direto a Castela, pois Catarina era neta de Pedro I e corporizava as aspirações do retorno da monarquia castelhana à linhagem do avô.²¹¹ Portanto, Catarina era uma opção arriscada, pelo que o monarca português, com muita sensatez defendeu, e escolheu a prevalência da paz com Castela: “ (...) que suua vomtade não se outorgava casar com a Ifante dona Catarina, porque lhe parecia casamento cõ mestura darroydo de numqua perder guerra quẽ com ella casase por azo da eramça que sua madre emtemdia daver do reino de Castela”.²¹² Uma observação: D. João I não escolheu Catarina para sua esposa, pois desejava manter a paz com Castela; porém, veremos o mesmo D. João I, seis meses depois, a entrar em Castela com a hoste inglesa para uma invasão com um desfecho imprevisível. Manuela Santos Silva deduz que a participação de D. João I na projetada invasão anglo-portuguesa deve ser tratada como uma matéria separada relativamente aos medos que ainda se viviam em Portugal no que respeita à sua integridade territorial. Embora colaborando com o duque de Lancaster, o rei de Portugal apenas pretendia assegurar àquele e à sua família a recuperação dos direitos dinásticos.²¹³ Portanto, com a concordância do seu conselho, o monarca português escolheu como noiva Filipa de Lencastre: “E asy ficou determinado, prazemdo a Deus, com a Ifamta dona Felipa”.²¹⁴

Este matrimónio começa a ganhar vida na cimeira de Ponte de Mouro entre os dois soberanos. Após os acordos estratégico-militares, decidiu-se desde logo que também se acertariam os pormenores relativos ao casamento do rei de Portugal com uma das infantas filhas do duque.²¹⁵ Significa isto que D. João I, quando se encontrou com o duque em Ponte de Mouro, o qual havia deixado as suas filhas e esposa em Ourense, já sabia

²¹⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XC, p. 215.

²¹¹ SILVA, Manuela Santos, – *Filipa de Lencastre, A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2014, p.112.

²¹² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XC, p. 215.

²¹³ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.112.

²¹⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XC, p. 216.

²¹⁵ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.112.

quem iria escolher; isto embora este acordo com o duque tenha, em grande medida, tratado de alianças militares, deixando para segundo plano o dote de Filipa. Contudo nas cláusulas principais foi incluída uma longa lista de castelos e terras, nomeadamente na fronteira²¹⁶; essa transferência de terras já foi por nós referida em tempo oportuno e, como sabemos, não se concretizou. Em suma, uma aliança matrimonial na qual, por força das circunstâncias, não houve atribuição de dote por parte da família da noiva. Por esta altura, D. João I informou o duque de que a sua futura esposa seria Filipa. Manuela Santos Silva informa-nos de uma eventual conversa entre o duque e a sua esposa, D. Constança. Descrevendo o futuro genro, o duque terá dito que ele era fisicamente um homem “gracioso”, com boas maneiras e que aparentava ser um homem de valor e muito benquisto pelo seu povo. Não deixava, porém, de ser um cavaleiro forte e duro como era habitual nos portugueses. À pergunta da esposa sobre o acordo matrimonial que fora estabelecido, ele terá explicado que tinha oferecido ao rei de Portugal uma das suas filhas. Qual? – perguntara Constança. Ao que ele respondera que, podendo escolher entre Catarina e Filipa, João I optara pela segunda. O que satisfiz a pretendente ao trono castelhano, que respondeu: «*Il a raison, car ma file Katherine est encore trop jeune pur marier*». ²¹⁷

Com o panorama do matrimónio concertado, colocava-se um problema a D. João I, que tinha a ver com os seus votos eclesiásticos, feitos em 1367; isto porque D. João I, até às Cortes de Coimbra de 1385, tinha sido Mestre da Ordem de Avis. Aquando das Cortes, D. João I, através dos seus emissários, solicitou a dispensa desses mesmos votos ao papa de Roma, Urbano VI: “ (...) e mais de enviarem a corte de Roma seus homrrados embaxadores ao Papa, pera averem delle quer despemssações e graças; assi pera çessarem os embargos de sua naçemça e profissom, como pera elle seer firme em aquell estado de rei, em que o poinham”.²¹⁸ No entanto, passado ano e meio essas dispensas tardavam em chegar, por razões que dificilmente encontram explicação.²¹⁹ Por esta altura, vivia-se o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), em que os governantes de França e Castela apoiavam o papa de Avignon, Clemente VII enquanto os seus homólogos de

²¹⁶ A faixa territorial com cerca de 80 Km de largura, estendendo-se ao longo de toda a fronteira oriental portuguesa, de Ledesma, bem próximo de Zamora, até Fregenal, na fronteira sul do reino da Extremadura. Ora, as terras de fronteira seriam: Ledesma, Matilla de Arzón, Monléon, Plasencia, Cañaveral, Garrovillas, Caceres, Alcuescar, Mérida, Almendralejo, Fuente del Maestro, Zafre, Medina de las Torres e Fregenal. RUSSELL, Peter E., 2000, p. 477; MARQUES, A.H. de Oliveira, 1987, p. 534-535.

²¹⁷ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.116.

²¹⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CXCII, p. 423.

²¹⁹ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.114.

Inglaterra e Portugal apoiavam o Papa de Roma, Urbano VI. Perante isto, havia mais uma razão para que D. João I se esforçasse por cair nas boas graças de Urbano VI para que este, de uma vez por todas, emitisse a bula papal (um documento de confirmação lavrado pela Santa Sé), contendo a dispensa dos votos eclesiásticos, sem a qual não podia contrair matrimónio, colocando mesmo em risco o seu estatuto como rei de Portugal. Segundo informações que D. João I obteve da sua embaixada, por altura da assinatura do tratado de Ponte de Mouro com John of Gaunt, confirmaram-lhe que tudo que o monarca solicitou a Urbano VI foi aprovado e assinado (embora com legitimidade questionável). Todavia, faltava o mais importante: redigir a bula: “ (...) e mãdaram recado a el Rei quoamdo trutava seus ffeitos com o Duque, dizendo como chegaram a Genoa homde acharam o Padre Samto, e que apresentada ante elle em a sopricaçaom que seus ffeitos levavam, que ell em todallas cousas por sua parte pedidas benignamente despensara, e que o rol era jaa asinado, e trabalhavam de tirar as letras”.²²⁰ O pedido elaborado pelo monarca português ao papa Urbano VI incluía os seguintes itens: legitimação de D. João I, filho bastardo de D. Pedro e de D. Teresa Lourenço; dispensa do hábito de Avis para poder ser rei de Portugal e usar as respetivas vestes e insígnias; absolvição da excomunhão por, durante algum tempo, no reinado de D. Fernando, ter aderido ao cisma de Avinhão com Clemente VII; dispensa do voto solene de castidade como freire militar de Avis para poder contrair voto válido e legítimo matrimónio; dispensa de irregularidade e excomunhão por violação de recintos sagrados ou violências exercidas contra pessoas eclesiásticas, durante a guerra da independência e, finalmente, a dispensa de qualquer possível impedimento de parentesco e consanguinidade com a pessoa com quem pretendesse casar e, nomeadamente, com D. Filipa de Lencastre.²²¹

Como consequência deste atraso na chegada das dispensas papais, a data do casamento ia-se protelando por tempo indeterminado, assim como a campanha anglo-portuguesa em terras castelhanas tardava em avançar. Qual era a causa desta demora por parte do papa Urbano VI? Ao que tudo indica, deveu-se a uma estratégia do sumo pontífice no sentido de obter a obediência da numerosa população castelhana, que estava pelo papa de Avignon. Como sublinha Manuela Santos Silva, Urbano VI devia em parte a posição em que se encontrava ao rei da Inglaterra e ao próprio John of Gaunt. Na corte papal destacava-se um eclesiástico bem próximo do duque de Lencastre, Mestre Henry, que mencionou na cúria romana as aspirações que o seu senhor tinha relativamente ao

²²⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXXII, p. 270.

²²¹ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.117.

trono de Castela. Desse modo, Urbano VI soube dos intentos de John of Gaunt e da esposa de se tornarem reis de Castela. E é aqui, neste momento, que entra a referida estratégia elaborada por Urbano VI: se os pretendentes conseguissem ocupar o trono de Castela, isso iria ‘roubar’ apoios a Clemente VII a favor do papa de Roma. Em suma, Urbano VI estava à espera de informações por parte de Mestre Henry a dar boas novas sobre os desenvolvimentos na Península Ibérica, para elaborar a requerida bula. Com isso, Urbano VI deixou para segundo plano o facto de que existia um casamento entre o rei de Portugal e a filha do pretendente ao trono castelhano, e de que esse casamento estava dependente da sua aprovação. O sumo pontífice soube de um suposto acordo entre o pretendente inglês e Juan I e, mais uma vez, ficou na expectativa do que viria a seguir. Ao que parece John of Gaunt ficou pouco agradado com esta situação: se, por um lado, viu o seu nome envolvido neste enredo, por outro lado, tanto o casamento como a campanha militar atrasavam-se a passos largos. O pretendente prontificou-se então a enviar um emissário a Roma a solicitar o despacho da bula, para que o casamento pudesse concretizar-se o mais rápido possível. Mas nem com a intervenção do duque a situação mudou. Aliás, Urbano VI acabou por morrer em 15 de outubro de 1389 sem emitir qualquer bula a favor do monarca português. As dúvidas só ficaram plenamente dissipadas com a outorga, por Bonifácio IX, das bulas de 27 e 28 de janeiro de 1391, que tudo legitimavam e concediam, bulas que, para acabar com todos os equívocos, D. João I, fez publicar solenemente na Sé de Lisboa, a 9 de julho desse mesmo ano.²²²

Voltemos ao desenrolar do casamento. No dia 11 de novembro de 1386, ou seja, no mesmo dia em que foi oficializado, em Celanova, o tratado de Ponte de Mouro, tratou-se também do casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre por procuração. O arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, estava encarregue de realizar o casamento por procuração entre Filipa e João Rodrigues de Sá em lugar do rei.²²³ O referido casamento foi assim celebrado pelo arcebispo de Braga e, para o formalizar, colaborou o camareiro-mor de D. João I, João Rodrigues de Sá (o das Galés), o qual, segundo o cerimonial inglês, foi colocado com a noiva sobre o mesmo leito, ato que ele muito solenemente representou.²²⁴ De imediato, a já então rainha de Portugal foi encaminhada com a sua comitiva para o Porto, onde aguardaria até 2 de fevereiro de 1387, para que o cerimonial

²²² COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.154.

²²³ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.119.

²²⁴ CONDE DE VILLA FRANCA – *D. João I e a Aliança Inglesa, Investigação Histórico-social*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1884, p.176.

definitivo se viesse a realizar na Catedral da cidade. Por ordem do sogro do monarca português, na comitiva de D. Filipa seguiam, para além dos emissários portugueses, altos dignatários ingleses, a saber: o bispo de Acre e de Jean; o Almirante e homem de confiança do duque, Sir Thomas Percy; o Marechal Richard Burley; Sir Thomas d'Aubrecicourt; D. Juan Gutiérrez, arcebispo de Compostela; Sir John Holland, cunhado e condestável; sua irmã, Elizabeth; e um grande número de donzelas. Cerravam o cortejo cem lanças inglesas e duzentos arqueiros a cavalo.²²⁵ Ao chegar aos arrabaldes do Porto, a jovem rainha já tinha à sua espera o bispo do Porto, assim como os principais fidalgos: D. Nuno Álvares Pereira, João Rodrigues de Sá, alcaide-mor da cidade, o conde D. Gonçalo Teles (irmão de D. Leonor Teles), Lopo Fernandes Pacheco, João Fernandes Pacheco, Lopo Vasques da Cunha, Fernão Rodrigues Sequeira, mestre interino da ordem de Avis; para além de quarenta cavaleiros e muito povo, “homde foy recebida com graõ festa e prazer (...) e pousou nos Paços do Bispo, que são muito perto da See desse loguar”.²²⁶

Já com a rainha no Porto pronta para a boda, questionava-se por onde andava o rei. D. João I andava a recrutar homens na zona sul de Portugal, para a campanha de Castela, tal como combinado com o seu sogro. Contudo, mal soube que D. Filipa já se encontrava no Porto, deslocou-se de imediato para esta cidade: “El Rey partio d'Evora e o Comdestabre com elle, e quomdo chegou ao Porto achou ahy a Ifante dona Felipa, sua molher que avia de ser, e pouzou em Saõ Francisco”.²²⁷ Após ter pernoitado no mosteiro de São Francisco, D. João I no dia seguinte foi ao encontro de D. Filipa; aliás, o monarca português nunca a tinha visto: “E em outro dia foy ver a Ifamta que aimda não vira”.²²⁸ Ao vê-la “o rei tomou-a pela mão, beijou-a, beijou outrossim todas as damas que a acompanhavam, e levou-a até à entrada da sua camara e “ahi” se despediu. Os senhores despediram-se igualmente das outras damas, e todos se retiraram”.²²⁹ A descrição que Fernão Lopes faz do primeiro encontro entre João e Filipa é mais curta e menos detalhada, ao contrário da de Froissart; ou seja, informa-nos que “[D. João I] falou cõ ella, presentemte aquel Bispo, per hũ boõ espaço; e espediose e foy jamtar”.²³⁰ Após ter jantado, “enviou a Ifamte suas joyas e elle a ella, amtre as quouis lhe enviou ell Rey huñ fermall douro em

²²⁵ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 174.

²²⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 220.

²²⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 221.

²²⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 221.

²²⁹ Jean Froissart descreve assim o primeiro encontro entre D. João I e Filipa de Lencastre. CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 174.

²³⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 221.

que hera posto hũ galo, em ricas pedras e alljofar, maravilhosamemte feito; e ella enviou a elle outro em que era hũa aguya bem obrada, cõ pedras de graõ valor”.²³¹

O monarca português permaneceu no Porto do dia 26 de dezembro de 1386 até 2 de janeiro de 1387, rumando depois para Guimarães: “leixamdo carguo a Guomçallo Pirez, que emtaõ fez veador de sua fazemda, que lhe fizesse dar totalas cousas que ella e a suas gemtes pertemçesem”.²³² Em Guimarães esteve “ordenamdo os feitos de guerra” até 30 de janeiro de 1387.²³³ O tempo ia passando e a campanha anglo-portuguesa, que deveria ter começado por finais de dezembro, apresentava-se seriamente comprometida; John of Gaunt começou naturalmente a sentir-se inquieto. Estando D. João I em Guimarães nos preparativos para a campanha, lembrou-lhe alguém que, “se no dia seguimte lhe não fizesem as bemçoês”, ou seja, no dia 3 de fevereiro, “quue se não podiam fazer de hy a gram tempo por a Septuajesma que emtrava segundo custume da Igreja, em que se não deve fazer tall ofiçio”.²³⁴ Perante tal eventualidade, o rei português escreveu ao bispo do Porto a informar da necessidade de fazer as “bemçoês” no sábado, dia 2. Ao final do dia 1 de fevereiro, o monarca português veio de Guimarães para o Porto cavalgando toda a noite, e presenciou o nascer do sol já no velho burgo portuense: “e ell Rey cavalgou esse dia tarde e amdou toda a noute, em guisa que amdadas aquelas oito leguoas, amanheçeo ell Rey na çidade”.²³⁵ No dia 2 de fevereiro de 1387, na festa da Purificação da Virgem, D. João I e D. Filipa de Lencastre, sem a presença do pai ou de qualquer membro da sua família,²³⁶ receberam do bispo do Porto o sacramento do matrimónio na Sé Catedral da cidade: “Dom Joam [Bispo do Porto] estava ja prestes, revestido em pomtificall, e seus beneficiados corregidos como cumpria. A Ifamta foy tragida muy homrradamente dos paços omde pousava [a See]; e aly, em nome do Senhor Deus, a reçebeo [Ell Rey], presentem todos, por sua esposa e molher lidima, fazemdo lhe tall ofiçio e o mais solene que se pode fazer”.²³⁷ Acabada a cerimónia matrimonial, ficava

²³¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 221.

²³² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIII, p. 221.

²³³ MORENO, Humberto Baquero, 1988 p.26.

²³⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIV, p. 221.

²³⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIV, p. 221.

²³⁶ O facto de não estarem presentes o pai de D. Filipa, John of Gaunt, e outros membros da família, deveu-se, possivelmente, a um clima de mal-estar entre o pretendente ao trono castelhano e o monarca português, pela demora na preparação do casamento bem como na campanha anglo-portuguesa em terras de Castela. Aliás, D. João I planeava fazer a campanha em solo castelhano antes de se casar, sendo pressionado por John of Gaunt a fazer o contrário; prova disso é a carta que envia às cidades e vilas do reino a convocar para a sua boda: “Ora estamdo nos em Guimarães prestes pera seguir noso caminho, segumdo bem sabeis, fomos requerido per o dito Rey de Castella, seu padre, que a tomemos por molher (...)”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIV, p. 222.

²³⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIV, p. 221-222.

a faltar a boda. Com rapidez foram convocadas as cidades e vilas do reino para a “*sua voda e tomar casa*”, a realizar-se daí a pouco menos de quinze dias.²³⁸ Na data marcada, quinta-feira, 14 de fevereiro de 1387, a cidade e o povo portuense vestiram-se de gala para assistir à boda dos reis de Portugal: D. João I e D. Filipa de Lencastre. Voltaremos a falar deste evento ímpar realizado no Porto, com todo o pormenor, na última parte deste trabalho.

3.5 - O velho burgo portuense nas festas do nascimento e batizado do Infante D. Henrique

Os finais do século XIV foram manifestamente gratificantes para a cidade do Porto. Como já referimos neste trabalho, em 1384 socorreu a capital do reino: para além do reforço da armada, abasteceu Lisboa de alimentos, o que ajudaria o povo lisboeta, que estava cercado. Em 1385, a cidade do Porto é brindada com a vinda do rei D. João I para a sua campanha militar no norte de Portugal; em 1387, pela primeira e única vez, a cidade assiste a um casamento real: D. João I e D. Filipa de Lencastre, realizado na Sé. Como ‘cereja em cima do bolo’, no ano de 1394 a cidade foi palco de mais um acontecimento ímpar: o nascimento e o batizado do Infante D. Henrique, que seria o quinto²³⁹ filho do casal real. Será este último acontecimento que iremos tratar agora.

Portugal, por altura do nascimento do Infante D. Henrique, ainda ‘lambia as feridas’ de um período muito conturbado que vinha desde o tempo de D. Fernando; aos poucos a sociedade ia ganhando ânimo; já não se temia uma eventual invasão castelhana e a nação, assim, já não se sentia ameaçada de desaparecer. Ganhara-se confiança na corte; era sólida e tinha o respeito do povo português. O país que fora empobrecido e devastado pelas guerras sentia-se agora um pouco mais esperançado. Como sublinha Elaine Sanceau, “era uma época de regeneração moral”.²⁴⁰ Os timoneiros desta mudança foram D. João I, D. Filipa de Lencastre e os seus filhos, apelidados por Luís de Camões como “*Ínclita geração*,” na epopeia *Os Lusíadas*.

²³⁸ “E escreveo aas çidades e vilas de seu Reino quoaunto lhe prouguera serem em sua festa presemtes”, *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCIV, p. 222; COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.155.

²³⁹ É de assinalar que os primeiros dois filhos do casal real, Branca (1388-1389) e Afonso (1390-1400), não vingaram até à idade adulta; sendo que Branca, segundo Fernão Lopes, viveu apenas oito meses e Afonso dez anos e cinco meses.

²⁴⁰ SANCEAU, Elaine – *D. Henrique, O Navegador*. Porto: Civilização Editora, 2013, p. 19.

Como era frequente em tempos medievais, a corte era itinerante; aliás, isso era uma “condição intrínseca da própria realeza, que lhe permitia uma mais cabal apreensão do espaço e da gente do reino”.²⁴¹ Portanto, era natural que os filhos de João e Filipa tenham nascido em várias cidades e vilas do reino; neste caso, o quinto filho do casal, o Infante D. Henrique, nasceu no Porto. Em 1387, D. Filipa sofre um aborto, talvez potenciado pela preocupação por o seu marido se encontrar gravemente doente, a somar ao rigor desse Verão e à ansiedade vivida por essa altura. No ano seguinte, 1388, em Lisboa, a 13 de julho, veio ao mundo uma menina e, em homenagem à mãe de Filipa, deram-lhe o nome de Branca. Quis o destino que esta menina não durasse mais que oito meses, sendo sepultada junto ao seu bisavô, o rei D. Afonso IV: “a Ifamte dona Bramqua, que naceo em Lixboa, XIII dias do mês de Julho de quatro cemtos e XXVI [1388] anos, e viveo pouco mais de VIII meses, e jaaz na Ssee desa cidade em hũu moimemto de pedra aos pees del Rei dom Afomso seu visaboo”.²⁴²

Em Santarém, no dia 30 de julho de 1390, nasceu o segundo filho do casal, e o primeiro da linha varonil; em homenagem ao rei guerreiro e fundador de Portugal, e uma vez que em princípio seria ele o herdeiro do trono, teve o nome de Afonso. D. João I festejou o seu primogénito com justas reais, em que ele próprio participou.²⁴³ No entanto, com dez anos de vida este infante morreu prematuramente no dia 22 de dezembro de 1400, não pondo em causa a dinastia de Avis, pois entretanto já tinham nascido mais quatro rapazes, como veremos: “E o Ifamte dom Afomssso que naceo em Samtarem, hũa noite de sábado, XXX dias do mês de Julho de IIIc e XXVIII [1390], em cujo bautismo el Rei ordenou hũas justas reaes em que elle justou”.²⁴⁴ Em Viseu, no dia 31 de outubro de 1391, nasceu Duarte, recebendo esse nome como homenagem ao bisavô materno, Eduardo III, ou mesmo ao seu tio-avô, Eduardo, *o Príncipe Negro*: “E ouve el Rei outro filho, que chamavam Ifamte Eduarte, que naceo na cidade de Viseu, postumeiro dia dOutubro de IIIc e XXX [1391] annos”.²⁴⁵ No dia 9 de dezembro de 1392, em Lisboa, vinha ao mundo Pedro, com o nome do seu avô paterno: “E despois deste naceo o Ifamte dom Pedro, na cidade de Lixboa, hũa ora depois de meia-noite, IX dias do mes de Dezembro de IIIc e XXXII [1392] annos”.²⁴⁶ No Porto, nasceu o Infante D. Henrique,

²⁴¹ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.210.

²⁴² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁴³ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.159.

²⁴⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁴⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁴⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

no dia 4 de Março de 1394. Tomou o nome do tio materno e futuro rei da Inglaterra, Henrique de Bolingbroke: “Naceo depois delle o Ifante dom Amrrique, na cidade do Porto, hũa quarta feira de cimza, IIII dias do mês de Março de IIIIc e XXXII [1394] annos, o quoall foi Duque de Viseu e senhor de Covilhã”.²⁴⁷ Isabel nasceria a 21 de fevereiro de 1397, em Évora. Herdou este nome em honra da rainha Santa Isabel e também da sua tia materna: “E despois destes naceo hũa filha, que chamarã dona Isabel, a quoall destes naceo em Evora, quarta feira XXI dias de Fevereiro de IIIIc e XXXV [1397] annos, que depois foi Duquesa de Breguonha”.²⁴⁸ João nasceu a 13 de janeiro de 1400 em Santarém, consagrando o avô materno e quicá o próprio pai: “E ouve mais outro filho, per nome chamado dom Joham, naceo em Santarem, no mes de Janeiro de IIIIc e XXXVIII [1400] annos, que foy regedor e guovernador do Mestrado de Santiago”.²⁴⁹ Finalmente, o último descendente nasceu em Santarém no dia 29 de setembro de 1402, ou seja no dia de São Miguel: o nome dele, Fernando, o mesmo que o meio-irmão do pai: “Ouve outro Ifante que se chamava dom Fernamdo, que naceo em esa villa, em dia de Sam Miguell, XXIX dias de Setembro de IIIIc e quarenta [1402] annos, que foi regedor e guovernador do Mestrado dAvis”.²⁵⁰ Como podemos constatar, do casal real nasceram nove filhos, seis dos quais chegaram à idade adulta e tiveram um papel de relevo na história de Portugal. Contudo, para este trabalho só nos interessa falar de um: o Infante D. Henrique²⁵¹.

Tracemos o breve itinerário que a corte portuguesa realizou até chegar ao Porto, onde a rainha iria dar à luz o seu quinto filho. Pelos finais de dezembro 1392, D. Filipa, já com três filhos, Afonso, Duarte e o recém-nascido Pedro (recorde-se que Branca já tinha falecido), ao que parece, esteve na cidade de Lisboa pelo menos até 12 de julho de 1393. Após esta estada em Lisboa, a comitiva seguiu para Santarém, onde chegou pelo dia 3 de agosto. Daí rumou à Lourinhã, onde chegou no dia 13. Pelo dia 19 dirigiu-se para o mosteiro de Semide, em Miranda do Corvo, e no dia 23 de agosto estanciou nos Paços da Serra, nos arrabaldes de Atougua.²⁵² Neste local, e conforme sublinha Manuela Santos Silva, o verão fora demasiado quente e/ou D. Filipa podia estar a passar por uma gravidez

²⁴⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁴⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁴⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁵⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. CXLVII, p. 320.

²⁵¹ Note-se que D. Beatriz, filha ilegítima do Mestre de Avis, também teve um papel decisivo nas relações entre Portugal e a Inglaterra, por ter casado com o Conde de Arundell.

²⁵² MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.57.

difícil, que a obrigava à imobilidade nestes primeiros meses de gestação.²⁵³ D. João I por meados de dezembro de 1393 reuniu cortes nesta localidade, tendo como assunto principal a recuperação de muitas das terras que havia doado. Com isto, o monarca português visava sobretudo atingir dois objetivos: primeiro, o incremento do património da coroa; segundo, a criação das futuras casas dos seus filhos. Nos Paços da Serra permaneceu a família real até 2 de fevereiro de 1394, para no dia seguinte, dia 3, rumar ao Porto.²⁵⁴

A numerosa cavalgada que vinha dos Paços da Serra a caminho do Porto, segundo explica Alfredo Alves, fazia acorrer aos caminhos o povo dos concelhos rurais, com admiração e respeito, pois era uma comitiva real. D. João I vinha no seu cavalo de jornada acompanhado de D. Filipa, que estaria nos últimos tempos de gravidez. Atrás, em azémolas, seguiam as donas e donzelas da sua corte: D. Brites Gonçalves de Moura, a camareira-mor, D. Berengária Nunes Pereira, D. Beatriz de Castro, D. Teresa e D. Leonor Vasques. As primas do condestável, D. Brites e D. Leonor, eram as amas dos infantes e acompanhavam de perto as crianças, em especial o infante D. Pedro, cuja idade só lhe permitia ir ao colo. No restante séquito, que incluía nomeadamente os que na casa dos monarcas tinham o seu ofício, seguiam Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade, João das Regras, chanceler, Álvaro Gonçalves Camelo, marechal da hoste, Gil Vasques da Cunha, alferes-mor, D. Lopo Dias de Sousa, mordomo da rainha e Lourenço Anes, chanceler da rainha. Em grande número vinham também cavaleiros, homens de armas e pajens. O rio Douro estava à vista. Na margem esquerda, em Vila Nova, para além da enorme multidão, o senado do Porto aguardava a comitiva real: eram eles, Gil Gonçalves e Domingos Anes, juízes, Pero Vicente, Afonso Martins, Pero Anes e João Afonso, vereadores e Afonso Gonçalves, procurador. Estávamos no dia 20 de fevereiro de 1394.²⁵⁵ Numerosos barcos adornados de bandeiras e pendões transpuseram o Douro em direção à praia de Vila Nova para transportar o séquito real. Aí desembarcou Estevão Afonso, anadel, com os seus besteiros do conto, como guarda de honra. No lado do Porto, na praia de Miragaia, o Bispo do Porto, D. João de Azambuja, clérigos e os demais

²⁵³ SILVA, Manuela Santos, 2014, p.142.

²⁵⁴ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.61.

²⁵⁵ Por lapso, Humberto Baquero Moreno, no *Itinerário de D. João I*, informa-nos que o séquito real chegou ao Porto por volta do dia 27 de Fevereiro. Contudo, no *Livro das Vereações 1390-1395*, encontramos um documento que atesta já a sua presença no dia 21 de Fevereiro; “Era de mil e quatro çentos e trynta e dous annos [1394] vynte e huum dias do mes de ffeueireiro na cidade do porto no ssobrado en que fazem rrelaçom (...) ACordarom que dissessem a El Rej os agrauos malles danos Jngurias que os da Çidade rreçebiam das companhas que ora aquj com El Rej eram (...)”, “*Vereações*”. *Anos de 1390-1395*, p.227.

moradores da cidade olhavam atentos para a praia de Vila Nova. *Homens da vintena* conduziram a fusta real de margem a margem. Finalmente o Bispo do Porto e o povo da cidade acolhiam de braços abertos D. João I e a sua comitiva. A rainha era o alvo das atenções especiais da população feminina; o séquito seguiu, pela rua dos Banhos (por aquela altura iria talvez começar a construção a rua Nova, graças aos impostos pagos pelo povo da cidade e seu termo), e à medida que a rainha passava pelas ruas abriam-se as janelas, e nelas surgiam as moradoras do Porto a dar as boas-vindas a D. Filipa.

Um sorriso a mostrar toda a alegria que ia na alma das moradoras portuenses foi acompanhado das pétalas de rosa que fizeram cair sobre a rainha. A comitiva real parou junto das casas do *Almazem*, que era aposentadoria real.²⁵⁶ Gonçalo Lourenço, almoxarife do rei no Porto, veio receber a corte e o senado, e de seguida subiram ao sobrado da casa. Uma vez a corte instalada numa das dependências que compunha o *Almazem*, o resto da comitiva necessitava de alojamento; a vereação lembrou ao monarca a carta régia de 1390, que proibia aos seus acompanhantes de se instalarem na rua das Eiras e na rua dos Mercadores. Ao que parece, D. João I nada fez para contrariar esta situação. Num ápice, a criadagem da comitiva real começou os costumados abusos. Tudo serviu para deitar a mão, desde *ballas de Londres, Bristoll*, alfaias, e claro, barris de vinho. Nem os ricos-homens, cavaleiros e escudeiros se abstiveram de tal rapina; e no momento da hospedagem tornaram-se mesmo violentos. No dia 21 de fevereiro a vereação deliberou apresentar uma queixa ao rei.²⁵⁷ D. João I encarregou o seu marechal, Álvaro Gonçalves Camelo, de por cobro aos desmandos. A câmara decidiu pedir justiça ao rei quando os sinos da Sé do Porto começaram a repicar; estávamos no dia 4 de março de 1394, uma quarta-feira de cinzas, e nascera o Infante D. Henrique. O povo portuense esqueceu por momentos os agravos e não descansou enquanto não foi ao *Almazem* felicitar os reis.

A festa começara: faziam-se votos de felicidade ao recém-nascido, as raparigas dançavam e cantavam pelas ruas da cidade; pavimentava-se a rua com flores e ervas aromáticas em frente à casa onde o Infante nascera. No dia seguinte os da corte e a

²⁵⁶ “Durante a residência real no Porto, só os mais grados officiaes da corte teriam aposentadoria na casa do *Almazem*; os outros e restantes comitiva installar-se-hiam pelas habitações dos moradores da cidade. Os infanções-burguezes não viam com bons olhos taes hospedes, não; mas como eram leaes e generosos, a hospitalidade n’elles não se mostrava mesquinha. Verdade era que para aposentalos ahi tinha o Porto as estalagens das Congostas, do eirado do Souto, da rua Cha, de Cimo de Villa e de Miragaya. Mas essas casas davam pousada por dinheiro, e os da *companha* do rei queriam abundancia barata.” ALVES, Alfredo – *Dom Henrique, o Infante: Memória Histórica*. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1894, p. 9.

²⁵⁷ “ACordarom que dissessem a El Rej os agrauos malles danos Jngurias que os da Çidade rreçebiam das companhas que ora aquj com El Rej eram lhis pousarem em suas pousadas e caualaricas e lhis tomarem suas palhas rroupas e em os desapoderarem de ssuas pousadas (...)”, “*Vereaçãoens*”. *Anos de 1390-1395*, p.227.

clerezia, bem como as ordens religiosas existentes na cidade, dominicanos e franciscanos, organizaram uma procissão em homenagem ao Infante que percorreu as estreitas ruas do Porto até à Sé. O batizado do Infante realizou-se no domingo seguinte. Logo pela manhã desse domingo, o som de instrumentos musicais, guslas e trombetas, ecoava pelas ruas do Porto. Eram as matinadas ao batismo do Infante, devidamente organizadas pela vereação: Vicente Anes, criado do Bispo do Porto, um moço Diogo, que estava ao serviço do Chanceler da rainha, Pedro Afonso, João Malha, Janim, Gonçalo Paes e Vasco Anes, receberam cada um 150 libras. A Sé estava vestida a rigor para o evento que se aproximava. O Infante, nos braços da camareira-mor, D. Brites, com D. João I ao lado, era mostrado ao povo portuense. Na Sé do Porto, D. João da Azambuja rezou as orações rituais junto à pia batismal, tendo o Infante como padrinho D. João Homem, bispo de Viseu. Após a cerimónia religiosa, as festas populares começaram efusivamente. No eirado do Souto realizaram-se justas, correram-se touros mortos à pua, os cantores e poetas entoavam as suas sonatas de amor e de heroicidade; o povo portuense assistia deliciado. Vaticinava um grande futuro a este Infante: “Hade ser um valente guerreiro de Jesus Christo!”. Baptizado que estava o Infante, a corte permaneceu no Porto, pelo menos até inícios de dezembro de 1394.²⁵⁸ Este Infante, que veio ao mundo na cidade do Porto, foi o primeiro duque de Viseu e o primeiro senhor da Covilhã. Foi também um dos impulsionadores daquilo a que se costuma chamar os descobrimentos modernos. Faleceu em Sagres no dia 13 de novembro de 1460.

Um dos mistérios que ainda subsiste na história do Porto, embora de reduzida importância, tem a ver com o local exato onde nasceu o Infante D. Henrique. Uns defendem que foi na Alfândega do Rei, na torre norte, onde se localizavam os aposentos do almoxarife do Porto, responsável pela arrecadação dos direitos e rendas da Coroa da cidade,²⁵⁹ hoje conhecida como: Casa do Infante. Outros defendem que foi no Paço Episcopal, ou mesmo nos conventos de S. Francisco ou de S. Domingos. Não há certezas absolutas, devido à ausência de documentação coeva sobre o local do nascimento. No entanto, é sempre possível refletir sobre esta matéria. Através de Fernão Lopes, não temos dúvidas quanto à cidade onde o Infante D. Henrique nasceu, tal como já vimos; aliás,

²⁵⁸ ALVES, Alfredo, 1894, p. 7-11.

²⁵⁹ MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel, 2010, p.37.

sustentada por um instrumento de quitação em pergaminho,²⁶⁰ balizado entre outubro e novembro de 1394, sobre os dinheiros que “os vereadores da dicta Çidade mandarom dar”²⁶¹ a diversos homens de mester, pelos serviços prestados “por onrra do bautismo do Infante dom anrique que na dicta Çidade ffoy bautizado”.²⁶² Este instrumento de quitação nada nos informa acerca da estadia da Corte, bem como acerca do local do nascimento do Infante. De uma coisa podemos ter a certeza: os reis não possuíam qualquer paço privado no Porto; com isto, aumenta o número de locais possíveis para o nascimento do Infante. No Porto, por esta altura, as estadias seriam geralmente curtas, e os monarcas costumavam servir-se da hospitalidade de membros da Igreja e também de oficiais e súbditos ligados à sua casa pessoal.²⁶³ A confirmar isso, temos, por exemplo, que em 1372, quando D. Fernando reuniu cortes no Porto, ficou alojado no Convento de S. Francisco; na primeira visita de D. João I ao Porto em abril de 1385, o monarca instalou-se no Paço Episcopal; quando D. João I se encontrou pela primeira vez com D. Filipa em dezembro de 1386, o monarca ficou no Convento de S. Francisco e D. Filipa no Paço Episcopal; após o casamento, fevereiro de 1387, o jovem casal acomodou-se no Paço Episcopal. Havia, portanto, várias alternativas para a corte se instalar e todas elas confortáveis. Num estudo efetuado por Manuel Luís Real, sobre o local do nascimento do Infante D. Henrique, esse historiador defende que, apesar da ausência de um testemunho coevo da vida do Infante, a tradição aponta para que esse mesmo nascimento tenha sido no antigo «almazém e casas» do almoxarifado do Porto.²⁶⁴ Como já informámos, a Alfândega serviu não só para habitação do almoxarife do Porto, como também deu guarida a outros oficiais da Fazenda de categoria inferior. Ou seja, o edifício era uma construção mista, com funções de armazém e habitação. No que concerne à habitação, existem vários indícios de que ficaria na torre norte. Ao nível do 2º andar, a reforma das aberturas permitiu que entrasse mais luz e houvesse mais circulação de ar.

²⁶⁰ Recibos de despesas com as festas do baptismo do Infante D. Henrique, entre 20 de outubro a 7 de novembro de 1394. O município do Porto despendeu 590 libras com a construção de um palanque e 1050 libras para mandar “tanger nas matinadas”. Arquivo Histórico do Porto, *Pergaminhos, Livro 3*, nº 40 e FERREIRA, J. A. – *Despesas efectuadas pelo município portuense por ocasião do baptizado do Infante D. Henrique*. Coimbra, 1960, p. 267-271.

²⁶¹ CRUZ, António – *Velho Burgo, (Alguns aspectos, figuras e casos do Porto antigo)*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1953, p.55.

²⁶² CRUZ, António, 1953, p.56.

²⁶³ REAL, Manuel Luís – “Tradicional Casa do Infante”. In *HENRIQUE O NAVEGADOR. COMEMORAÇÕES DO 6º CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE*. Porto, 1994 — *Sobre o local do nascimento do Infante D. Henrique*. Porto: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p.161.

²⁶⁴ REAL, Manuel Luís, 1994, p. 166-167.

Manuel Luís Real considera haver argumentos para acreditarmos que a parte superior da torre tenha sido um lugar de habitação de boa qualidade.²⁶⁵ Com o nascimento do Infante no dia 4 de março, a estadia previa-se longa; e, para maior comodidade do recém-nascido e da própria rainha, é possível que D. João I optasse por hospedar a família real e a comitiva mais chegada na referida habitação.²⁶⁶ Não significava com isso que os aposentos do convento S. Francisco, S. Domingos e o Paço Episcopal não fossem uma hipótese viável; contudo, nada melhor que ficar num aposento que lhe pertencia, tal como era o *Almazem* e as casas anexas. Esta situação não era *sui generis*, visto que D. Filipa de Lencastre tinha dado à luz o príncipe D. Duarte em circunstâncias semelhantes, nas Casas do Almojarife, só que em Viseu.²⁶⁷ O objetivo principal de D. João I era garantir o conforto e o bem-estar da rainha que estava prestes a dar à luz. Ao olharmos com mais de 600 anos de distância, corroboramos a ideia de Manuel Luís Real, quando afirma que o Infante nasceu numa das casas anexas à Alfândega. Não podemos garantir que a opção seja segura, exatamente por falta de documentação coeva. No entanto, será uma dúvida estimulante que restará para sempre nos anais da História do Porto.

²⁶⁵ REAL, Manuel Luís, 1994, p. 164.

²⁶⁶ Nas Cortes de Évora de 1436, o rei D. Duarte equivooca-se quando manda emitir uma carta (12 de Abril de 1436) em resposta aos procuradores da cidade do Porto – acerca da permanência dos fidalgos na cidade – a informar que “esto ataa ora uos foe sempre bem guradado que tam somente os reis antijgos nem meu padre cuja alma deus aia nunca em ella pera ssy nem pera seus filhos fizerom pousadia prolongada nem casas de morada sentijdo o assy mujto por seu serujço ante uos leixauam auer e posujr uossos priujlegios em lugar de herdamento por multiplicar em moor pouoaçam como de fecto per aazo dello multiplicou em tanto que era o segundo membro de Portugal (...) E por esto mandou o boo Rey meu padre guardar os dictos priujlegios E ajnda se guardaua mujto de fazer em ella estada prolongada nem qujs hi nunca fazer paaços pera ssy nem pera seus filhos (...)”. Por altura do nascimento do Infante D. Henrique, em março de 1394, o Infante D. Duarte tinha apenas 3 anos idade; pelo que não se devia recordar que estanciou desde os finais de fevereiro até aos princípios de novembro desse mesmo ano na cidade do Porto. Por outro lado, é verdade que o seu pai, D. João I, assim como outros reis, nunca tiveram um paço real no Porto. *CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Duarte I (1336-1338)*. Edição preparada por João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Pedro Pinto. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 2004, p. 89-92.

²⁶⁷ REAL, Manuel Luís, 1994, p. 166.

Parte III

4 - Primeira visita de D. João I ao Porto. Entrada apoteótica régia no velho burgo portuense

4.1 - Entradas régias; organização, características e simbolismos

Num ponto anterior deste nosso estudo já abordámos o percurso que D. João I efetuou pelas ruas do Porto aquando da primeira visita à cidade. O que iremos ver nesta parte é todo o cerimonial que envolveu a entrada régia no Porto. Para isso, socorremos de Fernão Lopes, que faz uma descrição demorada, articulando-a com outros estudos sobre esta matéria.²⁶⁸ O grande enfoque desta análise vai recair sobre os pormenores que Fernão Lopes nos proporciona na sua crónica.

O que se entende por entrada régia e que significado tinha para a sociedade a chegada de um soberano à cidade ou vila? Para responder, seguirei um estudo publicado por Ana Maria Alves pelos inícios dos anos 80 do século passado.²⁶⁹ Uma entrada régia pressupõe todo o cerimonial da chegada de um rei, rainha ou mesmo de um príncipe que, pela primeira vez, visita uma cidade ou uma vila; as ocasiões de cariz matrimonial ou militar também seriam alvo do mesmo tratamento. Estas cerimónias caracterizavam-se por duas componentes, a saber: o conjunto de rituais que dramatizam a situação contratual entre o Poder Real e a Cidade, ou seja, entre o rei e as elites locais; a outra componente visava, sobretudo, o conjunto de festas de hospitalidade e de boas vindas.²⁷⁰ Se por um lado notamos que na primeira componente a organização festiva ficava a cargo do rei e da Câmara, por outro lado, os organizadores das cerimónias seriam a Câmara e os ofícios. É nesta segunda componente que se inserem as cerimónias realizadas no Porto.

Antes de avançarmos para uma análise descritiva da entrada régia no Porto, é importante demonstrar o que as crónicas nos dizem sobre os antecedentes destas cerimónias. Como lembra Ana Maria Alves, nas crónicas não existe o substantivo

²⁶⁸ Obras como: *As Entradas Régias Portuguesas*, de Ana Maria Alves, que trata sobretudo das festas oficiais portuguesas na Idade Média e seu significado histórico e antropológico; comparações e influências das várias tradições existentes na Europa Ocidental: o estudo da festa como valor próprio na história da cultura e das mentalidades. Oliveira Marques, na sua obra *A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos da Vida Quotidiana*, aborda sobretudo temas relacionados com costumes e tradições na Idade Média, tais como: culinária, higiene, saúde, vestuário, afetos, crenças. E, claro está, as Crónicas, especialmente a de D. João I de Fernão Lopes; que é e será sempre o fio condutor desta parte do trabalho.

²⁶⁹ ALVES, Ana Maria – *As Entradas Régias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

²⁷⁰ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 11.

“entrada”, apenas diferentes tempos de verbo entrar: “o entrar na vila...”, “entraram na cidade”, etc.²⁷¹ Numa primeira fase pós-fundação de Portugal, a caracterização de uma entrada estava implicitamente ligada ao desfile de vitória militar, munido com os despojos do saque: “ (...) e sobre esto [Infante D. Sancho] dilatou ho entrar da Villa atée até que D. Pero Pais Alferes com ha gente que em Andaluzia fiquara, alegres, seguros chegaram ha elle, com que entrou com muito prazer, e solenidade na Villa (...)”.²⁷² Esta passagem do cronista Rui de Pina informa-nos do sucesso militar que o soberano português teve ao derrotar os mouros quando cercavam Beja, assim como da sua entrada triunfal na referida vila. No seguimento da mesma crónica, o seu autor dá-nos conta de que “El Rey, e ho Ifante volveraõ sobre o arrayal dos Mouros, e os despojaraõ em que acharaõ requissimo despojo de muito ouro, e prata, e de tendas, Camelos, Cavalos, armas, e infindos cativos com que entraraõ na Villa riquos, vitoriosos, e alegres, dando muitas, e muy merecidas graças ha nosso Senhor (...)”.²⁷³ Neste exemplo dá-se conta que, em Santarém, a vila está cercada de mouros e o Infante D. Sancho, juntamente com seu pai, Afonso Henriques, vencem os ‘invasores’, saqueiam os despojos ali encontrados, concluindo com uma entrada triunfal em Santarém.

Com a evolução dos tempos, este tipo de cerimonial manteve este fio condutor, pelo que muito do que foi introduzido *a posteriori* pouco ou nada alterou, como por exemplo: o cerimonial da entrega das chaves da vila ou cidade, a exaltação dos estandartes e a passagem por portas ou arcos. Aliás, iremos ver que no Porto tudo isto aconteceu. Como sabemos, as cortes por esta altura eram itinerantes; a entrada de um soberano e do seu séquito numa vila ou cidade teria mais ou menos as mesmas características, mas agora com uma pequena diferença: estava intrínseco o direito de pousada e a recolha de impostos. E é nesta cobrança de impostos que parece haver uma espécie de ritualização do local onde monarca se recolhe; principalmente no pagamento do imposto em géneros: animais, pescado, frutas. Logicamente que a corte, ao passar pelas várias regiões do reino, não o fazia exclusivamente para recolha de impostos; o monarca dedicava-se a outro tipo de atividades, como por exemplo: concessão de privilégios, resolução de questões de direito, amnistias para delitos menores; como podemos calcular, estava sempre rodeado de festas com maior ou menor envergadura, bem ou menos bem organizadas.

²⁷¹ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 13.

²⁷² Crónica de D. Sancho I e D. Afonso II, 1945, Cap. III, p. 9.

²⁷³ Crónica de D. Sancho I e D. Afonso II, 1945, Cap. VI, p. 11.

Ao analisarmos uma entrada régia nas crónicas²⁷⁴, devemos ter em atenção o papel do cronista. Ora, o cronista é um elemento que trabalha a pedido do rei. Logicamente que a preocupação do cronista é dar testemunho da popularidade do monarca; como podemos verificar no exemplo em que D. Afonso IV, quando faz o percurso de regresso a Portugal após a batalha do Salado em 1340, as terras por onde passou “o receberam com mais amor e alegria que com solenidades”; e será este o tópico geral das descrições de entradas dos reis da primeira dinastia.²⁷⁵ A receção de um monarca normalmente é composta por festas e honras; estes dois sinais indicam-nos uma precedência de ação quando é outro monarca e o povo a passarem para o papel de anfitriões, como é o caso da chegada de D. Afonso IV a Sevilha, por altura da batalha do Salado: “O dia que elRey de Portugal ouve de entrar em Sevilha todolos grandes senhores do seu Reyno que eram da corte sahiram a seu recebimento fora da Cidade & assim os Prelados cõ toda Clerezia, & com as Sanctas Reliquias que na cidade avia, de que nam avia memoria, que para algum outro Rey fossem assim particularmente tiradas, & postos todas em huma devota, & muy solemne Procissam, vieram receber elRey de Portugal, & tambem outras pessoas da cidade, de baixa cõdiçam homens, & molheres, & grandes, & pequenos, ricos, & pobres, & alegres todos com desejada & necessaria vinda de elRey de Portugal”.²⁷⁶ Como podemos verificar, esta entrada solene em Sevilha é descrita como uma cerimónia de grande acolhimento, respeito e admiração. Se recuarmos um pouco mais no tempo verificamos algo idêntico. Quando o ainda Infante D. Dinis se desloca a Sevilha para falar com o seu avô, Afonso X, sobre assuntos relacionados com o Algarve, o mesmo “ho recebeo, e agazalhou com muitas festas, e honras, e com sinaes de grande amor”.²⁷⁷

Se resumirmos uma descrição de todo o cerimonial de uma entrada régia na Idade Média, diremos que era composto por uma procissão do clero, um cortejo da nobreza, acompanhados de danças populares que saem fora das portas da cidade para receber o rei e o acompanham até ao Paço.²⁷⁸ Contudo, e como podemos reparar, a ação do município não está presente na nossa breve descrição, mas o mesmo acontece nas crónicas. Todavia o papel desempenhado pelos homens do município era, na nossa opinião, o mais importante: toda a organização que envolve as festas ficava a cargo do município, e estas

²⁷⁴ Digo, “entrada régia nas crónicas” porque, ao que parece, não deverá existir outro tipo de documentação coeva que nos possa elucidar sobre esta temática.

²⁷⁵ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 14.

²⁷⁶ *Chronica de Elrey Dom Afonso o quarto do nome*, 1936, Cap. LVII, p. 155.

²⁷⁷ *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, 1945, Cap. XIV, p. 28.

²⁷⁸ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 15.

poderiam durar vários dias, com atividades diversas, mormente danças, folias, ornamentação das ruas e a sua limpeza, iluminações noturnas e espetáculos de habilidade e destreza (nomeadamente as cocanhas). A provar a importância do papel organizativo do município, silenciado nas crónicas, temos a primeira descrição de uma entrada régia em Portugal em tempo de D. Pedro I, quando chega a Lisboa; uma chegada rotineira. Socorremo-nos de Fernão Lopes: “Viinha elRei em batees Dalmada pera Lixboa, e saiamno a rezeber os çidaãos e todollos dos mesteres com danças e trebelhos, segumdo estomçe husavom; e el saia dos batees, e metiasse na dança com eles, e assi hia ataa o paaço”.²⁷⁹ Nestes exemplos, é notório que a presença do município na organização das festas é uma realidade. O papel do município irá ser definitivamente reconhecido por meados do século XVI, numa altura em que todo este processo foi alvo de regulamentação.

Tal como explica Ana Maria Alves ao informar-nos dos itens que compõem esse regulamento, à Câmara compete a recepção oficial, que consiste em ir esperar o rei fora da muralha, a limpeza das ruas, a imposição aos moradores de enfeitarem as fachadas das casas e das ruas por onde o rei há de passar, a iluminação das janelas durante a noite, etc. Aos ofícios, devidamente articulados com a Câmara, cabe a organização de grupos de danças e folias. Durante a estadia do rei, fazem-se festas nas quais o próprio rei participa, tais como as justas: "como era costume quando os reis vinham às cidades, os mercadores e cidadãos justavam com os da corte, por festa".²⁸⁰ No que respeita ao itinerário, o mesmo seria constante: chegada à porta da cidade a comitiva deslocava-se de imediato até ao Paço, sem haver grandes paragens no seu percurso. Isto era a regulamentação do século XVI, mas o nosso alvo de estudo é o século XIV; voltemos a ele.

Por altura da chegada do Mestre de Avis a Coimbra para a realização das cortes em abril 1385, a sua entrada na cidade em nada se identifica com os reinados anteriores. O futuro rei é recebido fora das muralhas pelos da cidade, ou seja, pelos vereadores da Câmara, clerezia e leigos: “Os da çidade fezeromsse prestes pera hir rrezeber o Meestre, a clerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidalgos e Comçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam”.²⁸¹ Por esta altura viviam-se tempos difíceis; estávamos em plena crise de 1383-85; a multidão, após sair das muralhas ao encontro do Mestre de Avis, não resistiu a bradar “Portugall!

²⁷⁹ *Crónica de D. Pedro I*, 1986, Cap. XIV, p. 61-62.

²⁸⁰ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 15.

²⁸¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CLXXXI, p. 390.

Portugall! Por elRei dom Joham! Em boa hora venha o nosso Rei!”²⁸² Ao tornar *sui generis* esta entrada régia, a verdadeira cerimónia tradicional e institucional ‘fugiu’ ao compromisso de lealdade e vassalagem. Já com D. João I a reinar e a consequente mudança de dinastia, em nada se alteram as características das cerimónias régias. Todavia, verifica-se uma das raras ocasiões na história de Portugal, e cronologicamente a primeira, em que o carácter contratual da entrada é dramatizado na cerimónia oficial, por forma a exprimir solenemente a lealdade do município.²⁸³ Assim, a figura do rei não é beliscada; no entanto a posição particular dos concelhos nas lutas políticas e militares deste período e a importância das cidades com um elevado peso económico e com tradições municipais, como é o caso do Porto, levam as elites locais a evidenciarem-se. Se por um lado vemos esta classe social inserida nas comemorações do cerimonial régio, por outro, já é patente a presença dela na narrativa cronística. Fazendo uma retrospectiva das parcas descrições que existem nas crónicas relativas ao século XIV, podemos afirmar com segurança que este cerimonial das entradas é elaborado por iniciativa da vila ou cidade. Ou seja, o grande objetivo dos habitantes das vilas ou cidades é passar a imagem de otimismo e prosperidade, assim como a propagação de ostentação de riqueza e alegria e, acima de tudo, a competência para organizar tais cerimónias. No entanto, a evolução do cerimonial pelos finais do século XIV parece decorrer da afirmação das cidades; o monarca chega, acompanhado dos seus melhores homens, como chefe militar e protetor do povo, sem que o seu acompanhamento e imagem oficial o distinga dos reis anteriores.²⁸⁴

Não se encontra nas crónicas qualquer indicação de que as cerimónias festivas tenham sido frequentadas por grupos sociais exteriores à cidade e ao seu termo. Ao contrário do que se passa, por exemplo, em França, em que nas danças populares estão representadas as várias províncias do reino. Ana Maria Alves está convicta de que este facto confirma a pouca importância institucional das entradas portuguesas quando as comparamos com as dos países onde o feudalismo atingiu maior complexidade.²⁸⁵ Fica cada vez mais claro que este tipo de cerimónia é uma festa da cidade e para a cidade.

Com o passar do tempo, já no reinado de D. Duarte e mesmo na regência de D. Pedro, a imagem do rei começa a ser solenizada. Exemplos: a tentativa de ungir os filhos

²⁸² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. I, Cap. CLXXXI, p. 390.

²⁸³ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 16.

²⁸⁴ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 19.

²⁸⁵ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 19.

com santos óleos por parte de D. Duarte, após solicitação ao Papa, ou mesmo o regente D. Pedro que consegue obter do Papa autorização para que os monarcas portugueses fossem coroados (o que não chegou a acontecer); e mais: D. Afonso, filho de D. Duarte, foi o primeiro infante português a usar o título de Príncipe. Se a isto tudo somarmos “a organização em extensão e qualidade das Casas Reais e a progressiva solenização do cortejo heráldico, verificamos que estamos na presença, ao nível do quotidiano, de um novo projecto de imagem pública do rei, mais condizente com o novo e ambicioso projecto absolutista”.²⁸⁶ No entanto, este desejo de solenizar a imagem do rei, principalmente em tempo de D. Afonso V, e que ainda estava numa fase embrionária, tem como origem a influência inglesa; especialmente no cortejo heráldico, na intervenção da chancelaria régia quanto às decisões camarárias²⁸⁷ e mesmo nas cerimónias políticas e militares; relembramos que a mãe e avó destes protagonistas era de origem inglesa; será que a mesma teve alguma influência nesta evolução? Não sabemos.

A especificidade portuguesa começa a mostrar as suas características; tanto o rei como a rainha e os infantes começam a ser recebidos oficialmente nas cidades sob um pálido de damasco (espécie de armação sustida por varas, debaixo do qual vão os reis nos cortejos); relembramos que este tipo de armação era próprio do ritual episcopal, especialmente usado nas procissões solenes com relíquias. Analisemos este exemplo: D. Afonso V, numa chegada a Lisboa, é recebido pela vereação que o conduz sob um pálido: primeiro à Sé e depois ao Paço, como escreve Ana Maria Alves.²⁸⁸ No batizado do futuro D. João II, o mesmo é conduzido debaixo de um pálido: “Ho infante dom Fernando, irmão del Rei, levou o Principe nos braços atte ha Sé cuberto de hum palio de panno douro (...)”.²⁸⁹ Este ritual, embora novo em Portugal, já era utilizado na vizinha Castela no século XIV; Afonso IX, por volta de 1327, ao chegar a Sevilha, é recebido pelas dignidades da cidade que o acompanham sob um pálido. Na França, este tipo de objeto só é usado a partir de 1389 e, no entanto, os reis franceses eram tratados como figuras sacras; portanto, existe uma precocidade no uso do pálido no reino de Castela. Ainda no reinado de Afonso V, há uma mudança no itinerário oficial no que diz respeito às entradas régias. Formava-se uma nova imagem da relação entre o poder político e o religioso: o monarca entrava na cidade, dirigia-se à igreja matriz, recebia a homenagem do clero local, rezava e, só depois, ia para

²⁸⁶ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 20.

²⁸⁷ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 17.

²⁸⁸ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 20.

²⁸⁹ Crónica de D. João II, 1752, Fol. I.

o Paço. Iremos analisar o papel do clero nestas cerimónias mais à frente. No decorrer do século XV, a conjuntura sociocultural existente em Portugal permite que o cerimonial régio se ajuste ao ritual religioso, especialmente na adaptação do uso do pátio. Podemos afirmar que o elemento dinâmico é agora o monarca, apresentando-se assim ao público como uma figura distinta e acima de qualquer grupo social.²⁹⁰ As cerimónias régias compreendem, por esta altura, a participação do teatro como forma de cultura profana.

Ao analisarmos as entradas régias que se realizavam no resto da Europa, verificamos que eram semelhante ao que se passava em Portugal. Ou seja, o *modus operandi* era o mesmo, tal como sublinha Gordon Kipling, ao afirmar que a partir dos finais do século XIV, as cidades do norte da Europa, especialmente Londres e Paris, comemoravam as entradas dos seus soberanos com tons que se aproximavam da época clássica, significando com isto que a apoteótica entrada régia seria acompanhada de um ritual extremamente colorido: a mobilização dos dignitários cívicos para dar as boas-vindas ao soberano, bem como a decoração das ruas da cidade, o clamor de vozes, a harmonia de cantores e músicos, o esplendor da procissão real e, finalmente, as alianças cívicas começam agora a erguer-se em desfiles nas ruas compostos por atores. A iconografia religiosa e profana²⁹¹ junta-se aos cidadãos ao longo das ruas para celebrar a vinda do seu soberano.²⁹²

Ao fazermos um paralelismo entre as entradas régias portuguesas e as suas congéneres europeias (logicamente que aqui se incluem os reinos peninsulares), verificamos que as mesmas seguem a sua evolução normal mas refletem as características próprias do poder monárquico existente em Portugal. Ora, num país como Portugal onde, desde a sua fundação, o poder político é fortemente centralizado e hereditário e as prerrogativas régias nunca são, pelo menos em teoria, contestadas, a necessidade de afirmar solenemente a vassalagem ao rei só em casos excepcionais se faz sentir nas relações entre este e os concelhos fora do quadro tradicional da aclamação.²⁹³ Os rituais da vassalagem urbana como, por exemplo, a cerimónia das chaves, só serão instituídos nas entradas régias muito posteriormente às grandes convulsões feudais, provavelmente por iniciativa do rei, e refletirão, muito mais que a reciprocidade contratual, a

²⁹⁰ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 22.

²⁹¹ Representando Deus, Cristo, anjos, profetas, evangelistas, santos, virtudes e vícios, e os nove representantes do ideal da cavalaria durante a Idade Média (nove da fama) – entre muitos outros. KIPLING, Gordon – *Enter the King: Theatre, Liturgy, and Ritual in the Medieval Civic Triumph*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p.6.

²⁹² KIPLING, Gordon, 1998, p.6.

²⁹³ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 18-19.

indiscutibilidade do poder régio. A multidão que acolhe o rei é normalmente descrita como sendo constituída por "povo, judeus e mouros", significando a palavra "povo" apenas a população cristã.

Por último é legítimo sabermos qual foi o papel do clero neste tipo de cerimónias. Embora já abordado superficialmente, certo é que esse papel foi francamente minoritário. Como iremos dar conta na entrada régia no Porto, a presença do clero junto à porta é uma realidade; no entanto, essa prática começa a cair em desuso por meados do século XV; com isso, o clero alheia-se de ir esperar o rei à porta da cidade, e este passará a dirigir-se à igreja matriz da localidade, onde é solenemente recebido e, só depois, desloca-se para o Paço.²⁹⁴

Relembramos que, a este respeito, a instituição monárquica portuguesa era de cariz vincadamente militar e hereditário. Assim sendo, os reis portugueses não são coroados nem ungidos e nada os confunde, nesta primeira época, nem na teoria nem nos rituais, com o poder religioso, designadamente com o bispo.²⁹⁵

4.2 - O Porto e seus moradores vestem-se de gala para receber o Rei

Posto isto, o cenário que vamos encontrar no velho burgo portuense é de todo idêntico ao que se passava em Paris ou Londres pelos finais do século XIV. Mas vamos a detalhes: como já dissemos, o então já rei de Portugal, D. João I, saiu de Coimbra para rumar ao Porto, persuadido pelo condestável a conquistar as praças do Norte do país que ainda tinham voz por Castela. Uma vez chegado à praia de Vila Nova, um conjunto de batéis esperava-o para a sua travessia do rio Douro até à praia de Miragaia. Esta cidade era conhecida como a melhor do reino na arte de construir embarcações: “Esta çidade he situada jumto com ho rio que chamaõ Doiro, no qual se fazem muitas e boas naos e outros navios, maes que em [outro] lugar que no reino aja”.²⁹⁶ Os cidadãos do Porto sabiam que o Rei vinha à cidade. Perante tal visita, os vereadores ordenaram que nesse dia ninguém trabalhasse nos seus ofícios, de modo a estarem todos presentes no momento da visita régia: “E os desta çidade, sabemdo que el Rey aviaa de vir a ela, fizeramse prestes de o reęber, estabelecendo por mamdamemto que nenhũ usase de seu ofiçio e

²⁹⁴ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 15.

²⁹⁵ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 19.

²⁹⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

que todos aquele dia çessassẽ dos acostumados trabalhos; o qual reçoebimẽto hordenaraõ desta guisa”.²⁹⁷

O rio Douro vestiu-se de gala para receber o jovem monarca. A prova disso é a presença de bandeiras, estandartes e ornamentos com ramos verdes em todas as embarcações que estariam estacionadas ao largo do rio: “Todalas naaos que erã no rio, muito çedo pola menhaã, [foram] apendoadas <e> de bamdeiras e de estamdartes, e postos muitos verdes ramos em certos loguares omde cada huũ emtemdia que lhe melhor podia parecer”.²⁹⁸ D. João I foi transportado num desses batéis, que para além de estar ornamentado com pendões à frente e atrás, nele seguiam excelentes remadores que vestiam camisas a condizer com o evento e alguns deles usavam um chapéu enfeitado com rosas; não faltavam, como era normal, os homens com trombetas: “hos bateéis delas amdavaõ todos emrramados, com trombetas e pemdoês davamte e de ree, fformidos de homeês que os bem remavaõ, deles em camisas com sombreiros de rosas, outros de livres de ramos e flores, segundo se cada hũ melhor correger podiaõ”.²⁹⁹ As gentes do velho burgo, numa azáfama sem precedentes, corriam para se vestir a rigor, com roupas novas ou as melhores de que dispunham, tudo em prol da ocasião, de modo a que não fossem censurados: “As gemtes da cidade, carecêtes de todo nojo, com novas e melhores vestiduras que cada huũ tinha, ferviaõ amdando per toda parte, triguamdose de se correger tam bem que naõ podesẽ ser prasmados”.³⁰⁰

4.2.1 - A indumentária medieval

Sem nos querermos afastar do assunto em questão, daremos de seguida um especial destaque ao vestuário da Idade Média. Para isso, devemos ter em conta dois aspectos que marcaram o modo de vestir por esta altura: primeiro, em tempo de D. Afonso IV, nas Cortes de Santarém, de 1340, das quais saiu a *Pragmática*³⁰¹; segundo, como era a moda daquela época e como se propagava pelo reino, assim como as influências e os nomes dos principais trajes usados por aquela altura.

²⁹⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

²⁹⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

²⁹⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

³⁰⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

³⁰¹ Conjunto de leis aprovadas e que se destinava a “refrear e tolher este dano” do excesso de despesas com alimentação e o vestuário. MARQUES, A.H. de Oliveira – “A Pragmática de 1340”. In *Ensaio de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 1980, p. 97.

Quanto ao primeiro aspeto, salienta-se os 27 artigos – 5 relativos à alimentação, 18 ao vestuário e os restantes a assuntos diversos³⁰² – que compõem a *Pragmática* e que teoricamente visavam, entre vários objetivos, um combate ao despesismo. Este conjunto de leis vinha ao encontro da preocupação do poder central com os gastos desmesurados da aristocracia portuguesa, e que colocavam em perigo a sua própria riqueza, deixando-a por isso numa situação ruínosa. E mais: há uma tentativa de aproximação da burguesia à nobreza pela rivalidade com a mesma, mormente nos símbolos da hierarquia e na exibição de riqueza. A nobreza já não retirava grandes mais-valias da terra e, como não podia obter rendimentos das atividades artesanais e comerciais, desejava, por isso, o retorno a um período de grande prosperidade como tinha acontecido por altura da Reconquista; mas tal nunca veio acontecer. Segundo o texto da *Pragmática*, uma das partes mais reveladoras é a classificação dos grupos sociais. Os artigos que compõem a *Pragmática* sobre o vestuário são mais claros na diferenciação das condições sociais; e assim teríamos: os ricos-homens, os fidalgos, os cidadãos, mas também cavaleiros, escudeiros e peões. Em outros artigos há ainda referências aos prelados que, sujeitos ao direito canónico, não eram abrangidos pela *Pragmática*.³⁰³ De forma muito sumária, e olhando o vestuário, analisemos os limites impostos pela *Pragmática* de 1340 de forma a evitar o despesismo. Os ricos-homens só podiam comprar três pares de panos (algo que, em linguagem atual seria mais ou menos correspondente a três fatos completos) por ano; os tecidos e os valores autorizados para a sua compra seriam 50 soldos de pano tinto (tecido tingido), 40 soldos de bifa (tecido de lã originário de Bruges, Flandres) e 40 soldos de brou (tecido de lã originário da Ypres, Flandres) e sempre por côvado (equivalente a 66 centímetros). Os cavaleiros só podiam comprar dois pares de pano por ano; os tecidos e os valores autorizados seriam 40 soldos de bifa e 40 soldos de brou, sendo que a primeira devia ser em pele matizada (usada sobretudo em guarnições e forros) e o segundo em pele não matizada. Os escudeiros só podiam comprar um par de panos por ano; os tecidos e os valores seriam 35 soldos de viado (tecido de lã listada com veios) e 30 soldos de outros panos, sendo que o primeiro poderia ser com “selas” douradas (marcas douradas) e os outros com “selas” não douradas. Finalmente os cidadãos: estes só podiam comprar um par de panos por ano pelo valor de 30 a 40 soldos. Nas infrações ao estipulado nas leis da *Pragmática*, todas as classes sociais estavam sujeitas a multas; como se pode notar, as diferenças sociais são colocadas em evidência. Os ricos-homens pagavam de multa 10,

³⁰² MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 99.

³⁰³ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 99.

20 ou 30 libras; os outros infratores 5, 10 ou 15 libras.³⁰⁴ Perante tal cenário, a prosperidade da burguesia portuguesa, nos meados do século XIV, é de tal forma que já chega a ombrear (e em certos casos a superar) com a velha nobreza do Reino; assim explica Oliveira Marques o desequilíbrio financeiro existente entre classes sociais.³⁰⁵ Esta lei assim estabelecida teve um efeito contraproducente. Pretendendo evitar os excessos dos nobres, só não evitava os dos burgueses, que tinham dinheiro de sobra para transgredir a Pragmática sem empobrecer.³⁰⁶ É com a lei da *Pragmática* que ainda vigorava, embora provavelmente não fosse aplicada, que vamos avançar até ao ano de 1385 e analisar as vestes dos portuenses.

No que toca ao segundo aspeto, devemos sublinhar que os portuenses eram amplamente reconhecidos pela sua atividade de mercadores e marinheiros. Já no século XIII a cidade havia ganho o estatuto de grande entreposto comercial, onde chegavam e de onde partiam as mais variadas mercadorias. Ora, perante esta circunstância, o contacto com mercadores estrangeiros que vinham à cidade negociar tornou-se numa constante pelos séculos seguintes; com isso, podemos afirmar que os meios de comunicação para as modas da indumentária poderiam ser por influência desses mesmos estrangeiros de elite, bem como pelas viagens dos mercadores do Porto por ricas cidades estrangeiras. E mais: como sabemos, no Porto não residiam nobres; no entanto, essa classe social podia permanecer até três dias na cidade, se devidamente autorizada pela Vereação. É possível que nos poucos momentos em que permaneciam na cidade, a maneira como esses nobres andavam vestidos servisse de modelo para a burguesia portuense. Como sublinha Oliveira Marques, a moda em Portugal era essencialmente de imitação. Copiaram-se, nos séculos XIII e XIV, os figurinos franceses da corte de S. Luís e sucessores. No século XIV, as modas inglesas e italianas contribuíram talvez com a sua cota-parte. As maneiras de vestir leonesa, castelhana e aragonesa marcaram, também, com o seu cunho, a moda portuguesa. Aliás, a grande maioria das rainhas de Portugal na época medieval era castelhana ou aragonesa; portanto, a importância que a sua presença e das suas comitivas teve na moda nunca será demasiado sublinhada.³⁰⁷ De forma muito breve, analisemos como o povo portuense se poderia ter vestido para receber na sua cidade o rei. Daremos apenas

³⁰⁴ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 100.

³⁰⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 100.

³⁰⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 100.

³⁰⁷ MARQUES, A.H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos da Vida Quotidiana*. 6ª Edição, Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 48.

destaque à burguesia e à arraia-miúda portuense, pois são elas que são descritas na crónica de Fernão Lopes.

O burguês portuense provavelmente estaria vestido com um *gibão* (correspondendo à nossa atual camisa), com cerca de 30 botões na frente e, geralmente, as mangas desse gibão eram compridas e justas e seriam abotoados no antebraço; o gibão era feito de um tecido sumptuoso de seda, e por vezes com bordados de ouro. Por cima do gibão, vestia-se a *saia* que por meados do século XIV descia até ao joelho; depois, foi encurtando cada vez mais até parar no cimo da coxa; só voltou a descer por volta do último quartel do século XV, chegando de novo à linha dos joelhos. As mangas da saia tiveram várias variantes: ou compridas, ou detendo-se pouco abaixo dos cotovelos, amplas em todo o comprimento ou vindo a estreitar-se até ao punho, simples ou com prolongamentos que chegavam a tocar o chão.³⁰⁸ O seu nome foi alvo de variações, nomeadamente em 1340 chamava-se a esse traje “saia”, um século mais tarde, na forma masculina, já era conhecido por “saio”. Contudo, outra variação apareceu nos textos da época; mas agora, como forma de galicismo e tinha o nome de *jaca* ou *jaque* (em francês). A *jaca* (correspondendo ao casaco ou mesmo ao colete dos nossos dias) ou a saia tinham um formato de túnica, eram ajustadas com um cinto ou cordão na cintura e podiam ser decoradas nos decotes ou punho com pele terminando numa saia. Para além disso, essa saia era talhada num tecido mais forte do que o gibão, em seda espessa ou em veludo, com forros e entretelas. Por cima da saia, vestia-se o *pelote*; este traje era usado por pessoas de todas as condições sociais. Usava-se bastante justo ao corpo com cintura baixa e ombros largos³⁰⁹ e podia ou não comportar mangas; no entanto estas por sua vez recebiam várias formas, não descendo abaixo do cotovelo. O *tabardo* ou *talabarte* era uma espécie de manto que descia até meio da perna, podia ou não ter mangas assim também como capuz, e era normalmente aberto dos lados de cima a baixo; comportava guarnições de peles e de cendal. As *calças* eram sempre feitas em tecidos de lã e ajustavam-se por completo às pernas (correspondiam às meias altas usadas pelas senhoras de hoje), vestiam-se em separado e prendiam-se primeiramente à cintura por meio de cordões, depois ao gibão através de agulhetas; quanto ao calçado, os famosos *sapatos de ponta* ou *pontilha* estiveram em voga por meados do século XIV, prolongando-se pelo menos até ao final do século XV; o seu tamanho podia atingir os 45 cm, e prendiam-se às pernas com ligas, ou então usavam-se soltos; o material deste calçado era composto por

³⁰⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 62.

³⁰⁹ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 63.

uma sola de madeira, para não estragar ou perder a forma, e na parte de cima desse sapato usava-se o cordovão, que era de couro de cabra maleável e não curtida; o vermelho e o preto eram as cores mais usuais por aquela altura, sendo que esses sapatos de ponta podiam ser decorados a ouro e prata; outro tipo de sapato que existiu por aqueles tempos foi a *gramaia*, que designava um tipo de sapato diferente da pontilha. Eram também usadas botas de couro de gamo ou de couro de cervo; neste caso, eram mais requintadas e mais dispendiosas. Na atividade laboral, usava-se sapatos de couro vacaril, portanto, mais resistentes às tarefas do dia-a-dia. Os nossos atuais chinelos de quarto por aquela altura tinham o nome de *servilhas*, uma espécie de sandálias ou sapatos em couro. Merecem também destaque as *peúgas*, conquanto só tenham aparecido no século XV. Eram colocadas sobre as calças quando as mesmas não cobriam os pés, ou simplesmente para os aquecer.³¹⁰ As coberturas para a cabeça (o que nós hoje chamamos, chapéu) tinham o nome de *coifa*; esta foi usada durante o século XIV, tendo continuado pelo século XV. Outro tipo de chapéu andava em voga por meados da centúria de trezentos, de nome *capeirão* ou *capeirote*; este chapéu seria uma espécie de capuz de ponta comprida, que apenas deixava a descoberto a face; para baixo, o capeirão prolongava-se numa pequena capa que chegava às costas. Segundo nos informa Oliveira Marques, a evolução do capeirote constitui um dos mais fantásticos casos da moda medieval.³¹¹ Com o passar do tempo o comprimento da tal ponta do capeirote tornou-se incómodo, e começou a ser hábito enrolá-la, quer em torno da cabeça quer em redor do queixo; o famoso capeirote do infante D. Henrique é prova desta evolução. Finalmente, a única peça de roupa íntima (correspondia ao que hoje se denomina por cueca) que se usava, seria a *braguilha* ou *fraldilha*, feita sempre em tecido muito fino de lã.

O traje da arraia-miúda era muito menos complicado e não estava sujeito aos caprichos da moda. Curiosamente, existem poucas diferenças dos trajes do século XIII para XV. Na cabeça, uma touca ou coifa, às vezes um sombreiro de abas largas para resguardar do sol. Como vestes, uma saia até ao joelho, pelote, calças e botas ou socos. Em tempo frio, ou para se resguardarem da chuva, usavam um manto com capuz; este manto podia ser substituído por um tabardo com capeirote. Os tecidos que lhes era lícito comprar para a confecção destes trajes não deviam valer mais que 30 soldos o côvado, quase metade do preço da fazenda permitida à nobreza. A criadagem não podia vestir mais do que saias, pelotes e capas ou ceromes (capa estilo mourisco), claro que tudo de

³¹⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 67.

³¹¹ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 68.

baixa valia. Peles e outros adornos dourados ou prateados estavam completamente proibidos.

No que diz respeito às senhoras da burguesia, tínhamos os seguintes trajes: a camisa ou a alcândora, que tinha um grande decote à frente e mangas pouco justas, feita geralmente em linho. O *tassel* era uma faixa de tecido, normalmente de cor preta, usada por baixo da camisa e também para diminuir a profundidade da mesma. Por baixo da camisa e do *tassel*, usavam por vezes paninhos bem justos com a finalidade de sustentar os seios, chegando ao ponto de colocar pequenos sacos para lhes arredondar as formas. Vestiam também *calças* de pano ou de malha, do tipo das calças masculinas, que prendiam com ligas por baixo do joelho. O vestido que era usado por cima da camisa tinha o nome de *cota* e veio substituir a saia, embora não houvesse grande diferença entre uma e outra; e era talhado em fazenda, veludo ou mesmo seda. Possuía em geral mangas estreitas e compridas e costumava ser aberto nas costas até abaixo da cintura. Como variante da cota, também denominado *corset*, era composto por mangas mais curtas, deixando aparecer as mangas da camisa, e era aberto à frente ou dos lados, prendendo-se por meio de atilhos. Por cima da cota, o pelote foi usado desde os finais do século XIII também pelas senhoras; seria então um vestido muito comprido, em geral com cauda que as damas tinham de levantar quando andavam; podia ser aberto, sem mangas e com enormes cavas que se prolongavam até abaixo das ancas e deixavam ver a saia. Já pelos meados do século XIV as damas usavam o *redondel*. Mas o traje feminino que mais se usou por esta centúria foi a *opa* (em português), também conhecido como *surcot*, *houppelande* e *robe* (em francês); veio substituir o então usado pelote; em princípio seria aberto, sem mangas, deixando ver a parte superior da saia ou da cota. Com a vinda da opa, esta passou a ser fechada, ganhando mangas estreitas ou largas, cobriu por completo a veste de dentro, às vezes visível apenas pela parte inferior das mangas ou através de fendas na saia; podia ser abotoada dos lados à altura das cavas. As senhoras também usavam diversos tipos de capas e mantos com que saíam à rua em tempo de frio ou em atos de cerimónia. Destaca-se os *guardacós* e o *guardaventre*, normalmente feitos em seda ou veludo ornamentados com fios de ouro ou prata e com relevo. A cobrir o pescoço por vezes usavam *teadas* ou *gargantilhas*, véus quase transparentes para disfarçar o decote da camisa e as aberturas da cota e opa.³¹² Os sapatos femininos obedeciam ao formato masculino: bicudos e modelavam o pé. Podiam ser atados por meio de laços ou

³¹² MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 77.

fechados com botões; por vezes seriam de cor diferente em cada pé. A sua roupa interior era a *fraldilha*, semelhante à dos homens. Finalmente a cobertura da cabeça ou chapéus: as senhoras chegaram a usar o capeirote, no entanto, a coifa e touca (*crespina*, touca de pano) foram os mais utilizados pela centúria de trezentos; usavam-nos com ou sem fitas, bem agarradas à cabeça; a sua forma era muitas vezes ondulada ou plissada, de forma circular, que se colocava sobre um lenço ou véu passado sob o queixo.³¹³ Como as senhoras usavam cabelos reunidos em tranças, de um lado e do outro, o primeiro passo seria cobrir a coifa com um segundo toucado que exagerava as formas, de maneira que o chapéu colocado por cima ficasse assim com dois enormes altos que lhe davam uma aparência peculiar; ora, as elevações conseguiam-se através de chumaços de algodão. O tecido destes chapéus era em pano. Pelos finais do século XIV surgem as *coiffures à cornes*, que seriam chapéus normalmente em seda que cobriam todo o cabelo; era colocado um véu sobre a cabeça que formava uma espécie de cobertura; os cabelos eram divididos ao meio e enrolados nas laterais e seriam escondidos por uma rede que tinha uma estrutura de arame, adquirindo uma forma cilíndrica ou esférica e, sobre essa estrutura, prendia-se o véu. O exemplo mais interessante para se analisar este tipo de chapéu é o retrato da única filha de D. João I com D. Filipa de Lencastre, Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha.

No que diz respeito aos trajes da mulher do povo, lembramos que eram bem mais simples. As camponesas usavam sempre tecidos lisos, de lã de fraca qualidade, fustão ou bragal. Sobre uma camisa de linho grosseiro vestiam uma cota ou saia de mangas compridas e uma opa, normalmente sem mangas e mais curta. Usavam aventais e colocavam na cabeça coifas, capuzes e sombreiros; portanto, como vimos, os trajes eram naturalmente bem mais modestos que os das classes sociais mais elevadas.³¹⁴

³¹³ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 74.

³¹⁴ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 80-81.

4.2.2 - Lavar as ruas e vielas com ramos e flores

Eram algumas destas as indumentárias que D. João I iria, provavelmente, encontrar nos portuenses; claro que, e como é natural, haveria mais elementos do povo do que da burguesia. Mas nem só os portuenses vestiram as suas melhores roupas para receber o jovem monarca. A cidade transformou-se num autêntico jardim, com as ruas cobertas de flores e ervas de bons cheiros: “As ruas por onde ele avia de hir ata os paços homde avia de pousar, heraõ estradas de ramos e flores e ervas de boõs cheiros, de guisa que do chaõ não parecia nenhũa cousa”.³¹⁵ Tal como afirma Jacques Le Goff, a cidade medieval é toda ela penetrada pelo campo. Os habitantes levam aí uma vida semi-rural no interior de muralhas que albergam vinhas, hortas e até prados e campos cultivados, gado e estrume.³¹⁶ O Porto não fugia à regra. Perante tal cenário, era natural que a cidade na sua vida diária tivesse um odor nauseabundo para os tempos atuais; contudo, os habitantes estavam perfeitamente habituados a esse tipo de aromas. Com a chegada do rei à cidade, havia que transformar o odor diário numa fragância mais agradável; enfim, perfumar a cidade.

Convém salientar que a preocupação com o estado sanitário das cidades era uma constante nesta época; os reis só faziam as suas entradas depois de se assegurarem que nelas não havia peste.³¹⁷ Para isso, nada melhor do que cobrir as ruas estreitas e lamacentas por onde supostamente o rei passaria com ervas aromáticas e flores da época. Fernão Lopes dá-nos conta da existência de ramos de louro nas portas das casas dos portuenses: “As portas das casas destas ruas heraõ todas abertas, emramadas de louro e doutros frescos ramos”.³¹⁸ Realmente a fragância do louro é intensa e servia para aromatizar as ruas. Mas só o louro não seria suficiente para dar um aroma de qualidade à cidade; outras ervas aromáticas foram possivelmente usadas, tais como o rosmaninho, a hortelã, o tomilho, a lavanda, o aipo ou a camomila. O mesmo cronista informa-nos de que as flores (sem referir quais) fizeram parte do tapete por onde passaria o monarca português: “(...) heraõ estradas de ramos e flores(...)”.³¹⁹ Podemos deduzir que essas flores só podiam ser campestres, pois, ao que se sabe, por essa altura não havia estufas

³¹⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

³¹⁶ LE GOFF, Jacques – *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol II. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.51.

³¹⁷ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 23.

³¹⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

³¹⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

para conservar flores de outras estações do ano. E assim, muito provavelmente teríamos: amores-perfeitos, margaridas ou malmequeres, violetas, cravos, rosas, miosótis, lírios, gladiolos e papoilas. Este pequeno rol de ervas aromáticas e flores estaria em consonância com a época do ano (Primavera), e todas elas seriam cultivadas na região noroeste da Península Ibérica.³²⁰

Nem só de flores e ervas aromáticas o Porto se cobriu para receber o monarca; o chão da cidade estava também coberto por mantas de tecido de forma dar um colorido especial às ruas da cidade e esconder assim o aspeto lamacento existente nas ruas: “(...)outros teçidos taõ espeçamente que não leixavaõ loguar que todo não fosse cuberto; e esto podiaõ bem fazer naquele tempo, que era ho mes de Maio [Abril]³²¹(...)”.³²² E mais: ao que parece os moradores da cidade entraram numa competição saudável que consistia em colocar os melhores cheiros (plantas aromáticas) nas suas portas só para o rei sentir que o ar fosse o mais saudável possível: “(...)e forçavase cada huï de vemçer seu vizinho per corigimento do portal e sobrado, fazemdo e poêdo as portas defumaduras de tantos nobres cheiros que bem podiao afojemtar qualquêr maoo ar que fosse corruto”.³²³ Os moradores chegavam mesmo a estender os seus melhores panos, possivelmente de linho, mantas e outras peças de roupa de maneira que as ruas ficassem mais bonitas. No entanto, devido ao exagero de panos e mantas colocados na rua, a cidade tinha ao seu serviço pessoas que estariam encarregues de controlar tal situação; para além de esta prática ser proibida na cidade, iria perturbar a passagem do monarca pelas ruas do Porto, já de si estreitas: “amdavaõ çertos homeês que desto tinhaõ especial carrego, fazemdo afastar e correger toda cousa sobeja ou minguoada que trovar podese sua boa ordennamça”.³²⁴ Nas janelas do velho burgo portuense encontravam-se todo tipo de senhoras – “fermosas donas, e molheres doutra comdição”, todas com “graõ desejo e amor” de ver o rei a passar. Em lugares estratégicos da cidade havia grupos de mulheres que cantavam em louvor ao rei “e outras musicas acustumadas”, enquanto os homens faziam jogos de equilibrimo que impressionariam o monarca. Ana Maria Alves sublinha que esta alegria medieval, por mais sincera e espontânea que tenha sido, não pode fazer-

³²⁰ McDONALD, Elvin – *Enciclopédia Prática de Anuais, Vivazes, Bolbos, Árvores & Arbustos*. Londres: Quantum Publishing, 1995, p.25-122.

³²¹ Fernão Lopes engana-se ao dizer que o mês da primeira vinda de D. João I ao Porto foi Maio, quando na realidade foi Abril, como podemos verificar na documentação da *Chancelaria D. João I*, Livro 1, fol. 103.

³²² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19.

³²³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 19-20.

³²⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 20.

nos esquecer que por detrás dela existia uma organização municipal coerciva, complexa e cara.³²⁵ Organização essa que pôde contar com os cidadãos do Porto, fossem eles novos ou velhos, ricos ou pobres, porque nesse dia não havia distinção de idade nem social; o mais importante era mostrar ao rei que a cidade estava com ele e para ele: “A mestreiraes e muita gemte outra heraõ emcomemdasas damças e jogos doutras maneiras, em que amdavaõ velhos e maõcebos, todos com leda vomtade”.³²⁶

4.2.3 - Da Porta Nova até ao Paço do Bispo: o itinerário régio

Entretanto junto à Porta Nobre ou Nova esperavam pela chegada do rei muitos cidadãos. O povo começava a apinhar-se junto à Porta onde o rei havia de passar e esperavam-no com a “syna”³²⁷ ou “signa”³²⁸ (insígnia da cidade); outros elementos faziam parte da comitiva que acompanharia o rei até ao Paço Episcopal. O bispo do Porto, D. João, com o seu traje “ricamente em pomtificial vestido”, aguardava a chegada do batel que traria o rei. Os primeiros elementos da comitiva real chegaram à margem Norte do rio Douro – os que iam verificar se a cidade estava livre de doenças para o rei entrar à vontade. O transporte do rei “hera gramde e fermoso batel, rricamente coregido e toldado, em que el Rey avia de passar”.³²⁹ Além do mais, assim que se aproximou da margem, “os bateis que amdavaõ salcamdo pelo rio foraõ loguo ali muito prestes cõ grandes apupos e tanger de trombetas, mostramdo gramde lediçe”.³³⁰ Pouco tempo depois chega, finalmente, o rei ao Porto, acompanhado de “ffidalguos e das outras gemtes”. O monarca saiu do batel por uma prancha larga na praia de Miragaia, onde foi ‘engolido’ pela multidão que lhe queria beijar a mão: “E a porta de Mireiguaia [Porta Nova ou Nobre], homde ho estavaõ atendendo, como dizemos, sayo el Rey em terra [praia de Miragaia] por huã larga e espaçosa pramcha, homde ho beijar da maõ e mantenhavos Deus, Senhor, era tanto que naõ podiaõ aver vez de comprir suas vomtades”.³³¹ Após a confusão generalizada da cerimónia do beija-mão, um cidadão foi nomeado para entregar as chaves da cidade a D. João I. Com esta atitude, era selado um compromisso eterno entre a cidade

³²⁵ ALVES, Ana Maria, s/d, p. 12.

³²⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 20.

³²⁷ Transcrição usada por Artur de Magalhães Basto na *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, p. 21.

³²⁸ Transcrição usada por William J. Entwistle na *Crónica del Rei Dom Joham I*, 1977, Parte Segunda, Cap. IX, p. 19.

³²⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 20.

³³⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 20.

³³¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 20-21.

e o rei; como um matrimónio: “o rei é o noivo, a cidade visitada oferece-se como noiva, entrega-lhe as chaves (a insígnia). Neste caso, até a fórmula que, muito mais tarde, seria consagrada no casamento religiosos – “Até que a morte nos separe!” – aparece quase tal e qual nas palavras do cidadão do Porto: defenderemos o rei com os nossos corpos, os nossos bens, e no limite daremos a vida por ele!”.³³² Fernão Lopes escreve as palavras que foram proferidas pelo cidadão ao rei: “Señor. Tomay esta sygna em vossas mãos e per ela nos poemos em voso poder e vos fazemos preito [e menagem] de vos servir com os corpos e averes, ata despender as vidas por homrra do Reino e vosso serviço”.³³³ Por tudo o que já foi referido neste trabalho, o Porto não tinha de provar a sua lealdade ao monarca; e o rei sabia disso: “El Rey, emquoamto ele esto disse teve as mãos na haste dela dizendo que assy era elle prestes pera despender a vida e o corpo per homrra do Reino e defemssaõ deles, e que os avia por boõs e leãis, e lhe faria muitas mercees quoamdo lhe per eles requeridas fosem”.³³⁴ Após este pequeno discurso do rei a festa de boas vindas oficialmente começou; grupos de danças começaram a atuar, os jogos iniciaram-se e os populares bradaram em alta voz: “Viva el Rey dom João. Viva”. O rei seguia lentamente pela cidade, pelo trajeto já mencionado, pois era tanta gente nas ruas só para o ver que não era possível ir mais depressa: “El Rey hia muyto passo pela çidade, que não podia doutra guisa porque a gente hera tanta per totalas ruas pelo ver que parecia que se queriaõ affoguar”.³³⁵ As referidas senhoras que estavam nas janelas, aquelas que enviavam para a rua mantas e panos, “falavaõ altamente que ho mantivesse Deus muitos annos e boõs e que muita fosse sua vida e boa e outras taeãs rezoeës”.³³⁶ E assim em enorme festa foi levado o rei até ao Paço Episcopal onde havia de repousar; o mesmo povo que festivamente acompanhou o rei até ao local do seu repouso regressou às suas casas, a festejar: “E assy foy [el Rey] levado com esto prazer e lediçee aos paços omde avia de pousar, e as jemtes se tornaraõ festejamdo cada huõs, pera suas casas”.³³⁷

³³² MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel, 2010, p.26.

³³³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

³³⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

³³⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

³³⁶ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

³³⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. VIII, p. 21.

5 - Das bênções ao casamento; dos preparativos às festas

“Nan embargando que os dias fosem breves pera ordenar de fazer tamanha festa(...)”.³³⁸ Foi assim que Fernão Lopes descreveu o estado de espírito do povo portuense que aguardava com ansiedade a enorme festa que aí vinha. Nesta parte do nosso trabalho iremos descrever com atenção a festa que houve no Porto no dia 14 de fevereiro de 1387, a propósito da boda de casamento dos monarcas. Para além das festas que animaram o Porto, daremos conta também, através de uma breve descrição, de como era o aspeto arquitetónico da Paço Episcopal medieval (hoje desaparecido), assim como da igreja onde casaram os monarcas, a Sé do Porto. Iremos abordar a cultura gastronómica em tempos medievais, para nos aproximar o mais possível da realidade da época a fim de saber o que foi servido no banquete real no Paço do Bispo, logo após a realização do casamento dos monarcas. Enfim, tudo que acharmos pertinente para uma melhor contextualização do tema em questão.

No dia 2 de fevereiro de 1387 os noivos recebem as bênções matrimoniais numa cerimónia isenta de festa. Foi tudo muito rápido. D. João I, estando em Guimarães a fazer os preparativos para juntar a sua força militar à dos ingleses, a fim de reclamar o trono castelhano para John of Gaunt, foi subitamente chamado ao Porto para casar com D. Filipa. Ninguém estava preparado, a começar pelo próprio rei; esta situação já foi explicada atrás. Concentremo-nos, por agora, no período que antecedeu a boda. Entre as bênções matrimoniais e a boda só decorreram 12 dias. Dias esses que seriam de trabalho árduo, numa articulação entre os homens de confiança do rei e os vereadores da Câmara: “ (...) emcomendou ell Rey a certos de sua casa e aos ofiçiaes da cidade, emcarguo que cada hũ desto tevese”.³³⁹ Assim, as tarefas estavam devidamente estabelecidas e bem planeadas: “ (...) e com graõ deligemçia e sentido tinhaõ todos em cuidado do que lhe ell Rey emcomendaraa hũs fazer”.³⁴⁰ Todo este empreendimento obrigava a uma logística organizacional sem precedentes, desde a criação de novas praças, até limpar e dispor as ruas para uma melhor afluência do povo portuense e não só; o carácter lúdico não foi, como é evidente, esquecido, especialmente danças, jogos e as matinadas: “ (...) ell Rey emcomendaraa, hũs fazer praças e desempachar as ruas por huu aviaõ damdar as

³³⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³³⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁴⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

gemtes, e outros de fazer jogos e trebelhos e matinadas de noute”.³⁴¹ A tradição diz que “a pressa é inimiga da perfeição”; no entanto, ao que parece e apesar da rapidez, tudo correu conforme planeado. A prova disso foi a magnífica “praça” erigida em frente ao Convento de S. Domingos, na Rua do Souto, para a realização de justas e outros torneios: “E fizeraõ muy a pressa huña graõ praça amte Saõ Domingos da Rua do Souto, que eraõ emtão tudo ortas, huu justavaõ e torneavaõ gramdes fydalguos e cavaleiros que o bem sabião fazer e outra gemte naõ”.³⁴² Em suma, toda a cidade estava a ser transfigurada em prol deste evento; Fernão Lopes não deixou escapar tal azáfama: “Asy que toda a cidade hera acupada em desvairados cuidados desta festa”.³⁴³

Por falar em justas e torneios, abrimos uns parêntesis justificativo relativo aos dois termos. Tais eventos foram realizados após o casamento e como forma de homenagem aos monarcas. Para que não haja dúvidas quanto às diferenças entre “justa” e “torneio”, termos usados por Fernão Lopes na sua crónica, salienta-se que estes substantivos são bem distintos. Sem entrar em grandes aprofundamentos, o primeiro termo, a justa, enquadrava-se nos jogos e exercícios militares; e resumia-se a um combate simples entre dois cavaleiros armados de espada ou de lança.³⁴⁴ Esses combatentes, ostentando as suas armaduras e os seus cavalos com selas, arreios e estribos de extrema qualidade, podiam justar individualmente ou pertencer a uma determinada equipa. Quanto ao segundo termo, torneio, era usado para descrever um conjunto de eventos (justas individuais ou coletivas, canas, bafordo, tavolado, corredilhas, péla, lutas de corpo a corpo, etc.) que iriam decorrer num determinado local.³⁴⁵

³⁴¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁴² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁴³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁴⁴ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 229.

³⁴⁵ Oliveira Marques defende que os dois termos mencionados andavam de “braço dado” nos textos medievais portugueses e, ao que parece, seria difícil distinguir conceitos diferentes. E adianta que “em princípio, a justa travava-se apenas entre duas pessoas, enquanto o torneio assumia foros de contenda múltipla”. No entanto, Oliveira Marques contradiz-se ao invocar um caso de uma justa coletiva passado no ano de 1414 “nas festas oferecidas pelo infante D. Henrique em Viseu, «foram as justas mui grandes, nas quais justou o infante D. Duarte e aqueles gentis-homens que com ele vieram, e da outra parte justaram os infantes e os mais daqueles fidalgos e gentis-homens que eram com eles...»”, MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 229. No nosso entender, a opção que tomámos em separar os dois termos parece-nos mais lógica, porque uma coisa é um jogo específico – justa –, outra coisa é um conjunto de jogos realizados num torneio, sejam eles individuais ou coletivos. Para reforçar a nossa ideia, João Gouveia Monteiro explica que um torneio tratava-se “de um combate entre duas equipas, normalmente com alguma afinidade de recrutamento nacional/regional”; quanto às justas, consistia “num duelo a cavalo entre dois nobres munidos de uma lança”, MONTEIRO, João Gouveia, – “Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”. In *Actas do V Colóquio ‘Do Infante e Tordesilhas’ e Dia da História Militar*, Lisboa, 1994, p. 297-306.

As justas realizadas nesses torneios eram os divertimentos mais populares da aristocracia e eram concretizados, normalmente, num espaço de terra bastante amplo (terreiro, teia, liça) delimitado por vedações, munido de palanques e tribunas, semelhante a uma arena, onde tomavam assento os espectadores, entre os quais numerosas damas.³⁴⁶ No entanto, nos princípios da Idade Média esses espaços de terra, ou melhor, os terreiros/liças, tinham o formato circular a exemplo dos circos romanos; com o passar do tempo, a natural evolução das coisas tornou-os quadrados, “formando-os de grossas traves de madeira, a que chamavam *teia*. Esta era de ordinário coberta de ricos panos de côres do mantenedor, tendo bordadas, ou estampadas por muitas partes as suas armas e empresa”.³⁴⁷ Havia casos em que estas justas e outros torneios eram realizados em plena via pública. A título de exemplo, em 1450, por altura do casamento de D. Leonor, irmã de Afonso V, o próprio rei desafiou os cavaleiros para justas reais na Rua Nova, ou seja, na principal artéria de Lisboa.³⁴⁸ No caso do Porto, estas justas, assim como todo o rol de eventos, foram realizados ao lado de uma via pública; Fernão Lopes informa-nos que, o local onde foi ‘montada’ a praça seria um terreno onde “eraõ emtão tudo ortas”; contudo, ao lado desse espaço corria a Rua do Souto, que era das mais antigas e certamente a mais longa artéria do velho burgo portuense. Tal como hoje, principiava na Banharia, atravessava o rio de Vila, e continuava por junto do Hospital de Rocamador pela Caldeiraria acima, até à Praça do Olival, na Cordoaria.³⁴⁹

Tudo estava pronto para o grande dia; ao que parece, nada falhou. O rei deixou o Convento de S. Francisco – onde estanciava desde o dia 2, como era seu hábito³⁵⁰ – no dia 13, quarta-feira, para passar a noite no Paço Episcopal: “E todo prestes pera aquell dia, partiose ell Rey a quoarta feira domde pousava, e foise aos Paços do Bispo, omde estava a Ifamta”.³⁵¹ No dia seguinte, quinta-feira, dia do 14 de fevereiro de 1387, “el rey fez voda com sua molher na cidade do Porto”. Estava oficialmente decretado: a festa começara. As gentes da cidade, tal como acontecera dois anos antes, vestiram-se de gala para o acontecimento; desta vez, ao invés de se deslocarem até à Porta Nova para receberem o rei, rumaram em direção às imediações do Paço Episcopal e da Catedral do Porto para verem os monarcas a fazerem o curto trajeto que separava o Paço da Sé. A

³⁴⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 229-230.

³⁴⁷ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 182.

³⁴⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 230.

³⁴⁹ FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1999, p. 324-325.

³⁵⁰ MORENO, Humberto Baquero, 1988, p.31.

³⁵¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

festa repartiu-se pela cidade inteira com músicas, danças, cantares e jogos. Tudo serviu para enriquecer a grandiosa festa que, para além de ter sido previamente planeada, seria mais um motivo de orgulho para as gentes portuenses: “E a quimta feira foraõ as gemtes da çidade juntas em desvairados bamdos de jogos e damças per todallas partes e praças, com muitos trebelhos e prazeres que fazião”.³⁵² Era de algum modo a repetição da festa de 1385: flores e ervas aromáticas preenchiam as ruas do velho burgo portuense: “Aas principaes ruas per huu esta festa avia de ser todas heraõ semeadas de desvairadas verduras e cheiros”.³⁵³ Finalmente chega o momento que todos ansiavam: os monarcas surgem do Paço Episcopal. D. João I vinha num cavalo branco, com panos de ouro, e D. Filipa, do mesmo modo belamente ornada, ostentando ambos ricas coroas de ouro, cravejadas de pedras e aljôfares.³⁵⁴ Eis a descrição de Fernão Lopes sobre este momento tão importante para a cidade e para os olhos do povo portuense: “E ell Rey sayo daqueles paços em çima de huũ cavalo bramquo, em panos douro reallmente vestido; e a Rainha [em] outro tall, muy nobremente guoarnida. Levavaõ nas cabeças coroas ricamente obradas de pedras dalljofare de grãde preço, não imdo arredados huũ do outro, mas ambos a iguoall”.³⁵⁵ Chamou-nos a atenção o facto de o cavalo ser branco; segundo Pedro de Sousa Macedo, a opção baseava-se no simbolismo que essa cor transmitia, ou seja, domínio ou poder. Por isso nas festividades públicas os reis montavam normalmente cavalos desta cor.³⁵⁶ Eram naturalmente nobres aqueles que levavam as rédeas dos cavalos: “hos moços dos cavalos levavaõ aas mais honrradas pesoas que hy heraõ e todos a pee muy bem coregidos”.³⁵⁷ A acompanhar a rainha ia o Arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, que conduzia o seu cavalo branco pela rédea: “E ho Arçebispo levava a Rainha da rédea”.³⁵⁸ À frente da comitiva não podiam faltar os homens da música: flautas, trombetas e outros instrumentos típicos da época e que alegravam o ambiente que era de pura festa: “Diamte hiaõ pipas e trombetas e doutros estormemtos que se não podiaõ ouvyr”.³⁵⁹ Salienta-se que Fernão Lopes dá destaque às senhoras casadas, nobres e burguesas, como era costume naquele tempo, que iam a cantar em coro atrás dos noivos: “Donas filhas dalguo e isso mesmo da cidade cantavaõ imdo detrás, como he custume de

³⁵² *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁵³ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁵⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz, 2008, p.130.

³⁵⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁵⁶ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 183.

³⁵⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁵⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁵⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

vodas”.³⁶⁰ As pobres solteiras ficavam no vão das janelas a olhar e a invejar com olhos d’alma por não poderem concorrer para a solenidade, mas esperançosas de um dia serem as protagonistas.³⁶¹ De seguida vinham os menestréis, que incluía trovadores, jograis, foliões, comediantes e todos aqueles que formavam os teatros e que nas solenidades régias tinham o seu lugar obrigatório. Mouros e judeus marcaram a sua presença: os primeiros solenizavam o momento com as suas danças mouriscas; os segundos, com o seu livro sagrado, *tora*, seguiam o cortejo rezando.³⁶² Curiosamente, os judeus sempre acompanharam os cortejos reais, assim como outros eventos na sociedade medieval e moderna até serem expulsos ou forçados à conversão por D. Manuel. Seguiam-se os porteiros com as suas insígnias de prata, os mensageiros (arautos), escudeiros, cavaleiros, alcaides-mores e senhores da terra. Também marcaram presença Pero Lourenço de Távora, reposteiro-mor; Martim Vasques da Cunha, alferes-mor; Fernão Álvares de Almeida, vedor e amigo pessoal do rei; João Gil e Martim da Maia, vedores da fazenda; finalmente, D. Nuno Álvares Pereira, condestável do reino. Após esta breve lista de oficiais-mores portugueses, analisemos quem compareceu da parte de D. Filipa. Como já sabemos, os pais de D. Filipa não estiveram presentes no dia da bênção nem no dia da boda; no entanto, compareceram bastantes ingleses que “dos arraiaes aliados tinham vindo para ver passar o cortejo”.³⁶³ Portanto, vieram inúmeros cavaleiros e senhores da corte inglesa: entre eles, o Almirante e homem de confiança do pai de D. Filipa, Sir Thomas Percy; o Marechal Richard Burley; Sir Thomas d’Aubrecicourt; Sir John Holland, cunhado e condestável; sua irmã, Elizabeth; e um grande número de donzelas. Os últimos do cortejo seriam os clérigos: D. Juan Gutiérrez, arcebispo de Compostela; D. João, bispo do Porto, D. Lourenço Vicente, arcebispo de Braga.³⁶⁴

As pessoas eram tantas naquele local já de si estreito que, provavelmente, tornaram difícil o curto trajeto dos monarcas desde os Paços à Igreja: “A jemte hera tanta que se ñõ podiaõ reger nem ordenar, por ho espaço que era pequeno dos paços a igreja”.³⁶⁵ Finalmente, os monarcas chegaram à porta da Sé do Porto, onde já se encontrava o bispo D. Rodrigo,³⁶⁶ devidamente vestido para a cerimónia protocolar na

³⁶⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁶¹ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 184.

³⁶² CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 185.

³⁶³ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 184.

³⁶⁴ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 185-186.

³⁶⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223.

³⁶⁶ D. Rodrigo, que era bispo da Ciudad Rodrigo (Castela), para além de ser partidário de D. João I andava pelo reino português, pelo facto de ser apoiante do papa de Roma, ao contrário de Castela, que apoiava o papa de Avignon – questões do Grande Cisma do Ocidente (1378-1417).

companhia de todos os membros da clerezia destacados para o evento: “E asy cheguaõ a porta da See, que era dally muy perto, homde dom Rodrigo, bispo da çidade [?], jaa estava festivallmente em pomtificall revestido, esperamdo cõ a clerezia”.³⁶⁷ Uma vez chegados à Sé, foram conduzidos para dentro da mesma sob um pálio devidamente ornamentado com as fronte de coroas de aljôfar e pedraria, e em reais mantos roçagantes de brocado de ouro; os vereadores e principais da cidade, que usavam vestimentas próprias para aquela ocasião (nas palavras de Pedro de Sousa Macedo “talares garnachas negras”³⁶⁸) eram os responsáveis pelo transporte desse pálio. Como era habitual no ritual das bodas, os monarcas eram seguidos pelas referidas senhoras casadas que cantavam em coro, enquanto a marcha nupcial seguia o seu rumo até ao altar-mor. D. Rodrigo tomou-os então pelas mãos, ante o altar-mor, e por palavras de presente ratificou o matrimónio que tinha sido realizado por procuração em 11 de novembro de 1386. D. Rodrigo celebrava assim a *Missa Nuptialis*: “e acabado seu ofiço, tornaraõ ell Rey e a Rainha aos paços domde partirão, cõ semelhante festa, huu aviaõ de comer”.³⁶⁹ Estavam oficialmente casados o antigo mestre da Ordem da Avis e D. Filipa de Lencastre.

“As mesas estavaõ já muito guoarnidas e todo o que lhe compria; naõ soomente homde os noyvos aviaõ destar mas aquellas huu era ordenado de comerem bispos e outras homrradas pessoas de fidalguos e burgueses do luguar e donas e domzelas do paço e da çidade”.³⁷⁰ É desta maneira que Fernão Lopes nos informa da disposição protocolar referente ao banquete realizado na grande sala do paço episcopal, após o termo da *Missa Nuptialis* efetuada na Sé do Porto. O condestável exerceu o cargo de mestre-sala da boda real, porque o seu amplo espírito abarcava tudo na corte de D. João I. Pelas mãos do próprio D. Nuno Álvares Pereira e dos mais autorizados senhores e cavaleiros do reino foram as iguarias trazidas às mesas com o longo cerimoniaal então usado.³⁷¹

³⁶⁷ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 223-224.

³⁶⁸ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 184.

³⁶⁹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

³⁷⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

³⁷¹ CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 190.

5.1 - Alimentação medieval

5.1.1 - Produção, criação e degustação

Será legítimo questionarmo-nos sobre que tipo de iguarias foram servidas nesse banquete, mas é difícil, embora não impossível de responder. Abrimos neste ponto uma janela para a cultura gastronómica na Idade Média, com intuito de tentarmos aproximar, tanto quanto possível, que tipos de alimentos foram servidos nas bodas reais. Para esta temática, socorremo-nos dos estudos levados a cabo por Iria Gonçalves³⁷², Margarida Reffóios³⁷³, Oliveira Marques e Maria José Azevedo Santos³⁷⁴, cujo objeto de estudo incide, sobretudo, na prática alimentar medievá, a saber: produtos alimentares existentes em Portugal, o que se comia e o que se bebia, horários alimentares, etc. Devemos salientar que as fontes informativas sobre alimentação na Idade Média são poucas, especialmente no que concerne aos alimentos consumidos. As crónicas ou outros textos narrativos fornecem o pitoresco de forma e não o rigor do conteúdo. No entanto, como explica Oliveira Marques, alguns textos legislativos auxiliam o historiador.³⁷⁵ Porém, para chegarmos a um porto seguro, devemos aproveitar o máximo dessas fontes, para assim reconstruirmos a informação necessária. Daremos uma breve ideia sobre os produtos alimentares que eram produzidos e consumidos em Portugal na época medieval.³⁷⁶

Embora houvesse um grande volume de trocas internacionais de produtos alimentares, cada região do reino esforçava-se por produzir o máximo de tudo o que era necessário para a subsistência da população.³⁷⁷ No que diz respeito aos produtos agrícolas, cultivava-se um pouco tudo por todo o reino, a começar pelos cereais, semeados de norte a sul. O trigo era semeado na região Sul do país, aliás como na maioria das terras

³⁷² GONÇALVES, Iria – A Alimentação. In MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) - *História da Vida Privada em Portugal. Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 226-259.

³⁷³ REFFÓIOS, Margarida – *Saber e Sabores Medievais. Aspectos da cultura alimentar europeia*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2010.

³⁷⁴ SANTOS, Maria José Azevedo – Visão História: À mesa. Cinco mil anos através da alimentação. *Idade Média*, nº 28, abril 2015, p. 38-51.

³⁷⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 27.

³⁷⁶ As fontes e outros textos literários que podemos consultar são variados. Dentro das mais relevantes e sem entrar em grandes detalhes temos, por exemplo, Fernão Lopes, nas suas crónicas: D. Pedro I, D. Fernando e D. João I; Garcia de Resende na sua crónica de D. João II; Ordenações Afonsinas; Dissertações Chronológicas e Críticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal; Leal Conselheiro de D. Duarte; Livro da Montaria de D. João I; Provas da História Geneológica da Casa Real Portuguesa. No entanto, e apesar da parca informação sobre esta matéria, torna-se fundamental o contributo que as fontes iconográficas e arqueológicas nos legam para podermos interpretar de uma forma mais ou menos concisa os hábitos alimentares, bem como o espaço e os utensílios que por essa altura seriam usados.

³⁷⁷ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 227.

mediterrâneas; nas searas no sul do reino, a cevada estava sempre presente. Nas terras mais frias, húmidas e áridas, nomeadamente na Beira Alta, nas serranias transmontanas e pelos cabeços e colinas minhotas³⁷⁸ era semeado o centeio; no entanto, o trigo aparecia nessas mesmas zonas, mas em lugares ou terrenos mais profundos, mais abrigados de um ambiente mais frio, portanto com um clima mais temperado para o seu cultivo. Nas terras mais húmidas do Entre-Douro-e-Minho, Estremadura e nas Beiras, semeava-se o milho, tanto o miúdo como o painço. Outros produtos alimentares brotavam em Portugal, nomeadamente os vindos da vinha e das oliveiras. As vinhas, com especial destaque para as regiões do Centro e Sul do reino, cultivadas a partir de cepas de várias castas que permitiam a obtenção de vinhos de boa qualidade. No Entre-Douro-e-Minho a vinha prosperou, cultivada como planta baixa mas sobretudo como vinha de ramada, ou seja, uma videira que trepava por árvores ou outros apoios altos, com o intuito de a expor o mais possível à luz e ao calor solar.³⁷⁹ Por esta altura – Idade Média –, nas terras de Trás-os-Montes, ao que parece, a sua presença foi muito discreta, resumindo-se apenas aos lugares mais abrigados junto das habitações. Só a partir do século XVII é que se assiste ao grande desenvolvimento dos produtos vinícolas nessa região. Quanto à produção de azeite proveniente da oliveira, no Portugal medievo nota-se, a par da vinha, uma preponderância nas regiões Centro e Sul, em contraste com um tímido aparecimento na região Norte.

A fruta era, por altura dos finais da Idade Média, uma presença constante e generalizada, como afirma Iria Gonçalves. Desempenhava um papel de relevo nas dietas alimentares, em especial nos países de produção mediterrânea, tal como Portugal. Conheciam-se quase todas as frutas que hoje comemos; muitas eram autóctones, outras foram introduzidas pelos Árabes. A laranja doce viria a ser trazida por Vasco da Gama.³⁸⁰ Hortaliças e legumes vicejavam por todo o país; onde quer que uma família se instalasse, fosse numa cidade, vila ou aldeia, havia sempre lugar para uma horta. Os produtos que tinham lugar nessa horta seriam por exemplo: favas, ervilhas, grão-de-bico, tremoços, couves (couve-flor e brócolos), alhos, cebolas, nabos, alfaces, cenouras, espinafres e outras muitas verduras.³⁸¹ Quanto às carnes, para além de serem muito variadas, também a gama de animais para caçar seria, com toda a certeza, maior que na atualidade. Na parte

³⁷⁸ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 227.

³⁷⁹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 228.

³⁸⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 35.

³⁸¹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 228.

Sul da Europa, o gado ovino era mais abundante; portanto, também seria o mais consumido. No Portugal medievo a transumância destes ovinos incidia sobretudo entre as serras da Estrela, Peneda e Gerês e as planícies alentejanas. No entanto, fazia parte das tarefas do camponês criar perto de si pequenos rebanhos de ovinos e caprinos. O chamado gado grosso não abundava no reino; primeiro, pela falta de pastos que as suas exigências alimentares requeriam; segundo, o trabalho de um boi como auxiliar na lavoura era demasiado precioso, e por isso quando os agricultores conseguiam manter um ou dois exemplares, empenhavam-se muito de forma a procurar que a alimentação necessária não lhes faltasse. Só na fase de velhice e após uma vida de trabalho é que este gado acabava no açougue. Esta espécie encontrava-se espalhada por todo o reino, embora quase sempre em poucas unidades.³⁸²

As aves de capoeira eram uma presença constante tanto no campo como na cidade. O predomínio ia para a galinhas, que se multiplicavam quase em toda a parte do reino e eram autossuficientes na procura de alimentos e na criação da ninhada; por estas características, tornavam-se mais desejadas pela população, especialmente no campo, pelo facto de não darem trabalho aos seus donos.³⁸³ No entanto, conforme nos informa Iria Gonçalves, outras aves eram criadas de uma forma mais ou menos numerosa, como por exemplo: patos, gansos, pombos, adens, rolas e faisões. Para além das penas e ovos, a sua carne era considerada de grande finura e requinte.³⁸⁴ O animal que se tornou insubstituível na Idade Média para obtenção de carne era o porco. Este animal, de fácil criação e em termos de alimentação pouco ou nada dispendioso, criava-se com facilidade nas imediações da habitação; caso fossem mais numerosos, podiam ser lançados nas matas em liberdade e por aí passavam boa parte do ano. A criação dos porcos estava espalhada pelo reino. Como suplemento a estas carnes, a caça abundava na Idade Média. Quanto à caça grossa, tínhamos os veados, gamos, cabritos montanheseiros, ursos, javalis. No que diz respeito à caça de pequeno porte, tínhamos os coelhos e lebres. A caça de aves era uma das variedades praticadas por essa altura, nomeadamente as perdizes, gansos-bravos, galinholas, abetardas, pombos, codornizes e outros pássaros de pequeno porte; assim como os tordos, melros, picanços, tentilhões, pegas, carriças, pardais, piscos, enfim... um sem-número de aves que povoavam os céus do reino português.³⁸⁵ As aves

³⁸² GONÇALVES, Iria, 2011, p. 230.

³⁸³ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 230.

³⁸⁴ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 230.

³⁸⁵ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 231.

marinhas faziam parte do plano de caça, e os infelizes contemplados seriam gaivotas, mergulhões, galinhas-de-água, galeirões, negrinhas, perdizes-do-mar, e uns quantos outros com o característico sabor que a alimentação lhes conferia às carnes e que eram bem apreciadas à mesa das famílias medievais.³⁸⁶ Como substituto da carne, aparecia o peixe, periodicamente imposto a todos nos dias de abstinência ritual determinados pela Igreja.

Como é natural, a abundância de peixe era muito maior no litoral do que no interior. A sardinha ou o atum seriam pescados junto à costa; no entanto o povo português como mestre na arte das lides pesqueiras chegava mesmo a capturar em mar alto outros tipos de peixe, como por exemplo grandes cetáceos, que proporcionavam abundância de carne e óleo. A fartura de rios no interior do reino equilibrava o déficit de peixe que eventualmente pudesse haver junto ao litoral. Os salmões, lampreias, esturjões e sabogas podiam ser pescados em rios com um caudal mais volumoso; tainhas, trutas, bogas e outros podiam ser capturados em pequenos ribeiros de Norte a Sul de Portugal.³⁸⁷ Como abundavam na costa portuguesa moluscos, estes seriam um complemento à fauna marinha comestível; entre eles, destacam-se as amêijoas.

Em suma, nesta pequena descrição de produtos alimentares que estavam ao dispor da população portuguesa encontramos, como sublinha Iria Gonçalves, o mesmo que por toda a Europa mediterrânea.³⁸⁸ Bastantes destes produtos medievos são os mesmos que no Portugal de hoje estão ao nosso alcance; mas como é óbvio, e devido à evolução dos tempos, decidiu-se preservar e controlar algumas destas espécies que estariam em vias de extinção; pelo que hoje em dia não é possível consumi-los devido a proibições legais.

Apesar deste imenso rol de comestíveis disseminados de Norte a Sul do reino, não se pense que havia fartura em todas as mesas; longe disso. Ao percorrermos o século XIV, notamos que o reino português foi fustigado por crises agrárias (cerealíferas) que originaram fomes, pela Peste Negra e muitas outras epidemias, e por guerras internas e externas. Ora, estes fatores incidiram sobre as populações, ou melhor, sobre certas regiões

³⁸⁶ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 231.

³⁸⁷ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 232.

³⁸⁸ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 232.

do reino³⁸⁹ e tornaram assim as suas mesas mais pobres. Mas concentremo-nos por ora nos comestíveis que eram apresentados à mesa da população portuguesa pelos finais da Idade Média.

“De uma maneira geral, a alimentação medieva era pobre, se comparada com os padrões modernos”.³⁹⁰ É assim que Oliveira Marques descreve a dieta alimentar no reino português. Na nossa opinião, a frase tem um duplo sentido: primeiro, na Idade Média a alimentação era pobre, mas era diferente conforme as classes sociais; segundo, não podemos comparar a dieta alimentar daqueles tempos com a dos atuais, pois corremos o risco de cair em anacronismos; por esse facto, “se pensarmos nas quatro divisões do ano e nos tempos medievais, é inimaginável, ao invés do que hoje é frequente pelos avanços tecnológicos, comer uvas em janeiro, cerejas em outubro, sardinha em novembro ou favas pelo Natal. Nesses tempos, a alimentação era mais do que um relógio, era, de facto, um calendário que indicava, com rigor, a primavera, o verão, o outono e o inverno”.³⁹¹ Iria Gonçalves descreve bem o modo como eram abastecidas as mesas na Idade Média: “Se as condições de vida das famílias eram tão diferentes [mesteirais/camponeses e burgueses/nobreza], como é sabido, também as refeições, em quantidade e qualidade, eram igualmente diferentes”.³⁹² Posto isto, passamos a descrever o que mesteiral ou o camponês, provavelmente, punham nas suas mesas para comer; posteriormente, veremos os casos a burguesia e da nobreza.³⁹³

³⁸⁹ Luís Miguel Duarte defende que se deve efetuar um profundo estudo sobre a ‘crise’ do século XIV em Portugal, principalmente “no que toca à distribuição do povoamento, às características de comércio internacional, à centralização régia e à cronologia política própria; e temos de estar atentos às diferentes realidades regionais internas: entre o nordeste transmontano e a Beira interior, o Entre-Douro-e-Minho, o Alentejo (os “Alentejos”), a região de Lisboa, o Algarve, podia haver pouco em comum. E um dos maiores equívocos da nossa historiografia tem sido o de tomarmos com frequência por crises agrárias nacionais os simples problemas de abastecimento da cidade de Lisboa. Convirá reler as fontes conhecidas sob novas perspetivas: as grandes ordenações régias, em especial as posteriores à Peste Negra, a lei da almotaçaria, a lei das sesmarias, as medidas contra a exportação de cereal, mas sobretudo os capítulos de Cortes e mesmo muita documentação relativa aos campos e aos problemas de povoamento”, DUARTE, Luís Miguel – “Tomar o pão dos coitados”. Para Repensar a Crise do Século XIV em Portugal”. In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (Org.) - *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Porto: Almedina, 2012, p. 248.

³⁹⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 27.

³⁹¹ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 40.

³⁹² GONÇALVES, Iria, 2011, p. 254.

³⁹³ Para sabermos mais sobre a alimentação na Idade Média, devemos levar em consideração um trabalho de Iria Gonçalves, que estuda um documento deixado pelos emissários da embaixada enviada do Reino de Navarra até Sevilha para um futuro diálogo entre Pedro I de Castela e o infante D. Luís, então regente de Navarra. Diariamente foram anotadas, com toda a minúcia, as despesas feitas durante a viagem bem como o local onde se realizaram, com a discriminação dos produtos comprados e consumidos. GONÇALVES, Iria – “Acerca da Alimentação Medieval”. Lisboa: Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, IV série, nº 2, 1978, p. 441-458.

O camponês ou o artesão do Norte numa refeição, normalmente, comia pão de centeio por vezes misturado com milho ou cevada, o que lhe dava um aspeto negro. Pelo Sul do reino, como prevalecia o trigo, o pão seria confeccionado com esse cereal, tendo também um aspeto negro, devido ao total aproveitamento dos resíduos que a mó lhes juntara.³⁹⁴ Isto quando as crises não batiam à porta; caso contrário, a qualidade do pão descia substancialmente. A acompanhar o pão, nas casas mais pobres pouco ou nada restava; por vezes, lá aparecia um pouco de queijo ou mesmo uma casca de cebola. Em tempos mais abastados, podia surgir um caldo com um pedaço de toucinho ou outro pedaço de carne ou peixe, acompanhado com hortaliça criada na horta própria. O vinho teve um papel importante na dieta alimentar e na economia da Idade Média.³⁹⁵ Para além de ser a bebida mais generalizada, era consumido por toda a sociedade: todos bebiam vinho sem preconceitos, homens e mulheres de todas as classes e condições.³⁹⁶ Assim sendo, era natural que na mesa de um camponês ou mesteiral se encontrasse vinho a acompanhar a parca comida disponível. Vinho esse que podia ser de colheita própria (quando existisse), ou comprado a preços vários e de várias qualidades. Como tudo na vida, o mais barato era de pior qualidade. Por aqueles tempos beber água podia ser arriscado, devido à frequente contaminação, sobretudo nas cidades. No entanto, conforme sublinha Maria José Azevedo Santos, era com água que se obtinha o vinho terçado ou meado, cujo teor alcoólico era enfraquecido por esta prática, pois beber vinho sem água, só mesmo em dias de festa.³⁹⁷ E era por estes dias de festas que os mais pobres podiam tirar a barriga de misérias, sobretudo pelo Natal, mas também na Páscoa e mesmo por outras festas religiosas e pagãs, nas quais podiam chegar a outros manjares que não os rotineiros, como por exemplo a carne, pescado ou ovos.³⁹⁸ Os camponeses, ao contrário dos mesteirais, quando a fome apertava, podiam saciá-la arrancando uma peça de fruta de uma árvore, assim fosse a estação do ano apropriada; na cidade isso era mais complicado. Mas, no campo ou na cidade, o grande objetivo passava por satisfazer o apetite, pois esse desiderato com frequência ficava longe de ser alcançado.³⁹⁹

³⁹⁴ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 254.

³⁹⁵ “Do vinhateiro ao vindimador, do tanoeiro ao almocreve, todos ganhavam a vida com esse «néctar de Baco», cujo consumo excessivo já D. Duarte criticava, chamando-lhe «servidão da bebedice».”, SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 42.

³⁹⁶ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 42.

³⁹⁷ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 42.

³⁹⁸ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 42.

³⁹⁹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 255.

Para as pessoas mais abastadas da cidade, a dieta alimentar era bem melhor. Para além de terem dinheiro, os recursos alimentícios estavam mais disponíveis. As comidas que compunham a dieta alimentar destas pessoas seriam o pão “alvo”, feito apenas de trigo, de cor branca, textura fina e macia, e como adianta Iria Gonçalves, acessível a poucos. Seguiam-se um ou dois pratos de carne e de peixe. No que diz respeito à carne, é conhecida a preferência pela caça: da perdiz ao gamo, do veado à lebre, do coelho ao javali. Das aves de criação, “destaca-se antes de todas, a carne de galinha a par da de capão, frangão, pato e galo. Ao contrário da cozinha romana, o homem medieval da alta sociedade apreciava o melhor dos animais: lombos, presuntos e peitos, rejeitando as patas, as orelhas, as cristas, os fígados, as tripas ou ossos, «iguarias» reservadas aos pobres do campo ou da cidade.”⁴⁰⁰ Quanto ao peixe, essas mesmas classes sociais davam preferência, por exemplo, a peixes de água doce (desde que a atividade no mar fosse adversa à pesca, ou seja que impossibilitasse as embarcações de navegarem, devido essencialmente ao mau tempo), e que seriam pescados à mão, à linha ou com redes, nomeadamente os barbos, as bogas, as enguias, as eirós e a lampreia. Para acompanhar as carnes ou peixes, não podiam faltar as saladas de hortaliça. A bebida era a de sempre: vinho, e sempre de grande qualidade. Por altura do verão algum desse vinho encontrava-se já deteriorado; contudo, tentava-se encontrar o melhor, de acordo com as existências e as disponibilidades financeiras.⁴⁰¹ Para concluir o repasto, podiam ser servidos frutos secos ou frutas.

Quanto às mesas senhoriais, um pouco diferentes das mesas dos cidadãos abonados, comia-se quase sempre em abundância e com grande desperdício. Os pratos, para além de haver grande fartura, eram em grande número; ou seja, o rico-homem, no reinado de D. João I, estaria em risco de não respeitar o estipulado por D. Afonso IV na *Pragmática* de 1340; a mesma dá especial destaque à alimentação em cinco dos seus vinte e sete artigos. Logo no preâmbulo a *Pragmática* informa a “todolos do nosso ssenhorio porque fezerom e fazem majores despesas que as que deuyam fazer en comer (...). Pera rrefrear e tolher este dano que sse nom faça daquy em deante”⁴⁰², ou seja, quer combater o excesso de despesas com alimentação dos ricos-homens, fidalgos e cidadãos.⁴⁰³ Longe está deste nosso trabalho analisar a fundo a *Pragmática* de 1340. Contudo, consideramos

⁴⁰⁰ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 41.

⁴⁰¹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 256.

⁴⁰² CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Afonso IV, 1982, [fl. 1 vº], p.103.

⁴⁰³ MARQUES, A.H. de Oliveira, 1980, p. 97-99.

pertinente referenciar, assim que se justifique, alguns dos artigos referentes às limitações impostas na alimentação. Tal como foi dito, as mesas senhoriais suplantavam todas as limitações da *Pragmática*, pois, segundo a lei, os ricos-homens estavam restringidos apenas a três pratos de carne ou peixe. Contudo, conforme nos informa Iria Gonçalves, havia a possibilidade de multiplicar as iguarias com marisco e caça e ainda com víveres de outra natureza, desde que os alimentos a servir não tivessem sido adquiridos a troco de dinheiro⁴⁰⁴ “Mandamos que os Ricos homens nom comham ao iantar no dia da Carne majs ca três jguarias”.⁴⁰⁵ “Mandamos que todos os Filhos dalgo e Cidadãaos tambem homens come molheres do nosso senhorio nom comham da carne ao iantar sse nom duas jguarias de tres Carnes as duas carnes coytas [cozidas] e a outra assada ou cozinhada en sseu cabo. E possam comer esto carnes de Caça sse as filharem ou lhas deren en sserujço e outras carnes sse lhas deren en sserujço”.⁴⁰⁶ Estas leis, para além de não serem cumpridas, ainda eram favoráveis às sumptuosas refeições quotidianas. Recorremos uma vez mais a Iria Gonçalves: o primeiro prato seria à base de frutas frescas, saladas variadas devidamente condimentadas com sal, azeite e vinagre; um segundo prato com iguarias várias; um terceiro prato, e esse sim seria o principal, que continha os assados, e que podia ser temperado com os molhos à disposição e que era acompanhado com salada diversa. Estes assados podiam ser as carnes mais apetecíveis; no entanto, os ricos-homens davam preferência às carnes de aves; seguiam-se outros pratos com diversos manjares e terminavam como os cidadãos abonados: frutos secos, bolos diversos acompanhados com vinhos de melhor qualidade (malvasia ou moscatel). Algumas especiarias para ajudar à digestão caíam sempre bem após uma grande refeição; estes produtos exóticos, para além de raros, tinham preços proibitivos, o que significava que não estavam ao alcance de qualquer um, e isso marcava a diferença nas grandes mesas.⁴⁰⁷

Depois desta breve viagem sobre o mundo da dieta alimentar, foquemo-nos por agora no local onde costumadamente se realizavam as refeições e em quem as fazia assim, como nos utensílios existentes e usados. Por fim, daremos conta dos horários desses repastos.

Tanto a habitação do camponês como a do pequeno mesteiral urbano muitas vezes não eram mais do que um pequeno edifício com uma divisão. A área onde se situava a

⁴⁰⁴ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 258.

⁴⁰⁵ CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Afonso IV, 1982, [Art.1], p.103-104.

⁴⁰⁶ CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Afonso IV, 1982, [Art.2], p.104-105.

⁴⁰⁷ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 258.

lareira ou o fogo seria o único ponto da habitação que obedecia a uma certa organização, a da cozinha. Seria pois a partir desta que todo o espaço interior se tentava estruturar; isto porque a tônica dominante era a indiferenciação de funções dentro da habitação. Portanto, como as refeições eram confeccionadas na referida lareira, a mesma encontrava-se, geralmente, perto de uma abertura que era a porta de entrada, aliás a única existente; e com isso facilitava-se a evacuação de fumos; contando também com a preciosa ajuda que os materiais de construção da época davam para a dita evacuação, sobretudo através das ranhuras do teto. A propósito da lareira, Iria Gonçalves traça-nos um perfil da sua localização e construção: “Por motivos óbvios, a lareira queria-se lugar bem delimitado. Escavada no solo ou ligeiramente sobrelevada, mas sempre ao rés-do-chão, podia ser rodeada por uma fileira de pedras ou de tijolos e mesmo forrada de lajes, para melhor domesticar e conter o lume”.⁴⁰⁸ É evidente que todo o cuidado era pouco para a localização da lareira. Para isso, havia estratégias próprias (como por exemplo, a mudança da lareira para o centro da habitação), consoante os materiais usados na construção da habitação (particularmente se na sua construção fossem usados materiais combustíveis). Contudo, gerar fogo não parece que tenha sido uma tarefa fácil nem rápida para os camponeses e mestreiros; conforme sublinha Iria Gonçalves, obtinha-se por fricção de um fuzil feito à base de um metal rico em carbono sobre uma pedra de sílex, obtendo assim as faúlhas necessárias para acender a lareira; muitas vezes substituíam este ato pedindo ‘emprestado’ um bocado de lume a um vizinho através de pau resinado ou de uma pinha. Convém salientar que o combustível universal, a lenha, no campo era de obtenção fácil e grátis,⁴⁰⁹ ao invés da cidade onde, para além de ser cara, tinha de ser poupada.

Vamos agora ver os utensílios para cozinhar. Nas habitações que estamos a analisar as alfaias eram pobres e reduzidas ao essencial.⁴¹⁰ Como é óbvio não podia faltar a panela, geralmente de barro, ajustada sobre uma proteção em ferro (*trempe*) com três pés, onde se cozinhava os alimentos; tijelas para a sopa, púcaros para beber vinho, saleiro de madeira para temperar a pouca comida que havia, uma sertã, um pote com azeite, outro com vinho e um outro com água; este último, ao que parece, tinha uma tripla função: cozinhar, lavar os víveres e uma provável higienização.⁴¹¹ Como é evidente, podia haver outros utensílios para a cozinha, e é neste campo que as investigações arqueológicas

⁴⁰⁸ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 240.

⁴⁰⁹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 240-241.

⁴¹⁰ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 240.

⁴¹¹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 240.

contribuem para uma melhor clarificação; assim, através dos seus levantamentos conseguimos incluir mais alguns elementos que compõem uma cozinha: potes, alguidares, bacias. Geralmente comia-se na cozinha junto à lareira; na ausência de cadeiras as pessoas sentavam-se em *mochos* ou *tamboretas*, com as mãos seguravam a tijela e o naco de pão, com um pouco de pescado e o púcaro para beber.⁴¹² No meio dos víveres e utensílios cabe perguntar quem cozinhava? Todos os trabalhos de casa seriam executados pela ‘dona da casa’. Mas quando? No período em que não estava no campo a trabalhar, ou a auxiliar o marido mesteiral na sua oficina, ou mesmo ocupada na sua própria atividade. Na eventualidade de haver uma filha com idade para trabalhar (logo após a infância), isso seria uma mais-valia, porque para além da ajuda indispensável na cozinha, permitia um desafogo à mãe para outras tarefas.

As cozinhas da burguesia, sobretudo da cidade, pautavam-se, como é evidente, pela diferença substancial em relação aos camponeses e mesteirais. A cozinha podia já ter uma divisão própria e que servia, por vezes, como armazém de mantimentos, assim como de lugar de dormida de alguns membros da família.⁴¹³ A lareira continuava dentro de portas, e só em casos excecionais se recorria a uma lareira no exterior para permitir confeções mais abundantes. Havia mesmo quem construísse uma chaminé para evacuação dos fumos, o que, por si só, tornava o ambiente agradavelmente mais puro e, nas épocas mais frias, sendo a única divisão existente, serviria para aconchegar o seio familiar. As alfaias existentes na cozinha burguesa seriam quantitativamente e qualitativamente superiores às dos camponeses e mesteirais, e era de estranhar se assim não fosse! Fica a lista desses utensílios: tachos, panelas, alguidares, tijelas, potes, caldeiras, caldeiros, caldeirões, caldeirins, espetos, grelhas, colheres de cozinha, gadanhas, almofarizes, sertãs, cutelos, tenazes, cadeias de suspensão, trempes, etc; sendo na sua maioria em cerâmica, algumas em metal, especialmente em ferro e cobre, e os únicos utensílios de madeira na cozinha burguesa seriam os almofarizes e as colheres.⁴¹⁴ Com esta vasta variedade de alfaias, percebemos que a cozinha burguesa ‘transpirava’ riqueza em variedade e qualidade a começar pelo pão. Tanto podiam confecioná-lo em casa com os utensílios de que dispunham, como podiam abastecer-se diariamente na padaria, assim fosse o seu desejo. Impõe-se saber quem cozinhava para esta classe social. Tal como no caso dos camponeses e mesteirais, a dona da casa (mãe da família) era quem

⁴¹² SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 43.

⁴¹³ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 241.

⁴¹⁴ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 241.

cozinhas; no entanto, podia haver em residências mais ricas uma outra pessoa a trabalhar como cozinheira, mas sempre supervisionada pela dona da casa, de forma que tudo ficasse bem feito e não houvesse desperdícios de comida.

Quanto à cozinha senhorial, esta, tal como acontecia na cozinha da burguesia, seria uma construção isolada da restante habitação. As chaminés seriam de enorme tamanho para escoar todo o fumo, e para toda a casta de preparações gastronómicas, inclusive assar animais inteiros, para regalo dos comensais.⁴¹⁵ As alfaias que equipavam a cozinha eram inúmeras e diversas; muitas dessas peças eram em metal, por vezes em estanho e também em cobre; o ferro era usado nos utensílios da lareira. A forma mais cabal de explicar os utensílios usados na cozinha de uma família nobre é apoiarmo-nos no inventário, devidamente estudado pelo historiador José Marques, de um partidário de D. João I, Lourenço Rodrigues de Gralhas, morador em Chaves. Este historiador explica que o então escudeiro tinha falecido “em serviço dell Rey”, por volta de 1400 em Milmanda, na Galiza, deixando viúva Maria Rodrigues e três filhos menores: Martinho, Fernando e João.⁴¹⁶ O que nos chamou atenção neste inventário não foi a descrição da enormíssima quantidade de bens que este nobre escudeiro “dell Rey” possuía, foi sim a qualidade desses bens. Aproveitando este precioso legado, voltemos ao nosso tema. Na rubrica relativa à cozinha e sala de jantar, este inventário mostra os seguintes bens que este escudeiro possuía: 2 mesas grandes; 4 bancos; 13 toalhas de mesa, sendo 7 de linho e 6 de estopa; 2 copos de prata, que pesavam 15 onças (425g); 20 escudelas (tijelas de madeira); 10 facas; 8 pratos de estanho, grandes e pequenos; 2 saleiros; 6 espetos de ferro; 2 colheres; 2 caldeiras de ferro grandes; 1 caldeirão de cobre; 1 gramalheira; 4 cântaros; 6 panelas; 1 masseira de pão e 4 peneiras: “Ytem disse a dita Marya Rodriguez [viúva] que avia hy dous copos de prata que pessavão (...) quinze omças (...) doze mesas de mamteis sete de linho he seis d’estopa (...) vinte escudelas (...) dez talhadores (...) oito prateis d’estanho amtre pequenos e gramde e duas sallsynhas (...) seis espetos de ferro e duas culheres, coatro peneiras, duas caldeiras de ferro gramdes, huum calldeiram de cobre, hũa gramalheira, quatro camtaros, seis panellas (...) tres gamellas, hũa masseira de pam, duas mesas gramdes, coatro bancos”⁴¹⁷ Como diz Maria José Azevedo Santos, este inventário é uma «fotografia» da casa deste nobre.⁴¹⁸ As alfaias (aliás, como o resto

⁴¹⁵ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 242.

⁴¹⁶ MARQUES, José – “A “casa” de um flaviense partidário de D. João I, em 1400”. Separata da Revista *Aqvae Flaviae*, nº 42, Junho 2010. Chaves: Grupo Cultural *Aqvae Flaviae*, 2010, p. 5.

⁴¹⁷ MARQUES, José, 2010, p. 24-25.

⁴¹⁸ SANTOS, Maria José Azevedo, 2015, p. 43.

de todos os bens) presentes no rol que este nobre possuía eram o espelho da sua posição social: primeiro grau da hierarquia da nobreza (?); e mais, dispondo o nobre de tão avultados bens, não admira que se encontrasse na posição de escudeiro de D. João I, remata assim José Marques.⁴¹⁹

No que diz respeito à confeção dos alimentos, nas cozinhas senhoriais tudo era diferente; se na cozinha da arraia-miúda e mesmo da burguesia a dona da casa “é quem mais ordena”, na da nobreza, aparentemente, o homem era ‘imperador’. Tal como destaca Iria Gonçalves, todos os cozinheiros dos grandes senhores eram homens. Quando se conhecem os autores dos livros de cozinha medievais, os seus nomes são masculinos.⁴²⁰ Os cozinheiros desses senhores eram autênticos ‘gestores’ alimentares, pois cabia-lhes a tarefa de orientar e vigiar o nível qualitativo e quantitativo da comida servida por autênticos batalhões de “moços de cozinha” – isto, pelo facto de serem bastantes jovens. Representações iconográficas dão-nos conta de que no seio deste conjunto de moços de cozinha também laboravam mulheres; todos tinham as suas tarefas, como por exemplo manter o lume sempre no seu ponto ideal, polir as alfaias, cuidar que não faltasse água quente, limpar a cozinha e outras tarefas mais direcionadas para o tratamento dos produtos alimentares e a sua confeção. “Reinava uma azáfama constante na cozinha senhorial. Mas era um lugar de delícias: pelos seus sabores, pelos seus cheiros, pela sua abundância”.⁴²¹

Após termos recapitulado o que se criava, colhia e comia, assim como os bens móveis residentes nas cozinhas do nosso reino, é altura de fazer um breve balanço do que foi dito. Nos tempos medievais havia fome e havia fartura, tal como existiriam abundância e temperança; as regras alimentares e os utensílios usados pelas classes sociais que acabamos de referir não eram lineares, significando com isto que nem todos os camponeses ou mesterais teriam as mesmas condições acima mencionadas; o mesmo vale para os burgueses, ou seja, uns eram mais abastados do que outros, o que implicava que os produtos alimentares bem como as alfaias sofressem variações. A nobreza também teria diferenças no seu seio; alguns não teriam tanto como o escudeiro do monarca português, Lourenço Rodrigues de Gralhas, mas a maioria dos nobres teria muito mais; no entanto, todos viviam melhor que os camponeses e mesterais e, cada vez mais, se sentiam ‘ameaçados’ pela aproximação das condições de vida da burguesia, principalmente no crepúsculo da Idade Média.

⁴¹⁹ MARQUES, José, 2010, p. 5.

⁴²⁰ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 243.

⁴²¹ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 243.

Já que abordámos nas linhas anteriores a gastronomia⁴²², coloca-se a seguinte questão: a que horas e quantas refeições a sociedade medieva praticava? As duas refeições do dia seriam o jantar e a ceia. No entanto, alguns fatores podiam contrariar este costume: as fomes existentes (por mais pequenas que fossem), afetavam o ciclo regular da alimentação diária; as famílias menos abastadas que, por vezes, só podiam efetuar uma refeição por dia, o que romperia com o normal horário dos seus repastos e, finalmente, a inconsistência na informação por parte das fontes, criando dúvidas sobre esses horários. Levaremos em linha de conta estudos previamente realizados por Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Maria José Azevedo Santos. Pelo último quartel do século XIV, período do nosso estudo, o jantar ocorria sensivelmente entre as onze horas da manhã e o meio-dia. Em séculos anteriores – séculos XII e XIII, a hora de início do jantar seria mais cedo: por volta das oito ou nove horas da manhã.⁴²³ A ceia, essa seria realizada por volta das seis ou sete horas da tarde. No entanto, estes horários respeitam apenas às camadas sociais superiores.⁴²⁴ Para os que trabalhavam de sol a sol, os camponeses, o mais certo é que esse horário não fosse cumprido. Mesmo nas zonas urbanas, é bem natural que o mesteiral e o serviçal não pudessem fazer esse tipo de horário alimentar; primeiro, porque o dia para estes começava muito cedo; segundo, era bem natural que a fome apertasse antes das onze horas ou meio-dia, logo, teriam de antecipar a hora da refeição relativamente às camadas sociais superiores. Porém, é bem provável que tanto o camponês como o mesteiral logo pela manhã tomassem o seu ‘pequeno-almoço’; naturalmente, com vinho (devido a ser uma fonte de calorías) e um outro alimento, provavelmente o pão. Com isso, começa a ser frequente pelos finais da Idade Média a prática de tomar uma espécie de pequeno-almoço logo pela manhã.

Ao final do dia, vinha a ceia. Depois de um dia de árduo trabalho tanto no campo como na cidade, essas pessoas necessitavam de duas coisas: primeiro, descansar; segundo, matar a fome. Com o corpo a pedir descanso e o estômago a pedir alimentos, vinha a ceia, independentemente das horas; até porque o dia seguinte era de novo dia de trabalho. Assim, pelo anoitecer, a ceia era tomada em casa; ao contrário do jantar, que normalmente era tomado pelo camponês no local do seu trabalho (o próprio levava de casa a refeição), poupando assim as pernas e o tempo de se deslocar a casa. Na cidade, o

⁴²² “O termo “gastronomia” aparece na segunda metade do século XIII, associado a uma burguesia urbana que procura na cozinha “sábria” um testemunho de sucesso social”, REFFÓIOS, Margarida – *Saber e Sabores Medievais. Aspectos da cultura alimentar europeia*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2010, p. 57.

⁴²³ MARQUES, A.H. de Oliveira, 2010, p. 28.

⁴²⁴ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 251.

mesteiral podia ter a sua oficina anexa à sua casa; com isso, podia juntar “o útil ao agradável”; mas muitos trabalhavam longe das suas casas, o que implicava levar o seu jantar para o trabalho; e, em último caso, podiam acorrer a uma taberna próxima onde este lhes seria servido sobre uma mesa única, a que todos abancavam.⁴²⁵ As classes sociais superiores, tais como a burguesia e a nobreza, seriam as únicas que poderiam cumprir com este costumeiro horário. D. Duarte, na sua obra *Leal Conselheiro*, sugeriu que houvesse um intervalo de sete a oito horas entre as duas refeições; e mais, caso comessem muito ao jantar, na hora de ceiar deveriam compensar comendo pouco, assim como, ceando-se muito, no dia seguinte o jantar deveria ser mais regrado. Com o intuito da moderação alimentar, prescrevia-se, também, a ausência de qualquer outro repasto durante o dia: “Oolhe bem que se jantar muyto, que cee temperadamente, poendo antre huũ comer, e outro vii ou viii oras E sse muyto ceiar, guarde mais o rregimento sobre a cea que ã outro tempo E o jantar do outro dia, aja tẽperança E guardesse de grandes jejuũs acostumados, por que a myngua de huũ dia quersse entregar no outro E o estamago acostumado a pouco comer alguũs dias sente asynha pena, quando lhe mudam seu custume”.⁴²⁶

5.1.2 - O que se comeu na “voda”

Após termos feito um périplo pelos produtos disponíveis no reino português e consequentemente produzidos e consumidos, voltemos às bodas de casamento entre D. João I e D. Filipa. Apesar de as fontes coevas não nos ajudarem muito no que respeita aos géneros alimentares que foram servidos nesta festa, podemos pressupor alguns deles⁴²⁷; e mais, podemos, com todo o cuidado possível, traçar uma imagem da disposição das mesas, devidamente organizada pelo “mestre salla da voda”, Nuno Álvares Pereira. O panorama era este: assim que os monarcas chegaram ao salão de banquetes do Paço, “as mesas estavaõ ja muito guarnidas de todo o que lhe compria; naõ soomente homde os noyvos aviaõ destar, mas aquellas huu era ordenado (...) omde ouve asaaz de iguoarias de desvairados maneiras de mamjares”.⁴²⁸ Este luxo salomónico, como Iria Gonçalves

⁴²⁵ GONÇALVES, Iria, 2011, p. 252.

⁴²⁶ DUARTE, D. – *Leal Conselheiro*, 1942, p. 380.

⁴²⁷ Podemos sempre usar as fontes iconográficas, embora com todo o cuidado possível, até porque boa parte dessas fontes não são portuguesas, o que distorce a realidade dos hábitos da cultura gastronómica praticada no reino português.

⁴²⁸ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

lhe chama, seria complementado por “servidores de toalha e copa e doutros ofícios eraõ grandes fidalguos”. Portanto, nesta festa nada faltava; não fosse ela organizada pelo sempre disponível e incansável Nuno Álvares Pereira. Provavelmente na mesa estariam os melhores peixes da região, tanto do rio como do mar (lampreias, sáveis, sardinhas, congros, salmonetes, atuns); os melhores mariscos (ameijoa, berbigão); os crustáceos podiam estar presentes (lagostas e caranguejos); as melhores carnes (vaca, porco, carneiro, cabrito, gamo); as melhores aves selvagens e de criação (perdiz, pato bravo, garça, galinha, rolas, faisões); não faltariam na mesa as *viandas de leite* (queijos, manteigas, doces feitos à base de lacticínios); as frutas, tanto frescas da época como as secas (figos secos, amêndoas, nozes, castanhas, azeitonas); muito vinho (branco e tinto) e muito pão.

Estes produtos mencionados seriam apresentados já confeccionados quando os monarcas chegassem ao salão de banquetes no Paço do Bispo. A disposição das mesas seria em ‘U’, ou seja, duas grandes mesas para os convidados e uma terceira de menor dimensão ornamentada com um dossel riquíssimo e, claro, a mais importante: a mesa dos recém-casados. Cada convidado sentava-se consoante a sua hierarquia social, sendo que os monarcas estariam na referida mesa isolada e num patamar superior aos restantes convidados de forma a que todos pudessem ver o jovem casal e vice-versa; ninguém ficaria de costas para ninguém. Aliás como refere Margarida Reffóios “comer em companhia é um ato amistoso, quer se trate de uma simples refeição ou de um banquete cuidadosamente preparado (...) A refeição é um pretexto para participar em conversações políticas ou para admitir o perdão, embora seja, em primeiro lugar, um espaço de convívio como são os casamentos e outras cerimónias”.⁴²⁹ Essas mesas estariam cobertas com mantéis, sobre os quais se estendiam sumptuosas toalhas bordadas da melhor qualidade, de forma a cobrir toda a extensão das mesas. Era bem provável que em cada lugar estivessem à disposição as “napeiras” (guardanapos), assim como todas as melhores alfaias, provavelmente muitas de prata, entre as quais haveria: copos, saleiros, pratéis, trinchas, talhadores. Numa das paredes do salão de banquetes, mesmo nas costas dos monarcas, estariam os estandartes do reino de Portugal e da Inglaterra como forma de uma aliança perpétua, bem como majestosos panos a percorrer essas mesmas paredes como forma decorativa. A grande brigada de servidores entrava em ação com os seus pratéis cheios de pedaços de carne, peixes e outros alimentos, que seriam trinchados pelos

⁴²⁹ REFFÓIOS, Margarida, 2010, p. 59.

presentes. Esta opulência que se manifestava pelo fausto das iguarias assim como pela riqueza e eficiência do serviço tinha o seu significado: dentro de muitos fatores de cariz social e político, o que sobressaía com mais evidência era a defesa da reputação da corte portuguesa perante os convidados ingleses. Nos intervalos dos serviços culinários e como forma de entretenimento “faziaõ jogos a vista de todos, homẽis que o bem sabiaõ fazer, assy como trepar em cordas e tornos de mēsas e salto reall e outras cousas de sabor”.⁴³⁰ É provável que durante o banquete não houvesse qualquer tipo de representações cénicas, nem mesmo cantares ou menestréis a entoarem músicas (as fontes documentais não nos elucidam convenientemente, por isso as nossas reservas neste ponto). Após o termo do grande banquete, nada melhor do que fazer a digestão dando “um pé de dança”; para isso, os servidores desmontaram e levaram as mesas (com exceção da mesa real) para haver mais espaço e assim começarem as danças: “as quaaes acabadas [refeição], alçarom-sse todos e começaram a dançar, e as donas em seu bamdo cantando arredor com grande prazer”.⁴³¹ Um dado curioso que ocorreu neste banquete foi a presença de senhoras juntamente com o monarca. As fontes demonstram-nos que até então, em situações como esta, as senhoras ausentavam-se da presença do rei e dos convivas, para um lugar próprio. Mas neste caso tal não aconteceu, até porque a noiva era inglesa o que por ventura teve influência nos usos do nosso reino⁴³²; porém, esta prática não prevaleceu durante muito tempo, ao que parece, já que em tempo de D. João II e até pelo menos ao reinado de D. Sebastião, voltaram a excluir as senhoras dos banquetes reais, para depois, paulatinamente, e já no reinado de D. José, esta prática tornar-se banal.

Este conjunto de eventos passados no dia 14 de fevereiro de 1387 (cerimónia do casamento e a respetiva boda) talvez tenha decorrido entre as oito horas da manhã e as dezassete horas, porque o monarca recolheu à sua camara, provavelmente com D. Filipa, onde cearam num horário compreendido entre as dezoito horas e as vinte horas. Às primeiras horas da noite, ou seja depois das vinte horas, o Arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente, dirigiu-se com o seu báculo na companhia de outros prelados até aos aposentos régios, a fim de benzerem o leito nupcial. A acompanhá-los com tochas acesas vinha toda a comitiva de senhores e cavaleiros, tanto ingleses como portugueses, que entraram na câmara. Embora não venha relatado nas crónicas, é possível que tenha acontecido, muito por força da tradição medieva, que as senhoras casadas tivessem

⁴³⁰ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

⁴³¹ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

⁴³² CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 190.

acompanhado a noiva, D. Filipa de Lencastre, até à câmara onde a teriam vestido e colocado no leito matrimonial; ao que parece, e em consonância com a tradição, D. João I também foi acompanhado por cavaleiros mais velhos e outros homens da corte, que bradavam brincadeiras, próprias desse acontecimento, até ao seu leito (?)⁴³³ “Ell Rey se foy emtanto pera sua camara; e depois de çea, ao seraõ, ho Arçebispo e outros perlados, cõ muitas tochas acesas, lhe bemzeraõ a cama daquelas bemçoês que a Igreja pera tall auto ordenou”.⁴³⁴

Assim, os monarcas passaram pela primeira vez a noite juntos no Paço Episcopal do Porto; permaneceram mais 28 anos juntos até ao dia da morte de D. Filipa, a 19 de julho de 1415. A festa ainda não tinha terminado; aliás, ainda durou mais quinze dias, havendo inúmeras celebrações aqui ou ali pela cidade, e até se realizou um torneio de justas reais, tal como já foi explicado. No Porto nasceu a festa, do Porto foi transmitido a festa para todas as vilas e cidades do reino: “Per quimze dias amte e depois duraram festas e justas reaes, por homrra desta voda ã aquell luguar, mas em todallas vilas e çidades do Reino que cada huõ hera, foraõ feitas grandes alegrias e trebelhos como se emtaõ costumavaõ”.⁴³⁵

Podemos concluir que, pelo no último quartel do século XIV a cidade do Porto foi o palco das festas, presumivelmente mais prestigiantes de todo o reino. Assim, e por força das circunstâncias, assistiu a uma entrada de um monarca escolhido pelo seu povo; as suas gentes viram-no casar na sua Sé e, como alegria suplementar, viram nascer o Infante que tanto se destacaria nas viagens marítimas.⁴³⁶

5.2 - Sé do Porto. O palco do casamento

Pelo facto de termos evidenciado a Sé do Porto como palco do casamento e o Paço Episcopal para o banquete e noite de núpcias, seria interessante termos uma ideia de como seriam esses edifícios portuenses pelos finais do século XIV. Em tom introdutório sobre estes dois edifícios, assinalamos as seguintes particularidades: a Sé do Porto foi

⁴³³ Não há qualquer informação que esta tradição se tenha passado neste casamento, contudo... “Estes usos prevaleceram até 1834 em certa classe da sociedade portuguesa. Assim que as senhoras haviam despido a noiva, era o noivo levado em triumpho pela cohorte galhofeira dos convidados até à porta da camara, e entrando elle, e cerrando a porta à chave, soltamvam os de fora as mais certeiras imprecações em altos brados. Estes prolongavam-se por longo espaço”(?), CONDE DE VILLA FRANCA, 1884, p. 212.

⁴³⁴ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCV, p. 224.

⁴³⁵ *Crónica de D. João I*, 1945, Vol. II, Cap. XCVI, p. 224.

⁴³⁶ RUSSELL, Peter E., 2004, p. 17.

construída a partir do segundo quartel do século XII, sobre o templo da *civitas* de Portucale, substituindo a ermida pré-românica existente. Este monumento sofreu bastantes remodelações, como por exemplo, do românico para o gótico, passando para barroco e, por fim, do barroco para o pretense ‘ideal medieval’, bem como ampliações ao longo do tempo⁴³⁷; do Paço Episcopal do Porto, datado do século XII e sujeito a umas quantas remodelações ao longo da Idade Média, muito poucos vestígios subsistem, devido a uma profunda remodelação a que foi sujeito no século XVIII. Nicolau Nasoni desenhou a sua remodelação em 1734; contudo, as obras só se iniciaram no ano de 1771 e provavelmente terminaram em 1793 com o Bispo Dom Frei João Rafael de Mendonça.⁴³⁸

Temos a consciência de que é muito difícil obtermos uma imagem da Sé do Porto por volta dos finais do século XIV; por exclusão de partes, em que essas partes são as remodelações e ampliações a que o edifício foi sujeito, talvez consigamos reconstituir parcialmente essa imagem. Dito isto, destacaremos apenas a arquitetura românica e gótica da Sé do Porto, portanto entre os séculos XII e XIV, as únicas relevantes para imaginarmos como era a catedral por altura do casamento dos monarcas; quanto às remodelações e ampliações pós século XIV, não serão analisadas ao pormenor pois não é o nosso objetivo aprofundar esta matéria neste nosso estudo.

Não havia dúvidas de que os edifícios mais importantes dentro da cerca românica do burgo portuense seriam a Catedral e o Palácio do Bispo. Na época tratava-se de expressar a transcendência do poder episcopal sobre a cidade, materializado nestes dois edifícios em que a singular escala criava uma distinção a nível paisagístico de grandes dimensões.⁴³⁹ Apesar de no Porto existirem várias casas-torres, nenhuma delas almejava equiparar-se aos dois edifícios episcopais. A ausência de documentação que comprove o nascimento da Sé mergulhou a mesma em lendas e tradições várias. A existência de um templo pré-românico no Morro da Pena Ventosa remonta ao século XII. Podemos verificar este testemunho pelo relato do cruzado que integrava a comitiva de 13.000 cruzados que rumavam em direção à Síria por altura da segunda cruzada em 1147. O bispo do Porto, D. Pedro de Pitões, fez um sermão de motivação aos militares com o intuito de auxiliarem D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa. Através do relato do

⁴³⁷ Freguesia da Sé – Sé do Porto. In *CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL*. Câmara Municipal do Porto, 2010, p. 80.

⁴³⁸ Freguesia da Sé – Paço Episcopal do Porto, 2010, p. 81.

⁴³⁹ REAL, Manuel Luís – Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. *A construção medieval no sítio da Sé*, Nº 14, Março 2001, p. 14.

cruzado poderemos idealizar a dimensão do templo pré-românico: “*Summo mane ex navibus in summitate montis in cimiterio episcopii coram episcopo omnes convenimus; nam ecclesia pro quantitate sui omnes caperet. Indicto ab omnibus silentio, episcopus sermonem coram omnibus lingua Latina habuit, ut per interpretes cuiusque lingue sermo eius omnibus manifestaretur, qui sic incipit*”.⁴⁴⁰ O que fica retido nestas palavras é que a igreja existente seria pequena, tendo características de ermida, pois não podia comportar o número de pessoas que aí estariam a ouvir o sermão. Em suma, e como salienta Maria Leonor Botelho, ao tempo em que a catedral que atualmente coroa o Morro da Pena Ventosa ainda não existia, havia aí um vasto adro ou cemitério e uma pequena “ecclesia”.⁴⁴¹ A localização desta ermida estaria ligeiramente deslocada para sul face à sua edificação atual, situando-se próximo do claustro velho, ou seja próximo do Paço do Bispo. Analisemos agora as fases da construção, a arquitetura da Catedral, e quem terá sido o seu fundador. Como já referimos, a sua construção, provavelmente, inicia-se pelos inícios da segunda metade do século XII; ora, segundo nos elucidava Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a arquitetura românica no território português é um fenómeno tardio. Logo a arquitetura românica só se começa afirmar no reino português pelo segundo quartel do século XII com as obras da Catedral de Braga e do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Isso dever-se-ia muito à nossa posição, um país periférico, a somar ao ambiente instável da Reconquista que então se vivia, o que teria contribuído para este atraso na afirmação do românico, ao invés de outros espaços europeus onde já existiam indícios do gótico.⁴⁴² Segundo este historiador, a influência francesa revelou-se na construção da Sé através de algumas semelhanças arquitetónicas com a Abadia de Solignac, na região administrativa de Limousin, França. É deste período o incremento das relações comerciais e marítimas da região do Porto com La Rochelle⁴⁴³; por isso, é bem provável que a presença de francos no Porto tenham contribuído para o recorte arquitetónico da Sé na sua primeira fase da construção; e isso nota-se (entrando agora numa vertente mais técnica e mais condizente com a arquitetura) no plano da cabeceira românica com deambulatório rodeado de capelas

⁴⁴⁰ Tradução:” Pela manhã, no morro [Morro da Pena Ventosa], reunimo-nos diante do bispo junto ao adro da igreja episcopal em virtude de a mesma não ter capacidade para albergar toda a gente. O anúncio de uma comunicação estava eminente e fez-se silêncio para que todos ouvissem, o qual pelos intérpretes para as variadas línguas foi respeitado [havia cruzados ingleses, flamengos e franceses], e assim se iniciou o sermão“. DAVID, Charles Wendell – *De Expugnatione Lyxbonensi, The Conquest of Lisbon*. New York: Columbia University Press, 1936, p. 68-70.

⁴⁴¹ BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 15.

⁴⁴² BOTELHO, Maria Leonor, 2006, p. 17.

⁴⁴³ BOTELHO, Maria Leonor, 2006, p. 17-18.

radiantes, bem como nas duas ábsides poligonais no transepto.⁴⁴⁴ Presenciamos dois arcos entaipados (por cima dos altares da N. Sr^a da Vandoma e de N. Sr^a da Silva) que, provavelmente, devem ter pertencido à primitiva charola românica; o mesmo acontece na Capela de S. Pedro, onde, no braço do transepto do lado da Epístola, se pode visualizar o único vestígio da primitiva cabeceira românica.

O bispo D. Fernando Martins, que esteve à frente da diocese do Porto entre os anos de 1176 e 1185, impulsionou a chamada segunda fase da construção da Sé; para isso, são trazidos de Coimbra artificies sob a tutela do mestre Soeiro Anes, a quem se devem os capitéis altos da nave e, provavelmente, o abobadamento desta, tal como o portal oeste. O cruzeiro manteve-se ao longo da Idade Média com cobertura de madeira. Por volta de 1300 foi idealizada a construção de um novo Claustro; contudo, o início das obras só ocorreu em 1385, numa altura que o bispo D. João III (1373-1389) estava à frente da diocese. Esta obra contou com o apoio da câmara, que contribuiu com mil pedras lavradas. Este auxílio foi o culminar de um reconhecimento, por parte da câmara, do apoio prestado pelo bispo à causa do Mestre de Avis. A estrutura do Claustro mostra alguma influência da Sé Velha de Coimbra; com cerca de 400 colunas geminadas e fasciculadas, conta com capitéis ornados de elementos vegetalistas, e a rudeza do granito da região cria um ambiente de austero vigor.⁴⁴⁵ A Sala do Capítulo está na sua plenitude funcional em 1332; pela mesma altura já estava edificada a Capela de S. João Evangelista; a principal obra desta capela é a notável arca tumular de João Gordo, Cavaleiro de Malta e almoxarife do rei D. Dinis, que emergia para o terreiro da feira, encostada ao ângulo sudoeste do Claustro.⁴⁴⁶ No exterior, a Catedral mantém o aspeto de igreja-fortaleza bem visível devido às suas ameias; o corpo central da fachada sofreu na sua parte inferior profundas remodelações, tal como indica a inscrição sobre a arquitrave da porta; a rosácea de estilo gótico, que ainda hoje se vê, é datada do século XIII, portanto, na transição do românico para o gótico. Na fachada norte, entre dois corpos salientes, a torre norte e a extremidade do transepto do lado do Evangelho, encontra-se a galilé, como explica Maria Leonor Botelho.⁴⁴⁷ Esta galilé lateral ou *loggia* é atribuída a risco de Nicolau Nasoni e a sua execução a António Pereira, em 1736; contudo, são bem visíveis os elementos da primitiva estrutura românica. No topo, o transepto é reforçado por contrafortes concluídos

⁴⁴⁴ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Catedral do Porto*. Porto: Cabido Portucalense, 2001, p. 7.

⁴⁴⁵ AZEVEDO, Carlos A. Moreira, 2001, p. 17.

⁴⁴⁶ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 14.

⁴⁴⁷ BOTELHO, Maria Leonor, 2006, p. 21.

por ameias, tal como acontece no cruzeiro. A cruz existente no topo do transepto norte é de origem gótica, enquanto no transepto sul é românica – em tudo semelhante à cruz das Ordens de Calatrava e Alcântara. Pelo facto de as naves estarem guarnecidas por ameias, vêem-se nas laterais quatro arcobotantes, para suportar o peso da abóbada da nave central. Finalmente, seria interessante saber quem foi o fundador desta Catedral. Manuel Luís Real afirma que não se sabe quem foi o bispo fundador. A historiografia transmite-nos algumas divergências quanto à pessoa que esteve por trás da fundação: Manuel Luís Real não sugere qualquer nome; Manuel Monteiro, baseado em Manuel Pereira de Novaes, afirma que foi o bispo D. Pedro de Pitões que procedeu à sagração do altar-mor da atual Sé e, por fim, D. Rodrigo da Cunha defende no seu Catálogo dos Bispos do Porto que terá sido o arcebispo de Toledo, D. Bernardo, que sagrou a Sé, tal como já tinha feito com a de Lamego e Viseu.⁴⁴⁸ A falta de documentação não nos permite uma resposta definitiva. Coloca-se agora uma outra questão: por altura do casamento de D. João I, como seria a Sé, principalmente no seu interior? Dificilmente poderemos recriar o interior dos templos românicos, tais foram as alterações que sofreram ao longo dos tempos; a Sé do Porto não foi exceção. Somente através da documentação podemos entrever o seu aspeto original. O espólio de esculturas de vulto, retábulos, dosséis e objetos de ourivesaria ou outros metais, datados com segurança da época românica e que chegaram aos nossos dias, é muito escasso em Portugal. Contudo, qualquer templo, por muito modesto que fosse, precisava de ter livros litúrgicos, algumas alfaias e vasos sagrados para nele se realizarem os atos de culto, o que, aliás, as cartas de doação confirmam.⁴⁴⁹ Assim sendo, é bem provável que no dia de casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, o interior da Sé, sob a sua forma de cruz latina e com os seus cinco tramos, estivesse coberto por dosséis e estandartes alusivos a Portugal e Inglaterra. A capela-mor, pelos finais do século XIV, apresentava-se apenas como ábside medieval, isenta de pinturas, na qual se juntava um altar em pedra. A presença de uma cruz em cima do altar seria uma obrigatoriedade, assim como um *antependium* com o símbolo da diocese do Porto a cobrir a fria pedra do altar. É bem provável que não houvesse retábulos expostos, mas figuras litúrgicas tais como a imagem da N. Sr^a da Vandoma e N. Sr^a da Silva, provavelmente seriam uma realidade. O resto das cores que nesse dia embelezaram a Sé, para além do sol que entrava pelas frinchas das seteiras, pela porta e pela rosácea gótica e que iluminava a Catedral,

⁴⁴⁸ BOTELHO, Maria Leonor, 2006, p. 16.

⁴⁴⁹ ROSAS, Lúcia – “O interior de uma igreja românica”. In *I Congresso Internacional da rota do Românico*. Lousada, 28-30 Setembro, 2011, p. 2-5.

seriam as vestes do povo. Tanto graúdo como miúdo, o mesmo povo que defendeu a causa do antigo Mestre de Avis com sangue, suor e lágrimas em 1384, o mesmo que o recebeu na Porta Nova de braços abertos no dia 25 de abril de 1385, e o mesmo que o iria receber por altura do nascimento e batizado do Infante em 1394; isto não esquecendo toda a clerezia e, como é evidente, os trajes dos reis. Esta brevíssima descrição que idealizamos da Sé do Porto pelos finais do século XIV foi a possível, pois a pouca documentação que nos possa elucidar sobre este evento não é conhecida.

5.3 - Paço Episcopal “Medieval”. Local do banquete real e da noite de núpcias

O outro edifício emblemático que referimos no introito deste tema é o Paço Episcopal. Esse mesmo, cuja fisionomia atual resulta de várias campanhas de remodelação encetadas no século XVIII, iniciadas por Frei João Rafael de Mendonça, Bispo do Porto entre 1772-1793⁴⁵⁰; os desastres acontecidos no século XIX aquando das invasões francesas (saque) e, mais tarde, com o cerco miguelista (bombardeamentos), obrigaram a novas intervenções.⁴⁵¹ Inverter o sentido cronológico dos acontecimentos, ou seja começar pelo mais recente rumo ao mais antigo, pode causar uma certa estranheza temporal; não é nossa intenção remover o valor simbólico ao atual edifício, mas também não podemos olvidar o seu passado, até porque o Paço Episcopal Medieval seria um marco identitário do poder episcopal na cidade.⁴⁵²

Se na Catedral do Porto ainda podemos observar aspetos da época que estamos a tratar, no Paço Episcopal Medieval não temos praticamente nada porque já não existe! Assim sendo, se para a descrição da Sé, composta por mesclas de românico, gótico, maneirista, barroco, etc., ainda temos a capacidade visual de imaginar, para o Paço Episcopal Medieval não temos essa hipótese. No entanto, algumas fontes permitem-nos entrever como seria o Paço; sobretudo, fontes iconográficas e algumas escritas.⁴⁵³

⁴⁵⁰ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. In *Medievalista* [Em linha]. Nº12, Dezembro 2012. Dir. José Mattoso, p. 22.

⁴⁵¹ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – “Inventário do Paço Episcopal do Porto em 1911”. In *Revista de Ciências Históricas*, Vol. 7. Porto: Universidade Infante D. Henrique, 1993, p. 197.

⁴⁵² MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, 2012, p. 23.

⁴⁵³ A nível iconográfico podemos ter uma pequena noção da dimensão do Paço Medieval pela ilustração incluída no *Diário de Viagem de Cosme de Médici* (herdeiro do Grande Ducado da Toscana), entre 1668-1669, pintada pelo florentino, Pier Maria Baldi. H. Duncalf em 1736 elabora várias pinturas a óleo e

Partilhamos a opinião que Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro defendem quanto a este Paço: “Infelizmente, sabemos muito pouco sobre o primitivo edifício. De facto, o Paço medieval foi totalmente destruído naqueles anos, sendo igualmente muito raras e pouco precisas as representações gráficas, bem como os relatos escritos que dele subsistem. Refira-se, ainda, que esse local nunca foi objeto de intervenções arqueológicas”.⁴⁵⁴ Quanto ao ano da sua construção, devemos dizer que são muito poucas as alusões a esse facto; Manuel Luís Real chega mesmo a apelidá-las de fantasiosas quando o colocam no século XI. O mesmo autor lembra que a mais antiga referência ao Paço data de 1209; essa referência relata-nos um motim no Porto que colocou a ferro e fogo o Palácio episcopal, durante o qual o povo chegou mesmo a arrombar as suas portas. Aliás, salienta-se que este Paço Episcopal Medieval foi várias vezes palco de conflitos, no contexto dos diferendos seculares entre o município e o bispo. Face às imagens que as fontes iconográficas nos legaram, estamos em crer que, provavelmente, a sua edificação tenha sido pelos finais do século XII⁴⁵⁵, portanto contemporânea da Sé.

Iniciemos a descrição do Paço começando pela sua localização. É plausível que o velho Paço Medieval estivesse localizado sensivelmente no mesmo ponto onde hoje se encontra o atual. Segundo Manuel Luís Real, este complexo arquitetónico seria formado por várias torres e blocos retangulares, que se foram acumulando devido aos sucessivos acrescentos ao longo do tempo.⁴⁵⁶ Embora não haja qualquer vestígio documental da sua planta, podemos, no entanto, deduzir que teria a forma de um T; no topo do edifício poderíamos visualizar as ameias, assim como na zona norte do Palácio poderíamos visualizar uma torre mais elevada no seu centro, símbolo da presença de um poder senhorial. A zona sul, palco de uma magnífica paisagem urbana, foi alvo de uma grande ampliação que envolveu uma plataforma artificial e uma densa muralha com contrafortes; houve até espaço para a construção de uma área verde, provavelmente um jardim ou uma horta, tal como explica Manuel Luís Real.⁴⁵⁷ Esta ampliação acima mencionada é notada num documento de 1474 referente a um escambo entre o Bispo e o Cabido; segundo o mesmo documento, foram derrubados uma cavalaria, dois “eixidos” e uma casa

desenhos da cidade devidamente legendados por W. H. Toms, onde se notam algumas características do Paço Medieval. Quanto a fontes escritas, podemos ter algumas noções do Palácio através do *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium*, 1957, Vol. II, p. 80-168, assim como no Arquivo Distrital do Porto, *Cartório do Cabido*, 1666, fl.1.

⁴⁵⁴ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo, 2012, p. 22.

⁴⁵⁵ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 14.

⁴⁵⁶ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 14.

⁴⁵⁷ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 14.

sobradada, para alargar o horto do laranjal do Paço contra a Rua do Remoinho. A par desta, foi construída uma nova ala, que avançou amplamente para sul e onde, no andar superior, se abria um portal. Este dava para uma varanda, provavelmente de madeira, que se estendia a quase todo o comprimento do edifício.⁴⁵⁸ Tal como podemos visualizar na pintura a óleo de H. Duncalf de 1736, nas torres viradas a norte havia duas janelas amplas e uma porta secundária na face ocidental, o que para Manuel Luís Real representa um posicionamento ortodoxo, face às tendências da arquitetura da época; recordamos que, por altura da representação iconográfica de Duncalf, no século XVIII, estaríamos em pleno barroco, e a ortodoxia referida por Manuel Real dizia respeito sobretudo ao estilo do Palácio que, por esta altura, ainda seria românico. Regra geral, na parte mais elevada do edifício era usual situarem-se as salas de convívio, de refeições (terá sido nesta divisão que se realizou o banquete nupcial), a cozinha (quanto a esta, é difícil de afirmar o seu local preciso, mas segundo a tradição medieval é bem provável que a cozinha ficasse junto ao salão de banquetes), assim como as câmaras individuais⁴⁵⁹; recorrendo ao pintor florentino, Pier Maria Baldi, no seu retrato da cidade do Porto de 1669, podemos deduzir que as janelas largas que se veem nas duas torres do ângulo nordeste poderão ter sido a parte mais nobre do Palácio; dentro delas ficariam os aposentos do Bispo. Esta área do Paço Medieval, como ficava voltada para o rio, podia usufruir da paisagem ribeirinha do Porto e Gaia. Foi, provavelmente, num destes aposentos ou câmaras virados para esta paisagem que D. João I e D. Filipa de Lencastre estanciam após o seu casamento. Outros eventos se realizaram no velho Paço Medieval, mormente a receção aos embaixadores dos Duques da Borgonha, em 1474-75, durante a qual houve vários espetáculos, por exemplo de luta. A ausência de informação documental é a responsável pela insegura descrição do Paço Medieval; contudo, graças às fontes iconográficas podemos, pelo menos, imaginar como seria; aguardamos uma boa intervenção arqueológica.

⁴⁵⁸ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 14.

⁴⁵⁹ REAL, Manuel Luís, 2001, p. 15.

Conclusão

Como síntese final, recordaremos em linhas gerais o grande objetivo da nossa dissertação. O enfoque da primeira parte do nosso trabalho foi, sobretudo, analisar as relações diplomáticas entre Portugal e Inglaterra. Para isso, restringimo-nos à época entre D. Afonso Henriques e D. Fernando. O período é longo, e temos consciência desse facto; mas era importante conhecer que tipo de tratados e alianças foram realizados entre os dois países. A presença de estrangeiros, nomeadamente de ingleses, em terras do Condado Portucalense, já se manifestara por altura da formação do reino português. Muito por responsabilidade do contingente de cruzados que se deslocavam para a terra santa por altura da segunda cruzada; assim, ao atracarem na cidade, do Porto, provavelmente para se abastecerem e por esta ser última cidade cristã do ocidente europeu, decidiram auxiliar D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Com a cidade conquistada, D. Afonso Henriques nomeou Gilberto de Hastings para bispo de Lisboa. O elo de ligação entre os dois países solidifica-se. No reinado seguinte, D. Sancho I, aproveitando de novo a passagem das cruzadas à terra santa, neste caso a terceira, solicita aos cruzados ingleses apoio militar para a conquista de Silves em 1189; uma vez mais, em 1217, já no reinado de D. Afonso II, a presença de estrangeiros na conquista de Alcácer do Sal é relatada nas crónicas; no entanto fica a dúvida se esses estrangeiros seriam ingleses ou de outro país. Nos reinados seguintes, D. Sancho II e D. Afonso III, excluindo a pirataria praticada por ambos os países, não houve qualquer tipo de relacionamento ou de apoio militar. Com D. Afonso III já se tinha conquistado as praças do Algarve; restava definir as fronteiras com Castela; tal só viria acontecer em tempo de D. Dinis, com o tratado de Alcanizes em 1297. Mas é com este monarca que, em 1294, nasce um tratado de amizade e comércio por iniciativa de Eduardo I; com este tratado, tentava-se por cobro à pirataria e fortalecia-se o livre comércio com Portugal através da emissão de salvo-conduto aos mercadores portugueses. Ainda no reinado de D. Dinis, mas já com Eduardo II no trono, o mesmo renova o tratado existente em 8 de outubro de 1308 e considera-o indissolúvel e perpétuo. No reinado de D. Afonso IV são enviados embaixadores com poderes plenipotenciários a Londres para uma tentativa de uma aliança matrimonial entre os filhos dos respetivos monarcas, mas tudo terminou rapidamente, inclusive a vida de Eduardo II, que foi deposto e assassinado. Com Eduardo III no trono, os papéis reverteram-se; pelos finais de 1345 o monarca inglês enviou embaixadores para negociarem uma aliança matrimonial entre o filho do rei da Inglaterra, Eduardo, o Príncipe Negro, com a Infanta D. Leonor, filha de D. Afonso IV. Contudo, o

monarca português decide casar a sua filha com Pedro IV de Aragão. O fracasso da aliança matrimonial aparentemente não criou problemas na corte inglesa, uma vez que são renovados por Eduardo III salvo-condutos aos mercadores portugueses em 1352 e 1353. Mas é a 20 de outubro de 1353 que é criado o primeiro tratado de comércio e amizade entre os dois países. O mercador portuense e emissário de D. Afonso IV, Afonso Martins Alho, consegue persuadir Eduardo III a assinar esse tratado que tinha como duração de 50 anos. No reinado de D. Pedro I pouco ou nada se passou quanto a relações diplomáticas entre os dois países; houve de facto privilégios concedidos a estrangeiros entre 1362 e 1363, mas ao que se sabe, não estavam incluídos ingleses. Quanto a D. Fernando, ao envolver-se em assuntos da vizinha Castela, trouxe o caos para Portugal, independentemente de a razão estar ou não do lado dele. Ao considerar-se rei de Castela, colocou em risco os planos do Príncipe Negro (que desejava conquistar Castela em conjunto com Pedro IV de Aragão), e os tratados de comércio e amizade conseguidos pelos seus antecessores. Eduardo de Gales, ao dar preferência a assuntos militares que lhe estavam a causar problemas na Gasconha e em França, abandona por completo o projecto de Castela, deixando D. Fernando livre para atacar Castela. O que se seguiu foi conhecido por Guerras Fernandinas; e que se resume depressa: nas três guerras que Portugal teve com Castela, perdeu-as todas. Pelo meio assinou-se uma aliança militar, denominado Tratado de Tagilde, no dia 10 de julho de 1372, com o intuito de auxiliar militarmente o país nas guerras com Castela. Em 16 de julho de 1373, como confirmação do tratado elaborado um ano antes, foi assinado em Londres o Tratado de Westminster pelos plenipotenciários de D. Fernando, João Fernandes Andeiro e Vasco Fernandes, Chantre da Sé de Braga. Estes tratados garantiam a neutralidade portuguesa perante a guerra que a Inglaterra estava a travar com a França. Em 15 de julho de 1380, D. Fernando, através do seu plenipotenciário João Fernandes Andeiro, assina um acordo com John of Gaunt, que lhe garante o envio de auxílio militar contra Castela. Apesar de a ajuda militar inglesa liderada pelo conde de Cambridge, Edmundo de Langley, ter chegado por altura da terceira e última guerra com Castela, de pouco ou nada serviu; aliás, ter os ingleses em solo português foi mais um prejuízo do que um efetivo auxílio. Como se pôde notar no nosso trabalho, não olvidamos os tratados de paz elaborados com Castela em tempo de D. Fernando; todas as vezes que D. Fernando perdia uma guerra, havia lugar a um tratado de paz com o reino vizinho; foi assim três vezes. O Mestre de Avis herdou um problema muito delicado: a perda da independência de Portugal estava iminente e após ter sido nomeado regente do reino envia a Londres, em dezembro de 1383, Lourenço Martins, seu

criado e futuro alcaide de Leiria, e Thomas Daniel, um inglês residente em Lisboa, a solicitar ajuda militar a Ricardo II. De forma a reforçar o pedido, a 31 de março de 1384 envia Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago e Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-mor do reino a solicitar o mesmo, pois os castelhanos estavam à porta do reino português.

Após as Cortes de Coimbra em 6 de abril de 1385, D. João I informa os últimos emissários sobre a mudança do seu estatuto e solicita a negociação de uma aliança formal com Inglaterra. Esta aliança só é concertada após Ricardo II ter conhecimento da retumbante vitória portuguesa em Aljubarrota, na qual participaram algumas centenas de militares ingleses; o tratado de amizade e confederação entre as duas monarquias é assinado no dia 9 de maio de 1386 e ficou para a posterioridade como Tratado de Windsor (ainda hoje se encontra em vigor). Não nos esquecemos de abordar a crise que assolou Castela entre 1367-1369, devido às divergências entre Pedro I e o seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, e que culminou com a morte do rei castelhano, Pedro I, às mãos do segundo, depois da batalha de Montiel em 1369; não esquecendo a famosa batalha de Nájera em 1367, com a participação do Príncipe Negro e do seu irmão, John of Gaunt, que combateram a favor dos ‘petristas’, que saíram vitoriosos. Fizemos uma descrição do período de interregno em Portugal entre 1383-85; onde evidenciamos o cerco de Lisboa e as batalhas de Trancoso, Atoleiros e Aljubarrota. Descrevemos de forma pormenorizada o contingente anglo-português que combateu contra as forças franco-castelhanas em Aljubarrota.

Na segunda parte do nosso trabalho, mostrámos o apoio que a cidade do Porto prestou à causa do Mestre de Avis. Começámos por detalhar o auxílio que o Porto e as suas gentes deram a Lisboa quando esta se viu cercada por castelhanos desde os finais de maio até inícios de setembro de 1384. Essa ajuda visava, sobretudo, resolver a ausência de alimentos, por força do cerco que impedia a entrada desses alimentos na cidade, e combater a armada castelhana estacionada ao largo do Tejo. Por abril de 1385 o já então eleito rei de Portugal, D. João I, faz a sua primeira visita ao Porto, numa altura em que se iria dar início a uma duríssima campanha militar no Entre-Douro-e-Minho. D. João I tem uma dupla intenção ao visitar o Porto: primeiro, agradecer aos portuenses os serviços prestados pelo apoio incondicional à sua causa; segundo, a preparação da campanha do Norte contra os que ainda tomavam voz por D. Beatriz. Por volta de julho de 1386 desembarcava na Corunha a corte lancasteriana com o objetivo de reclamar o trono castelhano; isto porque John of Gaunt casara em 1371 com a filha de Pedro I, D.

Constança. A chegada dessa corte à Península Ibérica iria alterar o rumo da vida de D. João I. Durante uma reunião do conselho, no Porto, discutiu-se o futuro matrimónio do monarca português; apesar de haver duas jovens casadoiras, Filipa e Catarina, D. João I opta por Filipa. Na cimeira de Ponte de Mouro em 11 de novembro de 1386, John of Gaunt e D. João I estabelecem o acordo matrimonial e, também, um acordo de apoio militar; se por um lado, John of Gaunt cedia a filha ao monarca português e como dote alargava o território português em mais 80 Km de largura e 350 Km de comprimento, por outro lado o futuro sogro de D. João I conta com o seu auxílio militar para reclamar o trono de Castela. O casamento foi realizado por procuração e celebrado pelo arcebispo de Braga. A cerimónia oficial só aconteceu no dia 14 de fevereiro de 1387. No dia 4 de março de 1394 a cidade do Porto recebe novamente os monarcas, desta vez, para ver nascer e batizar o Infante D. Henrique, realizando-se então enormes festas. Levantámos a questão do local do nascimento do Infante e transmitimos a nossa opinião.

Na terceira e última parte deste nosso trabalho, desenvolvemos todo o trajeto que D. João I realizou quando visitou pela primeira vez a cidade do Porto, no dia 25 de abril de 1385. Abrimos com isso uma janela para o quotidiano medieval português; para isso, analisámos as características de uma entrada régia, particularmente de quem era a responsabilidade organizativa destas festas e como foram orientadas; abordámos a indumentária medieval das classes sociais mais relevantes, assim como as modas que eram transmitidas de França, Inglaterra e Castela e que, de certo modo, influenciaram a maneira de vestir do povo português. Assim, ficámos com uma ideia mais condizente dos trajes que foram usados pelos portuenses por altura da chegada D. João I à cidade; aliás, a entrada de um monarca numa cidade ou vila estava carregada de simbolismo. O monarca, ao passar pelas estreitas ruas do Porto, foi brindado por agradáveis cheiros provenientes de variadíssimas flores; tentámos deslindar que tipo de flores ou ervas aromáticas seriam essas e onde nasciam. Terminámos a nossa dissertação abordando a cerimónia do casamento e tudo que esteve aliado a ela; a rapidez na organização das festas, o cortejo nupcial do Paço do Bispo até à Sé, assim como o banquete real. Para isso, tentámos detalhar os elementos que corporizavam o cortejo; fizemos um périplo pela gastronomia que foi oferecida no banquete real. Para isso, aprofundámos a alimentação no Portugal medieval; o que se plantava e o que se colhia, o que se criava e o que se comia; que utensílios estavam ao dispor do povo português e que seriam usados tanto para a elaboração das refeições como para a degustação, não esquecendo os horários alimentares. Isto tudo para tentar idealizar o que foi oferecido no banquete real no Paço

do Bispo. Tentámos imaginar como era a Sé do Porto por altura do casamento. Para isso, seguimos passo a passo as fases de construção da Catedral, assim como as suas influências arquitetónicas; as alfaias litúrgicas, dosséis e imagens que compunham o seu interior. Para concluir, tentámos reconstruir o Paço do Bispo Medieval, através das poucas fontes disponíveis: numa altura em que já imperava o barroco na arquitetura urbana, o Paço Episcopal ainda permanecia no estilo românico; talvez por isso tenha sido completamente demolido para dar lugar a outro Paço do Bispo, agora sim de características barrocas.

Voltando ao âmago do nosso tema, estamos convencidos – e com isto finalizamos a nossa dissertação –, que os apoios, alianças e tratados ao longo de 240 anos (1147-1387) entre Portugal e Inglaterra muito contribuíram para a união matrimonial mais emblemática de toda a História de Portugal. E a cidade do Porto louva-se por ter realizado o mais importante acontecimento na vida destes monarcas: o seu casamento.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes impressas

AYALA, Pero Lopez de – *Crónicas de los Reyes de Castilla, Don Pedro, Don Enrique II, Dom Juan I, Don Enrique III*. Madrid: Imprensa Don António de Sancha, 1780, 2 Tomos.

BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

CHANCELARIAS PORTUGUESAS – D. João I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Investigação Científica, 2005.

CHANCELARIAS PORTUGUESAS – D. Pedro I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira. Edição com revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado – Editor, 1911.

CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS (1147), Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cêrco, Trad. de José Augusto de Oliveira, Pref. de Augusto Vieira da Silva, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1935 (2.^a ed., 1936).

CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos / Instituto de Investigação Científica, 1982.

CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Duarte I (1336-1338). Edição preparada por João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques e Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos / Instituto de Investigação Científica, 2004.

CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Fernando I (1367-1383). Vol. II. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e João Paulo Salvado. Lisboa: Centro de Estudos Históricos / Instituto de Investigação Científica, 1993.

CORTES PORTUGUESAS – Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos / Instituto de Investigação Científica, 1986.

DUARTE, D. – *Leal Conselheiro o Qual Fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Ed. crítica, anotada e org. por Joseph M. Piel. Lisboa: Bertrand, 1942.

FROISSART, Jean – «*Les Chroniques*» Tome Deuxième. Paris: F. Wattelier et C^a Libraires - Éditeurs, 1867.

LOPES, Fernão – *Crónica D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1966.

LOPES, Fernão – *Crónica D. João I*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.

- LOPES, Fernão – *Crónica D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1986.
- MONUMENTA HENRICINA, Vol. 1, Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- PINA, Rui de – *Chronica de Elrey Dom Afonso o quarto do nome e setimo dos reys de Portugal / assi como a deixou escrita Ruy de Pina guardador Mor da Torre do Tombo e Chronista Mór do mesmo Reyno*. Lisboa: Edições BÍblion, 1936.
- PINA, Rui de – *Chronica de El-rei D. Affonso V*. Lisboa: Escripório, 1901.
- PINA, Rui de – *Crónica D. Dinis*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.
- PINA, Rui de – *Crónica D. Sancho I e D. Afonso II*. Porto: Civilização Editora, 1945.
- PINA, Rui de – *Crónicas D. Sancho II e D. Afonso III*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.
- RESENDE, Garcia de – *Chronica Del Rey Dom João II. Valerosos, e Insignes Feytos*. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva, 1752.
- SALVA, Miguel; Marquês de Miraflores – *Colección de documentos inéditos para la história de España*, Tomo LI, Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1867.
- SANTARÉM, Visconde de – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo*. 2ª Ed. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1865, “Tomo Décimo Quarto, as Relações de Portugal com a Inglaterra”.
- SOUSA, D. António Caetano de – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Livro III, Lisboa: Lisboa Ocidental, 1736.
- SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo I, Livro III, Lisboa: Lisboa Ocidental, 1739.
- “VEREAÇOENS”. *Anos de 1390-1395*. Edição de A. de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal, 1937.

2. Estudos

- ALVES, Alfredo – *Dom Henrique, o Infante*: Memória Histórica. Porto: Typographia do Commercio do Porto, 1894.
- ALVES, Ana Maria – *As Entradas Régias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.
- ARMITAGE-SMITH, Sydney – *John of Gaunt: King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster* (Classic Reprint). Londres: Forgotten Books, 2012.
- ANIL De SILVA-VIGIER – *The most higher Prince... John of Gaunt*. Bishop Auckland: The Pentland Press England, 1992.

- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Catedral do Porto*. Porto: Cabido Portucalense, 2001.
- BAQUERO MORENO, Humberto – *Os Itinerários de El-Rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.
- BAQUERO MORENO, Humberto – “O Norte na Revolução de 1383”. Separata da Revista *Gaya*, Gaia, Edição do Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Gaia. 1984. Vol.II.
- BAQUERO MORENO, Humberto – “O Tratado de Windsor de 1386 no Conspecto das Relações Luso-Inglesas”. In *ACTAS DO COLÓQUIO COMEMORATIVO DO VI CENTENÁRIO DO TRATADO DE WINDSOR* (de 15 a 18 de Outubro de 1986) Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 213-219.
- BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.) – *Nova História Militar*. Vol. 1, “Idade Média”, dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- BERNARDINO, Teresa – *A Revolução Portuguesa de 1383 – 1385*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984.
- BOTELHO, Maria Leonor – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- BRANCO, Maria João Violante – *D. Sancho I, o filho do fundador*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- BRAZÃO, Eduardo – *Uma Velha Aliança*. Lisboa: Neogravura, 1955.
- CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL*. Câmara Municipal do Porto, 2010.
- CLARO, João V. – *A Aliança Inglesa, História e fim dum Mito*. Lisboa: Editorial Liberta, 1943.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I, o que recolheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um Príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- CRUZ, António – *Velho Burgo, (Alguns aspectos, figuras e casos do Porto antigo)*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1953.
- DAVID, Charles Wendell – *De Expugnatione Lyxbonensi, The Conquest of Lisbon*. New York: Columbia University Press, 1936.
- DUARTE, Luís Miguel – *Aljubarrota, Crónica dos Anos de Brasa*. Matosinhos: QuidNovi, 2007.
- DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte, Requiem por um Rei triste*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

DUARTE, Luís Miguel – “Tomar o pão dos coitados”. Para Repensar a Crise do Século XIV em Portugal”. In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (Org.) - *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Porto: Almedina, 2012, p.240-261.

DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe – *História da Vida Privada. Da Europa Feudal à Renascença*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. Vol. 2.

ELIAS, Norbert – *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

FONSECA, Luís Adão da – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

FREITAS, Eugénio da Cunha e – “Os bispos senhores da cidade: III de D. Pedro Afonso a D. Gil Alma”. In *História da Cidade do Porto*, dir. de Damião Peres e António Cruz, Porto: Portucalense Editora, 1962. Vol. 1, p. 249-297.

FREITAS, Eugénio da Cunha e – *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea Editora, 1999.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Portugal, a Emergência de uma Nação*. Lisboa: Colibri, 2009.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-Velha: Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

GONÇALVES, Iria – “Acerca da Alimentação Medieval”. Lisboa: Separata da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, IV série, nº 2, 1978, p. 441-458.

GONÇALVES, Iria – “A alimentação”. In MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) - *História da Vida Privada em Portugal. Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p.226-259.

GUEDES, Armando Marques – *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1938.

HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Época Medieval e Moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

HOMEM, A.L. de Carvalho – “Diplomacia e Diplomatas nos Finais da Idade Média, A Propósito de Lourenço Anes Fogaça, Chanceler-Mor (1374-99) e Negociador do Tratado de Windsor”. In *ACTAS DO COLÓQUIO COMEMORATIVO DO VI CENTENÁRIO DO TRATADO DE WINDSOR* (de 15 a 18 de Outubro de 1986) Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 221-240.

KIPLING, Gordon – *Enter the King: Theatre, Liturgy, and Ritual in the Medieval Civic Triumph*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

- LE GOFF, Jacques – *A Civilização do Ocidente Medieval*. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 2 Vol.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. V da *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – “A Pragmática de 1340”. In *Ensaios da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 1980, p. 93-119.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*. 6ª Ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Histórico da Universidade Nova de Lisboa, 1990. Vol. 1.
- MARQUES, José – “A “casa” de um flaviense partidário de D. João I, em 1400”. Separata da Revista *Aqvae Flaviae*, nº 42, Junho 2010. Chaves: Grupo Cultural Aqvae Flaviae, 2010.
- MARTINS, Armando – *Guerras Fernandinas*. Matosinhos: QuidNovi, 2008.
- MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval”. In *Medievalista* [Em linha]. Nº12, Dezembro 2012.
- MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) - *História da Vida Privada em Portugal. Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- MATTOSO, José – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. Vol. 2.
- MATTOSO, José – *Identificação de um país*. 5ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 2 Vol.
- McDONALD, Elvin – *Enciclopédia Prática de Anuais, Vivazes, Bolbos, Árvores & Arbustos*. Londres: Quantum Publishing, 1995.
- MIRANDA, Flávio; SEQUEIRA, Joana; DUARTE, Luís Miguel – *A cidade e o Mestre: entre um rei bastardo e um príncipe perfeito*. Vol. 4 da *História do Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010. Vol. 4.
- MONTEIRO, João Gouveia, – “Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”. In *Actas do V Colóquio ‘Do Infante e Tordesilhas’ e Dia da História Militar*”, Lisboa, 1994, p. 293-364.
- MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota 1385 - A batalha real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003.

- OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O dia-a-dia em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015.
- PACHECO, Maria José – Texto do Tratado de Tagilde. In Avicella: *Antologia sobre Vizela e seu Termo*, 1984.
- PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I, Entre o reino e a recordação de Inês*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- PINTO, Sérgio Silva - *O Primeiro Tratado de Aliança Anglo-Português - Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372*. Braga: Edições Bracara Augusta, 1948.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- REAL, Manuel Luís – “A Construção Medieval no sítio da Sé”. In *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Nº 14, Março 2001, p. 9-19.
- REAL, Manuel Luís – “Tradicional Casa do Infante”. In *HENRIQUE O NAVEGADOR. 6º COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE. Sobre o local do nascimento do Infante D. Henrique*. Porto: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.161-168.
- REFFÓIOS, Margarida – *Saber e Sabores Medievais. Aspectos da cultura alimentar europeia*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2010.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – “Inventário do Paço Episcopal do Porto em 1911”. In *Revista de Ciências Históricas*, Vol. 7. Porto: Universidade Infante D. Henrique, 1993, p. 197-228.
- ROSAS, Lúcia – “O interior de uma igreja românica”. In *I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ROTA DO ROMÂNICO*. Lousada, 28-30 Setembro, 2011, p.1-61.
- RUSSELL, Peter E. – *Henrique O Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000 (ed. original inglesa de 1955).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 2000, Vol. 1.
- SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1971.
- SERRÃO, Joel – *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- SANTOS, Maria José Azevedo – “À mesa, Cinco mil anos através da alimentação”. In *Revista Visão*. Nº 28, Abril 2015, p. 38-48.
- SILVA, Amélia Maria Polónia da – “D. Filipa de Lencastre: Representações de uma Rainha.” In *ACTAS DO COLÓQUIO COMEMORATIVO DO VI CENTENÁRIO DO*

TRATADO DE WINDSOR (de 15 a 18 de Outubro de 1986) Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 297-313.

SILVA, Manuela Santos – “A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: Um Ponto de Partida Para o Conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média”. *Revista Signum*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010, vol. 11, n. 2, p. 207-227.

SILVA, Manuela Santos – *Filipa de Lencastre, A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

SILVA, Manuela Santos – “John of Gaunt”, Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão: a “praxis” de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos”. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, VI JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS*, Batalha, 2009 —. Batalha: 2009, p.159-171.

SILVA, Manuela Santos – “Philippa of Lencastre, queen of Portugal: educator and reformer”. In *The Ritual and Rhetoric of Queenship, Medieval to Early Modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009, p.37-46.

SANCEAU, Elaine – *D. Henrique, O Navegador*. Porto: Civilização Editora, 2013.

SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto: 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

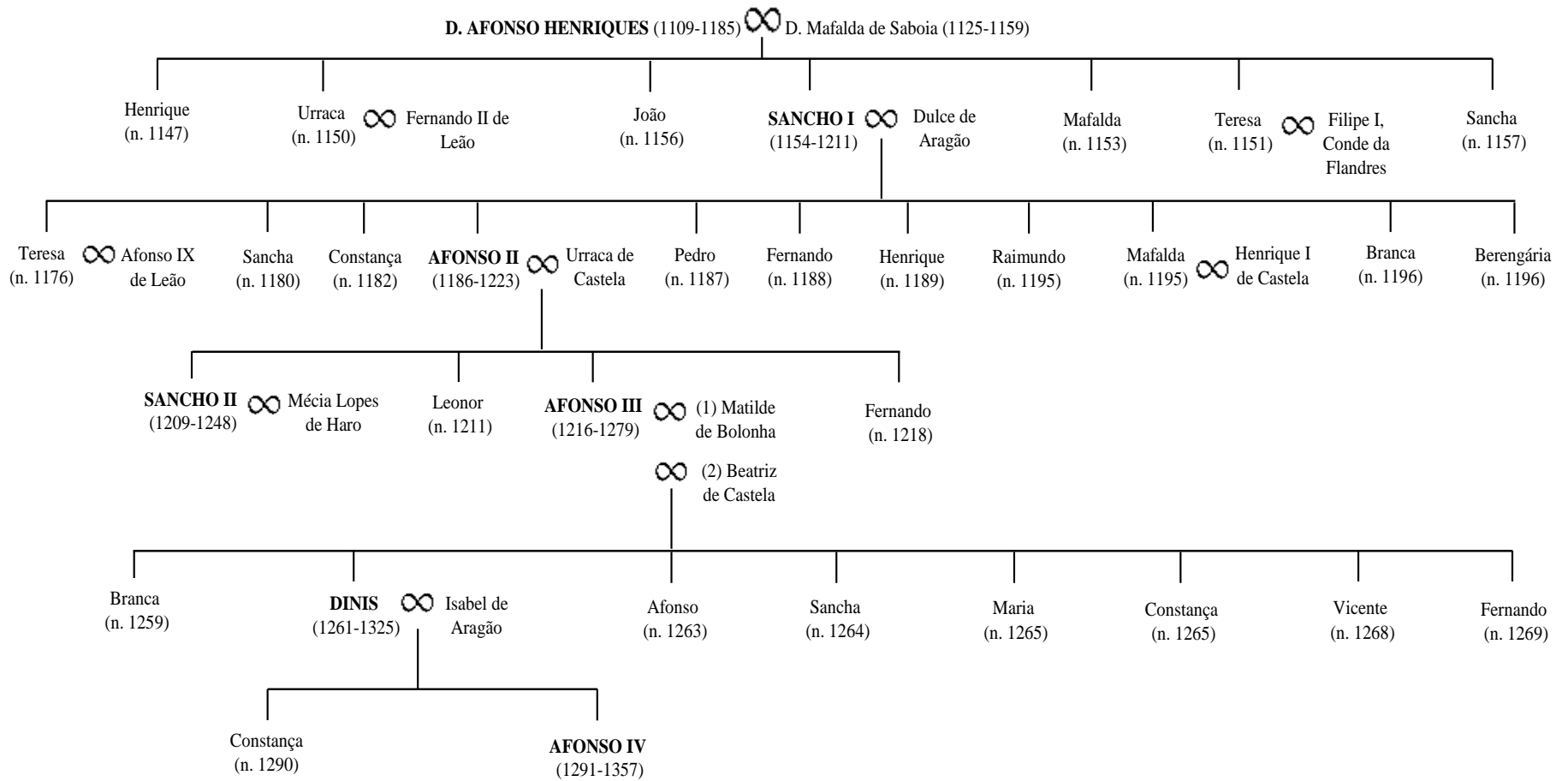
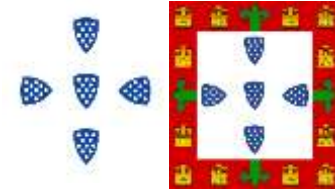
VILLA FRANCA, Conde de – *D. João I e a Aliança Inglesa, Investigação Histórico-sociais*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1884.

THURSFIELD, Sarah – *The Medieval Tailor's Assistant - making common garments 1200 -1500*. Bedford: Ruth Bean Publishers, 2001.

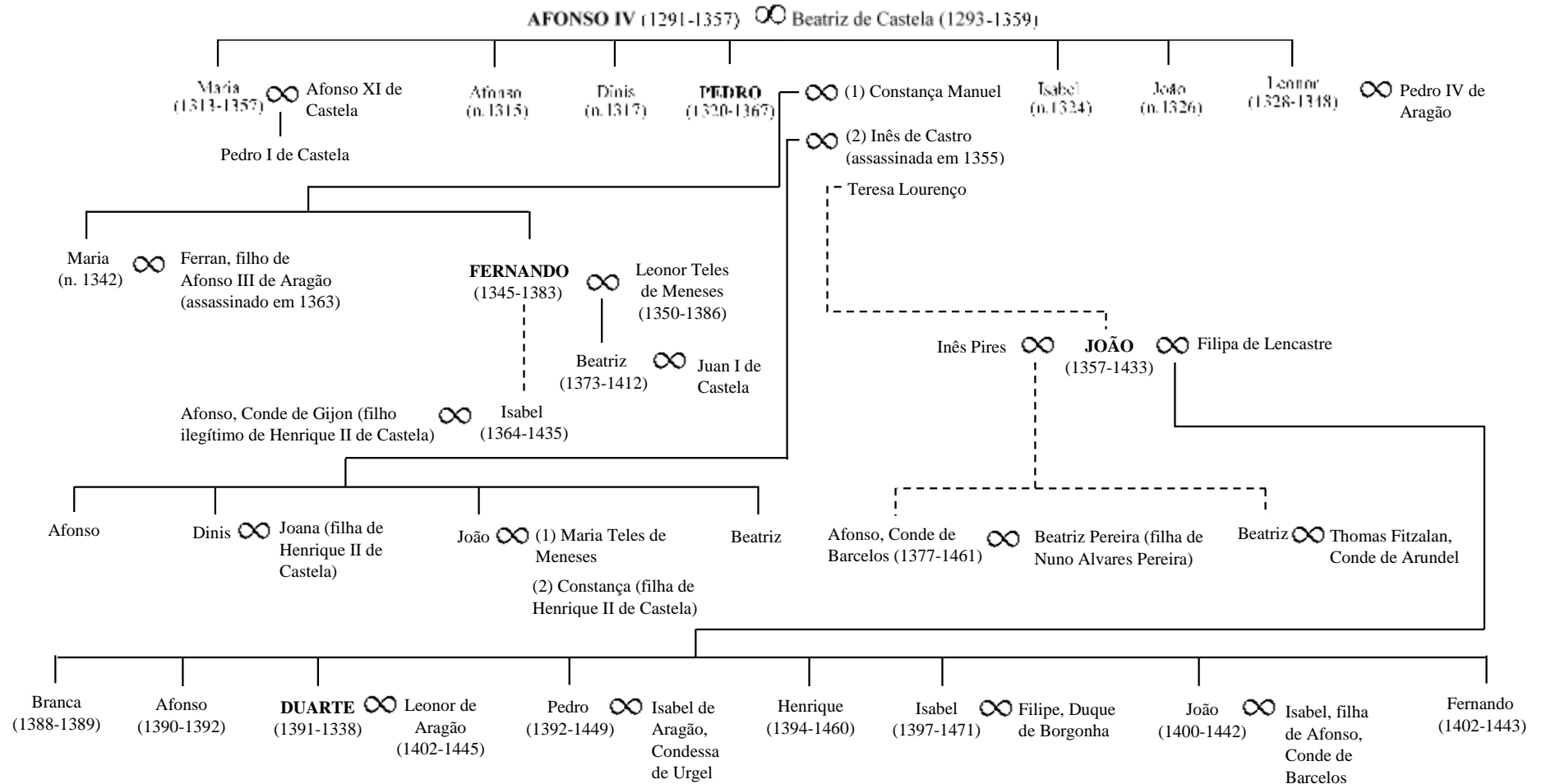
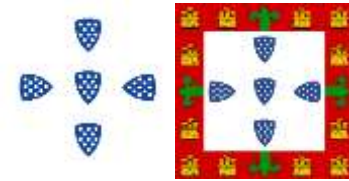
TREVELYAN, G.M. – *História Concisa de Inglaterra*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1990. 2 Vol.

ANEXOS

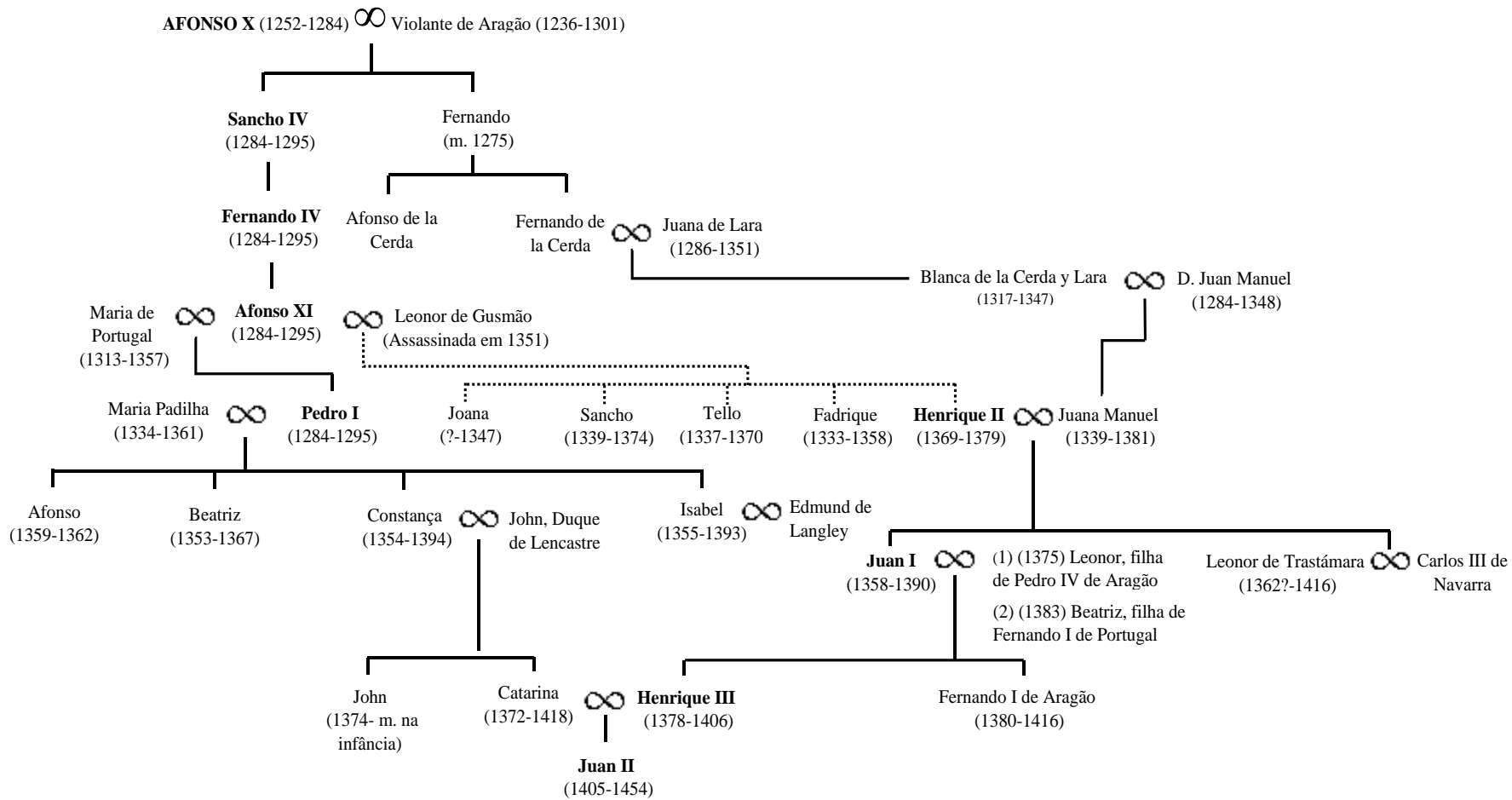
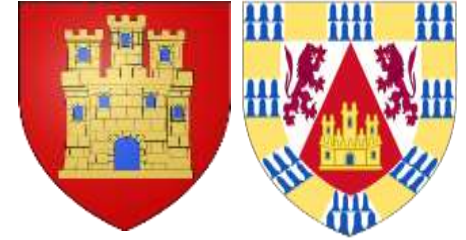
CASA REAL DE PORTUGAL



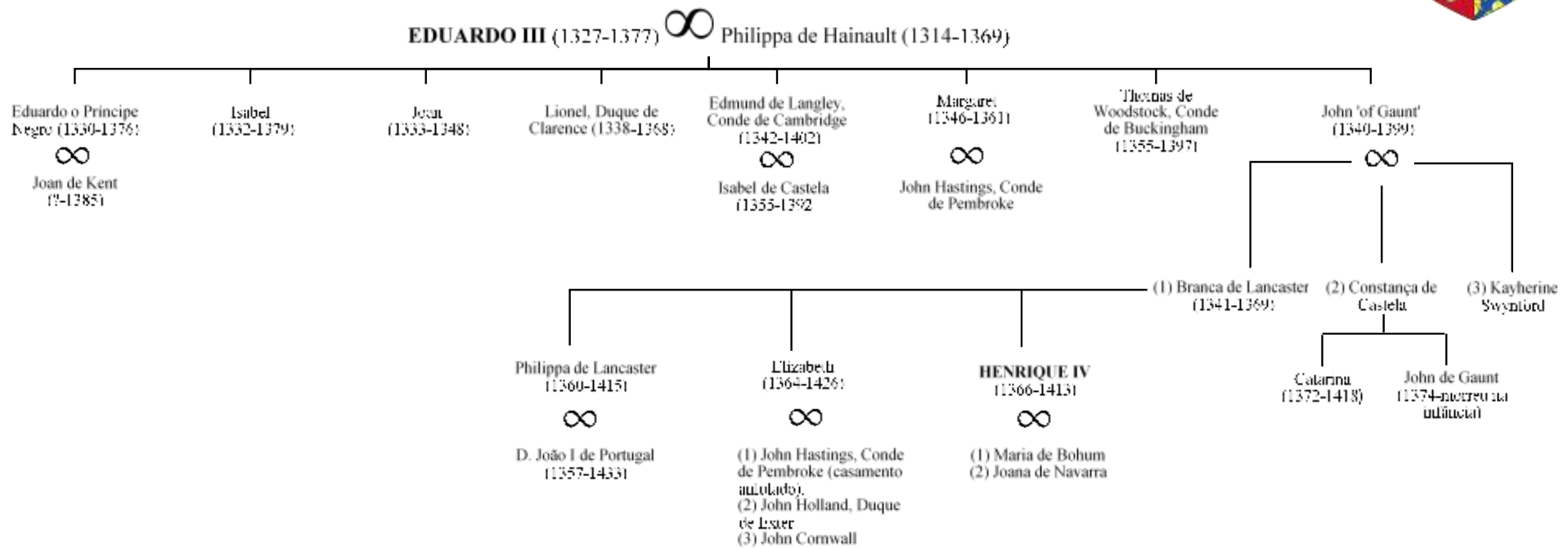
CASA REAL DE PORTUGAL



CASA REAL DE LEÃO E CASTELA



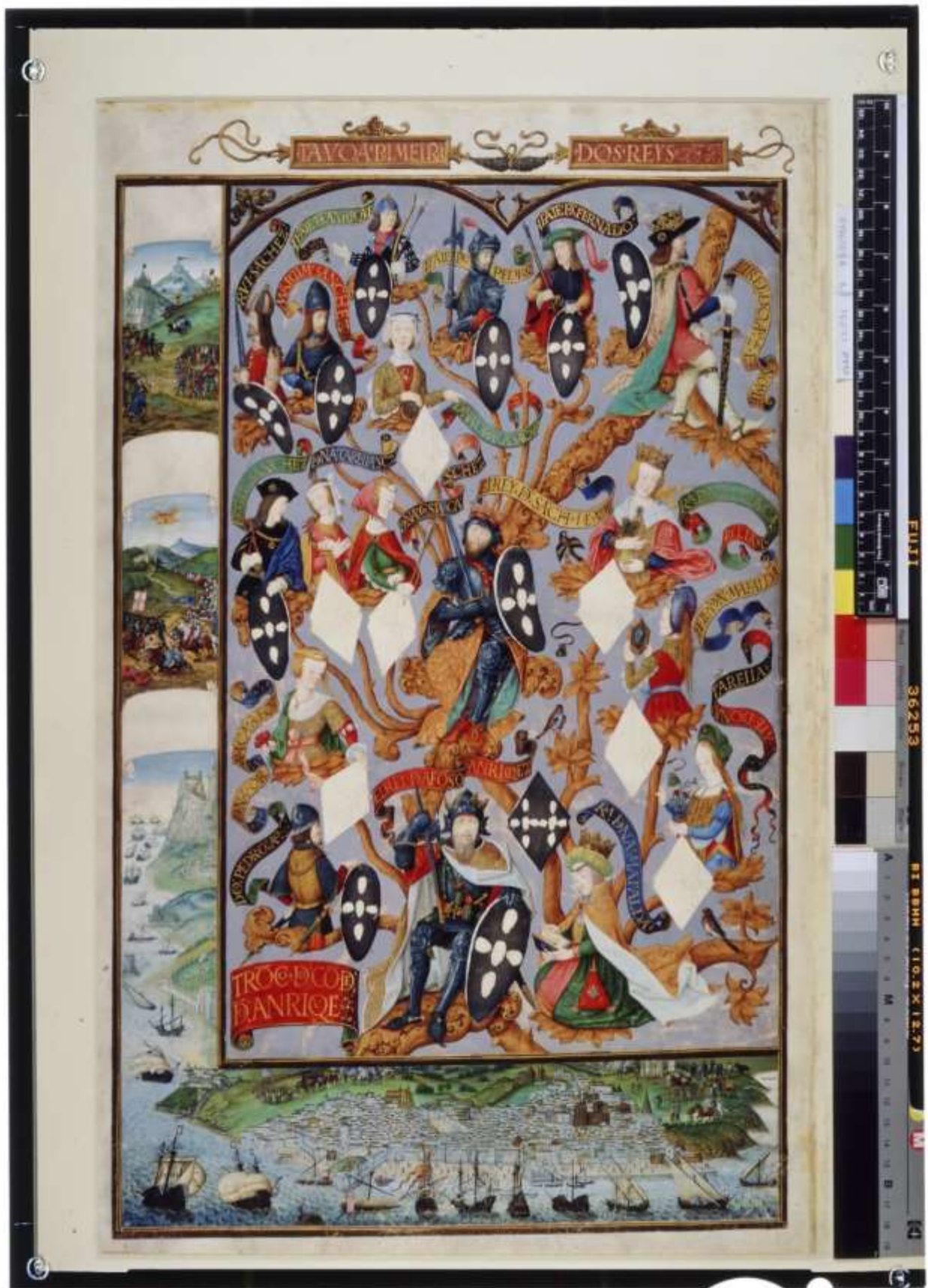
A CASA DE LANCASTER



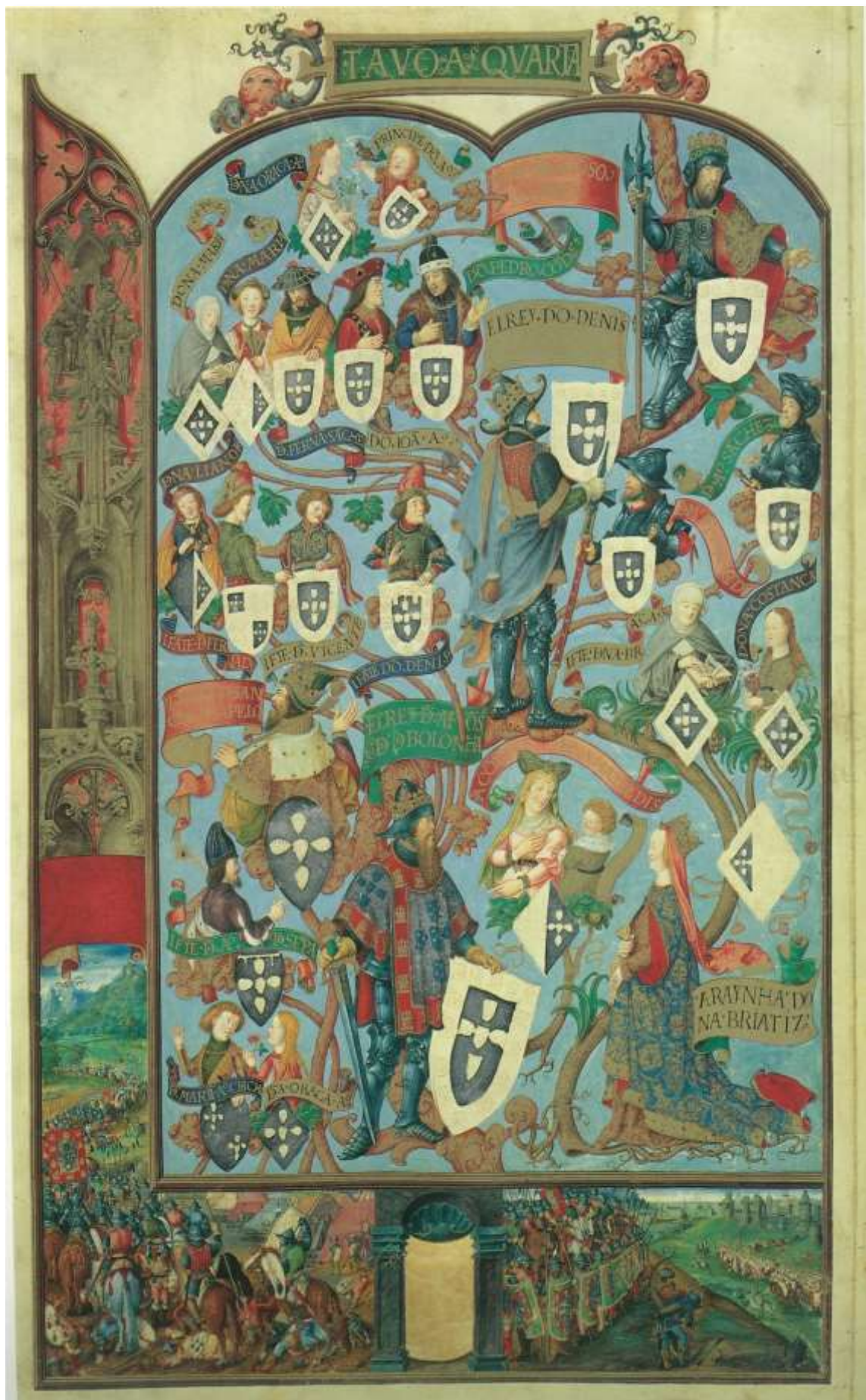
Genealogia dos reis e rainhas de Portugal.



Genealogia dos reis de Portugal. Encomendadas por Infante D. Fernando (1507-1534) a António de Holanda e Simão Bening entre 1530-34. Foto: British Library, Londres. Conde D. Henrique e sua ascendência.



D. Afonso Henriques a D. Afonso II. Genealogia dos reis de Portugal. Encomendada por Infante D. Fernando (1507-1534) a António de Holanda e Simão Bening entre 1530-34. Foto: British Library, Londres.



D. Afonso II a D. Afonso IV. Genealogia dos reis de Portugal. Encomendada por Infante D. Fernando (1507-1534) a António de Holanda e Simão Bening entre 1530-34. Foto: British Library, Londres.



John of Gaunt e D. Constança. Desta união, não nasceu D. Filipa Lencastre, como parece demonstrar na imagem, mas sim do primeiro casamento de John com Branca de Lencastre. Genealogia dos reis de Portugal. Encomendada por Infante D. Fernando (1507-1534) a António de Holanda e Simão Bening entre 1530-34. Foto: British Library. Londres.



À esquerda: Eduardo III, pai de John of Gaunt, envergando um manto azul da Ordem da Jarreteira, lembrando a sua qualidade de fundador. À direita: Henry de Grosmont, avô de D. Filipa, duque de Lancastre, trajando também ele o manto da Ordem da Jarreteira. Iluminura do *Livro da Jarreteira*, de William Bruges. British Library, Londres.



John of Gaunt. Pintura num vitral na biblioteca All Souls College, Oxford. Foto: Bridgeman/AIC.



John of Gaunt: King of Castile and Leon, Duke of Aquitaine and Lancaster, Earl of Derby, Lincoln, and Leicester, Seneschal of England Archibald Constable, (Armitage-Smith, 1905, p.100)



Pedro I de Castela. Foto: Museu Arqueológico Nacional de Madrid.



Henrique de Trastâmara. Foto: Sala dos Reis, Alcázar de Segovia.



Juan I de Castela. Foto: Catedral de Toledo.

**LAÇOS DE AMIZADE E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE
PORTUGAL E INGLATERRA (1147-1387).**



REINADOS		
<i>D. Afonso Henriques</i>	1147 – Cruzados ingleses, a caminho da terra santa reforçam e auxiliam os militares de Afonso Henriques na conquista de Lisboa.	<i>Estevão</i>
<i>Sancho I</i>	1189 – Por altura da 3ª Cruzada, militares ingleses auxiliam Sancho I na conquista de Silves.	<i>Henrique II</i>
<i>Afonso II</i>	1217 – Cruzados ingleses auxiliam os militares de Afonso II na conquista de Alcáçar do Sal.	<i>Henrique III</i>
<i>D. Dinis</i>	1294 – Tratado de amizade e comércio realizado entre os dois países por iniciativa de Eduardo I.	<i>Eduardo I</i>
<i>D. Dinis</i>	1308 – Renovação do tratado até ali existente, considerando agora, como indissolúvel e perpétuo.	<i>Eduardo II</i>
<i>D. Afonso IV</i>	1345 – Eduardo III envia Embaixadores a Portugal para negociarem uma aliança matrimonial entre Eduardo, o Príncipe Negro e D. Leonor; no entanto, esta aliança nunca se chega a consumar.	<i>Eduardo III</i>
<i>D. Afonso IV</i>	1352 – Renovação de salvo-condutos aos mercadores portugueses.	<i>Eduardo III</i>
<i>D. Afonso IV</i>	1353 – Primeiro tratado oficial de comércio e amizade entre os dois países, com duração de 50 anos; negociado pelo portuense e emissário do monarca português, Afonso Martins Alho.	<i>Eduardo III</i>
<i>D. Fernando</i>	1372 – Assinatura do Tratado de Tagilde.	<i>Eduardo III</i>
<i>D. Fernando</i>	1373 – A confirmação ao tratado elaborado no ano anterior é assinado em Londres e fica conhecido como: Tratado de Westminster.	<i>Eduardo III</i>
<i>D. Fernando</i>	1381 – Auxílio militar inglês, por altura da última guerra fernandina, liderada pelo conde de Cambridge, Edmundo de Langley.	<i>Ricardo II</i>
<i>D. João I</i>	1385 – Auxílio militar inglês, com pouco mais de 200 elementos, na batalha de Aljubarrota.	<i>Ricardo II</i>
<i>D. João I</i>	1386 – A 9 de Maio é assinado o Tratado de Windsor, pelo qual os reinos de Portugal e Inglaterra são declarados unidos para o futuro nos mais estreitos laços de amizade e aliança.	<i>Ricardo II</i>
<i>D. João I</i>	1387 – No dia 14 de Fevereiro de 1387 a aliança anglo-portuguesa é selada na cidade do Porto, com o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, filha de John of Gaunt.	<i>Ricardo II</i>

Tomada de Lisboa por Afonso Henriques.



O Cerco de Lisboa. Aguarela de Alfredo Roque Gameiro (1917).



Tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques. Autor: H. Petit, 1842. Gravura pertencente à “Colecção de Gravuras da Sociedade Martins Sarmento”.

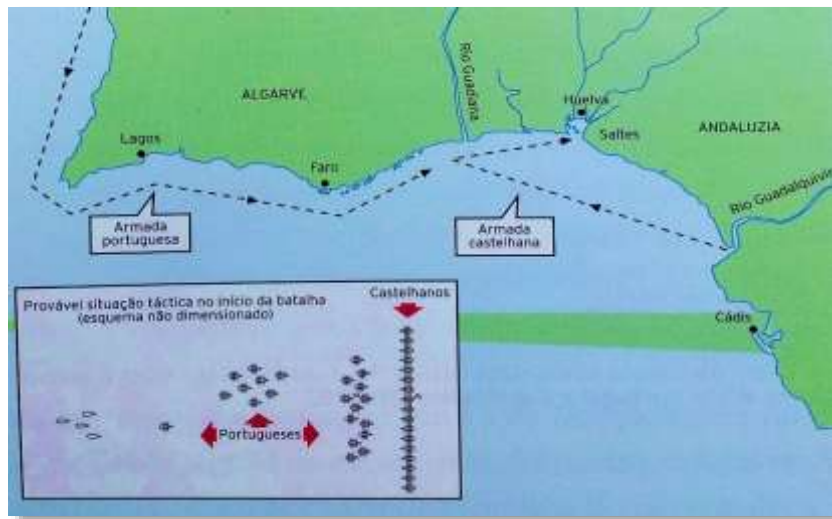
Guerra civil castelhana (1367-1369).



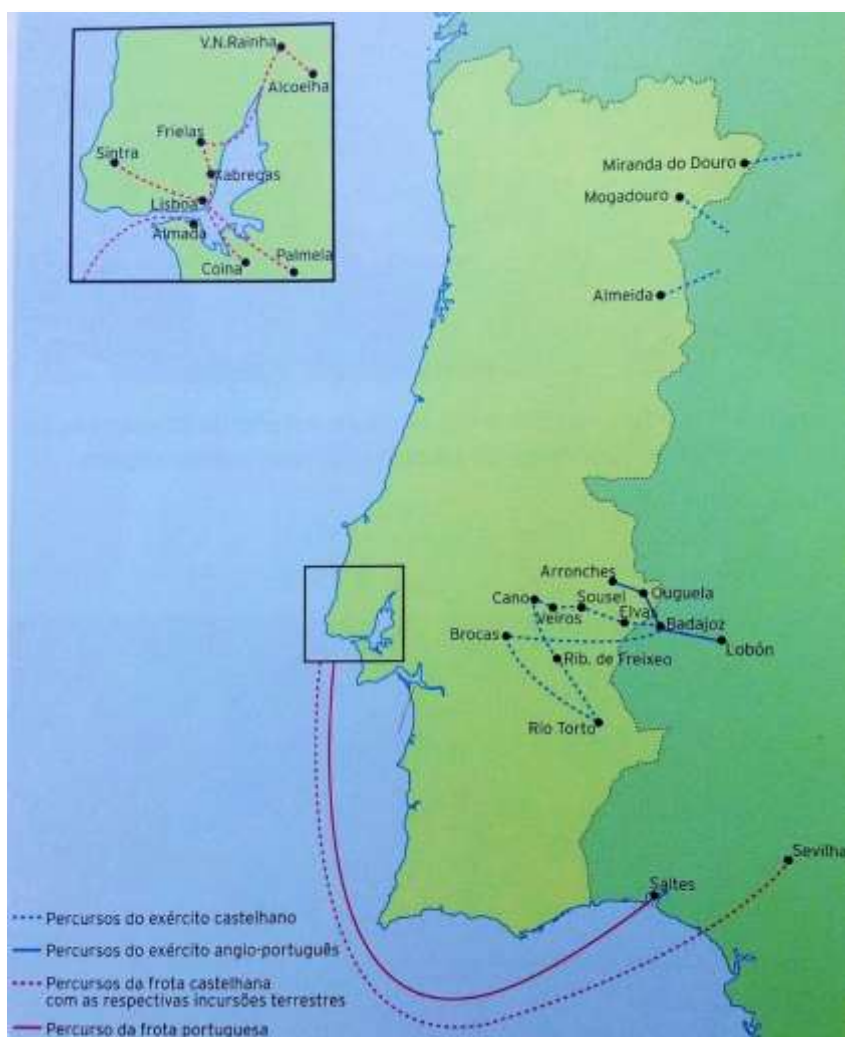
Batalha de Najera 1367. *Chroniques de Froissart* (1337-1410), Paris, Bibliothèque Nationale.



Batalha de Montiel 1369. *Chroniques de Froissart* (1337-1410), Paris, Bibliothèque Nationale.



Batalha naval de Saltes em 1381, (MARTINS, 2008).



Movimentações e confrontos entre militares anglo-portugueses e castelhanos, 1381-1382, (MARTINS, 2008).



Iluminura referente à chegada e audiência das tropas inglesas para apoio na guerra contra Castela. *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 195)



Edmund Langley, 1º Duque de York, filho de Eduardo III, que chefiou a expedição inglesa de auxílio a D. Fernando. Iluminura da *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 186)

Cortes de Coimbra, 1385.

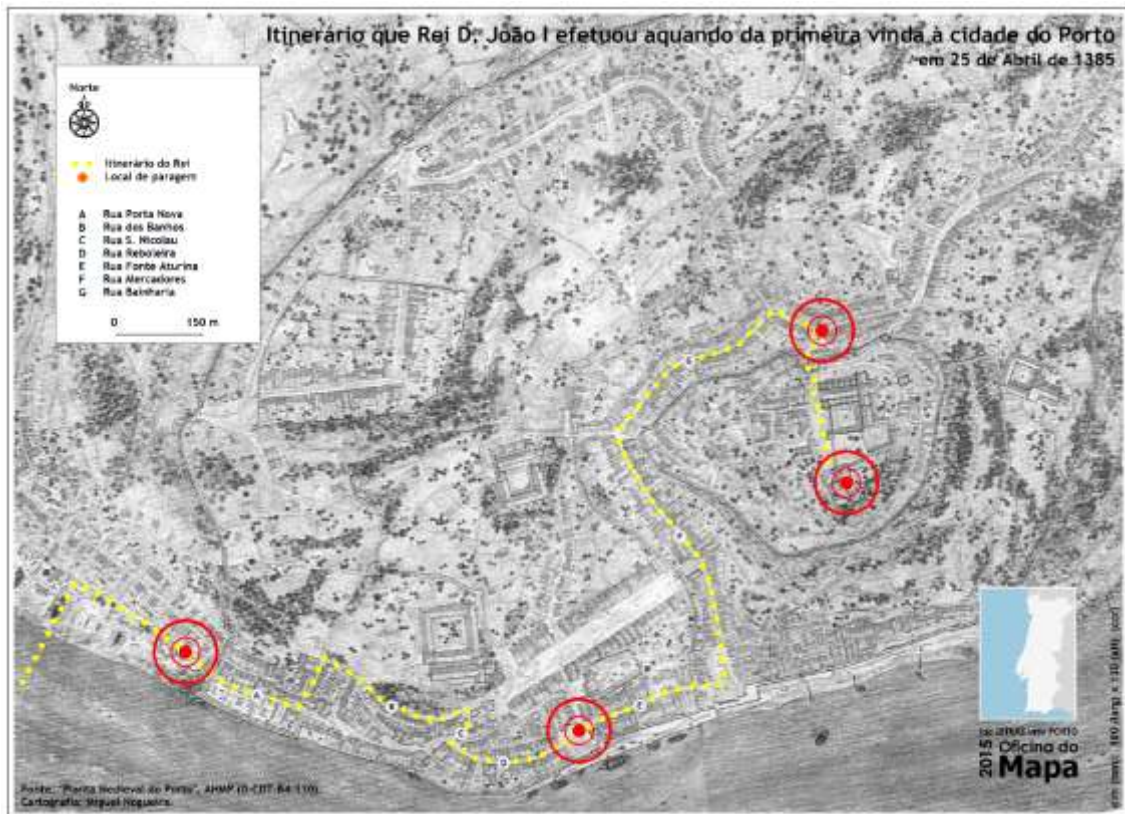


Cortes de Coimbra em 1385 - Eleição de D. João I. Fresco de Dordio Gomes, 1944-60.
Sala das sessões do Tribunal da Relação do Porto.



João das Regras discursa nas Cortes de Coimbra no dia 6 de Abril de 1385.

Quando D. João I visitou Porto.



Itinerário que D. João I efetuou na sua primeira visita ao velho burgo portuense, no dia 25 de abril de 1385. Mapa elaborado por, Dr. Miguel Nogueira, Oficina do Mapa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1383-1385. Um Portugal dividido.



Através deste mapa, nota-se um evidente apoio por D. Beatriz, principalmente no norte de Portugal. (MARQUES, 1987, p. 527).

Batalha de Aljubarrota

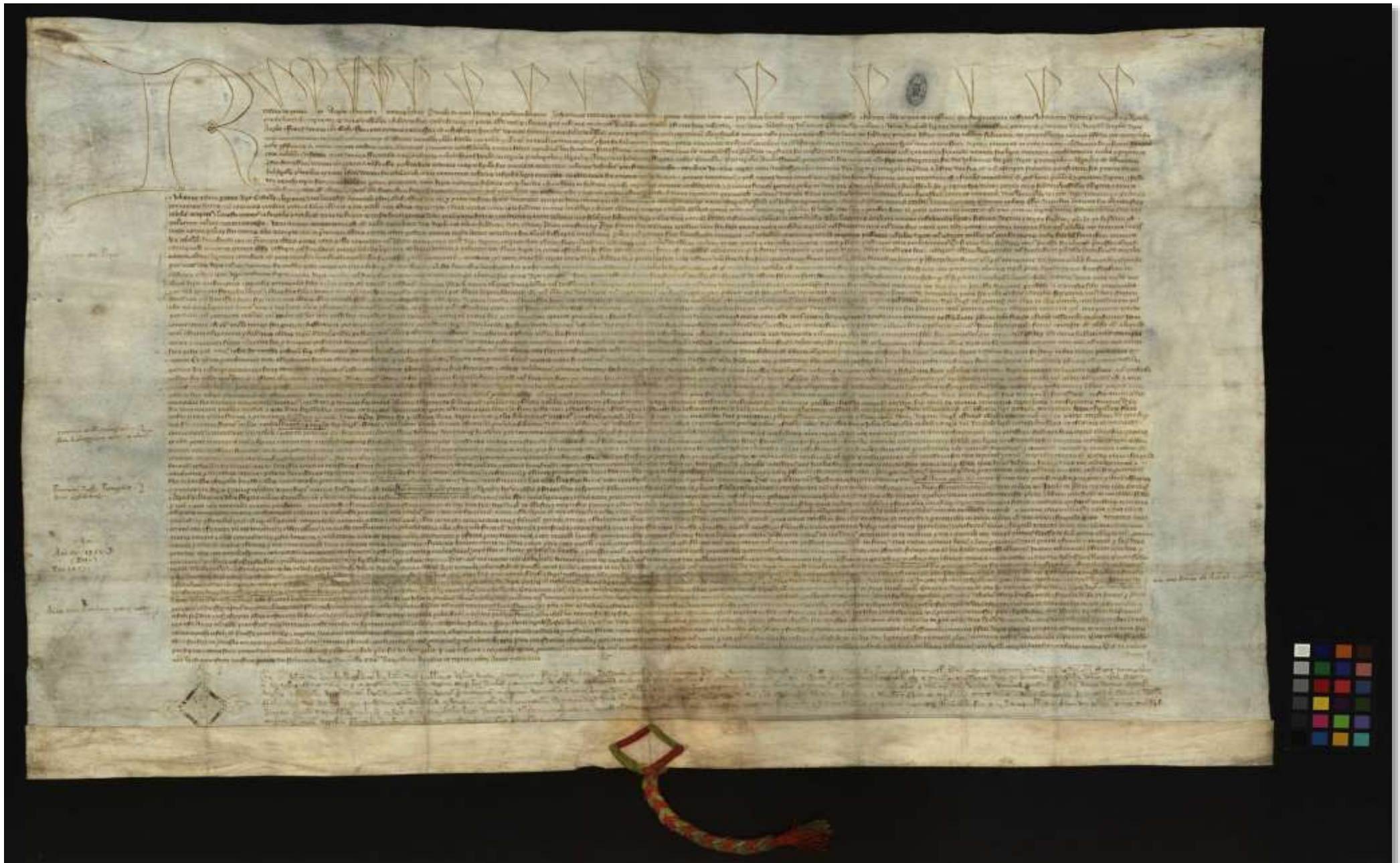


D. João I na Batalha de Aljubarrota. Iluminura da *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 204)



Força anglo-portuguesa em combate face à vanguarda francesa liderada por Juan I de Castela na Batalha de Aljubarrota. Iluminura da *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 201v)

Tratado de Windsor



Tratado de paz, amizade e confederação entre D. João I e Eduardo II, rei de Inglaterra, denominado Tratado de Windsor. Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, gav. 18, mç. 3, n.º 2.

Corte lancasteriana na Península Ibérica.



Chegada de John of Gaunt e sua comitiva à Galiza. *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 236)



Comment le roy de portingal Et le duc de landastrie se trouuerent
ensamble / Et de leurs deuises. / . Chapitre xliiii .

Iluminura referente ao emblemático encontro em Ponte de Mouro no dia 1 de Novembro de 1386 entre D. João I e John of Gaunt. *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 244v).

Portugal após o Tratado de Ponte de Mouro, 1386.



Mapa esquemático das áreas cedidas a Portugal pelo duque de Lancaster ao abrigo de Ponte de Mouro. (RUSSEL, 2000, p. 475).

Do Paço Episcopal até à Sé do Porto rumo ao casamento.



Porto, 14 de Fevereiro de 1387, dia do casamento real: Trajeto efetuado por D. João I e D. Filipa de Lencastre desde o Paço do Bispo até à Catedral do Porto. Baseado na descrição de Fernão Lopes inserida na sua Crónica de El-Rei Dom João I. Pintura e Azulejaria de Jorge Colaço, 1903. Estação de São Bento, Porto.

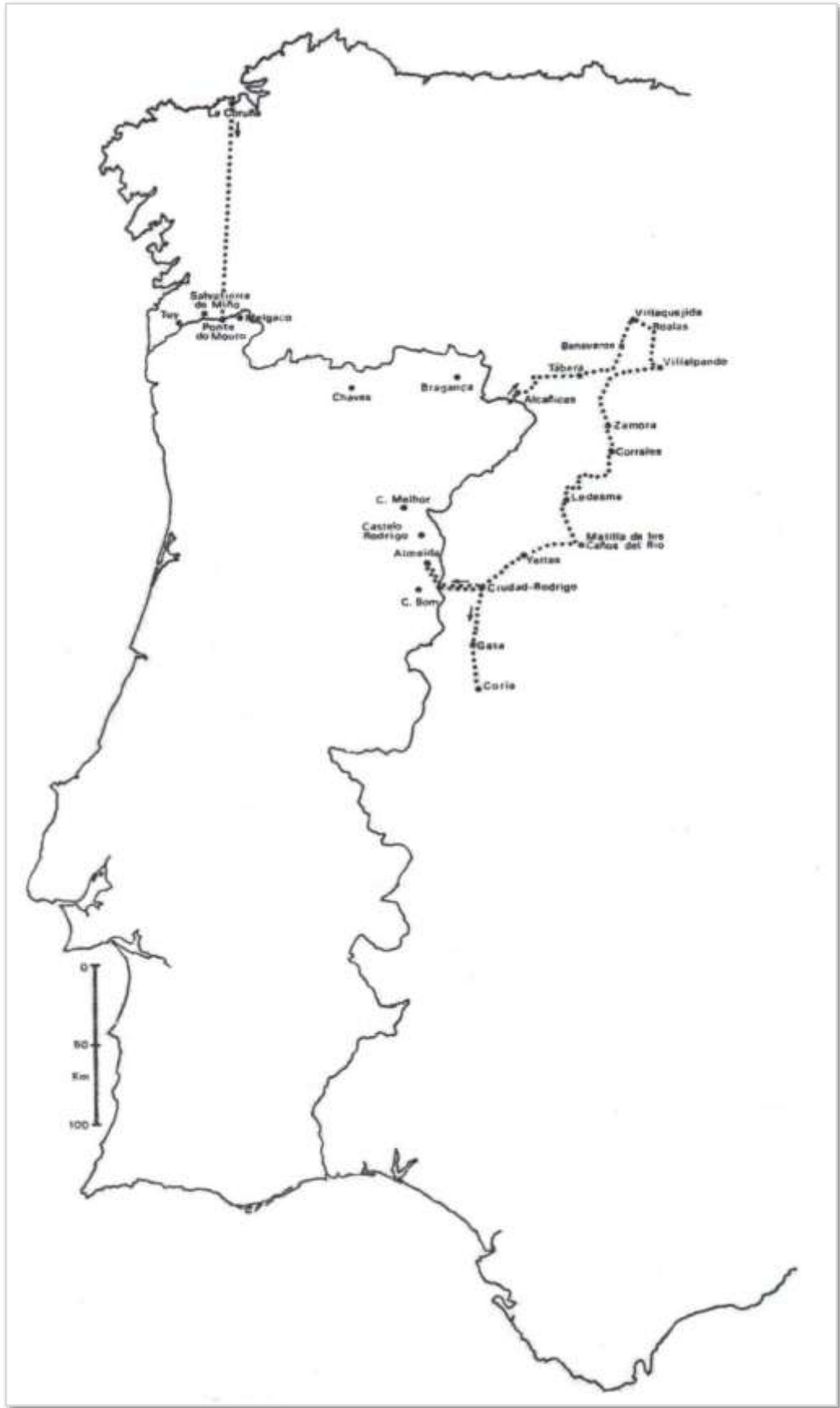


Casamento de D. João I e Filipa de Lencastre. Iluminura *Crónica de Inglaterra* (vol. III), de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 284).



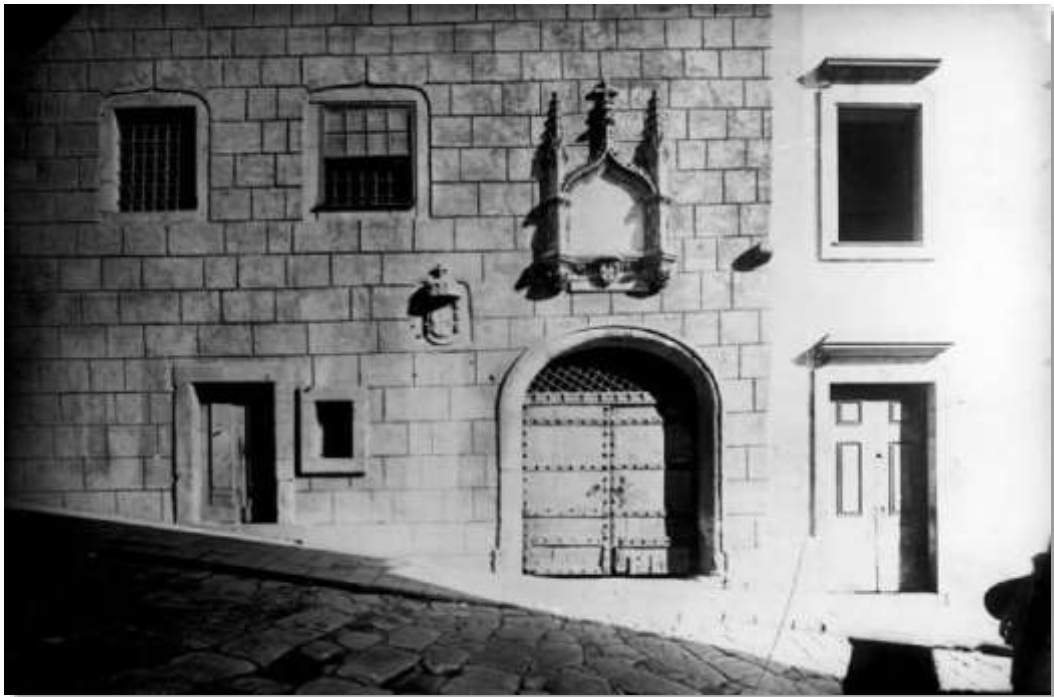
Casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre, na Catedral do Porto em 14 Fevereiro de 1387. Baseado na descrição de Fernão Lopes inserta na sua Crónica de El-Rei Dom João I. Fresco de Jaime Martins Barata. Sala de Audiências do Palácio de Justiça (Tribunal da Relação) do Porto, 1961. (5.75 m x 9.40 m).

Campanha anglo-portuguesa em Castela, 1387.



Itinerário da campanha levado a cabo por John of Gaunt e D. João I, entre 25 de Março de 1387 a 4 de Junho de 1387 a Castela. (MARQUES, 1987, p. 533).

A casa onde, provavelmente, o Infante D. Henrique nasceu, 4 de março de 1394.



Fachada principal da Casa do Infante, c.1895. Emilio Biel. CMP, Arquivo Histórico Municipal.

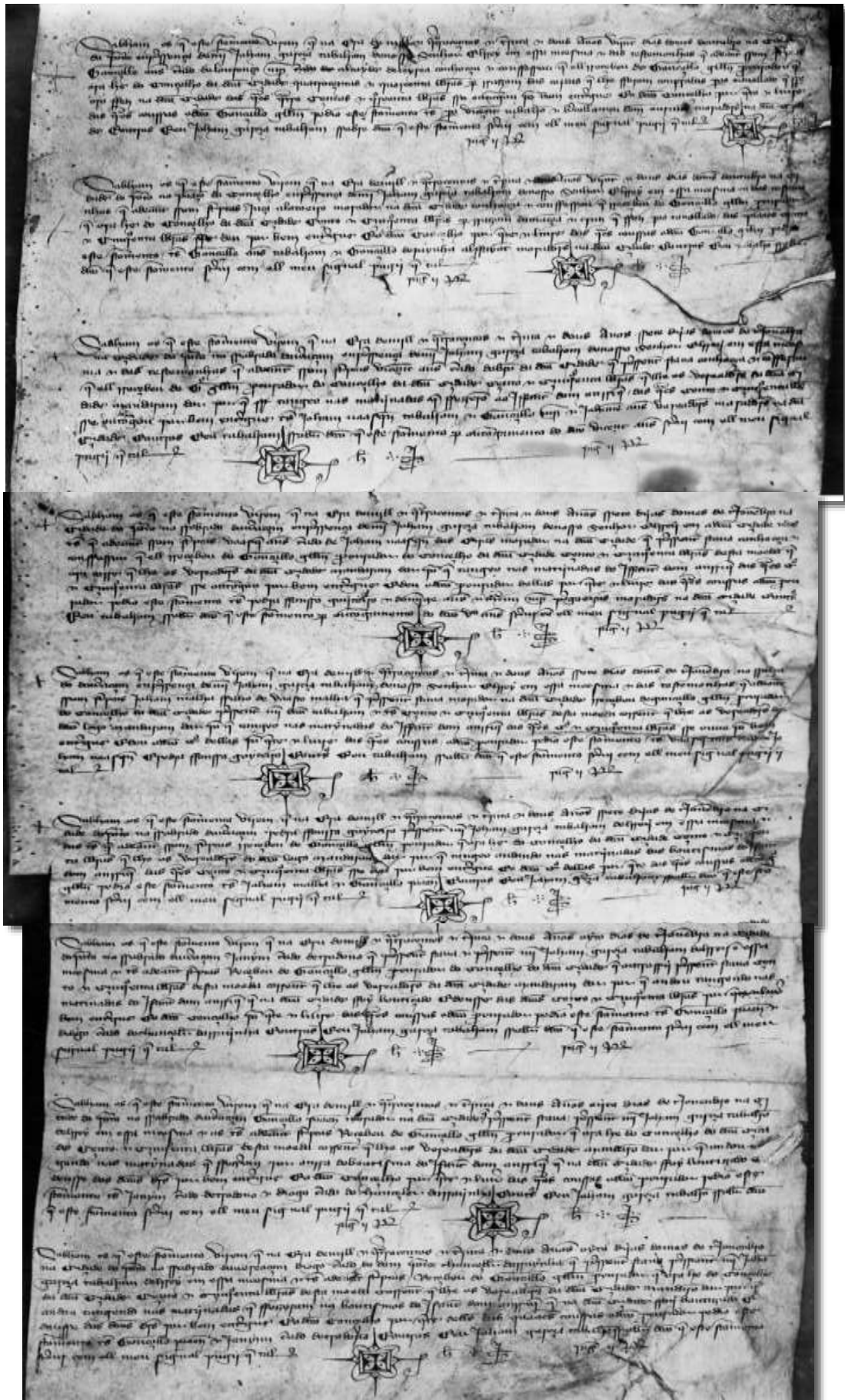


Fachada principal da Casa do Infante, c.1909.
Autor desconhecido.



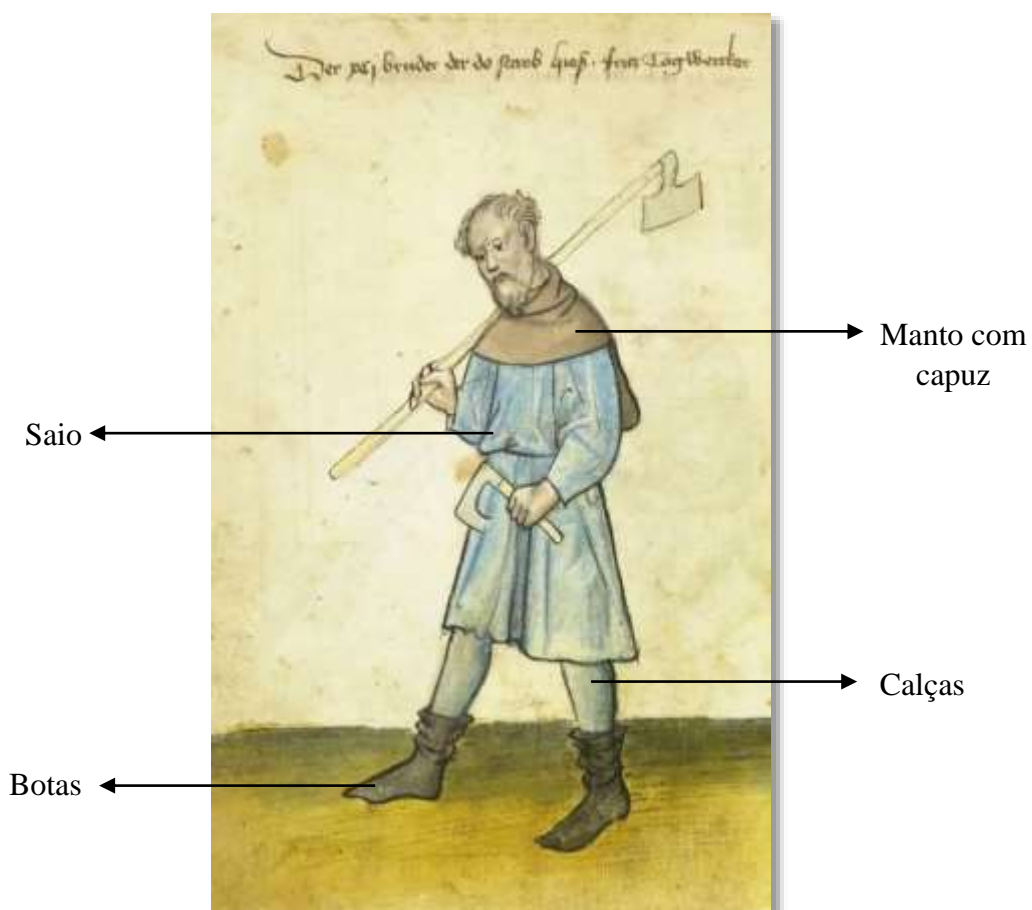
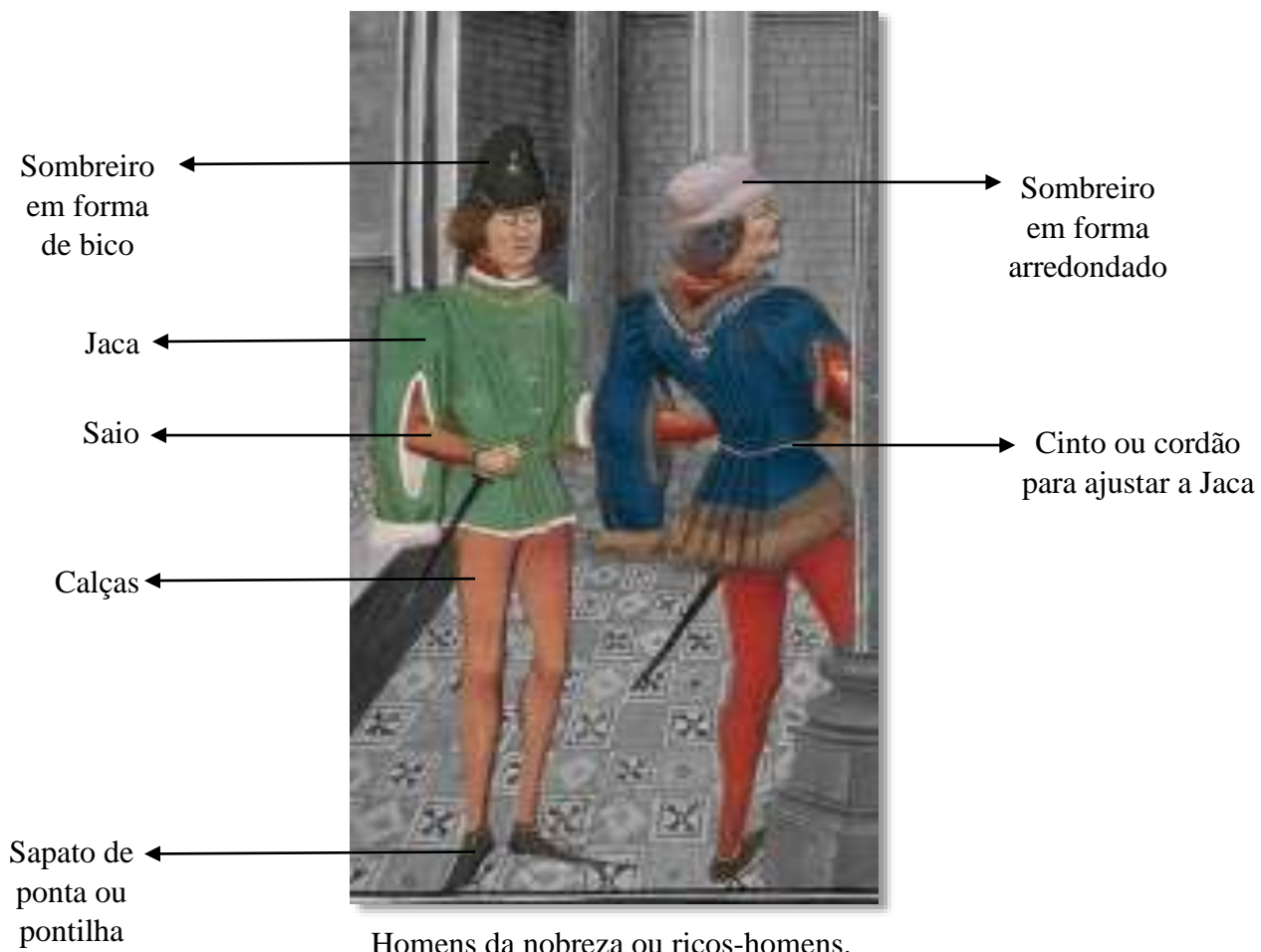
Fachada principal da Casa do Infante, c.1920.
A. de Carvalho Cerqueira, Araújo & Sobrinho.

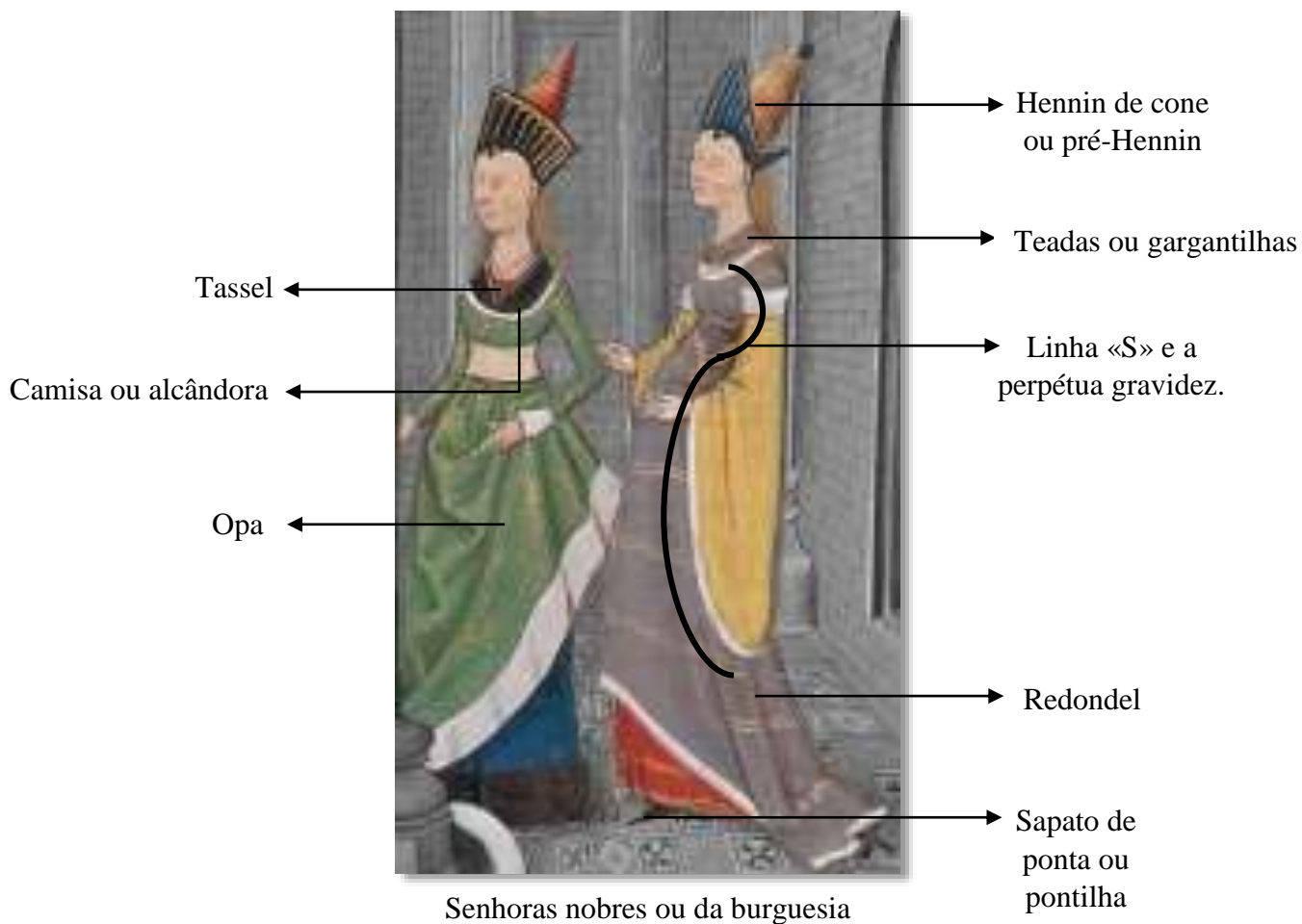
Documento comprovativo da realização batizado do Infante no Porto.



Despesas inerentes ao batizado do Infante D. Henrique realizado no Porto em 1394. Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. Fotomontagem: Vitor Pinto.

A indumentária medieval, finais do século XIV.





Alimentação Medieval. Produção, criação e degustação.



Calendário Agrícola. Primeiro tratado sobre agricultura. *Le calendrier des travaux agricoles du Rustican. Son Opus ruralium commodorum.* Pietro Di Crescenzi (1233-1321). Musée Condé, Chantilly RMN.



Ceifar os cereais. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 3 verso.



Pesca. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 1 verso.



Produção de vinho. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 5 verso.



Vindima. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 5.



Apanha de frutos. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 2 verso.



Pastagem de gado. Lisboa, A.N.T.T., Missal Antigo de Lorvão, fl 6.



A refeição do mestrel. Livro de Horas de Roma. Jean et Jacquelin de Montluçon, Bourges, Paris, BNF.



Banquete dos noivos. *Histoire d'Oliver de Castille et d'Artus d'Algarbe*. Paris, BNF.



A mesa medieval e as suas extravagâncias. Iluminura do manuscrito *Chanson des quatre fils Aymon*. Pintura de Renaut de Montauban, Bruges, 1462-1470, Bibliothèque de l'Arsenal, Paris, BNF.

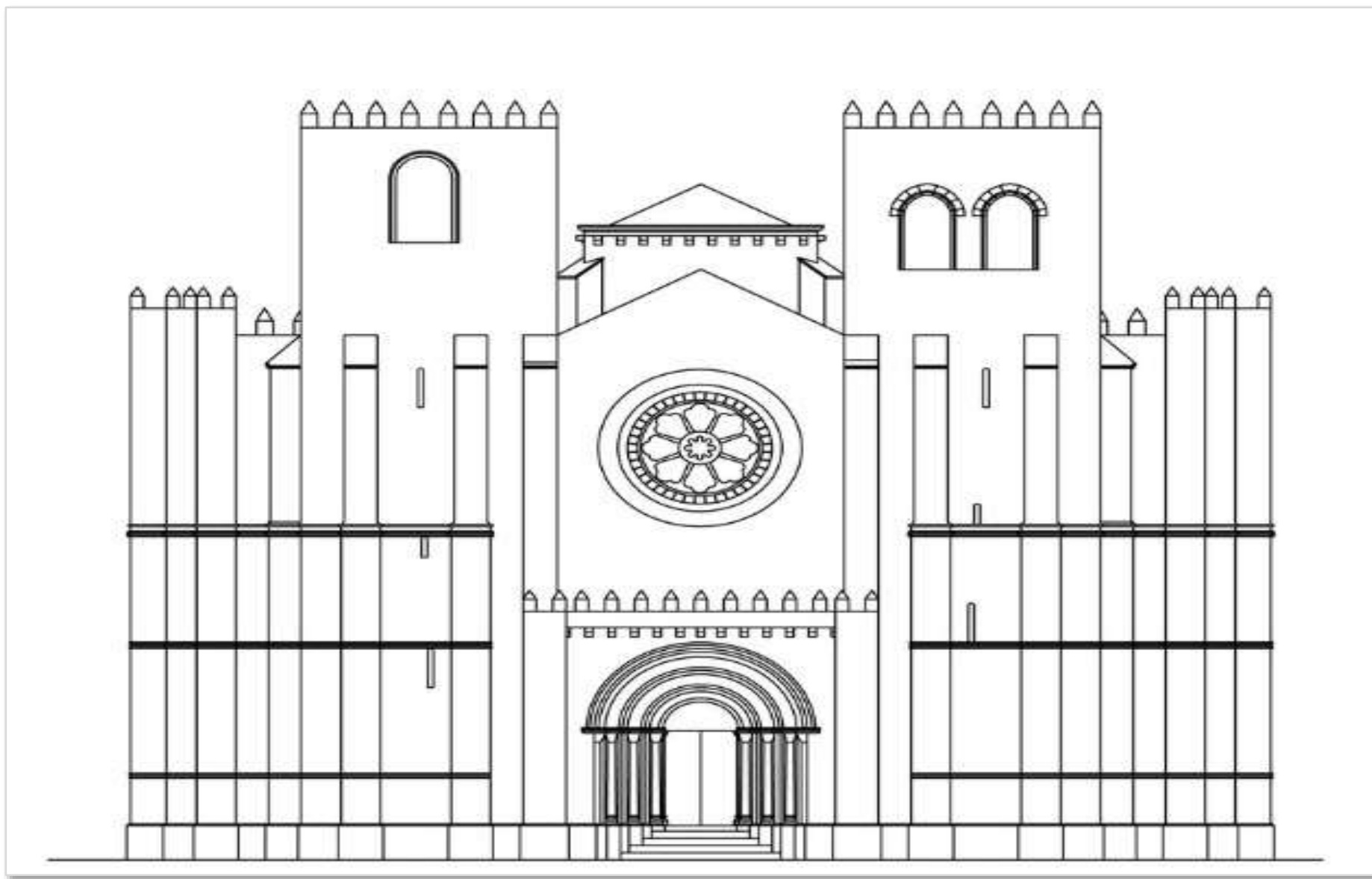


Grande jantar proporcionado por Ricardo II, rei da Inglaterra, ao Duque de York, Gloucester e Irlanda. *Crónica de Inglaterra*, de Jean Wavrin. Foto: British Library, Londres. (Royal 14 E IV f. 265v).

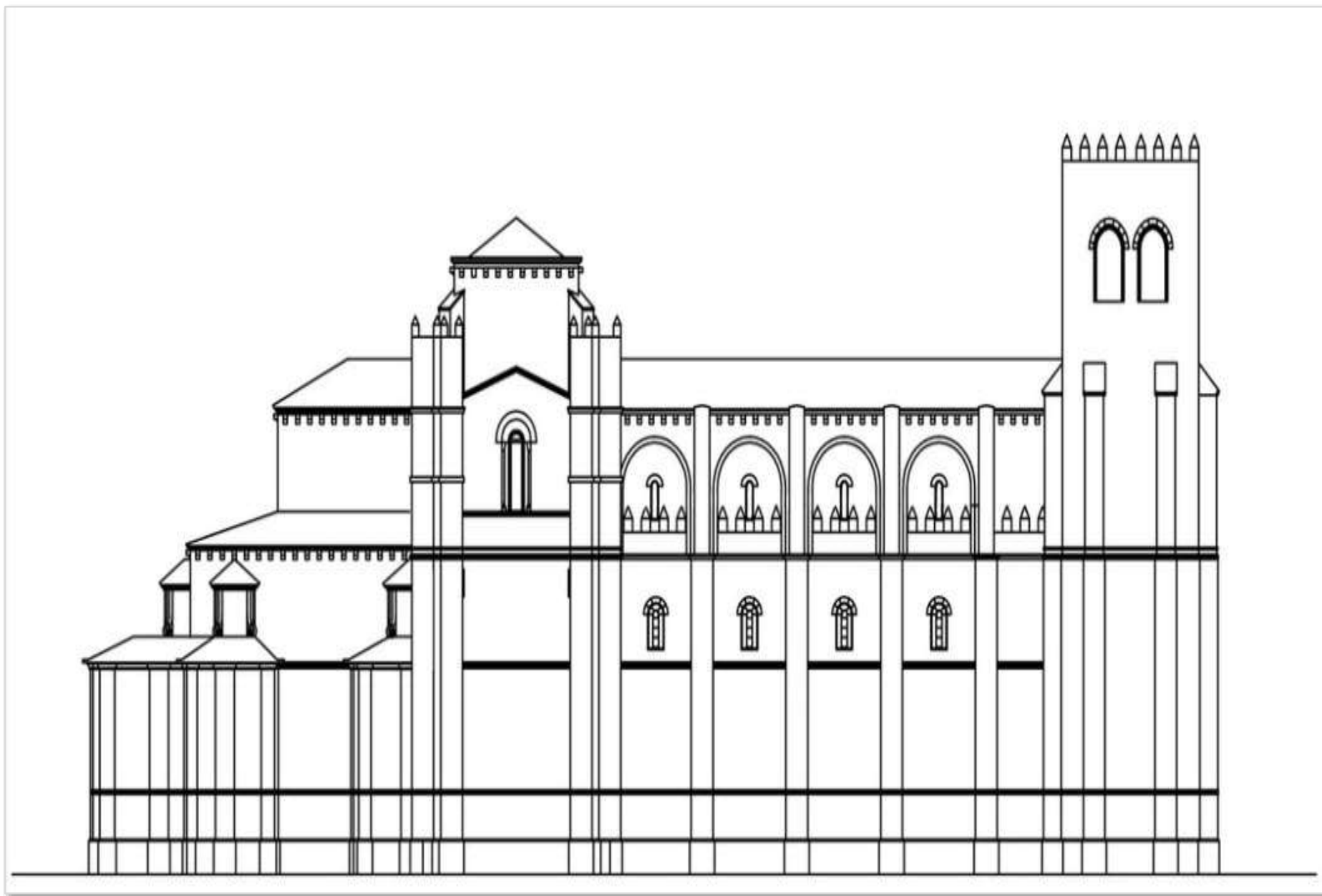
Sé do Porto. O palco do casamento.



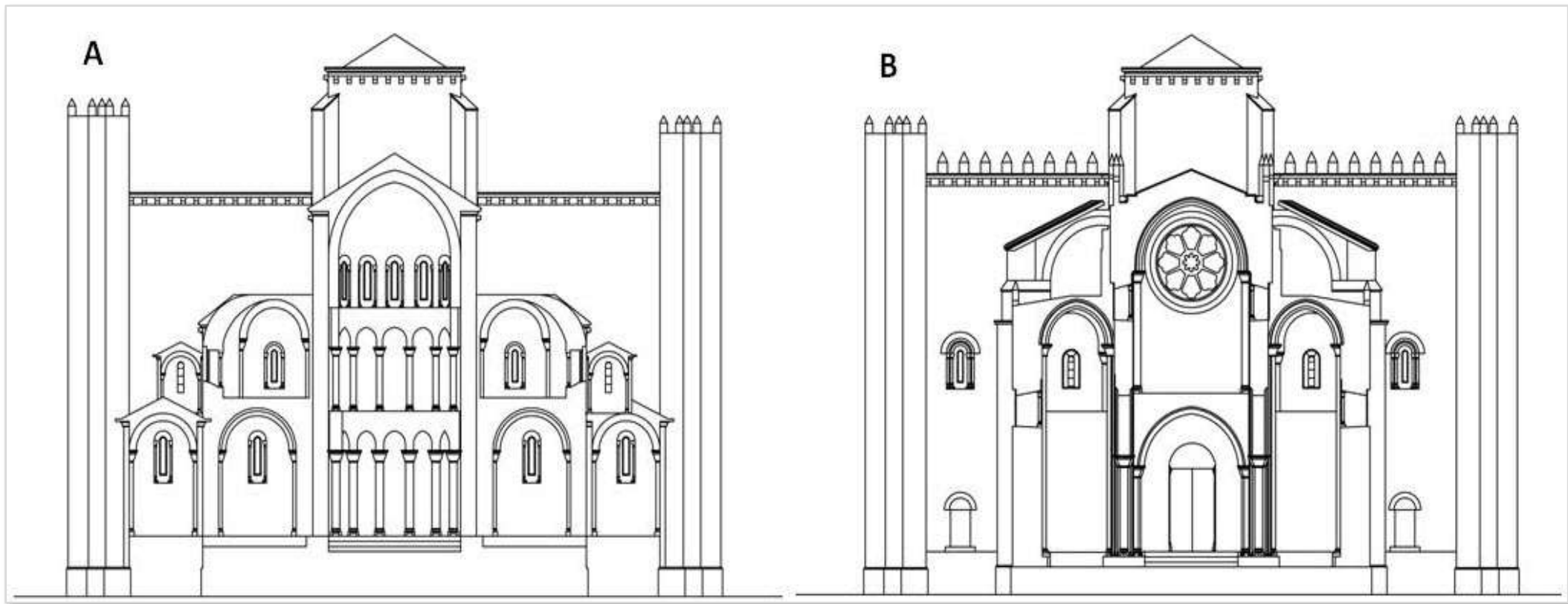
Sé do Porto. Foto: Francisco Sá Guerra, 2013.



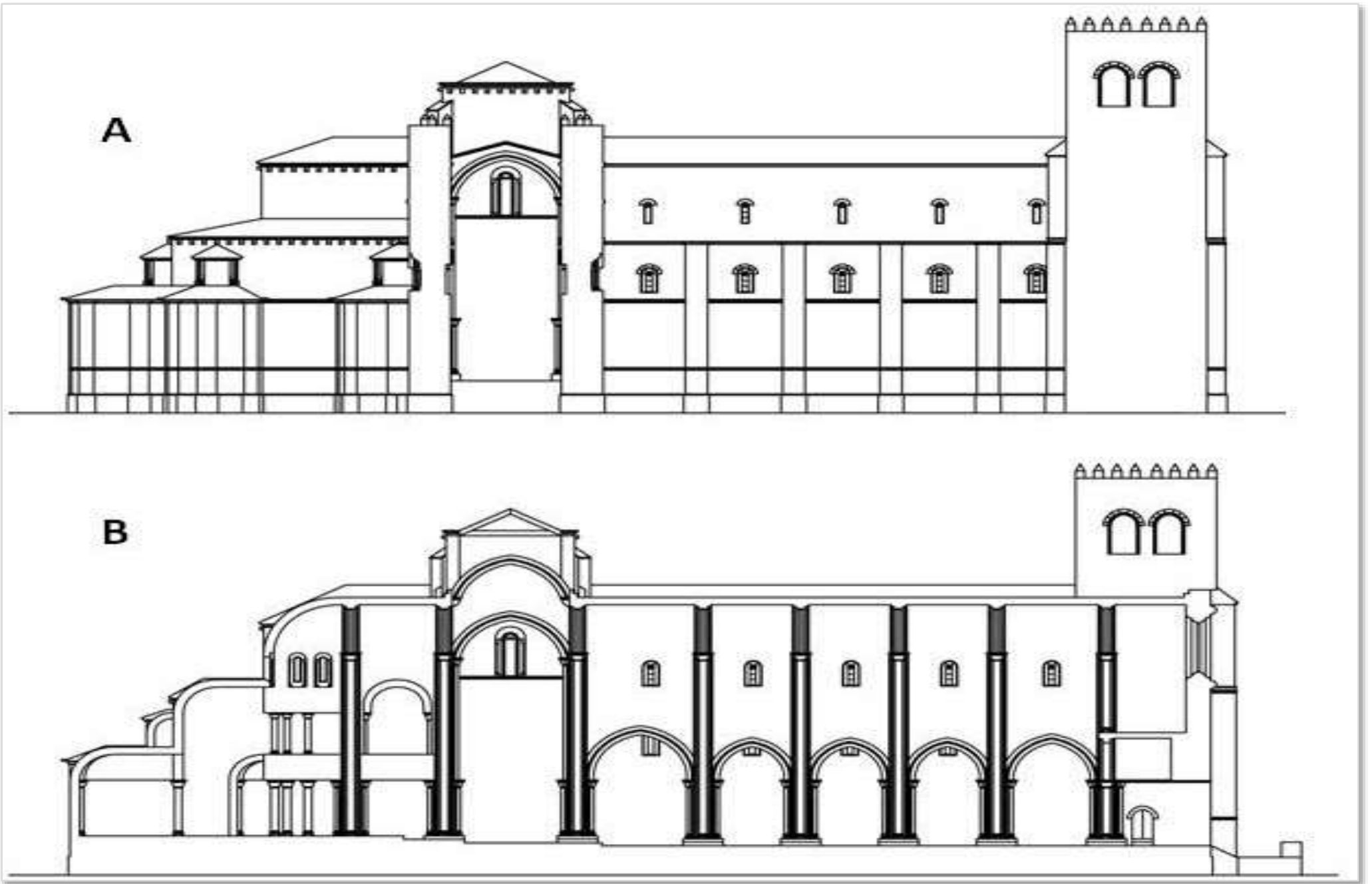
Sé do Porto. Fachada primitiva. Foto disponível em “<http://www.portopatrimoniomundial.com>”.



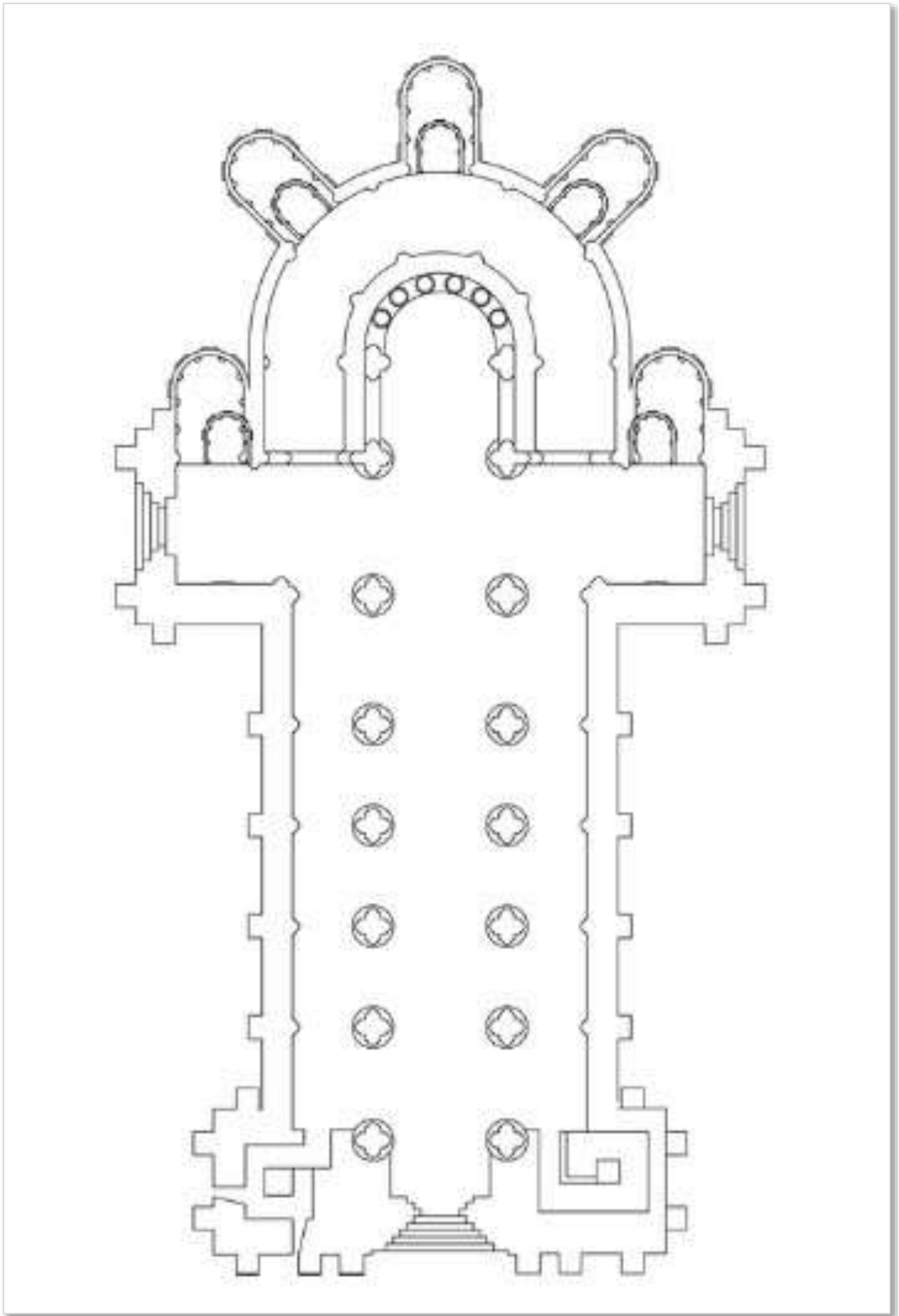
Sé do Porto. Alçado lateral primitivo.



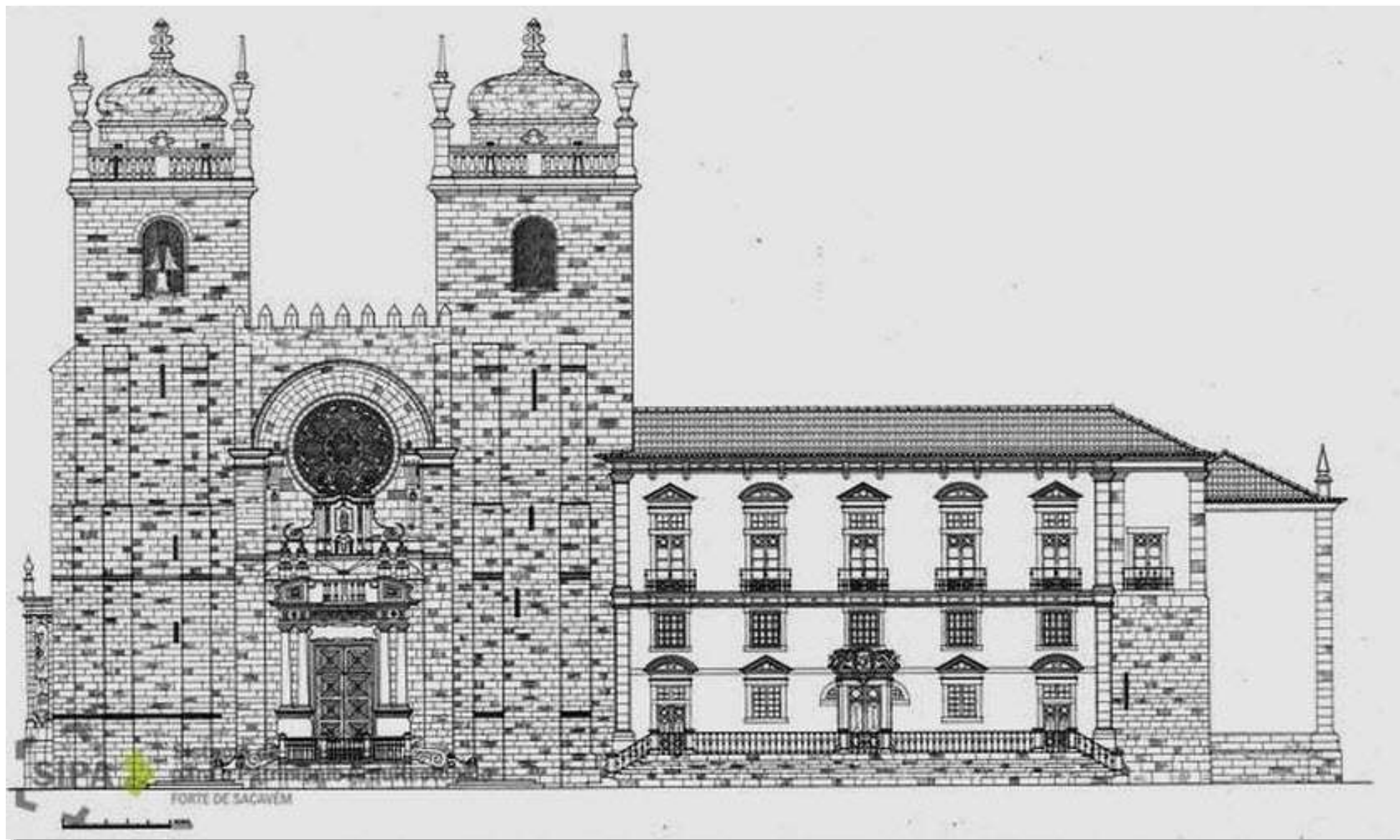
A – Corte frontal da abside; **B** – Corte frontal da nave com transepto.



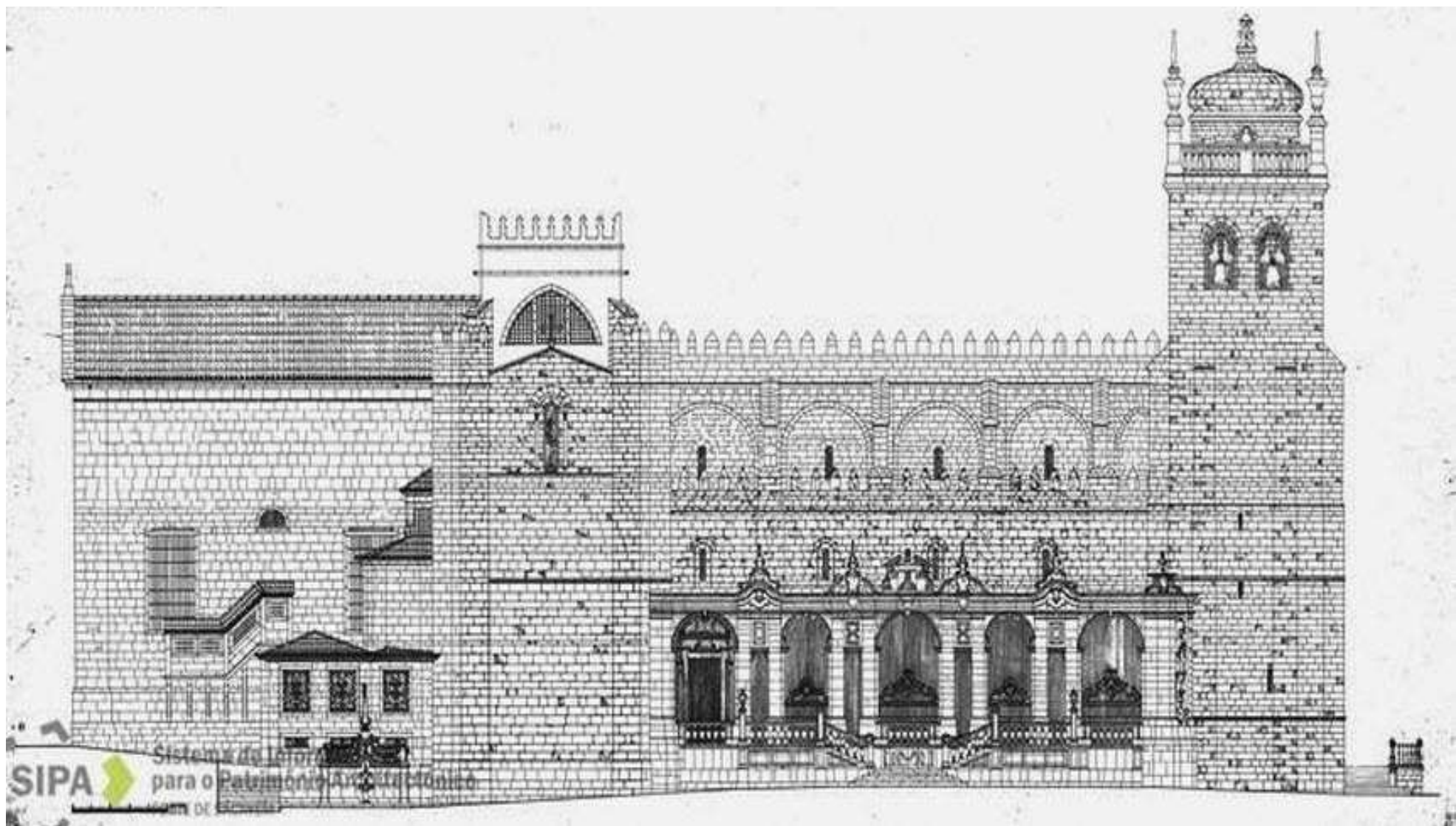
A - Corte lateral do transepto da Sé do Porto; **B** - Corte lateral da nave central da Sé do Porto.



Planta primitiva da Sé do Porto.



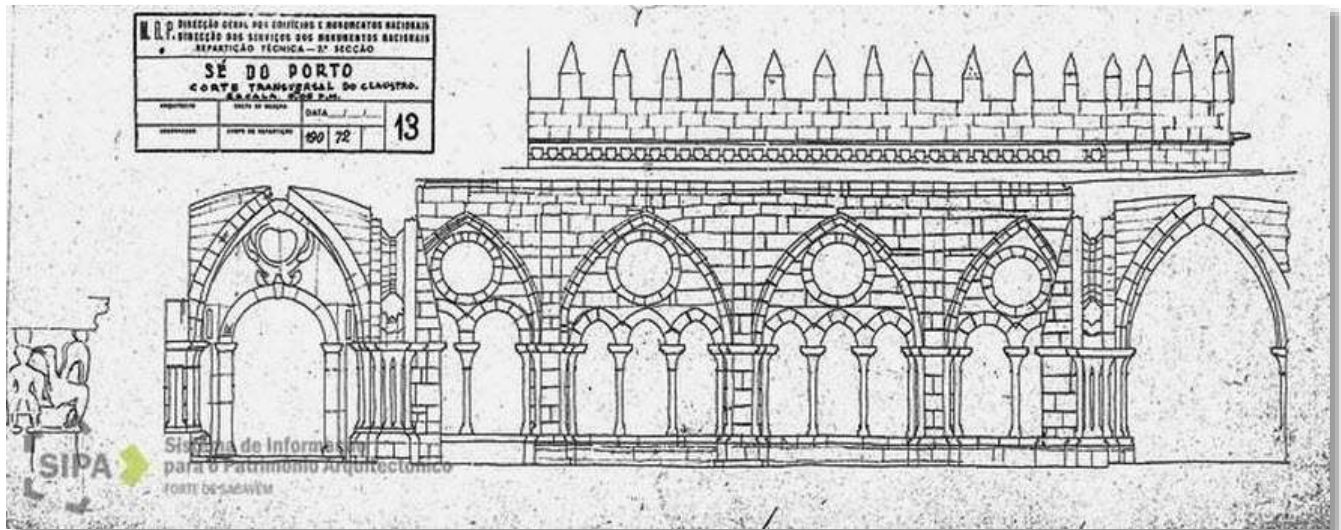
Sé do Porto - Alçado principal depois das obras de reintegração. Foto: SIPA.



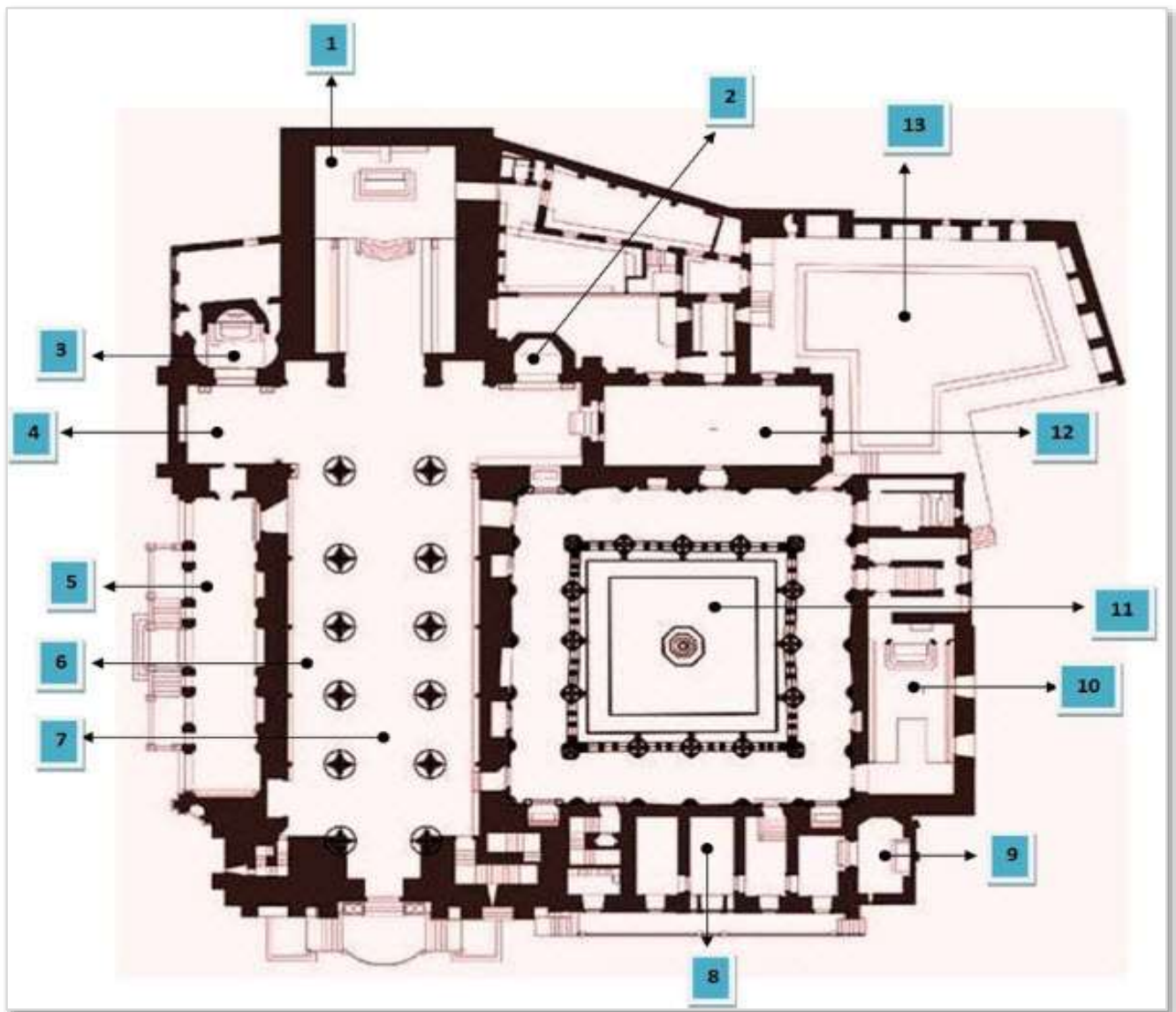
Sé do Porto - Alçado lateral norte. Foto: SIPA.



Sé do Porto - Alçado lateral sul. Foto: SIPA.



Sé do Porto - Corte Transversal do Claustro Gótico (séc. XIV). Foto: SIPA.



Planta atual da Sé do Porto. Foto disponível em “<http://www.portopatrimoniomundial.com>”.

Legenda: 1-Capela-mor; 2-Capela Absidal/Capela S. Pedro; 3-Capela SS. Sacramento; 4-Transepto; 5-Galilé ou Loggia (Nasoni, 1736); 6-Nave lateral; 7-Nave central; 8-Salas do Cabido; 9-Capela de S. João Evangelista; 10-Capela S. Vicente; 11-Claustro Gótico; 12-Sacristia; 13-Claustro velho.



Claustro Gótico. Mandado erigir pelo Bispo D. João III em 1385. Foto disponível em “<http://www.portopatrimoniomundial.com>”.



“Claustro velho” da Sé do Porto, outrora chamado “cemitério do Bispo”.



Nossa Senhora da Vandoma (séc. XIV),
padroeira da cidade do Porto; situada no
transepto norte da Sé. Foto: Vitor Pinto.



Arca tumular de João Gordo, Cavaleiro de Malta, na Capela gótica de S. João Evangelista. Foto: Vitor Pinto.



Claustro e as duas torres. Por finais do século XIV. Esta imagem seria, possivelmente, muito semelhante ao que hoje podemos contemplar. Foto: Vitor Pinto



Claustro Gótico, constituído pelos seus dezasseis arcos ogivais. Foto: Vitor Pinto

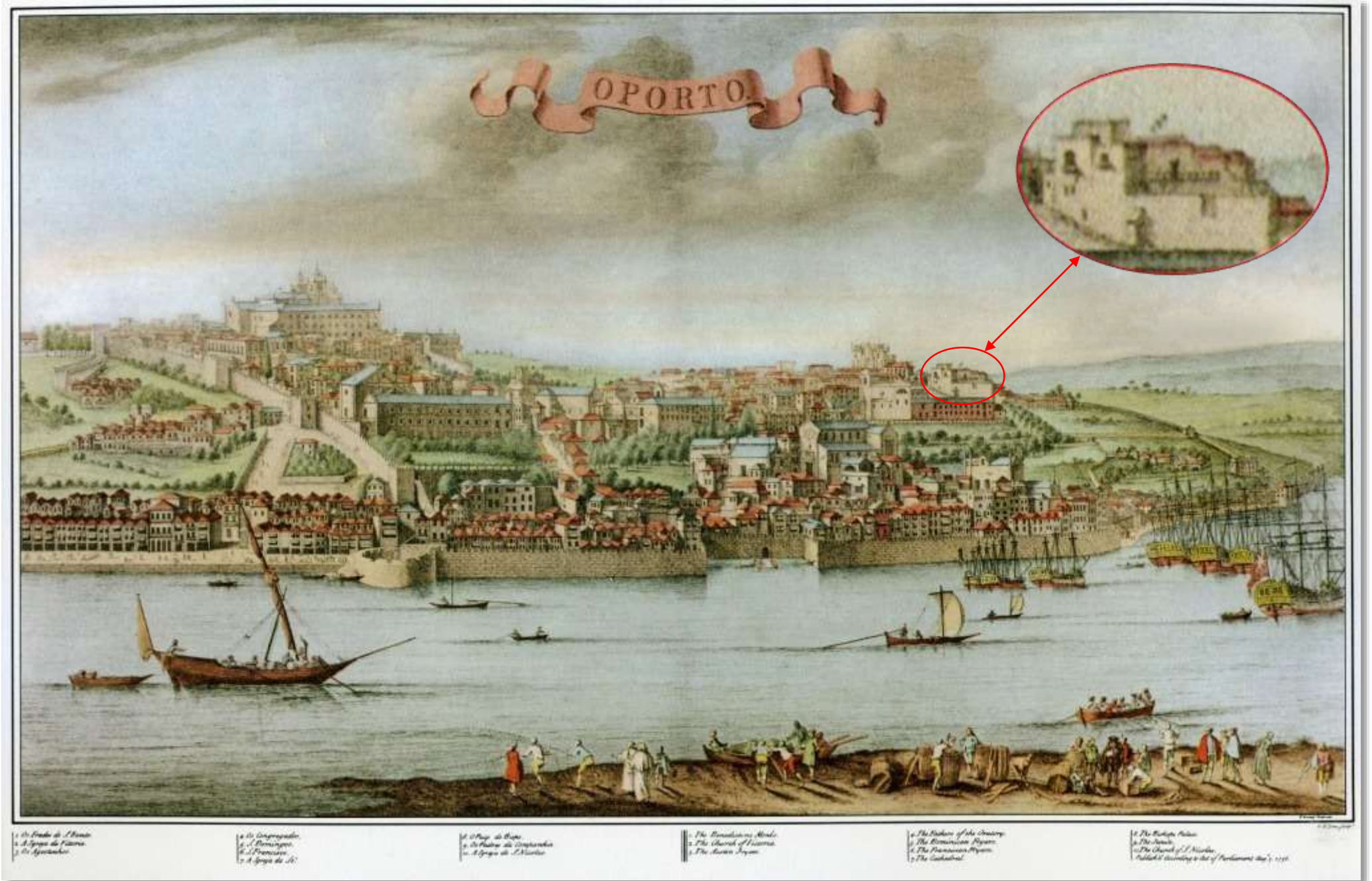


Maquete da Sé do Porto e Paço Episcopal Medieval. Museu Nacional Casa do Infante. Foto: Vitor Pinto

Paço Episcopal Medieval: o edifício esquecido.



Morro da Sé ou da Pena Ventosa, onde podemos visualizar o Paço do Bispo. Pintura a óleo de H. Duncalf, 1736.



Cidade do Porto aos olhos de H. Duncalf, 1736. Paço Episcopal em destaque.



1. Torre da Marvã	2. Hospital dos Ingleses	15. Benedictinos	22. Terceiros Carmelitas	32. Casa Antiga da Moeda	36. Senhora do O	43. Recolhim do Ferro	50. Muro da Cidade
2. Convento dos Menchiques	3. Porta do Barchão	16. Praça da Victoria	23. Dominicão	33. Hospital de S. Crispim	37. Cathedral	44. Igreja de S. Ildefonso	51. Rio Douro
3. Palácio de Miragaya	4. Quartão Militar	17. Igreja da Victoria	24. Collegio dos Offiços	34. Igreja da Lapa	38. Paço do Bispo	45. Convento de S. Clara	52. Estaleiro
5. Parochia de S. Pedro	6. Forte da Porta Nova	18. Igreja de S. Nicoláo	25. Igreja dos Clerigos	35. Congregados do Orat.	39. Teloarinho	46. Porta do Sol	53. Santa Marinha
7. Fabrica de Louça	8. Hospital Novo	19. Terceiros Trinitarios	26. Misericordia	36. Agostinhos das calças	40. Patibulo	47. Capuchos	54. Armazens
	9. Terceiros Francisc.	20. Adelação	27. Porta da Lingoita	37. Senado	41. Caridade	48. Recolhim das Offas	55. Villa Nova
	10. Franciscãos	21. Porta de Otival	28. Alfandega	38. Praça Nova do Baboio	42. Porta de S. João da V.	49. Escadas dos quintaes	56. Convento da Serra

T. S. Maldonado delin. Porto

Godinho sculp.

Cidade do Porto. Teodoro de Sousa Maldonado e Manuel da Silva Godinho, 1781.



Cidade do Porto. Pier Maria Baldi, 1669.



A janela românica são dos poucos vestígios ainda existentes do Paço Episcopal Medieval. Foto: Vitor Pinto



Nicho românico onde, presumivelmente, estaria uma imagem sagrada. Foto: Vitor Pinto



Rua do Paço Episcopal. Foi por esta estreita rua que D. João I e D. Filipa de Lencastre rumaram para o seu casamento. Estudos históricos e archeologicos – Ignácio Vilhena Barbosa (1811-1890).



D. Filipa de Lencastre. António de Holanda e Simão Bening entre 1530-34. Foto: British Library. Londres.



D. João I. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Foto: Instituto Português de Museus.



À esquerda destaca-se a união matrimonial de João e Filipa, realizada na Sé do Porto. Imagem trabalhada por Vitor Pinto; à direita, o túmulo conjugal dos mesmos protagonistas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, mais conhecido por Mosteiro da Batalha. Foto: IGESPAR.